



Tobias Barreto

(A Época e o Homem)

1933

Serie 5.^o — BRASILIANA — Vol. 140
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

HERMES LIMA

Tobias Barreto

(A Época e o Homem)

(Em apêndice o *Discurso em mangas de camisa* com as notas e adições)



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio — Recife — Porto-Alegre

1939



A' memoria de

VIRGILIO DE LEMOS,

**O professor de minha geração na
Faculdade de Direito da Baía.**

INDICE

CAPITULO I

O HOMEM

Primeiros anos. Na Baía e em Recife. Tobias e Castro Alves. Humilhações. Agitador de idéias. Escolha de profissão. O decênio de Escada. Na Faculdade de Direito. Sua influência. Pobreza. Morte	1
---	---

CAPITULO II

IDÉIAS POLITICAS

Panorama político. O poder pessoal. Críticas de Tobias aos costumes e ás instituições. A monarquia e a centralização. Monarquia e república. Tobias e a escravidão. Hereje do liberalismo. O "Discurso em mangas de camisa". Experiência política. Afastamento da política. Política e cultura	46
--	----

CAPITULO III

POSIÇÃO FILOSÓFICA E IDÉIAS GERAIS

A filosofia no Brasil. O ecletismo. O positivismo. O monismo. Posição de Tobias. Liberdade e determinismo. Natureza e cultura. Crítica de Tobias á Sociologia. Tobias e a cultura nacional	101
--	-----

CAPITULO IV

SENTIMENTOS RELIGIOSOS

Crenças da infância. Os novos tempos. Tobias e a crítica religiosa. Religião e Igreja no Brasil. A "questão religiosa". Atitude de Tobias. Seus sentimentos religiosos	148
--	-----

CAPITULO V

PROFESSOR E RENOVADOR DOS ESTUDOS JURÍDICOS

As duas Academias. Baironianismo em São Paulo. O meio pernambucano. Fase condoreira. Fase crítico-política. Nova concepção do mundo. "Ecce homo"! Nova concepção do direito. O concurso. A escola de Recife. Cultura jurídica de Tobias. Seu estilo de professor	191
--	-----

CAPITULO VI

O POETA, O ESCRITOR, O POLEMISTA E O CRÍTICO.

O poeta. O escritor. Seu germanismo. O polemista. Provocação a José Higino. O crítico. Em defesa da mulher. Sua cultura literária. A reação da Côte. Tributo á sua glória	245
---	-----

CAPITULO VII

Um discurso em mangas de camisa	283
Notas e adições	306



Tobias Barreto no período de Escada

CAPITULO I

O HOMEM

Tobias Barreto, homem do povo, representa um ponto singular de referência para o estudo de vários aspectos da sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX. A biografia de sua personalidade é, naturalmente, inseparável da historia do seu tempo. Pessoalmente, Tobias pertenceu à “fulgurante plebe”, ao grupo de homens de origem social humilde e mestiça, que, através das academias, invadiu a vida pública e a vida intelectual do Brasil, anunciando a sociedade diferente que vinha surgindo.

Nascera de família modesta, na remota vila sergipana de Campos, aos 7 de junho de 1839. Seu pai, Pedro Barreto de Menezes, escrivão de órfãos e ausentes da localidade, era mestiço bem carregado. Tipo folgazão, caçoísta, liberal-jacobino, a serventia do officio qualificava-o socialmente, no meio escravocrata. Mas a mãe de Tobias — “meiga, de

gênio suave e doce, temperamento melancólico e cheio de resignação, passaria por fidalgamente branca em qualquer parte do Brasil” — escreveu Sílvio Romero.

Depois de concluir o curso de primeiras letras, tendo por professor Manuel Joaquim de Oliveira Campos, que veio a deixar nome nos anais da Província como poeta, jurista e político, Tobias matriculou-se em Estância, na aula de latim do padre Domingos Quirino, mais tarde Bispo de Goiaz. Recebeu em 1854, no Lagarto, aos quinze anos, portanto, o título de substituto em qualquer cadeira provincial daquela matéria. Encontrara profissão compatível com a dignidade de um homem livre, embora pobre. No sertão patriarcal, escravocrata e analfabeto de Sergipe, graças ao latim, língua de luxo, abria o caboclinho sem eira nem beira a primeira brecha no muro que o separava do pessoal fino e dirigente. Conquistara um brasão, tornando-se familiar de Virgílio. O latim enobrecia. Realmente, na sua literatura aprendiam o filho do aristocrata ou o jovem plebeu as virtudes caras ao govêrno da sociedade, tal como estava organizada. Com a sua concepção estática da história, sua tendência para exaltar a tradição, além de não fornecer armas para a crítica social, a literatura latina formava humanistas, decorava os espíritos, valia por um atestado de bom comportamento intelectual.

Mestre de latim em cidade importante como Itabaiana, Tobias, já por essa época, pressentia o rumo de sua carreira, que numa coisa se resumia: continuar os estudos, formar-se para poder aspirar a posições mais altas. A auréola do talento envolvia-o e o próprio meio não lhe regateava estímulos (1). Possuía certos sinais de inteligência que o meio prezava mais particularmente que quaisquer outros. Era bohêmio, gostava de bailes e serenatas, cantava e tocava violão admiravelmente, vivia desinteressado de coisas práticas e a veia satírica do

(1) Xavier Marques contou na *A Tarde*, da Baía, de 24 de outubro de 1930 o seguinte: "Em 1855 era juiz de direito da comarca do Lagarto, em Sergipe, o dr. Herculano Circundes de Carvalho, distinto jurista baiano, falecido desembargador de Goiaz.

Na pequena cidade sergipana, gozava o digno magistrado da geral estima dos seus comarcãos, que, em certos dias de festas populares, não deixavam de visitar-lhe a residência com os seus *ternos* e *reisados* tradicionais.

Por uma dessas festividades de janeiro teve o dr. Herculano um garboso "rancho" em descante à sua porta. Aberta esta, foi a sala invadida aos sons da respectiva charanga, por um grande número de *pastoras* e *cavalheiros*, entre os quais um moço acaboclado, de cabeleira basta, modestamente vestido. Era o tocador de flauta da charanga. Depois de algumas cantigas mais, o diretor do rancho entrou a fazer as apresentações. Chegou a vez de ser apresentado o flautista, e o foi nos seguintes têrmos:

— Sr. Doutor, êste é o nosso poeta.

— E' poeta o senhor? perguntou o juiz ao apresentado que respondeu simplesmente:

— Escrevo às vêzes.

— Pois, se é poeta, dê-me uma prova do seu estro. Escreva-me lá uma ode...

pai nele refloria com seiva nova. Não perdoa, por exemplo, ao juiz de Larangeiras os ares de dono do mundo:

*Há no Recife uma bela
Que tem amantes aos mil,
E chama-se Academia:
Sempre a parir todo o dia
De filhos enche o Brasil.*

Rí-se com fina graça das parvoíces e enganos alheios, como nos versos “Namôro não é crime”.

Mas não havia tempo a perder. Após conseguir uma licença de seis anos para estudar, chega em

A êsse pedido, feito por gracejo, afastou-se o jovem com a devida licença, para o corredor, acendeu e pôs-se a fumar um cigarro. Começou a passear e a escrever a lapis. Quando o juiz, na sala, menos o esperava, entrou o flautista e entregou-lhe a composição. Depois de lê-la, exclamou o dr. Herculano com todo o sério:

— Mas, deveras, o senhor tem talento. Não há dúvida. E não estuda? Por que não vai para fora daqui aproveitar o seu talento?

— Não posso.

— É pena, insistiu o magistrado, deve prosseguir. Como se chama?

— Chamo-me Tobias Barreto de Menezes.

— Pois, Sr. Tobias, tome o meu conselho: saia desta terra, com todo sacrificio, e vá para outra província, onde possa ser aproveitado. Há de ser alguma coisa.

E Xavier Marques termina a narrativa contando que, achando-se em 1877 na Baía o Dr., Herculano Circundes, ouviu falar insistentemente num Tobias Barreto que fazia furor em Pernambuco. Lembrou-se do seu apresentado de Lagarto, procurou mais informações na Livraria Catilina e concluiu que era mesmo o seu poeta.

61 à Baía com a intenção de ordenar-se. Demove-o desta idéia a estada de uma única noite dentro dos muros do Seminário onde, ao que se conta, impaciente por se ver preso, e ralado de saudades, rompeu escandalosamente a tranquilidade da casa, cantando uma modinha ao violão. De fato, logo pela manhã, dali saía à procura de conhecidos. Anda o dia inteiro pela cidade e não os encontra. À noite, embora fatigado, assiste a um espetáculo. Entra depois, ao acaso, numa pensão, para dormir. De madrugada, o prédio pega fogo e Tobias foge atropeladamente com o saco de roupa, perdendo no incêndio o violão. Afinal, descobre os amigos, instala-se na república dêles e apresta-se para iniciar os preparatórios.

Inicia-os realmente, frequentando aulas dos melhores professores locais, inclusive as de filosofia, do célebre Frei Itaparica. Ninguém, entretanto, nem o frade, o impressiona. Preferia a Bibliotheca Pública aos professores. Alí passava o melhor do seu tempo, lendo os românticos, deslumbrando-se com Vítor Hugo, que é, verdadeiramente, a sua grande, a sua máxima descoberta na Baía. Pela voz do poeta, o rapaz humilde e sonhador do sertão de Sergipe entra a participar do drama do mundo, dos seus anseios, da sua inquietação. O poeta lançava-lhe no coração a semente das futuras estrofes condoreiras. Sua alma recebia o pólen romântico para vingar, na exaltação da personalidade e do

espírito de liberdade, as resistências conservadoras do meio.

Na Baía, não produz quasi nada. Sílvio Romero cita-lhe apenas duas poesias nesse período, uma das quais celebrando o 2. de julho. Absorvido pelas matérias do curso, pela leitura dos poetas românticos e pelas preocupações de ordem monetária que, do meado do ano em diante, começaram a tornar-se prementes, o jovem Tobias mal podia conciliar o teor da vida de estudante com a tragédia do seu problema pessoal. Parente de Moniz Barreto, conviveu com o famoso repentista e seus filhos, Rosendo e Francisco. Achamos traços do seu espírito nas tradições acadêmicas da época, como a referida no episódio em que, depois de ouvir a Rosendo Moniz declamar um folhetim de louvores a certa atriz encantadora do tempo, e que terminava pela sentença “Não há impossíveis morais!” — imediatamente replicou: “Contesto! O senhor não pode casar com sua irmã; é um impossível moral; porque físico não há nenhum”... Certamente, êle se destacara e fôra notado no bulício das “repúblicas” e do meio escolar. Um dia, porém, viu com tristeza que o dinheiro acabara e que de Sergipe não lhe podiam mandar mais nada. Ficou desesperado. “Foi em tal transe, contou Sílvio Romero, ao travar dêsse acabrunhamento, que se deu o passo a mim referido com lágrimas nos olhos: deitado em sua rede, lia a coleção de trechos de prosadores e

poetas de Charles André; a alma estava enegrecida pelo desmorronar de todos os planos; num momento de impaciência, atirou pelos ares o livro, que foi cair esparramado a um canto da pequena sala. Levantou-se, apanhou-o, estava aberto numa página onde se liam uns versos, entre os quais se achava êste: "*On perd son avenir par trop d'impatience...*" Os temperamentos poéticos, quando atribulados, vêem presságios em qualquer coisa. Aquelas palavras foram um bálsamo para êsse espírito acabrunhado" (2).

Regressou, porém, a Campos sem prestar exames.

Em dezembro, torna a partir, mas, desta vez, para Pernambuco, a cuja capital aporta com uma ode *À Vista de Recife* e 95\$000 no bolso. Poucos passaportes o identificariam melhor. E porque parece que aos espíritos sonhadores se compraz a realidade em opôr o prosaísmo mais vulgar, ei-lo, mal desembarcado, aos primeiros passos em terra, sofrendo o coice de um burro que o magoou violentamente. Dias depois, caiu atacado de varíola. Desconhecido, baldo de recursos, era natural que o ano de 1863 lhe tivesse ficado na memória como o mais cruel de sua existência.

Só se matricula e começa a trabalhar em 1864. Mantém-se de cursos particulares de várias

(2) *História da Literatura Brasileira*, pag. 481, 2.º.

disciplinas. Perde no ano seguinte um concurso de latim no Ginásio Pernambucano. Nobremente recordará: “Não sei a que outro motivo, se não à superioridade do meu contendor, deva eu atribuir o não ter sido nomeado”. O mesmo não dirá do concurso de Filosofia, em 1867, também naquele estabelecimento de ensino, e com razão. Classificado em primeiro lugar, nomeiam o outro concorrente, Soriano de Sousa, sob pretêsto de que era casado. Os interêsses da prole confundiam-se assim com os da Filosofia.

Desamparado de qualquer proteção oficial, as duas provas de capacidade a que se submete não lhe asseguram proventos materiais, mas o destacam vivamente no meio acadêmico e no meio cultural de Recife, além de tudo, como um exemplo de independência e de confiança no próprio valor. Trouxera de Sergipe e Baía boa iniciação, queda pronunciada pelos estudos e uma curiosidade insaciável. Eloquentes, repentista, engraçado, ardoroso, sua figura tumultuosa não tardou a dominar as rodas dos cafés, dos teatros, da gente moça. Fixou-o por essa época Araripe Júnior nas linhas dêste retrato: “Uma vez ouviu-o admirado falar, talvez durante uma hora, sôbre arte, filosofia e direito no saguão do teatro Santa Isabel. Está visto que a loquela dirigia-se *soto voce* a um pequeno grupo; mas Tobias Barreto não podia manter por muito tempo êsse dia-

passão; passados poucos instantes, a sua voz estrondava e todos ouviam. Foi nesta ocasião que pela primeira vez soube que havia um Darwin, um Haeckel. O sergipano lançava as primeiras tarrafadas na pesca dos prosélitos” (3).

Seu período acadêmico, que sucedera a um decênio de quieta paz e patriarcal conformidade, teve a agitá-lo nos primeiros anos a guerra do Paraguai. Tobias arranca das cordas da lira tons marciais, cantos de inspiração heróica, para celebrar feitos e incentivar o ânimo de soldados que partiam. Cessada a guerra, não só os seus efeitos não cessaram, como a própria nação continuou a agitar-se no debate de problemas que a luta sugerira ou concorrera para impor à consideração da consciência pública. A renovação material da sociedade prosseguia em sua marcha. As cidades começaram a modernizar-se. A urbanização do império processava-se às custas do patriarcalismo que se esvaia. Já se estava tornando mais agradável morar nas capitais do que nas fazendas. Hábitos diferentes apareciam e o modelo agora era uma Europa burguesa, “donde nos foram chegando novos estilos de vida contrários aos rurais e patriarcais: o chá, o govêrno de gabinete, a cerveja, a botina Clark, o pão torra-

(3) in Clóvis Bevilacqua *Esboços e Fragmentos*, Introdução, pag. 61.

do" (4). As reuniões, as festas, o recitativo e o teatro constituíam o lado brilhante e artístico da vida social. Uma nova onda poética reanima a esgotada seiva romântica, libertando os espíritos do subjetivismo piegas.

Na crista daquela onda vinham duas figuras de primeira grandeza: Tobias e Castro Alves. Cada qual possuía o seu bando, a sua facção, a sua côrte. Mas, se, no fundo, não havia problemas sérios a dividí-los, se todos adoravam a liberdade, combatiam a escravidão, versejavam pelo diapasão hugoano; se a todos empolgava a admiração pelos mesmos heróis e valores, os dois chefes eram, todavia, diferentes como origem social, como temperamento, como molde de espírito. Castro, olímpico, belo, ardendo na mais pura flama poética que ainda palpitou em nosso país. Tobias, mestiço, desajustado, mais velho, mais estudioso e preparado que o rival, contrastando com o gênio poético do cantor dos escravos o seu já forte talento de crítico e polemista. Agrupavam-se os moços, em tórno de um ou de outro, movidos por simpatias pessoais, motivos afetivos e extremavam-se na admiração por atrizes célebres do tempo. Naquela cidade pacata, de escassos divertimentos, a Academia e o teatro formavam os dois polos em que se concentrava a atividade espiritual dos estudantes. Provavelmente, es-

(4) Gilberto Freire — *Sobrados e Mucambos*, pg. 303.

tes seriam então solicitados, à falta das diversões exteriores que hoje quasi monopolizam as horas de lazer da mocidade — banhos de mar, cinemas, esportes, intensidade da vida urbana — por preocupações intelectuais mais constantes, ou não sei se direi, diferentes, pelo culto mais afervorado das idealidades, da poesia, do canto, da arte dramática. Em suma, também é possível que, no passado, houvesse menos estudantes pobres e que, em geral, filhos da aristocracia territorial ou de abastados comerciantes, pudessem fazer do curso acadêmico o curso nimbado pela auréola das audácias boêmias, literárias e amorosas.

Do meio acadêmico emergiam, portanto, como pontos aglutinantes de preferências e simpatias, os dois vates. A rivalidade que entre ambos se estabelece concretiza-se na liderança que cada qual assume dos dois partidos teatrais que se batiam por Eugênia Câmara e Adelaide do Amaral. Certa noite, no teatro, Tobias ergueu-se e improvisou uma poesia em honra de Adelaide, na qual, entre recordações da Grécia, alvejava a conduta fácil de Eugênia:

*Sou grego pequeno e forte
Da força do coração,
Vi de Socrates a morte,
E conversei com Platão;
Sou grego; gosto das flores,
Dos perfumes, dos rumores;*

*Mas minh'alma inda tem fé;
Meus instintos não esmago,
Não sonho, não me embriago
Nos banquetes de Friné... (5)*

Castro replicou imediatamente, aludindo à circunstância de ser casada Adelaide Amaral:

*Sou hebreu, não beijo as plantas
Da mulher de Putifar*

Não parou, entretanto, neste duelo de versos o rompimento dos dois poetas, até então amigos. A um artigo de Tobias, que Castro Alves reputou ofensivo à sua pessoa, seguiu-se breve, mas violenta polémica. Castro pediu que o autor do artigo se acusasse. Tobias, que naturalmente esperava o desafio, salta para o terreno da liça como uma fúria desencadeada: "Justamente, Sr. Castro Alves, sou eu mesmo. Quer responder-me? E' um favor... Considere-me como homem, como escritor na prosa e no verso, como cidadão e até como filho... Dê-me por tôdas as faces... Assim espero". Mas, ao passo que Tobias se apresentava na luta, positivamente de mangas arregaçadas, sentia-se em Castro Alves a preocupação de não sujar os punhos de renda, o enfadô olímpico por aquela barulheira. O temperamento aristocrático defendeu-se, fugindo de maiores contactos com o temperamento plebeu.

(5) *Dias e Noites*, 172.

O tempestuoso rompimento verificou-se em 1866. Para Castro Alves, a vida corria descuidada e feliz. Para Tobias, era já um fardo que ele tinha de suportar com as próprias fôrças. O sentimento dêsse contraste não deve ter sido alheio ao tom desabrido que Tobias imprimiu, de sua parte, à polêmica que, então, entre os dois antigos camaradas se travou.

A primeira, dolorosa humilhação que sua condição social lhe reservava ocorreu em 1868. Havia algum tempo, apaixonara-se por Leocádia Cavalcanti, flor da aristocracia pernambucana, e a quem conhecera como professor de um dos seus irmãos. Fôra um grande amor que lhe enchera a alma de sonhos e de poesia. Mas a oposição da família de Leocádia acabou cortando a Tobias tôda a esperança de casamento, porque êle era pobre e mestiço.

Até então, pudera vencer as dificuldades com trabalho e tenacidade. Agora, porém, era um obstáculo irremovível, em que se concretizavam distinções sociais ligadas a preconceitos de raça, côr e posição, que se lhe opunha. Destas distinções sempre tivera o pressentimento e elas é que, dêse cedo, concorrem para marcar-lhe a personalidade com o azedume, o pessimismo e a agressividade, que a caracterizam.

À estreiteza dos preconceitos em vão dirigiu um supremo apêlo:

*Mas tu foges de mim!... ouve, espera:
Se procuras saber quem eu sou,
Diga o anjo que sempre comigo
Minhas magoas sentiu e chorou.*

*Diga a lua a quem conto os meus sonhos.
A quem dou para ver e guardar
Meu tesouro de lágrimas puras
Que as angústias me querem roubar.*

O velho Cavalcanti não escutava versos. Queria pergaminhos! Tobias pensou até no suicídio.

Graças à exuberância do temperamento, à sua prodigiosa seiva, à fantasia, à capacidade criadora da imaginação, prontamente se refazia dos sofrimentos, derrotas e humilhações. Seus estados de alma sucediam-se com a rapidez das mutações no céu tropical. Da melancolia mais profunda, do ceticismo mais displicente passava às expansões mais calorosas. Sua atividade pontilhava-se de ímpetos e recuos. Aos transportes de entusiasmo sucediam crises de depressão. Sílvio Romero viu-o, muitas vezes, rir e chorar como uma criança, entregue ao drama da própria sensibilidade.

Ao cabo, triunfava a fôrça animal de viver, o desejo de participar do amor, das coisas belas e agradáveis, o desejo de intervir, de esclarecer, de tomar partido. Não podia ser indiferente. Queria estar no centro de tudo, debatendo, dirigindo, censurando. Só parava em casa para estudar e escre-

ver. O mais do tempo passava-o nos cafés, nos teatros, nos hotéis, nas redações. Conversador cintilante, de memória assombrosa, (6) tinha sempre à mão um cabedal inesgotável de pilhérias, anedotas, de coisas eruditas, de fatos raros, de idéias gerais bem assimiladas.

Amava o ruído das discussões, o fulgor e a atmosfera incandescente dos grandes auditórios. Inflamara os corações evocando o heroísmo dos nossos soldados nos campos do Paraguai. Sua bela voz de tenor enchera os salões de versos na época dos recitativos.

(6) “Narrou-me o dr. Constâncio Pontual, catedrático de Medicina Pública em nossa escola de Direito, que de uma vez se discutia em casa do Coronel Severiano de Siqueira sobre se a palavra *pressago* era genuinamente vernácula. Ia caloroso o debate, quando chega Tobias Barreto, que, então, se achava em pleno viço do espírito e da memória prodigiosa.

— Dr. Tobias, pergunta-lhe um dos preopinantes, o vocábulo *pressago* é português?

— Português de Camões, responde prontamente o recém-vindo, e em seguida pronuncia com ênfase a seguinte estrofe dos *Lusíadas*, como se a trouxesse de antemão para o caso:

Já os raios Apolíneo visitava
Os montes Nabateos acendido
Quando o Gama co'os seus determinava
De vir por água a terra apercebida;
A gente nos batéis se concertava
Como se fôsse o engano já sabido
Mas pode suspeitar-se facilmente
Que o coração pressago nunca mente”.

Phaelante Câmara: *Tobias Barreto: o orador*, in *Revista Acadêmica da Faculdade de Recife*. 1909, pag. 105.

A tribuna popular ganhara com a sua presença riqueza nunca vista de tons e colorido. Era apocalítico, arrebatado, sem medida nos gestos, sem correção de atitudes, traduzindo num jôgo fisionômico de admirável intensidade os sentimentos, paixões e horrores que anunciavam as palavras, caídas dos seus grossos lábios, como borbotões quentes. Que diferença, se comparado a outra grande figura contemporânea de tribuno, a Joaquim Nabuco! Êste tinha a atitude grave, falava como quem estivesse posando para a posteridade, quasi hierático, e, só nos trechos em que o entusiasmo o dominava, espalmava a mão direita, com o braço em posição vertical, movendo-a, num leve tremor de dedos, lenta e ascencionalmente. A palavra de um, recorda Phaelante, de feições corretas e elegância apurada, parecia “descer cantando dos cimos de sua inteligência, iluminada pela íris da abolição”; enquanto a palavra do outro, mestiço de cabeça grande e cabelos em desalinho, de olhos flamejantes, de bôca escancarada como a de uma máscara, parecia “sair bruscamente e aos jactos do subsolo de suas resistências hereditárias” (7).

Entretanto, o mundo se transformava. As tendências românticas iam cedendo às novas tendências críticas; a exaltação da personalidade e dos

(7) Phaelante da Câmara — Tobias, o Orador, in *Rev. da Faculdade de Direito do Recife*, pg. 67.

temas, ao estudo real dos caracteres e das condições sociais. O pensamento passou a inspirar-se nas ciências e numa filosofia que nos métodos científicos se baseava. O romance tornou-se naturalista, a poesia, parnasiana. O homem culto distinguia-se pelo domínio das idéias gerais. Do seio da sociedade burguesa surgiam as teorias que interpretavam sua evolução e seus anseios. Não era mais possível tratar os problemas sociais em estrofes condoreiras. A velha estrutura patriarcalista da nossa sociedade apresentava sinais ostensivos de crise e de mudança. A transformação da economia, dos métodos de trabalho, completava-se na transformação dos pontos de vista e dos valores sociais.

A mocidade atirou-se avidamente aos livros de filosofia, de doutrina política e de crítica do antigo sistema.

Também nesta fase a posição de Tobias é de absoluto destaque. E' dos primeiros a levantar no Recife antenas capazes de captar as vozes e os sons diferentes que o mundo estava emitindo. Toca-lhe a dianteira na rebelião filosófica que então se inicia, em face do espiritualismo eclético reinante.

Até a independência nada se cogitara, entre nós, de estudos filosóficos. Só depois se inclue na organização do ensino, como matéria do curso secundário, a filosofia, que permaneceu, porém, junta à teologia. Neste domínio, o aparecimento de Tobias coincide com o esforço intelectual de liber-

tação, que as novas condições sociais começavam a permitir. Esfôrço indicador de que a antiga homogeneidade patriarcal, sob o controle espiritual absoluto da Igreja, rompia-se graças à diferenciação social em marcha. Tobias esteve na vanguarda desta luta. Poucos, talvez ninguém, terão concorrido como êle para aquele ímpeto inicial de crítica, de não conformismo, de confiança na razão e na ciência. Quando proclamava — “meu fito é saber, nada mais” —, quando denunciava que passara a quadra da autoridade e fixava para o sentimento religioso uma atitude em que as crenças não se chocassem com a esfera das investigações científicas, êle próprio abraçava os novos tempos e formulava para o seu meio alguns princípios que daí por diante iriam, em grande parte, nortear-lhe a evolução (8). As primícias da campanha pela renovação intelectual — a grande campanha de sua vida — deu-as Tobias no jornalismo acadêmico. Exclusivamente político nos dois primeiros decênios de Olinda, contendo apenas dissertações retóricas sobre teses constitucionais e, às vêzes, “em parágrafos soltos, pequenas verrinas condensadas”; depois de 1854 dominado “pelos efeitos decorativos da frase ou pelos fogos de artifício da retórica”, como informa Phaelante na *Memória Histórica*, êste jornalismo recebe, a partir de 1865, devido a Tobias prin-

(8) *Filosofia e Crítica*, 116.

principalmente, um sôpro fecundo, passando a debater doutrinas que não mais se coadunavam com os desinteressantes moldes retóricos. Quem quiser acompanhar de perto as transformações da nossa mentalidade e da nossa literatura, naquele período, não poderá esquecer essas pequenas fôlhas acadêmicas, que surgiam e desapareciam à mercê de acontecimentos e campanhas.

Os grandes jornais eram demasiado graves para acolher a vivacidade e a rebeldia dos jovens. Corridos das redações austeras, como tinham coisas que dizer, polêmicas que travar, contas que ajustar, os estudantes lançavam periódicos, precários, mas livres de qualquer influência estranha aos sentimentos que dominavam seus fundadores.

Em jornais acadêmicos é que Tobias publica *São Tomaz de Aquino, Teologia e Teodicéia não são ciências, Jules Simon, Domingos Magalhães, etc.*, primeiras manifestações de um pensamento filosófico independente no Brasil.

Para Tobias, o espetáculo das idéias era o mais belo, o que mais o fascinava. Interpretar o mundo, possuir os fios que nos conduzissem através de perplexidades e de questões perturbadoras, parecia-lhe a mais alta, a mais nobre função da inteligência.

Por isso mesmo, depois de formado, a advocacia não o seduz. Levou todo um ano a decidir sôbre o que iria fazer. Seu desejo era pairar "por cima dos

muros dessas velhas e hediondas prisões chamadas Correia Teles, Lobão, Gouveia Pinto”, porque “todos os homens que pensam, todas as cabeças bem formadas têm o seu *to be or not to be*”. Mas em Tobias culminava a tragédia de um sistema educacional que, depois de submeter o adolescente a um ensino primário e secundário letrado, erudito, lançava-o nas escolas superiores, em que se fechavam bruscamente os horizontes daquela cultura literária e humanista.

Como acentuou Anísio Teixeira, “o ensino primário e secundário visavam a cultura desinteressada, devendo levar, normalmente, a escolas superiores, de cultura igualmente desinteressada, que nos preparassem o quadro intelectual, de cultores e divulgadores do saber humano: professores, escritores e poetas. Saído dos chamados cursos de humanidades, o adolescente brasileiro não deparava, entretanto, essa cultura que lhe devia continuar os horizontes de homem de espírito, mas sim escolas profissionais que seriam ainda acadêmicas tão somente porque o desaparecimento substancial ou a possível ineficiência de métodos para atingir os objetivos profissionais e utilitários a que se destinavam, as deixava no nível das divagações e das generalidades” (9).

(9) Anísio Teixeira — *Educação para a democracia*, pag. 29.

Pode-se perfeitamente calcular pelo que ainda hoje acontece, até onde a educação verbalista, escolástica e literária dos nossos antigos colégios agravava os males de uma sociedade que, pela sua organização escravocrata, tinha já em pouco aprêço as atividades comerciais, industriais e técnicas. Não se cogitava de imprimir direções práticas e utilitárias à inteligência. Era o conhecimento doutrinário, “desinteressado” que enobrecia. O colégio dou-rava literária, humanistamente, para o estágio das escolas superiores, a descendência da aristocracia rural a quem iria caber, dentro do mecanismo social dominante, os postos de govêrno e direção.

Em Tobias haveria de fatalmente produzir-se entre as condições sociais em que se operou sua formação intelectual e a vida prática que lhe cabia enfrentar, depois de formado, um dêsse desequilíbrios profundos de que êle pode aliás ser considerado, na história da educação brasileira, perfeito símbolo. Seguramente, se existisse carreira universitária no Brasil, Tobias teria errado menos, sofrido menos. Sua vocação para debater, para criticar, para pensar logo se encaminharia para uma orientação compatível com os seus pendores. Mas não. Urgia ganhar a vida e foi advogar. Porém, não advogou jamais com alegria e sim como um condenado a trabalhos forçados. Achava chata, cheia de preocupações mesquinhas, a advocacia. Como conciliar, ao lado do prosaísmo praxista do agravo de petição ou

do agravo de instrumento, da comédia forense sobre se “a apelação deve ser recebida em um só ou em ambos os efeitos, se tal coisa é fato, se tal coisa é direito”, os “máximos problemas” da filosofia? Como conciliar êsses nonadas, que mais lhe pareciam brinquedo de meninos — “curro, curro, eu entro; com quantos? Sapatinhos de Judeu, qual de riba, qual de baixo”? — com as graves indagações do espírito? Pobre Tobias! Êle mesmo confessava que não tinha jeito para “êsse negócio”. Era peixe de outras águas, pássaros para outros vôos.

Há de sua parte, já bacharel, a tentativa obscura da fundação de um colégio no Recife. Não vingou, é de positivo o que se sabe. Tendo vivido até então do magistério, é bem possível, entretanto, que as perspectivas de uma carreira pública mais brilhante e mais de acôrdo com o seu temperamento o levassem a fechar as portas do colégio.

Resolve, então, mudar-se para Escada.

Esta mudança, parece-me o ato mais calculado da vida de Tobias.

Pela natureza das atividades que sempre exercera, Recife oferecia-lhe outro campo. Para o jornalismo, para o ensino, para a advocacia, em tudo, a capital sobrepujava a cidade do interior. Que o levara a transportar-se para aquele feudo açucareiro e escravocrata, interrompendo uma tradição que

já o configurava como homem da capital, como personalidade que excedia a ambiência do interior?

Algum tempo antes de bacharelar-se, Tobias casara com uma filha do coronel João Félix, liberal festejado de 1848, proprietário de vários engenhos no município de Escada. Tudo indica que êle pusera a esperança de grandes vantagens sociais neste casamento. O sogro prometera-lhe muitas coisas, inclusive um dote.

Viver em Escada passou a significar viver em domínios de família, onde com o prestígio social e as relações políticas desta, êle poderia incorporar-se suavemente à *elite* dominante. Entraria na combinação com a parte bela: o talento, a cultura, a capacidade. Nem seria plano imoral, se plano houve. O cálculo aí não se degradava. Constituia um elemento de ação de que Tobias podia honestamente tirar partido. O imprevisto esteve no seu temperamento e na triste decepção a que, afinal, se reduziram as promessas do coronel João Félix (10).

(10) Na questão que depois da morte de João Felix se trava na família sôbre o inventário, as queixas longamente contidas rebentam e Tobias escreve que o sogro fôra o "primeiro motor" de sua infelicidade e compõe-lhe êste epítáfio: "pobre pachola que Deus haja em seu seio onde durma sômente o sono dos tratantes". E esclarecia: "Mentira a sua nobreza de caráter, como foi mentira tudo que êle me disse e prometeu, exceto uma só verdade que até hoje me tem compensado dessas mentiras: a minha mulher". (*Polemicas*, 350).

Falhando estes elementos, desajudado do auxílio que, como compromisso de honra, lhe fôra assegurado, com encargos crescentes de família, sua situação material tornou-se dia a dia mais difícil. Orgulhoso, desabusado, extremamente suscetível, exercendo sôbre o pequeno meio eivado de prejuízos uma atuação antipática porque consistia em corrigir, em censurar com estardalhaço, em mostrar-se superior e agressivo, Tobias acabou incompatibilizando-se com todo mundo, com correligionários, adversários, colegas e juizes. Atribuiu-se uma missão reformadora, e do alto dela, “num tempo em que os hábitos da escravidão nos tinham ensinado a só dizer as coisas por meias palavras e com o devido respeito”, segundo a observação tão justa de Phaelante, criticou em voz alta, desde as altas personalidades da Côrte até os simples mandões locais e os barões encalacrados da Escada, sem esquecer o bom do vigário Simão nem seu vizinho, o alferes Mota Coelho.

Durante uma legislatura, o partido liberal ainda o enviou à assembléia provincial. Antes de terminar o mandato, já se excluira da reeleição pelas críticas ao presidente da Província, candidatando-se avulso, no novo pleito, com uma breve circular, em que só prometia não ser jamais uma *ovelha do rebanho*. Precisamente, a incapacidade de adaptar-se, apagando-se, é que abre entre êle e o pequeno meio o conflito ora latente, ora formal, em que se conso-

mem seus dez anos de Escada. Firmara-se entre os correligionários a reputação de difícil, de incômodo. Os “espíritos calmos, de pisadas macias e movimentos calculados” haveriam de confidenciar-se, advertia o próprio Tobias: “O homem é realmente um doido!”

De fato, numa sociedade de vida eminentemente privada, em que as relações familiares e pessoais, a camaradagem, substituíam os padrões públicos de apreciação de idéias e valores, Tobias fazia o espalha brasas que nenhum partido, nenhuma capela comportariam. Que demônio o induzira, por exemplo, a trazer Escada de canto chorado, impondo-se uma tarefa crítica heróica pelos sacrifícios que terá custado, com a pequena coorte dos jornaizinhos petulantes e atrevidos que êle escrevia e um sobrinho compunha, na pequena tipografia de sua propriedade? Em Escada, não havia ágora ou forum. Debates e divergências travavam-se e resolviam-se dentro do círculo das relações e compromissos pessoais. Êle subvertia esta ética trazendo para as colunas dos seus periódicos, para a luz meridiana, as questões e desacordos. Queria apelar para uma instância mais alta, a da opinião, que, de fato, não funcionava.

Subia dêste modo, com aquela pobre prensa e aquela meia dúzia de caixas de tipos, às proporções de homem positivamente perigoso. A rigor, usava armas proibidas, senão pela lei, mas pelos costumes

da cidade quieta, patriarcal, respeitadora. À semelhança do tavão socrático, fustigava-a e incitava-a a abandonar seu conformismo. Para irritar e burguês com uma nota mais ostensiva de superioridade, abria frequentemente seu luminoso leque de pavão — o germanismo. Um dos periódicos redige-o mesmo em alemão, o *Deutscher Kampfer*. Era um luxo, uma extravagância. Mas era igualmente uma maneira de reagir, de não se deixar absorver. Aliás, não se limitou Tobias a fazer política ou a tratar de questiúnculas locais. Em Escada escreveu os *Ensaíos e Estudos*. Os *Estudos Alemães* ali saíram primeiro em forma de revista. Sôbre a estreiteza do meio, conservou ativo o interêsse pela cultura. E' ainda em Escada que publica o trabalho sôbre o fundamento do direito de punir. A um dos jornaizinhos, *O Martelo*, imprimiu feição puramente literária.

Ao evocá-lo nesse feudo da açucarocracia, como êle a denominou, a um só tempo ajustando contas com o mexerico e a política locais, pensando nos problemas do mundo que se renovava, iluminando os autos forenses com novas concepções do direito penal e ardendo no fogo de desvairada paixão, dir-se-ia que ainda chegam quentes até nós as chamas de sua vida.

Vida ardente e atormentada, sôbre a qual, no mesmo instante em que recaía o desespero das dificuldades materiais, desciam, envoltos na gravidade

professoral germânica, os majestosos estímulos dos amigos distantes: “Águia de Pernambuco, não canse! Avante! Vôa!” exclamava-lhe de Berlim um ilustre admirador. Estes elogios consolavam-no. Uma coisa particularmente grata ao seu coração traziam: vinham da Alemanha. Aliás, quando queria esquecer as misérias e as brigas de Escada, refugiava-se nos autores queridos. Abria o seu Haeckel. Lá estava no pórtico: *Ziele und Wege der Entivickelungsgeschichte*. Podia-se entrar. O mundo era outro. “Que frescura! que serenidade! Como se chamam os juízes de Escada? Nem me lembro mais” (11).

Mas, no fundo, isto equivalia a uma fuga, quando êle gostava de combater. Meu elemento é a luta, dissera, não para fazer frase, mas exprimindo a verdade fundamental de sua existência (12). Às vezes, imprimia à luta um tom rabelesiano, grosso, pesado, vindo das fontes plebéias do sarcasmo. Perfeitamente típico desta modalidade de lutar foi o caso, guardado na tradição oral de Escada, lá colhido e que Phaelante regista. Processado pelo juiz por crime de injúria o rapazinho impressor dos periódicos que Tobias editava, êste, que era o único responsável de tudo, saiu imediatamente a campo em sua defesa. Ao aproxima-se a audiência, Tobias co-

(11) *Vários escritos*, 126.

(12) *Polêmicas*, 186.

meçou a espalhar que se apresentaria armado, de punhal, para dar uma lição ao magistrado. No dia marcado, apareceu, em plena audiência, com uma saliência suspeita na altura da cava do colête. Dada sua fama de maluco, o juiz não teve dúvidas: intimou-o a depôr a arma, pois, caso contrário, mandaria lavar o têrmo de resistência. Então, Tobias, abrindo com calculado vagar o paletó, sacou de dentro uma formidável banana de São Tomé, dizendo: Tome, Sr. Juiz!

Êste humor prodigioso e irreprimível, que o impelia a não considerar conveniências, formalismos e respeitabilidades numa sociedade ciosa de aparências, que tinha a sombra das senzalas para se sujar sem escândalos, constituiu uma das notas dominantes do temperamento tobiano. Mas, a Tobias não se pode considerar um pilheirador irresponsável, um mero contador de anedotas picárescas, um maldizente engraçado. Sua veia satírica cedo se encheu de um conteúdo social que lhe transmitiu a consistência de um instrumento de ação crítica, ferindo aspectos que o traço cortante e breve do humor ou do sarcasmo, melhor que outro qualquer recurso, evidenciava. As tenazes de sua improvisação satírica não pegavam coisas ou pessoas sem importância, porém costumes, instituições e personagens, dominantes no cenário social e a cuja sombra êle se pudera ter acolhido.

Se por obra e graça de feio ardil conseguem que certa parte queixosa lhe retire os poderes para defendê-la, precisamente no momento em que, da tribuna do juri, discutia a questão preliminar, não se retira sem exprobrar tal procedimento, terminando suas palavras por um trecho de Beaumarchais, que ao caso calhava e cujas últimas palavras eram — *et la canaille dernière*.

Ainda não descera da tribuna e já um dos advogados contrários exclamava para a assistência que Tobias acabava de insultar o povo “naqueles versos em francês”. Êle, então, replica mordaz: — “Beaumarchais passando por ter feito versos! E quem o diz é uma das notabilidades intelectuais dêsse D. Pernambuco Cavalcanti d’Albuquerque, onde os barões são pobres e os negros conservadores!”

Dotado de índole expansiva, gostava de cantar, de dançar, de namorar, de divertir-se nas festas dos engenhos. Conservou sempre a sêde de prazer, o diapasão boêmio, tomando o seu bem onde lhe aprazia, sem medir conveniências. Contrastava o seu procedimento com o de indivíduos de sua posição ou que possuíam as mesmas ambições.

Na pequena Escada, que advogado era êste que troçava e xingava os magistrados, que político era êste que criticava desde o imperador ao diretório local do seu partido, que homem sério, casado, pai

de filhos era êste que tocava violão e cantava modinhas pelos engenhos, que se apaixonava públicamente por uma moça solteira, cujos encantos exaltava em ardentes versos? Devia escandalizar, naturalmente, as matronas, as sinhás-moças, os coronéis e barões, a sociedade bem composta do município.

Tobias não foi jamais um homem respeitável no que a respeitabilidade significa como expressão da rotina ética. Não se envolvia na respeitabilidade, auréola dos varões aureamente medíocres, figurantes do quotidiano, colunas do estabelecido.

Sua posição intelectual, seus princípios filosóficos agravavam-lhe ainda mais as desconformidades com o meio.

Até que um dia, para êle, tudo culmina no cêrco, que munidos do competente mandado judicial, lhe põem na casa, altas horas da noite, para que seu cunhado, o Barão de Freixeiras, rehouvesse os escravos da herança de João Félix, que da guarda do titular tinham fugido, preferindo a guarda de Tobias e de outro cunhado, que com ele morava.

Foi uma noite dramática. Pelo ladrar desesperado de um cão, a mulher de Tobias pressentiu que algo de anormal ocorria. Verificou. Era o cêrco. Não quis acordar o marido. So às três da madrugada, desperta-o, avisando-lhe do que se passava. To-

bias levanta, pega de uma vela, corre à porta do quintal, corre à porta da frente, em ambas esbarra com latagões do engenho *Cabeça de Negro*, de propriedade do barão. Indignado, soltou a língua numa golfada de impropérios que, ouvidos pelos camaradas, já irritados com a chuvarada que caía, ricocheteavam para dentro de casa, em ameaças:

— Ah! Tobias do diabo! Ah! *turco* (13) do inferno, tu me paga!

No dia seguinte, Tobias apela para a justiça e contragolpeia alforriando os cativos na parte que lhe tocava. O juiz lança na petição um despacho protelatório. Ele, então, esgotados os recursos jurídicos, concluirá, vencido: “Não sei onde a justiça mora; e quando soubesse, não fica bem a um homem velho entrar de dia em casa de uma prostituta”.

Para Tobias aquilo não se limitou a uma briga de família. Era antes uma conspiração de Escada contra o homem que a cidade pequena não absorvera, nem amansara. Sua decisão de mudar-se tornasse efetiva. O incidente repercutira em Recife. Fôra mesmo nos jornais da capital que Tobias o explicara. Os amigos e admiradores que alí conserva lembram-lhe o concurso para a Faculdade. Tobias

(13) *Turco* significava homem de briga, valentão.

desce, então, para o Recife, para a mais bela batalha.

Que lhe ficara, entretanto, dêsse decênio de Escada? Só amarguras, só tristeza, só a desgraça, como dissera, de alí ter enterrado sua mãe e seu futuro?

Não sòmente isso. Ficara-lhe uma experiênciã singular para homens do seu nivel intellectual, de suas preocupações intellectuais, no Brasil daquele tempo. A experiênciã de um longo convívio directo com o "país real", que, de certo, êle não teria se tivesse seguido uma carreira de burocrata ou se tivesse vindo para o officialismo da Côrte. Esta experiênciã torna-o um cético do liberalismo romântico e literário. A ela (como à cultura alemã), mas em grande parte a ela, ficará devendo a feição realista do seu pensamento político, o horror às fórmulas que não melhoravam nada, que falavam do povo como o povo não era. Que adiantava estar um homem de Côrte falando da melhor forma de govêrno, se não sentia diante da multidão de individuos pobres, doentes e analfabetos, que também precisava pensar na *melhor forma de viver*? Que adiantava dar ao povo o direito de votar em quem quisesse, se isso não o habilitava a ir ao mercado fornecer-se do que precisava? Foi do observatório de Escada que Tobias pôde apreciar devidamente que nada "menos político e religioso que a fome"; que o indi-

víduo não tinha culpa de ser a barriga uma “libertina” que não “sofria com paciência dez minutos de necessidade” (14).

E’ exato que esta experiência serve-lhe principalmente para criticar os princípios em que a fé política libéral do tempo se formulava, para corrigir, porque assim o digamos, numa expressão que talvez lhe fôsse cara, a metafísica política da época.

Sua mudança para o Recife, a entrada para a congregação da Faculdade colocam-no integralmente na esfera de suas preferências, no campo das idéias filosóficas, das idéias gerais. A política propriamente deixa de interessá-lo, em definitivo. Por ela, só manifestará desprêzo, como se fôsse “indiferente a um iniciado no darwinismo, são palavras de Graça Aranha que bem lhe cabem, a escravidão do mais fraco pelo mais forte e também a organização monárquica da sociedade, como a do universo pelas

(14) *Vários escritos*, 126, “E’ preciso que nos convençamos: a magna questão dos tempos atuais não é política, nem religiosa, é tôda social e econômica. O problema a resolver não é achar a *melhor forma de govérno* para todos, porém a *melhor forma de viver para cada um*; não é *tranquilizar as consciencias*, porém *tranquilizar as barrigas*. Que importa ao homem do povo que lhe dêem o direito de *votar em quem quizer*, se êle não tem o direito de *comer o que quizer*? Que lhe aproveita a liberdade de vir ao templo, quando queira, e orar a Deus, como lhe aprouver, se êle não tem o poder de ir ao mercado, quando lhe apraz, e comprar o que precisa”? Estas palavras de Tobias são de 1878.

leis da atração e da gravitação”. O que êle quer é dedilhar o violão da filosofia nos seus acordes mais adiantados, mais científicos.

A filosofia encontrava nas Academias de Direito o unico ambiente de vulgarização possível, entre nós. Não possuíamos escolas de altos estudos. As doutrinas jurídicas, participando a um tempo, nos seus fundamentos, dos princípios gerais da filosofia e, na sua prática, do govêrno das realidades sociais, ofereciam condições para que, através delas, tomássemos contacto com os novos rumos do pensamento. Estes sintetizavam-se numa diferente interpretação do mundo, baseada principalmente nas ciências físicas, biológicas e sociais que então se desenvolviam.

A época reclamava, pois, um filósofo-jurista. De certo, já tínhamos possuído grandes professores e cultores do direito. Pimenta Bueno, Paula Batista, Ramalho, Florentino, Nabuco de Araujo estavam entre êles. Mas preocupavam-se quasi que exclusivamente com o conhecimento e desenvolvimento do sistema jurídico positivo e com a técnica da aplicação do direito. O próprio Teixeira de Freitas não se deteve nos problemas da filosofia do direito. Talvez lhe parecesse, como a Savigny, e conforme escreveu Clóvis, “que a filosofia nada tinha que ver diretamente com a jurisprudência, que em vez de sustentáculo e guia antes era um elemento contur-

bante do encadeamento lógico da doutrina jurídica". E embora Lafaiete e Ribas tivessem já espalhado os princípios gerais da civilística alemã, embora João Vieira houvesse alertado as inteligências para o novo direito penal que os juristas italianos elaboravam, nenhum houvera assentado ainda "sobre a doutrina jurídica as construções generalizadoras de uma filosofia do direito". Este papel coube a Tobias. Conquanto, diz Clóvis, "sua especialidade fôsse o direito criminal, e tivesse de reger, na faculdade jurídica do Recife, a cátedra de processualística, segundo a denominação germanizada de sua preferência, a concepção geral do direito foi o *canevas* onde êle broslou seus pensamentos mais fecundos e mais duradouros. O monismo era mal conhecido entre nós, em sua forma rigorosamente mecânica, embora os livros de Haeckel já andassem pelas mãos dos moços. Porém, o que ninguém havia ainda certamente imaginado era como dessa doutrina poderia surgir uma concepção geral do fenômeno jurídico. Foi o que veio mostrar Tobias Barreto, utilizando-se dos trabalhos de Haeckel e Noiré, vivificados pelo criticismo kantiano, assimilando, criticando e, algumas vezes, remodelando as doutrinas de Ihering e Hermann Post, os quais êle fundia no poderoso cadinho de sua inteligência superior e original" (15).

(15) Clóvis Bevilacqua — *Juristas-Filósofos*, pg. 23.

A esta missão dedicou pois Tobias os seus anos de magistério superior. O grau de certeza, de segurança, de ortodoxia que para ela levou denotava nele um chefe, um propagandista de primeira ordem. O desdem pelos colegas que lavravam na mesma seara jurídica, apenas se mitigaria pela consolação de saber que teriam com êle aprendido alguma coisa nova. Era o máximo que, a seu ver, acontecera a um ou outro. Mas, na intimidade, como é lícito concluir das cartas a Sílvio Romero, nem isto pensaria.

Não havia ninguém para êle que prestasse na congregação. Vivia incomodado de ver o seu "nome sempre citado em companhia dos de José Higino e João Vieira (o badalo), como os três iniciadores da reforma jurídica entre nós!!! Que tal! O badalo tem uns ímpetos obscuros, inconcientes, mas não pode, é fraquíssimo. O Higino, êsse, a meu ver, ainda é peor, pois é um espírito que vive cheio de sua missão providencial de estudar a dominação holandesa em Pernambuco, e pensa que isto é grande coisa!... De direito moderno, nada. E' um lente de administrativo que adora o Cortines Laxe! E' um pesquisador da Holanda, que nunca nos disse uma palavra sôbre a literatura dêsse país. Muito breve pretendo dar-lhe uma surra nesse sentido. Estou estudando holandês, tanto quanto baste para

falar com consciência, e já estou tratando de pôr-me *au courant* do movimento espiritual da Holanda. Ramalho também terá o seu quinhão de pancada”.

Se assim se exprimia, em confiança, a um amigo, de público seu julgamento sôbre a Faculdade não mudava substancialmente. Em nota ao estudo *Sôbre uma nova intuição do Direito*, publicado nas *Questões Vigentes*, anunciava que tinha em mãos um trabalho em alemão, do qual iria dar uma edição francesa sôbre o corpo de professores da Faculdade de Direito. E ameaçava: “Quero citar mais de um reu perante o tribunal do mundo civilizado” (16). Seu complexo de inferioridade explodia a cada passo. Protestava que lhe queriam roubar a precedência na abertura do caminho da nova intuição jurídica (17). Dir-se-ia que tinha ciumes de quem quisesse participar ou colaborar nessa intuição no mesmo pé de igualdade, como professor. A ela só deveriam chegar através dêle, levados por êle, como discípulos. Mas não entrava nisto apenas o complexo de inferioridade que o atormentava, que o tornou, por vêzes, tão injusto, tão mesquinho na apreciação dos homens. Entrava também a vaidade do autodidata, a presunção de que era proprietário do assunto em que se especializara, inclinando-

(16) *Questões Vigentes*, 109, nota 48.

(17) *Questões Vigentes*, 114, nota 68.

se a ver em quem quer que desejasse lavar o mesmo campo um inimigo de sua glória, um sócio nos despojos.

Entretanto, a mocidade adorava-o. Ela só lhe descobria virtudes: o arrojado e o moderno das concepções, a irreverência do saber, a capacidade de demolir, a liberdade de dizer o que bem entendia e a flama capaz de comunicar a outrem o próprio entusiasmo. Tinha um riso largo, sacudido, uma voz sonora e nuançada, uma simplicidade extrema de maneiras. Na livraria do Quintas, à rua Nova, depois do meio-dia, era certo encontrá-lo na sua cadeira, o braço esquerdo apoiado no balcão, cercado de ouvintes. Aquecido e estimulado pela simpatia e admiração da roda, conversava, explicava, comentava, falava mal da vida alheia, deslumbrava com o seu saber, seu espírito não afeito às convênções, sua jovialidade.

Sua casa estava sempre aberta aos estudantes.

O desembargador Colares Moreira lembra-se de ter visto na sua sala de visita, com livros desordenadamente atirados pelos cantos, um violão sobre um piano. Aí a retina de Pardal Mallet fixou-o nos traços desta água forte: “numa sala escura e suja, cheia de livros empoeirados, êle me appareceu de chinelos sem meias, em mangas de camisa, com o peitilho aberto, mostrando o peito cabeludo. A sua

grande cabeça feia tinha uma pasmosa mobilidade de traços, indicando-o como capaz de ser entre nós um João Caetano”.

Recife crescera, mas continuava ainda uma urbs modesta, de ruas estreitas, atravancadas pelas carroças puxadas por bois. Os estudantes não se achavam como hoje dispersos pelas suas atividades, mal podendo comparecer às aulas. Em geral, eram os ricos ou remediados que estudavam. Depois das aulas que se realizavam pela manhã, ficava-lhes longo tempo livre, que só tinha destino certo nas temporadas do teatro lírico. Não havia praia, nem esportes, nem futebol, nem cinemas. Apenas bilhar. Que um fascinador como Tobias reunisse em tórno de si, durante uma ou duas horas diárias de convívio boêmio, grande parte dessa mocidade curiosa do mundo e de seus problemas, nada mais natural. Sua influência, portanto, não se limitava aos minutos regulamentares das preleções. Desdobrava-se naquele convívio, naquela iniciação pessoal nos pensamentos, nas concepções do mestre.

Seguramente, raros homens neste país terão possuído tantos adoradores pessoais como Tobias. Em tôda parte do Brasil, ainda há poucos anos, êle vivia no coração de figuras eminentes que, passadas duas, três décadas, guardavam-lhe ainda o mesmo culto, por êle sentiam a mesma fascinação. O exemplo de Graça Aranha é simbólico. Era a gente que

o ouvira e seguira ou que se formara na órbita de sua influência e que não cessava de contar que êle fôra maior pelo que dissera do que pelo que escrevera.

Apesar de professor, continuou preso às mesmas dificuldades materiais do passado. Ganhava, sem dúvida, muito pouco, cêrca de quatro contos por ano. A posição era bonita, porém mal remunerada. A Sílvio queixou-se do "sistema de proteção que os diretores da Faculdade vão outorgando a certos lentes com prejuízos de outros", sistema de que o excluíam, numa maneira muito humana de se vingarem do seu desdém. A certo lente acusa de estar ganhando "ordenado de ministro": um conto de réis por mês! Suas aperturas financeiras eram permanentes. Sua vida não tinha ordem, nem êle deixava que lh'a pusessem. Abrira escritório de advocacia, mas nada rendia. Seu gênio, sua falta de continuidade, seu horror ao prosaísmo do fôro, seu germanismo, suas filosofias, nada disso inspirava confiança ou atraía clientes. Procuravam-no, às vêzes, para intervenções sensacionais no juri, mas eram raras.

Para aumentar a escassa renda dava então aulas particulares. Os *traços de literatura comparada do século XIX* constituíram um dêsse cursos. Os *Comentários ao Código Criminal*, outro especialmente ministrado a alunos da Faculdade.

Entretanto, essas pequenas, achegas mal o ajudavam. Até que um dia seu organismo manifesta os primeiros sérios sinais da doença que haveria de matá-lo, dentro em breve. O coração do lutador fraquejava. Nos últimos anos ficou muito sujeito a tonturas. Nas aulas, por tôda a parte, constantemente estava a aspirar um pequeno vidro cheio de água de colônia. Depois, os sintomas tornaram-se mais graves. Falta de ar, comêço de dispnéia. Êle considerava-se atacado por uma bronquite, apenas agravada com perda de açúcar. Não admitia que lhe falassem que estava sofrendo do coração. Numa das cartas a Sílvio, contando que há sete meses já se achava doente, relata: “Uma terrível bronquite asmática tem-me tornado inerte e imprestavel. E o peor tem sido que médicos burros ou malignos atiraram na circulação que eu estava sofrendo de lesão cardíaca”... (18) Sempre com a preocupação dos inimigos, sempre com a idéia de perseguição. Afinal, seguramente mais por iniciativa própria, resolve partir para o sertão em busca de melhoras. Não as obtem depressa como quisera e volta para o Recife, explicando ao vigário da localidade, numa quadra, os motivos do regresso:

*Por que volto? Esta é boa! Nem se indaga:
Não posso mais sofrer tamanho exílio,
Pois a vida bucólica e campestre
Só me agrada... nos versos de Virgílio.*

(18) *Vários*, 310.

A vida da cidade oferecia-lhe por certo mais encantos. A estes juntava-se especialmente o da sua última e desvairada paixão, paixão ardente, voluptuosa, uma orgia sensual que lhe fazia dirigir à amada versos como estes:

*Esta paixão que me devora o peito,
Esta sede que abrasa-me as entranhas,
Para acalmá-la, ao menos por instantes,
Bastava um góle d'água em que te banhas.*

A saúde, porém, não voltava. Continuava a “viver uma vida de alternativas: ora bem, ora mal”. Escrevia a Sílvia que se consolava com a idéia de que não eram raros os que sofreram o mesmo mal durante anos, e, todavia, restabeleceram-se. Mas teimava em levar uma vida sexual desordenada. Só a doença lhe imporia a obrigação de ser menos *wollüstiger*, como a Sílvia mandava dizer, quando o mal começa a agravar-se e êle cada vez mais se vê impedido de sair. Obrigado a permanecer em casa, aproveita o tempo para dar forma final ao *Comentário ao Código Criminal*, organiza as *Questões Vigentes*, providencia uma segunda edição dos *Ensaios e Estudos de Filosofia e crítica*, discute com Sílvia detalhes para futuras edições de obras suas. Porém a doença, agravando-se, impedia-o de ir à Faculdade e, repetidamente licenciado, nem os escasos vencimentos de professor recebia mais. Sem vintém, com família numerosa a sustentar, com gas-

tos forçados de um tratamento dispendioso, sua situação apresentava as côres da miséria. “O meu estado é tão grave, escreve a Sílvio, que alguns amigos já promovem uma subscrição para eu fazer uma viagem à Europa... Eis aí, meu caro amigo, a que se acha reduzido o velho Tobias!”.

Em meio de todo êsse drama, sua agressividade, todavia, não se amainava. Luta com a morte e com os inimigos, ao mesmo tempo. Entre estes, incluía José Higino. Desde que entrou para a Faculdade que ficou espreitando a hora de dar “uma surra” no “holandês”. E um belo dia achou a ocasião, ou melhor, forçou a ocasião e a famosa polêmica se travou. Doente, pobre, abandonado dos poderosos, dos importantes, a reação dos adversários soa-lhe como o assalto final da inveja à gloria do seu nome. Confidencia a Sílvio Romero: “Quero, pois, fazer-lhe um pedido: dada minha morte, salve a minha memória da garra dos infames. Não consinta que os Higino, Vieira & Companhia se banqueteiem no meu cadaver”.

Porque, já agora, êle sente que vai morrer. É verdade que, em fevereiro de 1889, ainda nutre esperanças de restabelecimento, pensa numa viagem à Europa para tratar-se, com recursos das subscrições que, no Recife e no Rio, corriam a seu favor. Previne mesmo a Sílvio de que se acautele contra qualquer telegrama dando-o como morto. “Há por aquí,

justifica o aviso, gente encarregada de espalhar notícias falhas neste sentido, a fim não só de incomodar-me, como também de dificultar a arrecadação das subscrições!... Que gente! Consta que um dêsses miseráveis é um tal João Elísio, conchulado de João Vieira, e pretendente de uma cadeira na Faculdade... A coisa é verosímil. Tenho estado prestes a morrer e os tais colegas nunca mandaram saber do meu estado. Eis aí”.

Tobias, entretanto, aproximava-se do fim. A moléstia torna-o intratável. Desespera-se se lhe dizem que seu mal é do coração. Só admite, afinal, como médico, certo facultativo seu amigo, que tinha precisamente a sua opinião sôbre a moléstia que o minava. Sete dias antes de morrer escreve a última carta. E’ ainda a Sílvio que a dirige:

Recife, 19 de junho de 1889.

Amigo Sr. Sílvio.

Acabo de receber a sua carta e vejo o que me diz a respeito do 7 de junho. E’ engano seu: eu não me restabeleço mais; a moléstia tem sido rebelde; o único remédio é morrer.

Como estou reduzido a proporções de pensionista da caridade pública, e me fala nisto em sua carta, peço-lhe que dê pressa às entradas das contribui-

ções de sua lista, visto como os meus últimos recursos estão se esgotando.

Faço votos pelo seu restabelecimento e adeus; quem assina por mim é o meu Pedro.

Do amigo velho

TOBIAS

Aos 26 de junho, às 9 horas da noite, expirava na casa de um discípulo que, condoído de sua situação, trouxera-o para a própria residência (19). Dizem que antes de morrer, ponderou:

— Tudo tem sua lógica, até a morte.

(19) Abelardo Lobo — *Tobias Barreto*, in *Abelardo Lobo, In memoriam*, pág. 121.

CAPITULO II-

IDÉIAS POLÍTICAS

Quando Tobias se decide a tomar posição entre os partidos, oferecia o panorama político aspectos de inquietação e renovação. Depois do longo consulado conservador, em que se firmara o “triunfo monárquico”, e ao qual serviram homens de todos os matizes, sinais ineludíveis de mudança na mentalidade política começaram a manifestar-se. Surge a conciliação de 1854 coincidindo com a transformação das condições internas, devida imediatamente, em grande parte, à abolição do tráfico. Os capitais invertidos no comércio negreiro ficaram, de chofre, disponíveis. Aplicados à economia nacional, um sôpro de iniciativas, reformas e melhoramentos materiais percorreu o país inteiro. Começou a lavrar certa febre de negócios e especulações de que o relatório de Ângelo Ferraz, em 1859, dá notícia tão viva. Práticas e hábitos até então desconhecidos para a velha sociedade escravocrata e patriarcal suscitam

apreensões: “Antes bons negros da costa d’África para cultivar os nossos campos férteis do que tôdas as teteias da rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto e quinhentos mil réis para as nossas mulheres”, geme o referido relatório. É a posição em face das transformações que o país estava sofrendo que determina a atitude dos grupos políticos. Tanto entre os chamados conservadores, como entre os chamados liberais, há inteligências que compreendem os tempos novos e se dispõem a partir ao seu encontro. Tanto num campo como noutro, nomes há que encarnam a reação, a imobilidade. São os interesses a que cada qual está preso, a formação intelectual, a prudência nos velhos e a audácia nos moços que separam ou dividem os estadistas e os políticos no modo de compreender os problemas que a modernização da sociedade iria suscitar.

A essas origens prendeu-se a formação da Liga de conservadores moderados e de liberais, batizada por Saraiva com o nome de Partido Progressista. Surgia o agrupamento que, coroando a fase de transformação, depois dos comícios eleitorais de 1860, em que a maré democrática recomeçara a encher, viria inaugurar em 1864, sob Zacarias, a primeira situação progressista. Esta atendia assim à necessidade de se governar por outro ritmo. A vida econômica, revigorada pela introdução de capitais, exigia liberdade de movimentos, novas formas para a con-

cretização das iniciativas da riqueza. (20) A simples enumeração de varias medidas do gabinete demonstra o sentido da política que se inaugurava: liberdade de cabotagem, abertura do Amazonas, navegação subvencionada para os Estados Unidos, reorganização do crédito agrícola a que a reforma hipotecária de 1864 deveria principalmente servir. Neste ano, rebentou a crise comercial, de tão intensa repercussão.

Trava-se, porém, dentro da própria situação progressista, uma luta em que se refletem imperativos da nova ordem de coisas. Aos poucos, o velho liberalismo, representativo das tradições democráticas do primeiro reinado, tende a separar-se do elemento exclusivamente progressista, num processo de radicalização cujo desfecho, embora interrompido, não demorará muito. A queda de Zacarias, motivada pelo tão discutido incidente Caxias, e a volta dos conservadores ao poder obstaram, no momento, a desagregação dos liberais. Entre estes, os ressentimentos contra o Imperador agravam-se de tal maneira que Nabuco de Araujo falava do desejo, por alguns manifestado, de “reformas exageradas e imprudentes”. Havia mesmo os que pensavam estar finda a missão da monarquia. Diante do perigo comum de uma reação conservadora, da volta ao absolutismo, unem-se os liberais e, sistema-

(20) E. de Castro Rebêlo — *Mauá*, pgs. 69 e 85.

tizando suas idéias, em 1869, lançam ao país o *Programa* e o *Manifesto*, em que explicam e incorporam as reivindicações políticas mais profundas que até então se tinham formulado no reinado de Pedro II. De como lhes sentiam a urgência, falava bem alto o dilema em que no *Manifesto* se colocava o país: — Ou a reforma ou a revolução!

Reclamavam a responsabilidade do ministério; a prática do princípio de que o rei só devia reinar e não governar; descentralização com autonomia das províncias e dos municípios; liberdade de indústria e comércio e extinção dos monopólios; garantias para a liberdade de consciência; independência do poder judiciário; extinção do Senado vitalício; limitação do Conselho de Estado a um órgão consultivo da administração, sem autoridade política.

Mas, pouco depois, os radicais do liberalismo completam este programa ajuntando-lhe mais uma exigência: a abolição: Em 1870, do seio dêles, surge o Partido Republicano.

O partido liberal procurava articular as aspirações democraticas do país. A isto não podia ser insensível Tobias. Estudante pobre, mestiço, cheio de sonhos, que a auréola do talento estimulava, sem ligações de sangue, de família ou riqueza que o predispuessem a uma atitude, logo depois de bacharelar-se pergunta “à sociedade em que vive, aos fatos que observa, à razão que consulta” a que partido deve

pertencer. E a resposta foi lógica: ao liberal, porque “o verdadeiro solar do liberalismo é a democracia”. Nas hostes liberais ingressa, portanto, mas não o faz pedindo, solicitando ou abrigando-se à sombra de algum nome protetor, senão pela imprensa, com o artigo *Os homens e os princípios*, discutindo, criticando. Vivendo há muitos anos num meio em que a revolução praieira tanto estremara o elemento popular e liberal do aristocrático, Tobias não queria que as fronteiras entre os dois grandes partidos se reduzissem a “puras modalidades acidentais”, mas antes exigia que se eliminassem “as féculas aristocráticas que ainda permanecem no próprio fundo do liberalismo”. Para êle, a idéia liberal teria de guiar o “trabalho de assimilação” do povo brasileiro à democracia, de maneira a se arredarem da sua constituição social e política “os preconceitos, as distinções, as infatuações estolidas, êsse cúmulo de imundícies que obstruem a corrente” (21).

Revive, então, no semanário *O Americano* os grandes temas da oposição política liberal, enriquecendo-os com suas observações críticas e doutrinárias. Recordar êsses temas, destacar a importância que tinham no pensamento da época, mostrar como os tratou Tobias através de toda sua obra e não apenas dos artigos daquele jornalzinho, eis o que agora

(21) *Vários Escritos*, pg. 17.

vou tentar para uma apreciação de conjunto das idéias políticas do famoso sergipano.

Nenhuma realidade política da monarquia preocupou mais seus publicistas do que o poder pessoal de Pedro II. Para louvar ou para censurar, todos situavam o monarca no centro da vida pública. Sua vontade era tida e havida como a mola real da atividade dos partidos e da atividade governamental.

Tobias não gostava de Pedro II e não perdia oportunidade para manifestar esta antipatia. Não reconhecia no Imperador um “grau acima de medíocre” e ridicularizava os que o proclamavam um “monarca sábio e diligente”. Estes juízos, o pouco amor que consagrava ao imperante não lhe toldaram, contudo, a visão da complexa realidade dentro da qual Pedro II devia ser observado. D. Pedro, escreveu na *Carta aberta à imprensa alemã* redigida no intuito de contestar o papel que os jornais germânicos atribuíam ao imperador na vida e no desenvolvimento do Brasil, “pertence à classe daquelas naturezas, de que não se pode afirmar que tenham *les défauts de leurs vertus*, mas as virtudes dos seus defeitos. Acresce que essas virtudes se resumem no único fato de deixar-se cercar de lacaios e ministros, que lhe são, em todos os pontos, muito inferiores. Se pelo que toca à política, êle nos tem reduzido a uma espécie de *corporação de mão morta*, é certo que para êste fim não se fez

instrumento de ninguém. Os males que diàriamente sacode das margens em cima do país, têm sido todos originados de sua própria inspiração” (22). Também êle, portanto, proclamava a supremacia do imperador na vida pública do reinado. Dos três personagens a cuja discrição, segundo Tobias, se achava o Brasil — Deus, o diabo e o imperador — o último era realmente o mais tangível e o de maior prestígio. Ao franzir ou desfranzir da frente imperial, os partidos se elevaram ou se abatiam (23).

A que motivos se deveu tamanha e completa ascendência? Como sempre, a um conjunto de factores, entre os quais a política centralizadora e autoritária que, depois da Regência, a pessoa do monarca simbolizou; às qualidades por êste reveladas no exercício das funções imperiais e, principalmente, à ausência, à fatal ausência de opinião pública no país.

O império não tinha povo, no sentido político da palavra. “*O povo brasileiro*, escreveu Gilberto Amado, não podia ser o milhão e meio de escravos, o milhão de índios inúteis que a contagem do governo reduziu, com evidente imprecisão, a quatrocentos mil apenas; não podia ser os cinco milhões de agregados das fazendas e dos engenhos, caipiras,

(22) *Ein Offener Brieff an die deutsche Presse*, 37, in *Estudos de Direito*, II, 127.

(23) *Vários*, 290, 26.

matutos, caboclos, vaqueiros do sertão, capangas, capoeiras, pequenos artífices, operários rurais primitivos, pequenos lavradores dependentes; não podia ser os dois milhões ou o milhão e meio de negociantes, empregados públicos ou particulares, criados e servidores de tôdas as profissões. O povo brasileiro, existente como realidade viva, não podia deixar de ser apenas as 300.000 ou 400.000 pessoas pertencentes às famílias proprietárias de escravos, os fazendeiros, os senhores de engenho de onde saíam os advogados, os médicos, os engenheiros, os altos funcionários, os diplomatas, os chefes de empregos, únicas pessoas que sabiam ler, tinham alguma noção positiva do mundo e das coisas e podiam compreender, dentro de sua educação, o que vinham a ser monarquia, república, sistema representativo, direito de voto, govêrno, etc. É por demais evidente a inexistência nesse tempo, como em geral ainda hoje, dessas aglomerações coesas de população, desses núcleos vivos e concientes de trabalhadores rurais e urbanos, dessas massas agrícolas disciplinadas e esclarecidas, de onde pudesse sair um corpo eleitoral capaz e responsável". (24) Desta situação resultava que também não havia partidos. Estes representavam menos tendências ideológicas do que "clans organizados para a exploração em comum das vantagens do poder", como os definiu Oliveira

(24) Gilberto Amado — *Grão de Areia*, pg. 256 e seg.

Viana. Com uma ou outra exceção, o Imperador podia chamar ao govêrno qualquer conservador ou liberal para realizar o programa que seu “augusto pensamento” determinasse (25). O que fazia rumo era a vontade imperial.

De fato, funcionava um pitoresco govêrno de dois andares, como o qualificou Tobias, e cujos inquilinos o monarca mudava a seu talante. Num país sem instrução, sem nenhuma prática de govêrno representativo, achavam alguns que o poder moderador fazia as vêzes de opinião pública tutelando a vida e o equilibrio dos partidos. Entretanto, Tobias sentiu o excesso que haveria em atribuir “as desordens da nossa vida política e social à vontade única do imperador” (26). Porque êle também sabia que “reis, estadistas e legisladores não passam de títeres movidos pelo espírito do seu tempo” (27). Como responsabilizar o imperador pela “inação política dos nossos municípios”, por “mil fenômenos patológicos do organismo social brasileiro”, se não estava em seu alcance dar civismo aos cida-

(25) Uma fôlha monárquica, órgão do comércio, da lavoura e da indústria, escrevia: “Entre nós, onde tanto se fala em liberdade, só há de fato um poder, o do chefe do Estado. Graças à interpretação dada a certas disposições constitucionais e à condescendência e fraqueza dos seus conselheiros, só não faz aquilo que não lhe apraz ou que, tendo em mente, não é adivinhado pelos seus ministros”. *Globo* de 17 de Janeiro de 1877.

(26) *Estudos de direito*, II, 124.

(27) *Est. de direito*, II, 130.

dãos, injetar idealismo na classe dos *açúcaro* e *caféocratas* do país, nem, em suma, concertar as anomalias do caráter nacional? (28) Êle achava o imperador digno de censuras não tanto pelo que fazia, como pelo que *deixava de fazer*. Aí é que lhe exprobrava a curteza da visão, a tacanhice da ação política e governamental (29). O liberalismo de Pedro II parecia-lhe antes uma atitude de omissão comodista. Preferiria que o imperador pusesse de lado as ficções constitucionais e assumisse a liderança ativa, ostensiva da nação.

Não chegava, pois, a compreender a figura do rei constitucional, do rei que reinava e não governava. Isto contrariava-lhe duas coisas, ao mesmo tempo: a realidade que o cercava e seu temperamento de homem de vontade, de homem de autoridade. Àquele dogma constitucional dedicou os versos satíricos que abaixo se transcrevem, admiráveis de graça e irreverência (30).

(28) *Estudos de direito*, 128.

(29) *Estudos de direito*, 131.

(30) Não sei porque a língua humana
Os brutos não falam mais,
Quando hoje têm melhor vida,
E há muita bêsta instruída
Nas ciências sociais...

Tobias acumulou evidências e comentários sobre o abastardamento da vida pública no império. O ambiente político da monarquia sofria de vícios profundos. Nabuco recordou-os nestes termos: “relaxação, inexistência de uma probidade, de uma integridade, de uma fidelidade que se pudesse chamar

Últimamente entenderam
Que tinham também razão
De proclamar seus direitos,
Pondo em uso os bons efeitos
Que trouxe a Revolução...

“Seja o leão, diz o asno,
Um rei constitucional;
Com assembléias mudáveis,
Com ministros responsáveis,
Não nos pode fazer mal.

Fiquem-lhe as garras ocultas,
Não ruja, não erga a voz,
Conforme a tese moderna
Qu'êlé reina e não governa
Quem governa somos nós...

Todas as bēstas da terra
Todas as bēstas do mar
Tenham os seus delegados
Sendo os ministros tirados
Do seio parlamentar”...

cívica”. Atribuí-los, porém, a “males congênitos”, qual Nabuco em *Um Estadista do Império*, ou a defeitos do caráter nacional, como Tobias, soava muito vago. O que havia era a influência de condições de ignorância e pobreza, numa sociedade aviltada pela escravidão. A escravidão impedia o desenvolvimento da riqueza e fadava a uma vida sem estímulo, a

Muito bem! grita o macaco,
“A gente vai ser feliz!
Respeito a ciência alheia;
Publicista de mão cheia,
O burro sabe o que diz.

Todavia, acho difícil
Que Dom Leão rugidor,
Sujeito à sede e à fome,
Queira ter somente o nome
De rei ou de imperador!...

Acostumado a pegar-nos
Com suas patas reais,
Calar-se, fingir-se fraco!
Segundo penso eu... macaco
Dom Leão não pode mais!”

Acode o asno: “eu lhe explico,
Nada vale a objeção:
Se o rei viola o preceito,
Salvo nos fica o direito
De fazer revolução!”

uma existência desprovida de preparo para o trabalho qualificado e produtivo as camadas livres e pobres da população. O que degradava a vida política eram as condições sociais do povo e não o clima, a raça, ou o caráter. A massa da população, que devia servir de base ao funcionamento do regime representativo, jazia analfabeta, ignorante, sem profissão definida, fugindo do trabalho agrícola marcado com o estigma de servil, incapaz de incorporar-se à sociedade através de ocupações que lhe aumentassem a riqueza. Em 1880, na região de Campos, no Estado do Rio, sobre uma população livre de cêrca de 56 mil habitantes, havia um total de 16 mil indivíduos sem profissão definida, ou sejam 32% dos habitantes. Estatísticas de 1882

Mestre burro, isto é asneira
Palavrão de zurrador,
Êsse direito é fumaça;
De que nos serve a ameaça,
Quando nos falta o valor?

Só vejo que bem nos quadre,
No trono algum animal,
Que coma e viva deitado:
O porco! Exemplo acabado
Do "rei constitucional"...

Abelardo Lobo — *Tobias Barreto*, in "Abelardo Lobo".
In Memoriam, pag. 128.

revelaram que em seis das maiores províncias, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Baía, Pernambuco e Ceará, a relação entre a massa de trabalhadores e desocupados de 13 a 45 anos era a seguinte: trabalhadores livres, 1.434.170; escravos de lavoura, 650.540; desocupados, 2.822.583, ou sejam mais de 50% do total (31).

Não seria possível, nas condições sociais que estes dois exemplos simbolizam, praticar-se a política que as instituições escritas pressupunham. No país dominado pelo privatismo, sem opinião pública operante, onde os comícios eleitorais caíam sob o contróle dos senhores de engenho e fazendeiros, que moviam, a seu capricho, a massa dependente e ignorante dos eleitores, Tobias divisou com muita graça o espetáculo da farândula partidária movendo-se num ambiente que as correntes ideológicas não oxigenavam: “Vós, conservadores, sois os homens da *primeira mesa*, nós, liberais, os homens da segunda, que já vamos, em grande parte, roer os ossos que nos deixais. Atrás de nós é que vem a pobre música que ainda não comeu... são os republicanos” (32).

(31) Osório Rocha Diniz — *A política que convém ao Brasil*, pág. 104.

(32) *Discursos*, 17.

O mecanismo eleitoral prestava-se para o que as autoridades provinciais quisessem. Estas dependiam do gabinete. Êste, por seu turno, do Imperador. De modo que a situação se resumia no formoso *sorites* do senador Nabuco de Araujo: “O Poder Moderador pode chamar a quem quizer para fazer ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria”. Isto estava longe de constituir o sistema parlamentar que os teóricos defendiam. Tobias destacou com vivacidade flagrantes contradições que a realidade gerava. Enquanto, por exemplo, a política falava inglês, enquanto o Brasil fingia-se de inglês em assunto de governo, continuava a “ser êle mesmo na religião, ciência, indústria, comércio e os demais pontos e relações da vida social” (33). Admirável como lucidez e conhecimento da história política é a segunda parte do seu estudo — *A Questão do Poder Moderador*, em que acentúa o caráter peculiar do parlamentarismo britânico e as contrafações, que mal se articulavam, nos ambientes estranhos. Entre a índole do parlamentarismo inglês forjado, evoluído, vivido como um “produto da história”, e a índole das organizações políticas, do constitucionalismo “produto do entendimento, da faculdade de criar conceitos” para enquadrar a realidade, residia, assinalava Tobias, a diferença que faz a peculiaridade vivedoura das instituições da Grã-

(33) *Questões*, 176.

Bretanha, tornando-as inassimiláveis a outros climas.

Nosso govêrno parlamentar parecia-lhe, portanto, uma superfetação, uma inutilidade perniciososa: “o parlamentarismo não existe entre nós: esta é a fonte de tôda a nossa miséria política” (34). Vendo-o como órgão para os políticos matarem o tempo, discursando e interpelando, Tobias expressava, na veemência com que responsabilizava o parlamento pelas nossas “misérias”, o sentimento do seu artificialismo num país sem o clima cultural correspondente a instituição daquela natureza.

Contudo, se a ausência de opinião, a falta de povo tiravam à nossa vida política seus aspectos à inglesa, degradavam a política à mera atividade de grupos e abastardavam os pleitos, não devemos perder de vista a função de classe que o govêrno parlamentar, aquí como em tôda a parte, foi chamado a desempenhar. Através das formas parlamentares, as camadas dominantes imprimiam às sua divergências caráter constitucional. Desde que o Estado deixou de ser controlado por famílias reinantes e passou a ser dominado pelas classes produtoras, que a vocação histórica do regime parlamentar foi fazer do Estado um aliado dessas classes, um palco de lutas legais e pacíficas entre os interêsses que as agitavam e dividiam. O parlamento monárquico não se limitou a uma casa de debates pernósticos,

(34) *Estudos de direito*, II, 62.

eruditos ou inúteis. Por intermédio dêle, segundo métodos então caros à burguesia, as fôrças sociais representaram o drama governamental, exprimiram seus interêsses e suas aspirações, exercêram domínio sôbre o Estado. Nos seus Anais não existe apenas erudição estéril ou conversa fiada insigne. Nas páginas dêstes Anais acompanhamos as transformações da sociedade brasileira. Embora em escala diversa, com naturalidade diferente, o govêrno parlamentar correspondeu a uma concepção política dominante no seu tempo. Que a sua realização entre nós se tenha chocado com peculiaridades de nossa vida, não há negá-lo. Em países em que existe diferença cultural profunda entre a elite e a massa dos cidadãos, a organização política oferece, muitas vêzes, êsse aspecto de artificialismo. Mas a organização política brasileira não podia limitar-se a levar em conta apenas o que era peculiar ao nosso atraso — país escravocrata, massa iletrada e inculta. Tinha que receber a influência das idéias políticas da época, tinha que se constituir à sua imagem. Uma estrutura mais atrasada passava a ser servida por métodos políticos mais adiantados. Resultavam daí inconvenientes. Porém, isto também era uma condição de progresso.

As lutas políticas travavam-se, entre nós, apenas no seio da classe dominante e o parlamento era precisamente o seu palco. Tais lutas refletiam as transformações que se operavam na sociedade e que

a dividiam, de modo geral, em duas partes, a progressista e a conservadora.

Em regra, o que se chamava partido conservador mostrava menos entusiasmo por mudanças e reformas. Porém, na verdade, o que havia eram, nos dois partidos, grupos representativos dos velhos e novos interesses e que se colocavam, sob a influência dos mesmos, em atitudes que objectivamente correspondiam a sentidos sociais diversos, até contrários. Quem desejasse conservar, principalmente porque se achava ligado à propriedade territorial, cuja exploração se baseava no elemento servil, podia sublimar êsses interesses fazendo do Conselho do Estado, do Senado vitalício, das prerrogativas do Poder Moderador bandeira ideológica. Quem estivesse pelas mudanças, opunha-se àqueles símbolos. Mas a massa dos habitantes livres não participava de tais lutas. Estas se travavam em cima, entre brancos, por dizê-lo. Se das reivindicações programáticas liberais e radicais ressaltava um sentido democrático, isto se devia à influência de idéias e de tendências da época, como aconteceu com a fase liberal do govêrno de Napoleão III; devia-se, em suma, à capacidade e à compreensão dos elementos identificados com os anseios de cultura e progresso da própria camada dominante, nunca à pressão de uma opinião que se pudesse denominar de popular e que possuísse consciência do seu papel.

Era até muito corrente, e talvez fôsse convicção geral, que o país não podia praticar melhor as instituições porque o povo não tinha capacidade para o govêrno livre (35). Que faziam, neste caso, política e govêrno? Em vez de lançar mão da medicina das reformas adequadas, mantinha o povo naquela incapacidade. Nem um grande esforço se realizou no império para melhorar a sorte do povo, elevar-lhe o nível de vida, para alfabetizá-lo sequer. “Atrasado” o encontram, atrasado o deixam. Sua menoridade política considerava-se uma situação de fato. As camadas dominantes preferiam assumir a tutela paternal da nação a educá-la para o govêrno de si mesma. Ao dogma de que o povo “não estava maduro para a liberdade”, contestou Tobias, rompendo-lhe o círculo vicioso: Como pode o povo “adquirir o tirocínio da liberdade sem exercê-la? O mesmo seria aprender a nadar sem cair dentro d’água, ou aprender a equitação sem montar a cavalo” (36). O problema era organizar o povo que “a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos” reduzia a uma poeira impalpável e estéril. Tobias via o povo brasileiro *amorfo*, dissolvido, “sem outro liame entre si a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do

(35) Tavares Bastos — *A Província*, 2.^a ed. pág. 41: “E’ mau o povo, não pode ser bom o govêrno — máxima com que os conservadores atiram para o mundo das utopias as idéias democráticas”.

(36) *Discursos*, pg. 110 (*Discurso em mangas de camisa*).

servilismo”. Que significava tudo isso, perguntava da tribuna do Club Popular Escadense, senão que, “entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a Nação; é o governo, a administração por seus altos funcionários na côrte, por seus subrogados nas províncias, por seus ínfimos mandatários nos municípios” e não o povo? (37).

Realmente, a nação reduzira-se pela política centralizadora, iniciada em 1840, a uma espécie de grande, imensa repartição pública, quasi um mero departamento administrativo e policial da Côrte. A máquina centralizadora que descia hierárquica, inflexível do imperador ao inspetor de quartelão, cobria a fisionomia real do país, calcando e reprimindo “a vitalidade oculta e aproveitável que estúa fervidamente no seio das províncias”.

Nos pequenos e concisos artigos do *O Americano*, cuja vibração ainda hoje estimula a sua leitura, applicou Tobias ao monstro da centralização golpes nítidos, rápidos e certos (38).

(37) *Disc. em mangas de camisa (Discursos, 101).*

(38) Escrevia Tobias: “A exata observação dos fatos que dão testemunho do caráter e da índole do povo, isto é, de todos nós, verifica a existência de duas forças inegáveis, realmente reais, igualmente indestrutíveis. Com efeito, a par do espírito nacional que constitui e anima o Estado pelo sentimento e consciência de sua unidade, revela-se também alguma coisa de mais restrito e não menos poderoso, que é o espírito provincial.

Por maiores que tenham sido os efeitos da centralização, não foram eles ainda bastantes para extinguir este princípio de variedade, que é ao mesmo tempo um princípio de vigor e

Observava que, se não existiam no país tradições municipais, havia-as, entretanto, profundas e vivazes em relação às províncias. Se não tinha sentido alguém dizer-se olindense, escadense, goianense, tinha-o dizer-se pernambucano. Mas a província gemia sob o peso da Côrte: “Sem exceder os limites de mera circunscrição territorial, não tem a província outra vida que a do interdito; por si nada faz, à espera do consentimento muito expresso do vulto eminente que lhe deram por curador. Estamos fartos de aparências illusórias. Nada se realiza sem o *placet* central. As assembléias provinciais, miragem sedutora para os que de perto as não conhecem, apenas servem para tirar ao govêrno central o incômodo das leis sôbre freguesias”. Do Rio de Janeiro, só descia sôbre as unidades políticas do império um espêsso tecido de leis e avisos, que lhes entorpeciam os movimentos e lhes paralisavam as iniciativas (39). A centralização asfixiava o país.

E' interessante assinalar como nem a centralização conseguiu radicar a monarquia no sentimento nacional. A monarquia não criara raízes. Primeiro, esteve longe. O país ia crescendo e defendendo-se com seus próprios recursos, sua gente, sua inteligência, ligadas pelos laços da solidariedade material e moral que se não encarnavam num rei, num trono,

de beleza no interior e no exterior da nação” (*Vários escritos*, 28).

(39) *Vários escritos*, 34.

porém antes na terra comum a que, desde muito cedo, se fizeram sacrifícios comuns. O sentimento de pátria brasileira é dos primeiros que a nossa história acusa, e não se simboliza num homem, numa instituição, mas na integridade da terra que iam vencendo e povoando. Quando a monarquia se transportou para o Brasil veio como quem pedia agasalho numa terra, que já se fizera, por sua conta e risco, que já lera livros revolucionários franceses e já se fascinara, no nosso continente, nos Estados Unidos, pela imagem de uma pátria republicana e livre. Com a independência, tornou-se o trono um elemento aglutinante, favorável mais à causa da estabilidade política que à da unidade nacional. Não será exagerado dizer que sem o trono não haveria unidade? Esta já contava elementos bastante fortes para não sossobrar nas revoluções que se sucederam à Independência, ou para se reconstituir numa federação republicana. No segundo reinado, foram as condições sociais, o café, a exploração do elemento servil, que ajudaram decisivamente a estabilidade que o trono encarnava. Não houve caudilhismo, porque havia o trono, é aceitável, mas sobretudo porque havia o café, o escravo e, em consequência, a prosperidade.

A monarquia não teve tão pouca oportunidade de inserir-se na vida nacional como instituição indispensável, nem teve motivo ou ocasião para ser heróica, para comandar um desses períodos histó-

ricos em que pudesse confundir-se, na pessoa do rei, com a nação mesma. O Imperador, grande e bom funcionário, e provavelmente o homem de mais larga influência moral que já apareceu em nossa vida pública, concebia o seu poder como uma magistratura política, para o exercício da qual êle próprio não reputava essencial a forma monárquica. A convicção de que a monarquia acabaria com Pedro II ganhava, dia a dia, mais terreno. O terceiro reinado nada oferecia às imaginações. A Princesa, sem vocação nem grandeza políticas, não tinha dotes que a fizessem uma figura como pudera ter sido a de um príncipe, capaz de aliar à vocação imperial, não só o ímpeto que os novos tempos estavam reclamando, como também o prestígio de soldado e a sedução pessoal de suas qualidades.

Não faltava, entretanto, quem, no Império, entoasse a cantiga, que é de praxe renovar-se hoje com outra letra, que o govêrno monárquico resultava da índole do nosso povo. As grandes chapas são de todos os tempos. Tobias achava o argumento de que a gente brasileira era naturalmente monarquista porque vivera até alí sob tal regime, da "mesma raça" daquele de Aristóteles, segundo o qual existiam homens naturalmente nascidos para escravos.

Para Tobias a prova da inatualidade da forma monárquica ligou-se, durante certo tempo, a considerações de ordem científica. No período de Escada, seu período de lua de mel com o racionalismo

científico do século, aprendera a considerar a monarquia como obsoleta, anti-racional, atrasada. “Ela e a Igreja, escrevia em 1878, se me antolham como órgãos rudimentares da sociedade humana, os quais, como os órgãos rudimentares do indivíduo, têm de extinguir-se, qual aconteceu à cauda de nossos antepassados históricos”. Em 1880, perguntava: “E será simplesmente um sonho de poeta a idéia de um futuro, em que olhar-se-à para o esqueleto de um rei com o mesmo sentimento com que hoje se olha para a ossada de um *mamouth*, como pensava Byron? Tenho minhas dúvidas” (41). Em 1881 proclamava que o espírito científico não existia com certeza para ser um “aliado dos reis”. Mas, explicando a constituição, em 1882, a alunos de um curso particular, afirmava que a questão da melhor forma de govêrno “não é uma questão de verdade, mas de beleza”, puro assunto de estética com que nada teria que ver a ciência social. A república, insistia, pode ser “uma forma de govêrno mais bonita que a monarquia, mas nenhuma é mais verdadeira ou mais falsa que a outra” (42). Entretanto, não seriam motivos para uma preferência assinalar, como êle o fazia, logo em seguida, que “a monarquia, forma anacrônica, com seus apêndices indispensáveis, dá como consequência funções morosas, incompletas no

(41) Ein Offener Brief, 110, in Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*, pág. 178.

(42) *Estudos de direito*, II, 58.

organismo do Estado?" (43) Sua evolução teria consistido, talvez, em achar menos *científico* o anacronismo da monarquia, para atribuí-lo antes a considerações de ordem pragmática, realista. Reconhecia, por exemplo, que, ao tempo da independência, a forma monárquica exprimiu saudável continuidade histórica. Mas, nas novas circunstâncias, o que a monarquia possuía de mais próprio, a hereditariedade, acentuava-lhe ainda mais "o odioso caráter de tutela perpétua". Dêste modo, "uma família regendo sempre uma nação não é coisa que se aplauda" (44).

Não tendo nenhuma preferência pela monarquia e não hesitando em confessá-lo, o desacôrdo com a forma não se erigia em obstáculo à carreira política de Tobias, porque êle aceitava a substância, a estrutura do regime. "Eu não ataco a sociedade em suas raízes, mas se assim posso dizer, em seus ramos" — proclamava Tobias (45). De fato, de dentro do sistema social é que criticou instituições e costumes.

Prova-o decisivamente sua atitude quanto à escravidão. Certamente, não foi um escravocrata ostensivo, mas possuiu escravos e, peor do que isso, permaneceu entre indiferente e hostil à campanha emancipadora. Quando, pelo país inteiro, já se fazia

(43) *Estudos de direito*, II, 58.

(44) *Estudos de direito*, II, 60.

(45) *Discurso em mangas de camisa*.

da libertação uma causa humana, Tobias reservava-se para se condoer dos animais, achando que as sociedades protetoras dos mesmos, como existiam na Europa, encerravam muito mais “senso ético e religioso” do que as sociedades abolicionistas entre nós. Tinha para isso uma razão de cabo de esquadra: os negros não fugiam porque não queriam, ao passo que os animais não “estão no mesmo caso” (46). Nos tempos boêmios de estudante, dedicara uma poesia à escravidão, incitando a mocidade a corrigir “o erro de Deus”. Era em 1868. Onze anos depois, fulmina a lei do ventre livre, com um comentário em que só lhe descobre êste benefício: ter contentado a *humanidade*, embora com prejuízo dos nossos reais interesses. Talvez, porque certa fama de escravocrata começasse já a envolvê-lo, de uma feita defende-se, ridicularizando os idealizadores do negro como um tipo diante do qual “o arcanjo Gabriel poderia respeitoso curvar-se”, quando o que advogava era a extirpação concomitante, simultânea, de todas “as instituições caducas” do nosso meio: “neste caso está sem dúvida a escravidão. Porém entendamos: neste caso está também a monarquia”. Velha maneira de apoiar um erro sob a aparência de condená-lo, eis que de sua eliminação se faz um problema ainda mais geral e mais difícil. O escravo foi a nossa realidade social que Tobias mais deliberadamente ignorou. No mergulho que deu nas pro-

(46) *Questões Vigentes*, 286, nota 135.

fundezas do município de Escada e de onde emergiu com as observações tão realistas do admirável *Discurso em mangas de camisa*, só não viu o negro, só do escravo não falou. Porque êste silêncio?

Êste silêncio foi o preço que pagou ao desejo de incorporar-se às esferas dominantes. Casara-se em família de senhor de engenho, ingressara num dos grandes partidos monárquicos e, para melhor “ajustar-se”, foi morar numa cidadela tão estreita e tão densa de prejuízos escravocratas como Escada. Aí, sua carreira política, a prosperidade de sua banca de advogado dependiam intimamente das forças locais. Grandes deveriam ter sido os sonhos que levaram Tobias a transportar-se do Recife para aquele feudo, como chamava, da *açucaroocracia*. Bastava-lhe, de contrapeso, a fama de brigão. Para que, além das antipatias e restrições pessoais que não cessava de despertar com a petulante hoste de pequenos jornais atrevidos, sofrer ainda a pecha de socialista, comunista ou anarquista com que se arrasavam, até em lugares muito mais adiantados, os partidários da emancipação? (47)

(47) No seu parecer de 1884, Rui teve necessidade de defender a “taxa de espoliação, socialismo e comunismo irrogada ao projeto”. E interrogava: “Onde estribar, pois, essas imputações de socialismo, de proselitismo comunista com que nos tentam desarmar”? (pg. 48 e 60).

Numa das cartas a Sílvio, atribúe-se Tobias uma atitude com que pretendia confundir os abolicionistas: “Outrossim: — não deve passar despercebido (serve para uma notinha) que eu, reagindo contra o inventariante dos bens de meu

Contra a abolição, as resistências eram profundas. Nabuco recorda que, ainda em 1865, “os senadores e deputados de propensão abolicionista não tinham séquito, ou eram, como Jequitinhonha e Silveira da Mota, reputados erráticos, ingovernáveis: as memórias lidas no Instituto dos Advogados, os artigos e publicações avulsas afetavam um pequeno número de espíritos”. Para um homem que apoiava em Escada, feudo escravocrata, suas ambições políticas, era particularmente perigoso ser abolicionista...

Alem disso, se sua formação intelectual, a influência do positivismo e do darwinismo, os interesses de que sentia dependentes seus planos e suas ambições não faziam dêle um reacionario cego, levavam-no a adotar, porém, uma atitude de crítica sarcástica e hostil aos dogmas do liberalismo e ao tom humanitario de muitas das reivindicações do seculo.

Assim, arriscando-se a “desmerecer perante o juízo de uma boa parte do público legente”, escrevia: “*A liberdade*, este néctar espumoso dos sonhadores políticos, que aliás agrada mais pelo cheiro do que

sogro, que requerera o cêrco da casa, para apreensão de escravos do inventário, que me tinham procurado, alforriei a todos, numa parte correspondente ao que me poderia caber, e por petição ao Juiz de órfãos requerí que fôsse tomada nos autos a minha declaração de alforria-los a todos. O Juiz não aceitou a petição; e os abolicionistas de Recife, que já começavam a aparecer, e a quem eu comuniquei o fato, disseram que era um despropósito meu, uma iniquidade sem igual, pois eu não tinha o *direito* de alforriar a todos os escravos!!! Hoje êles julgam-se com direito de furtá-los. Isto é magnífico!” (*Vários*, 319).

pelo sabor, — a *república*, êsse fruto do paraíso, mais precioso por fora do que por dentro, que tem casca de *ouro* e miolo de *prata*, — o *povo soberano*, os direitos do homem, a revolução e tôdas as mais tolices sacramentais da retórica tribunícia, já perderam aos meus olhos, como frases natas para arranjar uma figura e arredondar um período, o seu antigo e celebrado encanto” (48).

Tomou, por isso, a posição de quem indicava fatos e corrigia conceitos à margem do liberalismo reinante, e até contra êle. A indicação dos fatos culminou no *Discurso em mangas de camisa*. O ambiente de aldeia, de pequenas intrigas, de diz-que-diz incessante, a circunstância de estar sempre, pelo seu temperamento, envolvido em questões pessoais, prejudicaram-lhe, contudo, a obra de análise e investigação a que se pudera ter dedicado.

O trabalho de retificação de conceitos coloca-o, por sua vez, em posição que não é a que comumente lhe reconhecem. Idealizam-no repetidor submisso de todos os dogmas sociais e políticos correntes e moentes na sua época, escravo dos seus preconceitos. Entretanto, êle foi a grande voz herética do Brasil liberal do século XIX. Falava da liberdade, da igualdade e da fraternidade, de modo diferente, procurando opôr, na investigação do conteúdo destes conceitos, à “magia da parolagem”, compreensão mais nítida dos mesmos. (49)

(48) *Discursos*, 118.

(49) *Vários escritos* 11.

Desde o início divorciara-se dos “utopistas políticos”. Compreendia a liberdade não como uma deusa, um nome para designar idealizações da vida social, porém, como o poder de fazer coisas com as nossas fôrças e as fôrças da natureza. Queria disciplinar a idéia de liberdade com a idéia de ordem, o que era uma maneira de conciliar, a seu modo, o democrata seleçãoista com o homem de hierarquia. (50). Tobias não chega a desenvolver tais conceitos, porque êle não tem pensamento político sistematizado, mas lá estão indicados ou implícitos em sua obra. Para êle, o reino da liberdade política não dependia essencialmente dos valores que o constitucionalismo líricamente exaltava: soberania do povo, direitos do homem, direito de revolução, etc. Qualificava a soberania do povo de “questão — teológica — metafísica”, “tolice”, “mera frase”. Que meios tinha a soberania de manifestar-se? A revolução? Mas a revolução “é um meio anormal, anômalo, bárbaro, de fazer valer direitos. A revolução só acentúa fatos”. Ora, concluía, “desconfiemos de uma soberania que, para se acentuar, obriga o povo a recuar séculos, a tornar-se bárbaro, cruel, bêsta, derramando sangue, fazendo ressuscitar o elemento atávico” (51). O povo celebrado pelos demagogos, ao revés de “coisa ideal”, parecia-lhe uma “coisa fantástica”. Nós “somos animais, dizia,

(50) *Discursos*, 103, 119, 122, 125.

(51) *Estudos de direito*, II, 76.

e animais só produzem a fôrça bruta, inconciente, esmagadora”. Não se veja, nestas palavras, uma profissão de fé anti-democrática ou pre-fascista em pleno Brasil liberal do século passado. Tobias era um pessimista da natureza humana, um Rousseau às avessas. Ele acreditava na “ferocidade original” do homem (52). Tudo que êste conseguira atingir ou fazer, conseguira-o *domando-se a si mesmo*, de tal maneira que a cultura, concebia-a como um processo para desbastar e adaptar o indivíduo à sociedade.

Mas, se ao homem adaptado e culto consentissem romper a rede de normas que lhe limitavam, reprimiam e policiavam a ação e o próprio pensamento, tê-lo-íamos entregue aos intuits e inclinações que dêle faziam, no estado de natureza, um animal bruto grosseiro e cruel. Estes conceitos, porém, estas investidas destoavam da filosofia política liberal. Ele próprio percebeu o conflito. “Não sou, escrevia com palavras de 1878, não sou, não posso ser conservador, e isto por índole. Liberal não sei se sou, ao menos entre nós os liberais me repelem... E quanto a republicano, teria não mêdo, porém pejo de sê-lo... O que sou, pois? Talvez uma dessas naturezas problemáticas a quem nada contenta senão desmontar tôdas as peças dos velhos conceitos e pôr

(52) *Questões Vigentes*, 61.

tudo em questão, nunca e nunca, porém, um *evangelist of waste*, na frase de Buchnan". (53)

Inicialmente, o positivismo vacinara-o contra o empirismo das soluções demagógicas e revolucionárias. Depois, o darwinismo inoculara-lhe o sentido de uma evolução necessariamente dominada por leis e princípios naturais que se não violariam impunemente. As desigualdades e a hierarquia da natureza haveriam de repetir-se na sociedade.

Em face das teorias políticas revolucionárias, quiçá ainda sob a impressão da Comuna, declarava: "Causa-me horror a idéia de uma liquidação social". Pelas doutrinas socialistas, mostrava verdadeira aversão. Profetizava que as mesmas diziam — a propriedade é um furto — para proclamarem amanhã — o furto é propriedade. No comunismo divisava "o mais alto grau de servidão", por isso que a sua prometida igualdade pressupunha a "opressão de tôdas as inclinações naturais". A Internacional parecia-lhe a "organização da loucura". (54)

O que o qualificava como um adiantado, um emancipado em filosofia — o monismo evolucionista, com os seus grandes princípios de seleção natural, de luta pela existência, de sobrevivencia dos mais aptos — qualificava-o em política, como um aristocrata da inteligência e um crente na desigualdade

(53) *Ein Offener Brief*, 11, 12, 13, in Sílvio Romero, *A Filosofia no Brasil*, pág. 176 e 177.

54) *Filosofia e Crítica*, 251.

social, que era precisamente a “bête noire” das doutrinas revolucionárias.

Haeckel replicara a Virchow em 78, num congresso de naturalistas, que darwinismo e socialismo se excluíam como água e fogo. “Se quisermos atribuir, escreveu Haeckel, uma tendência política a esta teoria inglesa, o que é permitido, essa tendência não poderá ser senão aristocrática e nunca democrática, e menos ainda socialista. A teoria da seleção diz-nos que *na vida da humanidade, assim como na das plantas e dos animais*, por toda a parte e sempre existe uma pequena minoria privilegiada, a única que consegue viver e desenvolver-se enquanto a grande maioria, pelo contrário, sofre e sucumbe mais ou menos prematuramente”... (55)

A transposição dos princípios darwínicos para a sociedade humana justificava, aos olhos desses teóricos, as leis peculiares da concorrência capitalista, que erradamente se tomavam como leis gerais do organismo social. Na expressão *luta pela existência* mascaravam-se as formas concretas das lutas sociais, cujo verdadeiro caráter dêste modo não se percebia.

Tobias, porém, adotava o individualismo à “outrance”, desesperado. Achava que se devia antes corrigir o radicalismo individualista da filosofia da competição, peculiar à “industriosa sociedade mo-

(55) in Vaccaro. *A luta pela vida*, trad. port. 2.^a ed. pg. 20.

terna". Neste sentido, recordou até umas realmente "belas palavras" de Francesco de Sanctis. Mas, não deixava pairar dúvidas quanto à repulsa que lhe mereciam as teorias socialistas: "Eu não sou socialista: não encaro o número dos que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos, quasi irremediáveis. Mas também não faço côro com a escola de Manchester; não penso que a pobreza é sempre castigo da preguiça econômica, e que, como tal, qualquer medida de socorro ou alívio para ela, importa premiar os inertes e preguiçosos" (56).

Ele vinha das camadas humildes e sabia, por experiência própria, que, por maior que fôsse, o esforço pessoal não podia vencer os privilégios e as dificuldades da organização social. "A luta que dêste modo se pretende que o indivíduo trave com a sociedade, escreveu, afirmando sua independência, acentuando sua soberania pessoal, é um dos maiores rasgos da extravagância humana. Dela não sai ileso, nem mesmo o mais forte gênio, o mais elevado espírito" (57).

Levado às suas últimas consequências, continuava Tobias, êsse individualismo da filosofia do mais forte acabava no *revolverismo* americano. Mas êsse individualismo seria antes uma moléstia romântica, ligado à "melancolia poética dos *filhos do século*, ao

(56) *Disc. em mangas de camisa* (*Discursos*, 112).

(57) *Disc. em mangas de camisa* (*Discursos*, 142).

orgulho, a *rabies manfrediana* dos descendentes de Byron”, do que a uma concepção da vida social (58).

Reconhecia que o Estado não podia limitar-se a policiar a “luta pela vida”. Se exigia, por exemplo, que os meninos aprendessem, porque, perguntava numa nota de 1872, não procurava o Estado saber se eles comiam? (59)

Se não fôsse o meio ser tão hostil ao nome, Tobias poderia professar o “socialismo de cátedra”, tão em moda depois de 70, entre os seus professores alemães. Socialismo do qual disse Croce, aplicando-lhe uma expressão de Goethe, que era bom “zu begleiten”, não “zu leiten”.

Foi justamente, em grande parte, o alemão, que o pôs em contacto tão íntimo e exclusivo com a ciência e com a filosofia política alemãs, que forneceu a Tobias muito do material com que elaborou as heresias de que se orgulhava diante do liberalismo indígena. A literatura política alemã, acentúa Croce, de Gneist a Jellineck, caracteriza-se pela “obtusidade para entender o que é peculiar e essencial ao conceito político de liberdade”. A liberdade à prussiana é a liberdade formalisticamente realizada e conduzida por uma competente casta burocrática e por uma poderosa casta militar. Deslumbrado pelo progresso de sua “cara Alemanha”, então em plena ascensão burguesa, maravilhado com o orgu-

(58) *Disc. em mangas de camisa* (*Discursos*, 142).

(59) *Vários escritos*, 290.

lho nacional germânico recém-vitorioso na guerra de 70 (os alemães só tememos a Deus, rugia patriòticamente Bismarck), fascinado pelo *Sedanlächeln*, característico da maneira por que um povo triunfante, que se julgava o símbolo da ordem e da disciplina, considerava um povo vencido e reputado o expoente da algazarra liberal e da inquietação democrática, o nosso Tobias metia numa troça egrégia o palavreado retumbante, os símbolos conspícuos da metafísica liberal: “o republicanismo brasileiro é um belo pedaço de literatura francesa”. Nossos liberais e republicanos falavam da liberdade como de uma *deusa* ou de um *fantasma*. Ele falava dela, à prusiana, como *sentimento de honra e de dever...* (60)

O ambiente de fôrça e disciplina que o alemão leva-o a respirar reforçou-lhe a hostilidade a preclaros dogmas liberais. Os dois exemplos seguintes são significativos.

Em 1873, critica em Alexandre Herculano a afirmação — Idéia perseguida, idéia propagada: lei perpétua do mundo moral — estadeando uma confiança, que o liberalismo reputaria certamente escandalosa, na fôrça da violência para desviar o curso das idéias (61). Era contrariar, de frente, a con-

(60) *Ein Offener Brief*, 36 in Sílvio Romero, Op. cit., pg. 179.

(61) *Filosofia e Crítica*, 213: “Depois: onde é que está positivado, como lei perpétua do mundo moral, que a idéia perseguida é idéia propagada?...”

vicção de que havia idéias boas por si mesmas, fatalmente destinadas a triunfar, como havia idéias más em si mesmas, destinadas fatalmente a perecer. No segundo exemplo, Tobias contestava o dogma da necessidade das oposições. Êste dogma não poderia persistir, discursava na Assembléia Provincial, a menos que previamente se provasse que a opposição é “sempre composta de intérpretes privilegiados da justiça e da verdade”. Evidentemente, a resposta a semelhante raciocínio seria que o contrário dêle possui o mesmo peso: haveria que demonstrar previamente que o govêrno é sempre composto de “in-

Que um espírito ligeiro, acostumado a nutrir-se de bagatelas, viesse-nos repetir por sua vez êste apoftegma decrepto e errôneo da *ineficácia do martírio*, podia-se tolerar. Mas um homem que escreve história e deve sabê-la; um homem para o qual as frases consagradas não podem ter valor, acima dos fatos, dar-se ainda o trabalho de altear o coturno, e proferir uma futilidade, é o que não se desculpa.

Sem base psicológica e histórica, êsse dito, muito em voga na bôca dos declamadores, tem por si tão sômente algumas aparências. O cristianismo, mal estudado, oferece-as no seu comêço. Mas já não é permitido deixar-se iludir por elas. Pondo de parte o milagre, que ninguém sizudamente invocará, com razão, o que seria feito da religião cristã, se lhe tivesse faltado o apôio do braço imperial?...

Sem Constantino, o sangue dos mártires teria servido para afogar a nova idéia. Se o cristianismo, como é costume dizer, subio ao trono com êsse soberano, todos sabem que Juliano fê-lo descer; e de um modo que seria decisivo para o futuro, si o illustre apóstata reinasse por mais tempo, ou tivesse sucessores de igual força.

Em épocas menos remotas, o ferro e o fogo extinguiram heresias que se não propagaram. Francisco I queimou protestantes; o que é a França de hoje? Profundamente católica. A perseguição banii a reforma. Se Luiz XIV, diz um

térpretes privilegiados da justiça e da verdade” para que a oposição não fôsse necessária.

Mas a humilde condição social de Tobias, desde cedo o advertiu como seria difícil a ascensão de elementos de sua categoria numa sociedade fechada, aristocratizada. Por isso, êle se diz democrata e na verdade o é, porque deseja que a seleção dos valores se processe sem a intervenção dos fatores que, no mecanismo social, muitas vêzes a perturbam, sacrificando o merecimento à fortuna. Não sendo um instalado na vida, mas um mestiço, solicitado por fôrças opostas, pela necessidade de conformar-se para fazer carreira, pela consciência das diferenças sociais que o separavam das camadas dirigentes, pelo temperamento exuberante, pela impaciência com que sofria a surda oposição que o cercava, pela convicção da superioridade não merecidamente distinguida, verdadeiro homem-pêndulo, na frase de Roberto Lira, seu antiliberalismo não significava apôio passivo ao que existia. Seu antiliberalismo originava-se antes de uma visão crítico-científica dos princípios em voga, do que de uma conformidade com as práticas reinantes. Estas êle sabia que era do seu interêsse combater. E com êste pensamento ingressou nas hostes liberais, na esperança de que o partido se atribuisse o papel de um

autor competente, fôra um príncipe tolerante, um quarto da população provavelmente seria herética.

Onde estão pois os fundamentos da tal *perpétua lei do mundo moral?*”

partido popular, capaz de disciplinar, em fôrça organizada, o elemento pobre e livre do país, até então reduzido a uma clientela inexpressiva das camadas ricas. O “dogma próprio, novo e salutar” que êle oferecia ao partido liberal era a prática da democracia isenta “de tôdas as fêculas aristocráticas que ainda permanecem no próprio fundo do liberalismo”, liberta do “cúmulo de imundícies que obstruem a corrente” (62).

Cinco anos depois, de Escada, saudava o “ímpeto democratico do século” como a fôrça joven capaz de transformar uma “sociedade de privilégios” numa sociedade sem “lazaros políticos”, sem “deserdados da fortuna”. (63) Tenta uma ação político-cultural interessante fundando o *Club Popular Escadense*, de duração efêmera, mas através do qual esperava “incutir no povo desta localidade um mais vivo sentimento do seu valor, de despertar-lhe a indignação contra os opressores e o entusiasmo pelos oprimidos”. (64)

Iniciativas desta natureza não o recomendavam, com certeza, à estima política dos açucarocratas liberais, seus correligionários. Confirma, porém, a visão selecionista da política que quisera realizar e que seria favorável à incorporação de todos os valores populares que se revelassem. Esta política

(62) *Vários escritos*, 17.

(63) *Disc. em mangas de camisa (Discursos)*, 99.

(64) *Disc. em mangas de camisa (Discursos)*, 114).

seria democratica no sentido de “carreira aberta aos talentos”, viessem de onde viessem, mesmo da gente “do quarto pela maior parte, do terceiro e segundo estado, operários, artistas, homens de letras”, cujos direitos, dizia, se achavam sequestrados nas mãos de meia dúzia de felizes depositários. (65) Cedo, porém, as dificuldades começam a desiludi-lo. Para a carreira pública tinha, evidentemente, a credencial do talento. Mas a natureza do seu temperamento não o ajudou a sofrer, segundo os ritos dominantes, a incorporação do seu valor à elite dirigente local e provinciana. Oscilante entre solicitações que se chocavam, Tobias debate-se nas garras do orgulho e da vaidade exacerbados pelas resistências do meio, preocupado em compensar-se quanto à côm, na ilusão de que quanto mais agressivo fôsse mais seria considerado. Se, por um lado, desejou entrar para as camadas dirigentes, se para isso procurou casamento mais ou menos “nobre”, se, apesar das restrições mentais, experimentou tomar lugar no *rebanho* liberal, por outro lado passara vergonhas e misérias, sabia que os altos postos e as altas honras se distribuíam entre uma confraria de iniciados, cujo conformismo e cujas regras tradicionais do jôgo, mau grado suas boas intenções, o que êle fazia era perturbar com a sua agressividade, seu desajustamento psicológico e social.

(65) *Disc. em mangas de camisa (Discursos, 104).*

Mesmo depois de ser recebido dentro dos grupos dominantes, a consciência do seu valor reagia contra a fatalidade de ficar na dependência deles para fazer carreira, para pensar, para desabafar. Este é o real, profundo sentido democratico do seu *Discurso em mangas de camisa*.

Sonhava, pois, moldes de ação política diferentes. Por isso, queria agir como se houvesse opinião pública ativa, vigilante. Mas só havia opiniões privadas. Ele achava que se deviam prestar contas ao povo, quando só existiam pessoas para tomá-las.

Os pontos de referência da vida pública personificavam-se no grande proprietário, no barão, no coronel com a sua vasta rede de relações, de dependentes e interesses.

Para Tobias, por exemplo, a circunstância de pertencer ao partido liberal não deveria inhibi-lo de criticar este partido. (66) Que nisto ao menos os liberais se mostrassem diferentes dos conservadores, já que “nenhum outro predicado notável” os distinguia. Mas a pequena e latifundiária Escada jamais compreenderia, nem admitiria a autocritica: “A brusca franqueza de que entendí dever usar para

(66) “Uma fôlha política na qual não se erguem hinos ao respectivo partido, e muito pelo contrário se o acusa de indolente, omisso e pusilânime; uma fôlha liberal em que não se apregoa atualmente a vitalidade geral do liberalismo, como antítese da fraqueza e inanição completa do govêrno, é coisa que não soa agradável aos ouvidos do público” (*Vários escritos*, 118).

com o diretório e o chefe do partido liberal, nesta província, tem feito vibrar a fibra elegíaca de certos Jeremias que, me consta, lastimam minha perdição, observava Tobias. (67) Era perfeitamente incômodo e desajustado. Os homens práticos irritavam-se e tinham pena dêle. Tão inteligente, coitado! mas tão doido! Foi o funcionamento dêsse privatismo, dessa camaradagem na exploração da coisa pública que acabou firmando, entre nós, um estranho conceito que mais tarde serviria de base à grande crítica sôbre Rui Barbosa: que os preparados não servem para governar, e, em política, apenas atrapalham. Não havendo vida pública, não havendo povo, opinião, e só havendo vida privada, a política exhaure-se em atos de alcance pessoal.

Tobias não conseguiu jamais ajustar-se até se tornar um dente cego da máquina política. Seu ritmo era outro e raramente coincidia com o ritmo dominante. Aos contemporâneos terá dado, em política, a impressão rigorosa de um desastrado. Ao contacto de sua rude franqueza, rasgavam-se as ficções constitucionais. Sua análise rebentava fora dos moldes correntios. Sabia-lhe bem romper a conspiração das cumplicidades, das mentiras convencionais, aos golpes de um humor que, misturado à satira e à ironia, caía grosso e numeroso sôbre homens e instituições. Êle próprio reconhecia: "a sociedade em que vivo não tem de certo fôrça bastante

(67) *Vários escritos*, 129.

para levar-me consigo, como um madeiro arrastado pelas águas selvagens dos nossos rios; mas eu também, por minha vez, não sou bastante forte para desviá-la do seu caminho, para fazê-la à minha imagem e semelhança; daí, uma perpétua inconciliabilidade entre nós, daí alguma coisa de trágico na minha vida, que far-me-ia misantropo e infeliz, se a natureza não me tivesse investido de uma índole expansiva e mil vezes mais disposta ao prazer do que à tristeza”. (68) Inadaptável e rebelde, jamais se entrosou no mecanismo político. Tôdas as vêzes em que ensaiaram incorporá-lo, absorvê-lo, mau grado sua convivência inicial nessas tentativas, acabou destoando, ameaçando de pânico a rotina política e social. Esquecia de comportar-se bem e passava a comportar-se por sua conta, à sua maneira, numa sociedade hierarquizada, formalista e cuja fachada constitucional só se mantinha pela cumplicidade da gente bem composta.

Assim, entendendo que o cargo de 1.º suplente de juiz municipal não lhe punha “em férias o caráter”, levanta o veu do pretório de Escada e mostra a sua justiça mancomunada com os senhores na avaliação fraudulenta do preço dos escravos alforriados pelo fundo de emancipação. (69) De outra feita, sendo deputado provincial, contra o presidente

(68) *Discursos*, 147.

(69) *Vários escritos*, 158 e seqs.

da Província, seu correligionário, assesta as baterias da crítica. Este episódio caracteriza a maneira pela qual Tobias tratava a nossa realidade política.

Um belo dia, acordam demitidos, sem processo nem inquérito, dois funcionários liberais, cujo partido, entretanto, se encontrava no poder. Alvos de violenta campanha por parte de certo órgão oposicionista, e parece que culpados de algum abuso de autoridade no exercício das respectivas funções, o govêrno provincial demitiu-os à pretêxto de defender a moralidade da administração.

Tobias toma-lhes a defesa. Mas não a fundamenta em palavras convencionais, com razões para inglês ver. Ele parte da tese: até onde a política é moral?

Tudo que sabe e vê da política leva-o a conceituar bem separadas as duas esferas: a da moral e a da política. Esta deparava-se-lhe frequentemente agindo por fôrça de razões que a razão moral desconhecia, cheia de teorias generosas, mas quasi sempre viciada por uma prática mesquinha. Na moral da política, vicejavam virtudes que a moral das grandes almas, a moral da perfeição interior repelia: o espírito de clan, a solidariedade na cumplicidade, o sectarismo. Parecia-lhe loucura "dirigir a arte de governar e dominar segundo as regras do catecismo". (70) O que a política comportava de fôrça, de arbítrio, de transigência seria suficiente

(70) *Vários*, 135.

para excluir de suas regras a preocupação severa dos escrúpulos de consciência. “A política e a moral, raciocinava, não são duas palavras significativas da mesma coisa. Cada uma delas tem a sua esfera de ação, o seu objetivo especial. Não devemos transportar para o domínio de uma aquilo que exclusivamente pertence ao domínio da outra”. (71) A esta visão teórica da prática política, da triste aplicação a que se reduzem os mais belos ideais no govêrno dos homens, juntava-se o espetáculo dos costumes políticos imperiais. A verdade é que liberais e conservadores se pareciam, useiros e vezeiros nas mesmas práticas. Soava muito bonito blasonar de baixo, para os que estavam de cima, lições de moral, de coerência e de amor à liberdade. Porém, no poder, todos se nivelavam, todos tinham máculas, as mesmas máculas. (72) Desconfiassem os políticos de ser medidos por um rigoroso estalão ético: “Se devessem sempre e sempre prevalecer os princípios de estrita moral e absoluta justiça, exemplificava a seus pares, ninguém dirá sèriamente que aquí estaríamos”. (73) Que catonismos, pois, eram estes, numa política sem Catões? (74)

Esta atitude de Tobias evidencia, num caso concreto, o que êle trouxe de novo aos costumes publicos do seu tempo: o hábito de dizer, em voz alta,

(71) *Discursos*, 30.

(72) *Discursos*, 14.

(73) *Discursos*, 37.

(74) *Discursos*, 36.

coisas apenas murmuradas. Êle levou para a imprensa, para a tribuna, a crença, que, dia a dia, se generalizava, na falsidade de muitos aspectos formalmente respeitáveis de nossa vida constitucional e política. Sua contribuição nesse sentido não só foi das mais fecundas, como nenhuma outra se revestiu de cunho pessoal mais vivo e interessante. Os poucos discursos por êle pronunciados, na Assembléia Provincial, guardam até hoje o tom próprio, inconfundível em que foram vasados. Êle falava mais como Tobias Barreto do que como representante de partido. Ao revés de diluir-se nas formas consagradas da retórica oficial, por mais chão que fôsse o assunto tratado — verificação de poderes, reforma do regimento, opposição ao Sr. Adolfo de Barros, privilégio dos carros fúnebres — sua palavra destacava, no panorama em que a matéria do debate se enquadrava, notas de aguda observação, aspectos mordazes ou ridículos da realidade.

Ao transferir-se para Recife, sua atividade cede a outras preocupações. Em Escada, êle se misturava ao drama local, vivia em contacto directo com os políticos, com as intrigas e mexericos locais.

Em Recife, cenário diferente, muda de posição; distancia-se daquelas coisas miudas e pequenas do interior, cuida de ensinar, é homem de doutrina. Ocupa o primeiro cargo que não está aquém dos seus méritos. Pensaria, talvez, em viver dali por diante muito quieto, até porque já ia entrando “na idade

canônica da gelada prudência e do prosaico bom senso, que faz trindade santa com o *bom tom* e o *bom gosto*". (75)

Viera em boa hora o concurso. Ele mesmo sentiu que lhe importava tanto o lugar que não hesitou em telegrafar ao imperador depositando sua confiança na justiça do monarca. Só conheço referência a êste fato em Abelardo Lobo, discípulo dos mais ilustres de Tobias, a êle fiel na admiração, até a morte. Tobias tivera conhecimento que os adversários tramavam contra sua nomeação na Côrte, para isto se utilizando das antigas referências desamáveis e perversas que ao monarca fizera. Referiu-se a essa trama no artigo, aliás excelente, que, em seguida ao concurso, escrevera sôbre direito autoral, tese a respeito da qual ninguém o arguiria, o que êle lamentava, aproveitando, ao mesmo tempo, para dar mais uma lição.

Se algum telegrama enviou, limitou-se certamente a chamar a imperial atenção para a injustiça que, à luz das provas, haveria em preterí-lo. Do passado não se lamenta nem se arrepende: "Vou concluir, dirá na sua atitude costumeira de desafio; mas ao fazê-lo, julgo dever dirigir um pedido aos meus adversários. E' para que se dignem de, em quanto eu continuo a rir-me dos *talentos aproveitáveis*, que tiveram mêdo de meu direito autoral, enviar ao govêrno, inclusive o imperador, o presente

(75) *Estudos de direito*, V. 1. I., 164.

escrito como um dos maiores desaforos do gênero. E se quiserem levar bem adiante o manejo diplomatico, até lhes aconselho que façam chegar ao conhecimento imperial que sou o autor da *Offener Brief an die deutsche Presse*, na qual, aos olhos de quem pôde me ler, eu me mostrei um subdito petulante. Contem isso que talvez tirem proveito". (76)

. Depois de nomeado, Tobias, é certo, nunca mais se referiu pessoalmente ao imperador.

Os anos de Recife coincidiram com os últimos da propaganda republicana. Sendo homem que não podia desempatar brigas porque acabaria tomando partido por um dos contendores, nesta não intervem. Conservou-se à distância. O "Club Republicano Acadêmico" enviou uma das duas únicas coroas que sôbre seu féretro se collocaram. No cemitério um representante do Club discursou. Mas Tobias nada escreveu por onde se pudesse inferir, de sua parte, sequer, uma vaga simpatia republicana.

Na luta, cujo desfecho foi o 15 de Novembro de 1889, Tobias manteve-se deliberadamente indiferente. Nem a monarquia lhe parecia digna de defesa, nem a república de adesão. Para tanto concorreu tôda uma série de circunstâncias pessoais e intellectuais.

A monarquia, tinha-a por esgotada, cansada. A república surgia-lhe envolta numa metafísica insuportável, no "galicismo político", no "doutrinarismo

revolucionário” de que zombava como “coisa anacrônica, de todo inadequada aos nossos dias”. (77)

Estava vacinado contra a literatice política. No penúltimo ano de Escada, embora manifestando sentimentos antimonárquicos, logo atalhava: “Isto não é fazer ato de republicano, qualidade esta que não possuo, nem me esforço por possuir em um país onde a república não é mais que um bonito tema, ainda que um pouco estragado para versos e discursos”. (78)

Dos manifestos que, por volta de 70, apareceram, o republicano era o mais vazio. Fazia dois anos que “um govêrno conservador promulgava a lei do ventre livre, que a abolição pelos meios mais rápidos possíveis era a base do programa dos liberais, que o partido radical a reclamava completa, incondicional, imediata”. (79) Entretanto, os republicanos ficavam em “seródios e ineficientes liberais”, atentos apenas à possibilidade de tirarem vantagens das contradições em que a monarquia se exauria, não levantando entre êles e quem quer que lhes pudesse ser útil na tarefa de destruir a coroa, nenhuma incompatibilidade de ordem doutrinária. “Aliavam-se, diz Nabuco, indiferentemente com a Igreja e a Maçonaria, mas de preferência se

(77) *Discursos*, 120.

(78) *Estudos alemães*, 352.

(79) José Maria dos Santos — *A política geral do Brasil*.

aliariam com ambos, como se aliavam com os abolicionistas e grandes proprietários, com militares e inimigos do militarismo” (80). O verbalismo, a retórica da propaganda republicana, que se acentuam à medida que se vai chegando ao têrmo do império, só podiam desencantar o velho Tobias, pois nada lhe ofereciam de novo (81).

E', de fato, de um modo especial, completo, por assim dizer, que Tobias se alheia da política, como para significar o valor mais alto da missão intelectual que, no novo pôsto, se atribuia. Os domínios do pensamento tinham outra pureza, outro encanto, especialmente para um homem que nos da política só encontrara resistências e desgostos, ao passo que naqueles se via sagrado pela admiração irrestrita da mocidade. Permaneceu, portanto, surdo ao chamamento da propaganda. “E' verdade, escreveu Graça Aranha, que nem nos escritos, nem nas lições, nem nas conversas do nosso mestre encontravamos apôio filosófico ou político para as nossas idéias republicanas” (82). Dado o conceito que fazia da política, êste alheimento pode ter significado uma dupla libertação, pois que, se o afastava de um mundo onde, segundo seu modo de sentir, a moral reinante

(80) J. Nabuco — *Um Estadista do Império*, 2.^a ed. V. II, pg.

(81) M. Bomfim — *O Brasil Nação*, V. II. pg. 158.

(82) Graça Aranha — *O meu próprio Romance*, pg. 159.

era da transação, ao mesmo tempo absorvia-o mais na vida de pensamento. Em Escada, observara, além disso, a falácia do palavreado com que românticamente se aquecia a imaginação dos reformadores. Nenhum espírito do seu quilate permaneceu tanto tempo, como o dêle, tão perto do "país real" a que o "país legal" se sobrepunha, qual crosta feita de propósito para que não dessem na vista as durezas e anfractuosidades. Sôbre êste pobre país analfabeto e doente derramavam os grandes nomes da Côrte, incorporados à máquina política e administrativa, com uma visão falsa, oficializada e urbanizada do Brasil, as flores mais gentís e os tropos mais escaldantes. Ninguém melhor que Tobias, perdido no interior, vendo como se falsificavam eleições, como eram mentirosas as descrições idílicas do sertão, sentia a insinceridade e a falsidade dessas manifestações patrióticas. Por isso mesmo, a Côrte, o Rio de Janeiro lhe parecia uma cidade monstruosa, de cúmplices na exploração do país, séde de clans partidários e de capelas literárias que viviam do elogio mútuo e, de fato, indiferentes às luzes do século, à sorte da nação.

À medida que êle se vai empolgando pelos trabalhos e lutas em tôrno da "nova intuição jurídica", só as agitações da intelligencia lhe parecem dignas e benéficas. As da política, as das campanhas populares que vinham para as ruas e enchiam com seus ruídos, suas promessas, seus absurdos, as capitais e

os grandes centros, passam a não lhe merecer nenhuma simpatia. Considera-as mesmo nocivas. Seu sentimento de ordem, de hierarquia apura-se; uma ponta de reacionarismo lhe enegrece os horizontes das reivindicações abolicionistas e democráticas que então se processavam. Escreve em janeiro de 85 a Sílvia Romero: "Temos tido por aquí muita retórica. O Nabuco (83) deu variados *concertos de palavra* no S. Isabel, terminando a comédia por uma cena de sangue, na qual foi herói o *grande* José Mariano. Dois assassinatos apenas e alguns ferimentos!... Que me diz a isto?... Estou suspirando pela ascensão dos conservadores. Só eles podem vir restabelecer a ordem perturbada. Em Pernambuco, pelo menos, não há segurança; as fachadas estão na ordem do dia. Posso lhe garantir que os deputados liberais desta província levam sangue nas unhas; fuja dêles". (84)

Mau grado as oscilações, os cálculos, o que êsse caboclo não chega nunca a ser é servil. Sua inteligência jamais se encontrou na feira política à disposição dos interesses partidários. Em geral, o talento onde não acha possibilidade de vida independente, agrega-se, como acontece nos países que não têm povo, nem público, aos clans que exploram o poder.

(83) *Vários escritos*, 305.

(84) Tobias não gostava de Nabuco. Como Castro Alves, era outro apolínio e feliz... Referiu-me o dr. Otaviano Sardard que Tobias, certa feita, numa roda em que se criticava

Serve indistintamente, justifica tudo e se lhe mandarem escrever o artigo sobre Cristo, de novo perguntará: contra ou a favor? Não é suficiente que haja homens cultos para que um país possua na vida política correntes ideológicas. Os homens cultos não substituem a opinião pública. Em política, o caráter depende tanto dessa opinião como dos indivíduos. Em faltando a opinião, a inteligência se mercantiliza, passa a ser um meio de ganhar a vida, nada mais, e a política não se eleva, não permite nem entende o esforço dos que lhe querem dar conteúdo doutrinário, teórico. Só existem dois meios de salvação, neste caso: omitir-se e evadir-se. De ambos se valeu Tobias. Progressivamente, à medida que as incompatibilidades entre seu gênio, sua conformação e o gênio e a conformação dos correligionários se agravam, êle se limita a observar, a criticar, a mostrar desprezo pela política, a não perder tempo em estudá-la, a consolar-se com a contemplação de outros países, de outra

a pôse tribunícia do grande orador abolicionista, satirizou-o nestes versos, de improviso:

“O’ tú que vieste de Londres
Com teu verbo eloquente
A êste povo beócio
Ensinar que negro é gente,
Falando de mão na ilharga
Qual figura de entremez,
Como quem dança a Caxucha
Ou quem bate o solo inglês,
O que dizes não tem senso,
O que escreves não tem suco:
Ês um cômico medíocre,
Não sejas bêsta, Nabuco.”

humanidade. Nestas condições, nenhum pensamento político sistemático poderia ser encontrado em sua obra. Já que a política se confunde com ignorância, cumplicidade, mera exploração do poder, um espírito superior não pode ter por ela senão desdém. Julga-se a política incompatível com o espírito, a cultura. O político é um sujeito que não sabe nada dos sistemas filosóficos, da vida dos ideais, das preocupações do pensamento e só se ocupa de manhas e manobras, tricas e capoeiragem, combinações e conciliábulos em tôrno dos cargos e das posições. Não tem outra coisa a defender que não sejam interêsses, empregos, situações pessoais. E assim ficava reduzida a política, forma suprema de ação, a uma atividade mesquinha, própria de inteligências inferiores, da qual fugiam as inteligências superiores e as expressões morais ciosas de sua pureza. E se as necessidades, as injunções da vida obrigassem qualquer dessas inteligências superiores a entrar na política, a conviver com ela, sua atitude seria de colaboração cética, de condescendência piedosa, ou de calculado cinismo.

No tempo em que parecia que a política podia ser separada da cultura, que a política nada tinha que ver com os homens de pensamento, a omissão, a evasão ou a condescendência, a que me referí, resolviam o lado pessoal do problema. Ao tempo de Tobias, e ainda durante muitos anos depois dêle, tal foi a convicção generalizada. O sábio recolhia-se

ao seu laboratório, o poeta acastelava-se nos seus sonhos, o pensador nas suas abstrações. E aí está porque um homem exterior, qual Tobias, para quem, como disse Gilberto Amado, a cidade existia, que não podia ver o êrro sem condená-lo, terminou sentindo pela política a repugnância que era até elegante da parte dos espíritos de elite ostentar. Entretanto, êle advertiu, como se pressentisse que a política é que haveria de salvar ou matar a cultura: “O demônio do nosso tempo não é religioso, mas político e social, se é que não basta dizer político para exprimir uma e outra coisa” (85).

(85) *Questões Vigentes*, 296.

CAPITULO III

POSIÇÃO FILOSÓFICA E IDÉIAS GERAIS

Da debilidade do pensamento filosófico na literatura nacional, ninguém disse melhor que Tobias Barreto: “Não há domínio algum da atividade intellectual em que o espírito brasileiro se mostre tão acanhado, tão frívolo e infecundo como no domínio filosófico”. (86)

Embora ao tempo em que escrevia essas palavras estivéssemos assistindo ao mais brilhante surto, que, no campo filosófico, até então tínhamos conhecido, bastando lembrar as *Três Filosofias* de Pereira Barreto, *O fim da criação ou a natureza interpretada*

(86) *Questões Vigentes*, 245. Tobias insistiu muito e por diversas vezes neste ponto: “Se nas outras esferas do pensamento, somos uma espécie de *antropoides* literários, meio-homens, meio macacos, sem caráter próprio, sem expressão, sem originalidade, — no distrito filosófico é ainda peor o nosso papel: não ocupamos lugar algum; não temos direito a uma classificação” (*Questões*, 246). E noutro passo: “Mas é um trabalho superfluo querer demonstrar que o sol não é frio, ou que o Brasil não tem cabeça filosófica” (*Questões*, 249).

pelo senso comum do Visconde do Rio Grande, em que o autor se mostrava partidário do darwinismo, *As funções do cérebro*, tese de Guedes Cabral, além dos *Ensaio*s e *Estudos de Filosofia e Crítica* do próprio Tobias, êle exprimia, no fundo, uma verdade, ao dizer que a filosofia entre nós não passava “de um preparatório que a lei diz ser preciso para fazer-se o curso de certos estudos superiores”. Menos exato quando mais não fôsse, porque sacava contra o futuro, era afirmar — “o Brasil não tem cabeça filosófica.” Pode vir a ter. Porém até hoje rememos e recriticamos a filosofia que outros elaboram.

A explicação do fenômeno tem sido tentada por mais de um estudioso. Num de seus escritos de mocidade, mocidade de admirável labor literário e crítico, Clóvis Beviláqua atribuiu o fato a certa congênita incapacidade científica, oriunda de condições étnicas e econômicas desfavoráveis: versatilidade mental, falta de perseverança para trabalhos continuados e longos, ardência de imaginação e o embaraço das dificuldades “inclinando tôdas as forças vivas da nação para o lado material da existência”, o que impedia as largas expansões da idealidade.

Sem dúvida, a cultura exige muita seiva: “il faut des excédents matériels pour qu'elle croisse, se complique et s'affine”, ao passo que nós, em matéria de riqueza, continuamos a comer no jantar o que se caçou depois do almôço. Talvez sejamos também demasiado líricos, sensuais e retóricos para a cons-

trução filosófica. Além disto, o desenvolvimento espiritual, de que é aspecto mais elevado a filosofia, não é coisa que se verifique por si mesmo ou só porque os habitantes de determinado país são inteligentes. Circunstâncias sociais favoráveis tornam-se necessárias para que êle se produza. Se tais circunstâncias perecem, o desenvolvimento se estanca. Entre nós, não ocorreram ainda condições que assegurassem feição independente a um pensamento filosófico. Não pudemos fugir até agora á fatalidade de apenas registrar, guardar e comentar os ecos das escolas e correntes estrangeiras.

Naturalmente, nem tôdas as escolas e correntes repercutem aquí com a mesma intensidade. Enquanto, por exemplo, lavrava na Europa a revolução industrial, o Brasil permanecia escravocrata, patriarcal, isolado internamente pela escassez de transportes. Sem dúvida, de certa data do século passado em diante, começamos a nos transformar. Foi a modernização. Mas nossa estrutura social continuou diversa da européia. Essa diversidade naturalmente retardava a recepção de influências intellectuais e ideológicas, fato tanto mais verdadeiro quanto mais observado for em relação ao passado. Por tal motivo, além de, muitas vêzes, as chamadas idéias novas causarem aquí suspeitas pouco inteligentes, tomavam o aspecto de coisa brilhante, mas estranha, ou superposta.

Vinha a expatriação intelectual. Como o país parecia surdo ou reagia preguiçoso e sonolento à agitação de alguns dos seus melhores espíritos, culturalmente mais adiantados que o respectivo meio, êles se consideravam exilados. A essa falta de sincronização deve caber muito da responsabilidade pelo cepticismo e desencantamento de vários grandes escritores brasileiros do passado, entre os quais Tobias. Sentiam-se deslocados. Sonhavam grandes pugnas, uma vibrante agitação espiritual a sacudir o país inteiro, e tudo se resumia a aulas, a cavacos nas livrarias, à publicação de um ou outro livro de curta tiragem e, no máximo, ao braço — a braço dos concursos ruidosos, cheios de incidentes e desaforos recíprocos e às polêmicas em que só se apurava “branquidade e gramática”.

Desamparado do poder e desamparado do público, o intelectual, aquele que tivesse a veleidade de dedicar-se às coisas do espírito, ao debate das idéias, à vida de escritor, desiludia-se: nem glória, nem fortuna. Na melhor das hipóteses, a miséria doumada. O país modorrava sob um conformismo desesperador. Apareciam as comparações, de onde o exagêro com que se julgavam e julgavam sua gente. Tobias é um exemplo clássico. O mestiço germanizado descia o olhar para a nação como para um acampamento de ignorantes. Revestia-se de especial agressividade: “Não aspiro neste país senão o direito de escarnecer dêle.” A seu ver, o Brasil ti-

nha peçonha no cérebro. (87) Quem sabia lá fora da existência de algum nome brasileiro? O “personagem nosso mais conhecido na Europa é o café”, constatava. (88)

Esse pessimismo não se applicava à vida, mas às coisas nacionais, o que confirma o desajustamento cultural de que provinha. Era uma atitude emocional e não concepção filosófica. Se a Tobias tivessem convidado para professor na Alemanha, êle acharia a vida bela e teria, com certeza, delirado de entusiasmo.

No fundo do coração, para o seu país, Tobias nunca deixou, porém, de guardar reservas de ternura. Mas, colocado em posição de reator, não se permitia as fáceis contemporarizações do jacobinismo: não podia julgar bom “*tudo que era nosso só pelo fato de ser nosso*”. (89) Achava que a fraseomania nos estragava. Quando queríamos ser importantes falavamos grosso e estava acabado.

O ardente entusiasmo dos admiradores, a facilidade com que “os países jovens, disse Jimenez de Asúa referindo-se precisamente a Tobias, tendem a projetar em perspectiva quasi legendária coisas e

(87) “Eu não tenho por hábito, é coisa bem sabida, ver os rios do Brasil arrastarem ouro em suas correntes, as nossas selvas cheias de pássaros côr de rosa ou de veados azúes e os nossos homens políticos cheios de sabedoria”. (*Vários escritos* p. 177).

(88) *Estudos Alemães*, 344.

(89) *Vários escritos*, 108, nota 12.

homens de uma data próxima”, deram ao vulto do pensador brasileiro as proporções de filósofo, até de gênio. Sem dúvida, a cultura de Tobias foi admirável. No seu tempo e no meio brasileiro, ninguém talvez dominou melhor as idéias gerais, as tomadas de corrente do pensamento. Sem bibliotecas, sem preparação metodológica adequada para percorrer as províncias do conhecimento, pois que nada disto lhe pudera fornecer o ensino, entregue à própria curiosidade, ao seu instinto, ao irreprimível desejo de saber, foi realmente, conforme o divisou, fazendo-lhe justiça, a imaginação de Gilberto Amado, “uma fogueira ardendo no meio do deserto do Brasil”, uma fogueira do espírito.

Seria exagêro considerá-lo filósofo, dêsses que, segundo suas próprias palavras, tentam “pôr a mão no coração do universo e tomar o pulso da natureza”. A circunstância de se pensar e escrever num país importador de idéias, em que a ciência não se elabora de primeira mão, induz a que se recebam idéias, princípios e leis como equipamentos de campanha. A tarefa aquí consiste em repensar, propagar e conquistar (90). A mesma filosofia toma logo ares de proselitismo. Por isso mesmo, a posição filosófica ocupada por Tobias foi das mais ativas, pugnazes e

(90) “O que assombra em Tobias Barreto não é a originalidade, aliás escassa, do seu pensamento, é a robustez espiritual do mestiço de ascendência humilde repensando e criticando as idéias e os sistemas europeus”. V. Licínio Cardoso. *A Margem da História do Brasil*, p. 244.

influentes que o Brasil tem conhecido. E' o que explica a nota de propaganda que da sua obra se desprende. Se a essas condições objetivas juntarmos as qualidades de um temperamento exuberante, règeiamente mestiço, teremos a visão dessa fôrça que, com ímpetos de ciclone, "invade a sociedade espiritual do seu tempo", e dentro dela quiz semear tudo que sabia, distribuindo em voz alta, fascinada pelo aspecto esportivo do saber — polêmicas e concursos — "o que adquirira, belas coisas sem importância, diamantes e lantejoulas; estrêlas do céu e papel pintado, tudo o que brilhava, que o encantara e que podia encantar os outros". (91) Pode decorrer dessa situação aquele perigo de que falava Ivan Karamazov: "O que é hipótese lá em baixo, torna-se axioma entre nós, não sómente entre os rapazes mas também entre os professores". Onde a cultura não possúe organização, as perspectivas do autodidata substitúem-se às dos problemas. Neste caso, o pensamento liga-se mais a pessoas do que a idéias.

Causa admiração, por conseguinte, que Tobias tivesse podido manter na atmosfera social de sua época, viciada pela escravidão, propícia principalmente, segundo a notação conhecida, ao desabrochar das formas sensuais de expressão — a oratória, a poesia do amor, o romance sentimental — uma consistência tão preclara das faculdades de análise, uma

(91) Gilberto Amado — *Tobias Barreto*, p. 19.

tão rara capacidade de tratar idéias gerais, um tão grande esforço crítico.

A forte tendência idealizadora e sonhadora do seu espírito encontrou, na sociedade em que se lhe formou a personalidade, ambiente mais que favorável. Que êle haja conseguido, até certo ponto, conter “a magia da adivinhação, o improviso milagroso, a necessidade de idealizar e imaginar” que, no dizer de Graça Aranha, transportou “para a metafísica, para as ciências biológicas, para o direito”, eis o que representa trabalho de reeducação tanto mais notável quanto foi exclusivamente pessoal. Tobias padeceu de todos os males do autodidatismo. A esta luz, a história de sua formação é, pode-se resumir, a história da formação da cultura no Brasil. Faltou-lhe viver num meio em que o saber se movesse objetivamente. No autodidatismo, o saber se liga a pessoas; nos países de organização universitária liga-se, antes de tudo, à tradição, ao esforço e aos métodos comuns de ensino e de pesquisa. Apesar disto ficou a marcha do pensamento brasileiro devendo-lhe considerável impulso. Suas campanhas filosófico-jurídicas estimularam o interesse pelos altos estudos. Procurou dar à inteligência nacional o gosto pela cultura que se convencionou chamar desinteressada.

Claro que a época o ajudou. Quando Tobias intervem na vida intelectual, sopram no campo das ciências e da filosofia novos ventos. Batera-se de

finitivamente o fixismo. A idéia evolucionista applicara-se em cheio à história social, sem que lhe fôsse poupado nenhum dos recantos privilegiados pelo sentimento ou pela tradição.

Além disso, a sociedade brasileira estava transformando-se. As cidades desenvolviam-se e fundavam-se as primeiras indústrias. Iniciara-se a construção de estradas de ferro. Ganhou novo ritmo a vida urbana com a imprensa popular, a condução barata dos bondes. O império se urbanizava, as diversões não mais se limitavam às festas de igreja: havia teatros, prados de corridas, vida social, caruagens de luxo. Burgueses e doutores, escreveu Gilberto Freire, tomavam o lugar dos senhores rurais e dos capitães-móres.

Ao velho "Brasil católico feudal" instalado sobre a escravidão, com o seu conformismo político e social, o luxo do seu latim, com a hostilidade característica de sua conformação à crítica das idéias e das realidades, cheio de frases graves e circunspectas, sensual e romântico, sacode uma rajada intelectual.

Iniciava-se o grande decênio, que Sílvio Romero sintetizou nesta página feliz e comovida: "O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por não ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas pla-

gas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista católica e ecletica, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque serio por qualquer classe de povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta cpugnação; o romantismo com os seus doces, enganosos, encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de tôdas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em tôda sua nudez. A guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a tôdas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrôxo das instituições policiais, o da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expellido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extensa democracia, quasi um verdadeiro socialis-

mo; o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje que são elas correntes e andam por tôdas as cabeças, não têm mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folk-lore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da escola de Recife". (92)

A geração de Tobias ainda respirou o espiritualismo de Maine de Biran, de Jouffroy, principalmente o ecletismo de Cousin. Êste tornou-se mesmo a versão dominante entre nós, não só porque realizava a união dessas duas "irmãs imortais" — a filosofia e a religião — como porque se prestava a interpretar os interesses de uma sociedade, formada sob a tradição espiritual do catolicismo e pacificamente organizada sob a base do trabalho servil, dando a êsses interesses até um colorido ideológico "adeantado".

(92) Sílvio Romero — *Explicações indispensáveis*. Prefácio a *Vários escritos*, pg. XXVI e seg.

Não possuíamos nem camadas médias, nem proletariado, nem os problemas sociais que, a rigor, nos forçassem aos compromissos políticos de que o ecletismo era a tradução em termos filosóficos.

A filosofia constitúe atividade caraterística da camada mais culta da sociedade. Eis porque seu diapasão pode ultrapassar o do meio social. Ao mesmo tempo que recebe a influência das condições objetivas, interpreta sentimentos e idéias da elite intelectual. Daí acontecer que países econômica e socialmente mais atrasados, adotem a filosofia de outros econômica e socialmente mais desenvolvidos.

Durante os três primeiros séculos de nossa existência, não floresceram no Brasil estudos ou sequer curiosidade pela filosofia. Depois da independência, o pensamento brasileiro, entrando em contacto mais franco com o mundo, apruma-se para assimilar os sistemas e as teorias reinantes na Europa. Mais exatamente, dir-se-ia, na França. O primeiro nome que, com ressonância nacional, se ocupa de tais assuntos, é o de Mont'Alverne. Sendo, além de tudo, frade, deslumbra-se com a conciliação operada por Cousin das correntes sensualistas e espiritualistas. Uma filosofia parece definitiva quando dá a ilusão de colocar-nos bem com a ciência e os interesses predominantes da classe a que se pertence. Desta tentação não escapou o grande orador sacro no seu esquecido *Compêndio*, exaltando o espiritualismo eclético, que foi, durante muito tempo, a filosofia

dominante em tôdas as nossas cátedras. De Cousin se traduziu a *História da filosofia*. Entre os estudantes circulavam manuais, destacando-se o de Genuense.

Mas, ao lançar-se Tobias nas sendas filosóficas, não só outros ventos sopravam no Velho Mundo, como as condições sociais brasileiras, a olhos vistos, estavam mudando. Abreu e Lima, na polêmica das *Bíblías falsificadas*, sugerira-lhe novos rumos. O país, depois da abolição do tráfico, passara a ser teatro de uma série de acontecimentos decisivos na evolução do pensamento e dos costumes: empreendimentos materiais, as primeiras estradas de ferro, iniciativas e negócios em escala nunca observada. A estabilidade da antiga conformação social se achava a cada passo comprometida, violada. Para dar conta dêsses novos fatos, para que a razão pudesse compreendê-los e guiá-los, teorias mais adequadas se fizeram necessárias.

Na Europa, depois do reinado oficial do ecletismo nos dezoito anos do govêrno de Luiz Filipe, chegase a 1848 em plena anarquia mental. A palavra de ordem no domínio filosófico iria caber a Comte, numa tentativa de ligar o antigo regime reincarnado na Restauração à organização diferente que a técnica moderna determinava à sociedade. Sua famosa divisa — Ordem e Progresso — colimava a síntese do elemento estático e do elemento dinâmico, mas sem ter nada de comum com a “conciliação empírica” do

sistema de Cousin, pois que no de Comte tal conciliação ficava entregue à ciência, ao “espírito positivo”. E’ inicialmente, portanto, pelas mãos do positivismo que Tobias e, com êle, tôda a sua geração, se liberta do “extenuado espiritualismo” e dos “filósofo-sacristães”.

Decisivo nessa reorientação foi o ano de 1870. Dispõe-se Tobias a sorver “a taça cheia de novas e acérrimas verdades” que a mão dos pensadores lhe oferecia. Entre estes, destaca precisamente Comte, “sem dúvida superior aos desdêns de muito espírito acanhado”. Ao contestar Vacherot, que nega a naturalidade, o inatismo, do sentimento religioso, são armas do arsenal comteano que maneja.

Vários fatores concorreram para que o positivismo tivesse as honras iniciais “de diretor mental da transformação de 1870”. Primeiro, a dependência do pensamento brasileiro em relação ao europeu. Segundo, a guerra do Paraguai que sacudiu o espírito nacional, pondo de manifesto as debilidades de nossa organização e o vexame moral do cativo; depois, a questão religiosa trazendo para o debate público a natureza e a gravidade de influências que se reputavam retrógradas; as condições gerais do país, hostís às antigas concepções. Finalmente, a existência de uma categoria de homens admiravelmente colocados para escutarem a mensagem comteana.

Eram numerosos, procediam muitos dêles das camadas pobres mas livres da população e ocupavam ou preparavam-se para ocupar postos no ensino, no jornalismo, na literatura, nas profissões liberais. Constituíam a “fulgurante plebe” de que falou Gilberto Amado, a qual, se era pela ordem, não era menos pelo progresso e deparava no positivismo como agir por êste sem prejudicar aquela. A idéia de governar a sociedade através de um apostolado intellectual, a capacidade dogmática do positivismo, seu horror à metafísica, sua idealização utópica do sistema social, tudo o configurava como doutrina cara àquela aristocrácia da intelligência.

Não advertia o próprio Comte que o conjunto da situação moderna impunha de ora em diante à filosofia “ a realização de uma imensa tarefa social”? Lògicamente, foram os bachareis da Academia do Recife, depois os da Escola Militar, que primeiro sentiram e anunciaram aos quatro cantos do país o novo evangelho.

Ao contrário, porém, do que succedeu no Sul, no Norte o predomínio intellectual do positivismo foi efêmero. Notou Virgílio Sá Pereira que isso se deveu à influêcia de Tobias. Com certeza, ela foi nesse sentido considerável. De um modo ou de outro, porém, o meio intellectual de Recife, tradicionalmente relacionado com a Europa, acabaria superando Comte. Êste, que faleceu antes de Darwin publicar a *Origem das espécies*, não chegou, pois,

a conhecer a primeira versão científica do evolucionismo. A filosofia da história do positivismo não ligava mesmo o homem a nenhuma evolução zoológica, o que o inhabilitava para dar a imagem da sociedade moderna, de cujas entranhas saíra a teoria de Darwin. A condenação que Comte lançara, de modo geral, sobre a doutrina da evolução, haveria, em suma, de chocar-se com os rumos evolucionistas da ciência que, depois de sua morte, tão notáveis conquistas fizera. O darwinismo concluía, melhor que o comtismo, um pensamento que a burguesia encarnava desde o século XVIII. Filosóficamente, aquele exprimia o mundo da revolução industrial, espécie de imensa usina dirigida não por uma força estranha, sobrenatural, mas pela luta pela existência, base de toda seleção. Nesta usina, o homem aparecia como o ser mais perfeito, produto daquela luta. Este o pensamento, afinal dominante, na vanguarda intelectual burguesa que atacava a posição feudal, absolutista, clerical da sociedade antiga, adotara uma atitude científica para interpretar o mundo e se emancipara das velhas crenças e prejuízos. Sua filosofia foi naturalmente materialista, embora o materialismo evolucionista do materialismo mecanicista se separasse.

Mas o que houve de interessante na atuação com que Tobias, depois de adotá-lo, opôs ao positivismo as concepções do monismo evolucionista, é que ele caiu sob a influência da Alemanha precisamente

quando o darwinismo recebia ali o acolhimento mais ruidoso da Europa. Nem na Inglaterra, nem na França, onde a revolução industrial não se atrasara tanto, o darwinismo provocara tamanho estardalhaço, nem tivera um propagandista genial como Haeckel. A doutrina da evolução juntava-se, na Alemanha, aos demais fatores com que ali se forjava a sociedade de livre concorrência. Servia para contrastar uma diversa concepção da vida, da sociedade, da história, com a noção da sociedade que se queria precisamente destruir. Sobre uma estrutura reacionária o domínio ideológico adiantava-se e, graças à influência de outros países, de livros e de pessoas, criava, até certo ponto, condições próprias de desenvolvimento, constituindo elemento importante na marcha das transformações.

Em linhas muito gerais, a situação brasileira repetia a da Alemanha. A uma sociedade em mudança, porém ainda atrasada, oferecia-se poderoso instrumento intelectual para dirigir o movimento reformador.

Se não fôsse o alemão, as núpcias de Tobias com o monismo teriam sido menos ardentes. A reação contra o positivismo ter-se-ia processado mais lentamente no Recife, é possível conjeturar-se. Haeckel era uma espécie de missionário da doutrina evolucionista, cujo ardor científico e apostólico Tobias transportou para o Brasil. Diante dessa força

ardente o positivismo se encolhe e bate em retirada (93).

E' preciso não esquecer, porém, que a importância do monismo, como direção do pensamento filosófico, não decorria apenas de causas acidentais ou fortuitas. Tobias não convocava os espíritos para formar na nova corrente, simplesmente porque tomara o ruído de alguns epígonos pelo som profundo de uma grande direção do pensamento.

(93) Sôbre o positivismo no Sul e no Norte, traça Clóvis Beviláqua as seguintes penetrantes observações: "E' fácil explicar esta notável cisão do pensamento filosófico no Brasil. Passado o curto espaço de tempo em que os espíritos se deslumbraram com a retórica a um tempo sentimental e palavrosa do espiritualismo francês do comêço dêste século, era imperiosa a necessidade mental de uma outra interpretação do mundo, mais sólida e mais em harmonia com os dados da ciência. Mas o materialismo, ainda combalido, oferecia magro pábulo às inteligências, e, sobretudo, se achava em más condições para dar conforto à psicalgia, que começava a operar a consumpção das almas desiludidas. Quando, posteriormente, um impulso de renascimento veio soerguê-lo, quando se fizeram sentir os esforços de Büchner, Moleschott, Vogt, na Alemanha, de Asseline, Coudereau, Lefreve, na França, já o materialismo foi revelando tendências a assimilar o darwinismo, para, afinal, se incorporar na filosofia geral da ciência.

Também o idealismo de Schellig, Fichte e Hegel, que, na Alemanha, substituiu o criticismo kantiano, apesar dos esforços de Schopenhauer, quasi não ecoou no Brasil. Apenas Hegel pôde conquistar raras simpatias, aliás seródiãs e pouco produtivas. O positivismo, portanto, impunha-se. Mas no Sul do Brasil, no Rio de Janeiro, conquistando matemáticos profissionais, e dos mestres descendo para os discípulos, o órgão da doutrina foi, mui naturalmente, o próprio Augusto Comte, o matemático, o examinador da Escola Politécnica em França. Depois os moços, ao menos os dois que se tornaram corifeus, foram tenazes, homens de crenças firmes,

Desde a delimitação de conceitos operada por Descartes, informa Eucken, o mundo da vida psíquica, compreendido “como uma existência substancial cuja unidade de essência (*unitas essentiae*)”, distinguia-se completamente do mundo exterior compreendido “como unidade de simples juxtaposição

propagandistas incansáveis. E nada mais favorável à expansão de uma doutrina do que o tom de inabalável convicção com que falam os seus apóstolos. Ao norte em Pernambuco e nos outros estados, não foi no envoltório das matemáticas que se efetuou a importação do positivismo. Foi-lhe veículo a literatura. Um sábio que fôsse, ao mesmo tempo, um literato e um estilista, devia ser o doutrinador dessa mocidade ousada que batia os campos em busca de novos ideais. Ninguém melhor realizaria essa figura quasi ideal do que o bom Littré, tão erudito conhecedor da literatura antiga e moderna quanto abalizado cultor da biologia, tão arguto, nas escavações e análises da filosofia quanto admirável em tracejar as paginas brilhantes de *La Science au point de vue philosophique* e da *Litterature et histoire*. Depois Tobias fez-se mestre em Pernambuco, assim como Benjamin Constant o era anteriormente no Rio de Janeiro, e Tobias pouco se demorou com os positivistas; cedo os abandonou para engolfar-se na ciência e na filosofia da Alemanha, as quais se voltiam para Kant, depois de consorciados sob o influxo de Helmholtz e outros espíritos seletos.

Vê-se, portanto, que não foram circunstâncias inteiramente fortuitas que determinaram a divergência assinalada na mentalidade brasileira em frente ao positivismo. Foram a ação do meio social, e, mais particularmente, a dos diretores mentais, que imprimiram direção diversa ao movimento. No Recife, surgiu êle do seio de uma escola jurídica, dentre literatos; no Rio de Janeiro, apareceu numa escola de engenharia, entre matemáticos. Aquí, no centro nortista, a Bíblia eram os livros de Littré, em breve trocados pelos de Haeckel, Spencer, Schopenhauer, Hartmann, Noiré; lá o livro por excelência continua a ser o *Curso* de Comte, quando não o seu *Catecismo*”. *Esboços e Fragmentos*, p. 29 e segs.

(unitas compositionis)”. (94) Esta separação dos dois domínios fôra, sem dúvida, fecunda. Mas a oposição entre êles emprestou à investigação de uma síntese que abrangesse tôda a realidade — a material e a espiritual — importância tôda particular. Se, por um lado, diz Eucken, “a natureza não se deixava de modo algum rebaixar-se até ser apenas um grau da vida espiritual humana” — é demasiado autônoma para isso — por outro lado, o espiritualismo, não podendo vencer tal resistência, simplesmente transformava “a vida do espírito em simples pensamento e conhecimento”, redundando num intelectualismo “que fazia da vida cósmica uma mera representação do mundo, volatilizando dêste modo a realidade e tirando-lhe todo conteúdo vivo”. Aquela síntese ofereceu-a o monismo que, não podendo fugir a uma das duas direções capitais do pensamento, teria de ser ou materialista ou espiritualista.

Com o desenvolvimento das ciências físicas e naturais, “com a introdução da imagem da natureza nos conceitos do universo e na organização da vida”, a direção materialista predominou. Reagiu-se contra a “antiga maneira de pensar, estreitamente religiosa e transcendente e que tinha por costume tratar a natureza como algo subordinado e secundário”. Graças à influência da doutrina evolucionista, do darwinismo, o homem foi colocado em seu devido

(94) Rudolf Eucken — *Las grandes corrientes del pensamiento contemporaneo*. Trad. de Salmeson y Garcia. 1912, pg. 225.

lugar no reino animal, fato que lhe acentuou o regresso na natureza de que parecia ser um hóspede, o que permitiu uma concepção científica do mundo, da realidade inteira e completa. “Esta concepção, esclarece Eucken, atraiu os espíritos com irresistível poder, tanto mais que, desenvolvida por um trabalho assíduo e fecundo, revelou uma multidão enorme de fatos, ordenou dados antes dispersos, operando-os como um conjunto. O homem parecia então voltar de um longo êrro e de uma vaidosa presunção à sua verdadeira pátria; sua vida parecia adquirir bases mais sólidas assim como um caráter mais jovem, mais simples e verdadeiro. O que havia envelhecido parecia novo, o que era novo parecia velho, uma revolução total começava. Estas tendências e estas disposições de espírito são as que o monismo moderno recolhe e reúne; os conceitos de natureza não parecem ter mais necessidade do que de ser algo completados no sentido psíquico para poder absorver tôda a realidade e dominar tôda a vida”. (95).

O monismo mecanicista de Haeckel, onde parecia falho para Tobias, era precisamente na satisfação daquela necessidade. Ele era monista, sim, porém não reduzia tudo a explicações mecânicas. Ao passo que Haeckel condenava o kantismo, era justa-

(95) Monismo denomina-se qualquer teoria ontológica segundo a qual tudo o que existe, em algum sentido, é um. O termo foi introduzido por C. Wolff, filósofo que viveu de 1679 a 1754. Mas a expressão só se vulgarizou com Haeckel, Ostwald, etc. Estes dois foram os líderes da “Sociedade dos Monistas” (Monistenbund) fundada em 1906.

mente em Kant, sôbre cuja filosofia ninguém antes dêle escreveu tão completa e lúcidamente em língua portuguesa, que Tobias ia encontrar os elementos necessários à correção do sistema haeckeliano. Reagia, dêste modo, contra “o pendor materialístico do tempo”, jogando para o museu das inutilidades o “materialismo míope” dos Moleschott e dos Buechner e fiel à divisa de Du Bois Raymond: “com mecânica, não saímos de mecânica; não podemos compreender o sentimento” (96). Diante da sensação opressora

— Segundo Haeckel, os princípios do monismo, principalmente sob o ponto de vista de sua oposição ao dualismo, são;

1) O mundo só compreende um domínio, o da substância. Seus dois atributos inseparáveis são a matéria e a energia; 2) por isso, a ciência inteira forma um domínio único: as ciências chamadas do espírito não são senão partes das ciências naturais; tôda verdadeira ciência repousa sôbre a experiência; 3) O conhecimento de todos os fenômenos (tanto da natureza como da vida do espírito) adquire-se exclusivamente pelo método empírico (pelo trabalho do cérebro e dos órgãos dos sentidos). Tôda pretensa revelação repousa sôbre uma ilusão conciente ou inconciente; 4) A lei da substância tem um valor absolutamente universal, assim no domínio do espírito como no da natureza. Mesmo nas mais altas funções intelectuais (representação e pensamento) o trabalho das células nervosas está necessariamente ligado às mudanças materiais de sua substância, como em qualquer outro processo natural; fôrça e matéria estão ligadas uma à outra.

A lei da substância abrange:

a) a lei da conservação da matéria ou da constância da matéria: A soma da matéria que enche o espaço infinito é constante; b) a lei da conservação da fôrça ou da constância da energia: A soma da fôrça que age no espaço infinito e produz todos os fenômenos é constante”.

(96) *Questões Vigentes*, 47, 48.

que lhe dava o sentido puramente mecânico da causalidade, o poeta surgia em ajuda do filósofo: “O mecanismo ainda não é suficiente para dar conta, entre outros, por exemplo, do fenômeno da *beleza*. Quem foi que já traçou a fórmula segundo a qual executa-se o movimento de uns bonitos olhos femininos?” E como o fluxo poético nesse momento lhe corria abundante da pena filosófica, insistia, já agora, com um evidente mau gosto provinciano: “A beleza, que no dizer de Hartmann divide-se em *fisiológica* e *morfológica*, eu me permito aumentar de uma seção superior: — a beleza *psicológica*, sem aliás pressupor um sujeito novo para êste novo atributo, e dentro da intuição monística. E’ a parte devida àquele *resto*, mecânicamente inexplicável, de que já nos temos ocupado. Ora pois: — nem a beleza *arquitetônica* de uns quadrís de Venus, que não é debalde que assemelham-se ao arqueamento de ebúrnea lira, como lembrança ou indício de que êste será sempre o alaúde dos poetas, nem a beleza *ornamental* de uns bastos e longos cabelos, despoticamente sacudidos por mulher moça e formosa, poderão jamais ser reduzidos a puros fenômenos mecânicos” (97). E’ também provável que tais exemplos não se devessem apenas a um impulso lírico, mas à convicção, de que Tobias compartilhava, que os problemas filosóficos eram inacessíveis ao vulgo, mesmo ao comum das pessoas letradas e, por

(97) *Questões Vigentes*, 49, 50.

isso, com êles, queria fazer-se o mais possível compreendido.

Porém, não ignorava como enquadrar o assunto nos seus têrmos adequados. A seu ver, o monismo, que era um princípio constitutivo, um princípio regulador, um princípio arquetetônico do pensamento moderno, assentava-se em bases kantescas, não tinha horror às causas finais, e por isso se chamava *monismo filosófico* para diferenciar-se do *monismo naturalístico*, que só admitia causas mecânicas (98). Ora, segundo Kant, não podemos saber *a priori* até onde o mecanismo da natureza contribue para a realização de um fim, nem até onde chega a explicação mecânica dos seus fenômenos, cabendo, em consequência, às ciências naturais levar o mais longe possível essa investigação. Isto, porém, não impediu o grande filósofo de afirmar que, em relação à forma dos organismos, há sempre um *resto mecânicamente inexplicável*. Então, raciocina Tobias: “Puro conceito monístico. A êle prende-se o pensamento de Noiré, quando afirma que, em todo e qualquer fenômeno, tanto o mais simples como o mais altamente complicado, há sempre um resto *incalculável*, que representa a parte do *sentimento* no mesmo fenômeno. Entre o resto de que fala Kant, e êste de que fala Noiré, não há diferença alguma. O *mecânicamente inexplicável* da teoria kantescas quer dizer, em linguagem monística: — a parte do

(98) *Questões Vigentes*, 45, 46.

sentimento que o movimento não explica” (99). Dêste modo, conclue: “para o monismo filosófico, o movimento e o sentimento sendo inseparáveis, dá-se entre êles sòmente uma questão de grau: — onde mais domina o movimento, aparece então a *causa efficiens*; onde mais o sentimento, prepondera também a *causa finalis*. O mundo não é só uma cadeia de *por quês*, como pretende o materialismo acanhado, mas ainda uma cadeia, uma série de *para quês*, de fins ou de alvos, que reciprocamente se apoiam, se limitam, que saem uns dos outros” (100).

Mas, segundo Tobias, movimento e sentimento não são princípios diferentes, distintos, porém, conforme a lição de Kant, “momentos diversos”, “dois pontos de vista de uma mesma coisa”, “dois modos de observar a natureza” (101). Esta nova posição da filosofia, assinala Tobias, veio em consequência do afastamento do dualismo, “até então, mais ou menos dominante, de espírito e matéria; e não de certo pela subordinação de um princípio ao outro; por consequente nem em favor do materialismo, nem em favor do espiritualismo. O corpo mesmo é o espírito desconhecido, o espírito porém é o desconhecido no corpo; e a natureza com o espírito que nela impera, uma *unidade* metafísica. Tornar compreensível esta *unidade*, construir seu conceito, é o problema que

(99) *Questões Vigentes*, 47.

(100) *Questões Vigentes*, 46.

(101) *Questões Vigentes*, 46, 47.

Haeckel entrega a uma nova filosofia, sob o título de monismo” (102). Haeckel, porém, acabou eliminando o espírito em proveito da matéria e daí se ter degenerado em *mecanismo* o seu monismo.

Precisamente, neste passo, Tobias se separou d'ele. Só a filosofia de Kant lhe oferecia os instrumentos que julgava hábeis para investigar o conceito da unidade metafísica da natureza, verdadeiro objeto da pesquisa filosófica. Como vimos, Tobias achava insuficiente a concepção mecânica do materialismo. Ora, afastar-se dela para corrigi-la com a ajuda de Kant foi, sem dúvida, atitude comum entre os naturalistas, mas significava uma posição já tão diferente que o próprio Tobias, ao cabo, não achava melhores termos para se qualificar que os de “materialista no bom sentido da palavra”. Para êle, o materialismo sempre “se ressentia do defeito de satisfazer-se com uma explicação do mundo, que termina precisamente no ponto onde começam os problemas da filosofia” (103). Mas aquí estava, a seu sentir, a superioridade de Kant, que afirmando dever ser qualquer noção da realidade bebida na experiência, ao mesmo tempo que arrasava os castelos da razão, a esta aparelhava não para a pesquisa do absoluto, porém para a pesquisa do seu conceito, de onde a metafísica, no sentido que achava certo.

(102) *Questões Vigentes*, 256.

(103) *Questões Vigentes*, 266.

Ao penetrarmos no pensamento filosófico de Tobias, à medida que os anos avançam e a sua meditação ganha em riqueza e profundidade, o que se verifica é que o nome de materialismo cada vez convém menos para designar a posição que em filosofia êle acabou adotando. De comêço, como êle tinha de combater a filosofia espiritualista então reinante e o fez através de debates, polêmicas, generalizações, que não permitem jamais a exposição completa e serena de assuntos dessa natureza, sua atitude foi ou pareceu ser a de um materialista desabusado, de um haeckeliano cento por cento. Em filosofia, esta foi a imagem que dêle nos ficou. Imagem, porém, incompleta, senão errada.

Seguramente, era monista, pois reduzia a realidade a uma única substância. Mas não a julgava nem material nem espiritual, apenas considerando que ela podia manifestar-se através daqueles dois modos, escusando-se, porém, de pronunciar-se sôbre a natureza última dessa mesma realidade. São palavras suas: "Felizmente, já há mais de um exemplo de sobriedade científica por parte de naturalistas, outrora inebriados do seu próprio vinho, mas hoje convencidos de que a ciência tem limites, além dos quais ainda existe alguma coisa, que ela não pode sujeitar aos seus processos de observação e esclarecimento". E mais adiante: "Já é uma grande concessão esperar que o tempo decida a questão capital do materialismo. Esperemos, portanto. O *Ignorabimus* de Du Bois Raymond e o *Audeamus* de

Haeckel não são tão inconciliáveis, como se supõe. Eu os concilio a meu modo. Rejeitando a primeira fórmula, se ela pretende ir além de um simples conselho de temperança especulativa, e aceitando a segunda, só até onde envolve um grito de animação, sem o propósito assentado de romper tôdas as barreiras e entrar no conhecimento natural de Tudo, — entendendo que elas se completam, se harmonizam, se corrigem uma a outra” (104).

Seu monismo era assim perfeitamente agnóstico. E se é exato que qualquer tipo de monismo, dualista ou pluralista, tenderá sempre a acentuar ou a feição espiritualista ou a feição materialista, o de Tobias evoluiu no sentido da primeira, — o que ainda se demonstra pelo socorro que pediu a Noiré, (105) socorro aliás tão inútil, já que êle houvera encontrado o de Kant. O que ainda mais decisivamente se prova com a circunstância de Tobias atribuir à realidade última uma finalidade, para melhor contrastar com o monismo mecanicista o monismo teleológico ou filosófico, como era de sua predileção chamá-lo (106).

(104) *Questões Vigentes*, 48, 49.

(105) Luiz Noiré, filósofo alemão, 1829-1889. Escreveu entre outras obras: *O mundo considerado como desenvolvimento do espírito* (1874); *O pensamento monista: concordância da filosofia de Schopenhauer, de Darwin, de Robert Mayer e de Lazarus Geiger*, (1875).

(106) “O que o monismo em falta de expressão mais apropriada, chama sentimento, não é diverso do que Schopenhauer chamou vontade, nem mesmo estaria longe de se poder substituir pela palavra espírito, se a velha filosofia não nos tivesse habituado a formar do espírito uma idéia falsa, na qual assenta o êrro do dualismo.

Na finalidade estava justamente a parte do *sentimento* que o movimento não explicava. Recusando-se a ver na vida mental simplesmente um epifenômeno da vida material, Tobias introduzia o sentimento para lhe dar a chave das manifestações sensíveis que se não reduziam a dados físicos.

Sua filosofia ressentia-se das lacunas e vícios comuns a tôdas as filosofias que querem reduzir a concepção do mundo a um princípio uno e indivisível, a uma identidade. Ora, tal princípio é pura fantasia, pois tudo quanto há, existe como unidade de contradições irreconciliáveis. Para se tornar real e perceptível, qualquer princípio terá de desdobrar-se em dois polos antagônicos, de onde o fracasso das interpretações monistas do mundo.

Não resta dúvida, porém, que o esforço de Tobias para superar o velho materialismo, empacado na exclusiva aplicação das leis mecânicas à interpretação do universo físico e psíquico, abriu-lhe os horizontes para debater com sagacidade outros problemas da filosofia, como o determinismo, por exemplo.

Não se podia, argumentava, negar a liberdade “sob o pretêxto de que as ações humanas são tôdas

As duas propriedades referidas, pôsto que inseparáveis, com o andar dos tempos, isto é, dos séculos dos séculos, ou milênios de milênios, chegam a ponto de manterem-se entre sí numa razão inversa: ao *maximum* de movimento corresponde o *minimum* de sentimento, e *vice-versa*. E' a diferença que vai do mundo *inorgânico* ao mundo *orgânico superior*”. *Estudos de direito*, II, 12, 13.

motivadas”. Porque a liberdade, a consistir em alguma coisa, consistiria “na capacidade que tem o homem de realizar um plano que êle mesmo se propõe”, eis que “causalidade da natureza e causalidade da vontade não têm o mesmo caráter”. Em suma, “dizer que a liberdade tem leis não é negá-la, e bem assim afirmar que essas leis são as mesmas da natureza, não é reduzir o processo da vida moral à pura mecânica dos átomos, a ações e reações químicas”, pois, a livre vontade não a reputava “incompatível com a existência de motivos; pelo contrário, êles são indispensáveis ao exercício normal da liberdade”. (107)

Entre as teses simplistas do livre arbítrio e do determinismo, tais palavras feriam, com vantagem sobre as concepções classicas, o conceito de liberdade e colocavam Tobias na situação excepcional que foi, de fato, a dêle, entre os pensadores brasileiros da segunda metade do século XIX.

A afirmação de que as leis da liberdade são as mesmas da natureza encerra a noção de que a liberdade consiste no conhecimento dessas leis. Não fôra tal conhecimento e jamais poderíamos, com êxito, intervir na natureza e, objetivamente aparelhados, julgar e escolher os meios mais idôneos para a satisfação das nossas necessidades e realização dos nossos fins. Só o conhecimento das relações causais da natureza proporciona ao homem a pos-

sibilidade de prever o efeito de suas ações e de dirigir o processo da natureza, segundo os seus desejos. A liberdade será tanto maior quanto melhor conhecermos as leis que governam a natureza. Destas idéias aproximou-se Tobias na conceituação do livre arbítrio e com tanto maior merecimento quanto o caminho que trilhava era ainda pouco frequentado.

Pelo conhecimento das relações causais da natureza temos a possibilidade de prever o efeito de nossas ações e de orientar os processos da natureza segundo os nossos desejos. A consciência deste poder transforma-se em categoria de finalidade, isto é, o efeito previsto de um processo torna-se o seu fim desejado e, em tal caráter, age como motivo de ação.

A esta luz, quando Tobias perguntava se “não era bem patente que a vontade humana, sendo o *princípio seletor*, a causa de todos êsses melhoramentos, modificações e alterações na vida social”, não revelava “por isso mesmo um caráter antinômico das necessidades e fatalidades da natureza”, e se não era justamente “êsse caráter que nós entendemos, que devíamos entender por liberdade”, sua conceituação do problema do livre arbítrio representava notavel progresso sôbre o que, entre nós, ao tempo se ensinava. (108)

(108) *Questões Vigentes*, 65.

De outra feita, Tobias falou da liberdade como força e da igualdade como tendência. Em tão breves termos, seria difícil colocar melhor o assunto.

Outras teses, outros pontos de vista gerais evidenciam no pensamento de Tobias traços de agudeza, de assimilação esclarecida, de ritmo intelectual mais largo que o do meio. As considerações sôbre as relações entre natureza, sociedade e cultura figuram nesse número.

Tobias opõe natureza à cultura, como duas coisas diversas mas que se completam, aquela como se fôsse a grande e necessária tela na qual, através da sociedade, construimos todo um complexo sistema de regras e de normas, dentro de que vivemos, agimos e pensamos. Assim, tudo que forma o ambiente das sociedades é cultural e não natural: “Quem disse a Fedra que seu amor a Hipólito é criminoso e quem disse a Midra que ainda mais criminosa é a paixão que ela nutre por seu pai? Seria a natureza? Não — foi a cultura. Religiosa ou moral, jurídica ou política, pouco importa: é sempre alguma coisa que corrige, que resiste aos ímpetos naturais”. A cultura *desbasta* o homem da natureza. Para Tobias, êste era antes mau do que bom, a Rousseau: “Sem uma transformação de dentro para fora, sem uma substituição da selvageria do homem *natural* pela nobreza do homem, não há pròpriamente cultura. A cultura é a antítese da

natureza, no tanto quanto ela importa numa mudança do natural, no sentido de fazê-lo belo e bom". Entram no conceito que Tobias fazia da cultura duas idéias fundamentais: a de que o homem considerado em si mesmo é ser dotado de instintos, sem convenções nem regras e a de que êsse mesmo homem é suscetível de um aperfeiçoamento progressivo. Ambas essas idéias conformavam-se perfeitamente com a concepção evolucionista. A noção de instintos foi admitida por Darwin. Atribuir à cultura a tarefa de corrigi-los e selecioná-los, através da adaptação do homem da natureza à sociedade, pareceu a Tobias a exata interpretação do modo por que constroi o mundo moral, religioso e jurídico. (109)

Desgraçadamente, os processos culturais não conseguiram formar uma cultura "pròpriamente humana", porque "dentro da humanidade diferenciavam-se as *raças*, dentro da mesma raça... os *povos*, dentro do mesmo *povo*... as classes, terminando sempre a luta, que acompanha estas diferenciações, pelo predomínio de um dos contendores, que encarrega-se do trabalho cultural e imprime-lhe seu caráter". Tobias desejava que a cultura revelasse o

(109) "A natureza não é a santa que se supõe; pelo contrário, ela come, bebe e peca. Imaginai um salão aristocrático, cheio de todos os encantos e fulgores, que produz a civilização. Dentre as mulheres que perfumam o ambiente, escolhei a mais formosa, aproximai-vos dela e conversai... Aposto que podeis levar bem longe a vossa conversação, sem que a mais ligeira idéia de gôso sensual venha perturbar a serenidade do vosso espírito.

homem e pôr causa daquelas divisões acontecia que a adaptação do indivíduo não se fazia à sociedade inteira, “mas sòmente a uma classe dela”. Pensava então que aí estava a “fonte do mal”. (110)

Assim, ao revés de cultura *moral*, “que seria então sinônima de cultura humanitária”, a única capaz de revelar o homem social “no mais amplo e compreensivo sentido da palavra”, obtinha-se apenas, ponderava Tobias, uma cultura parcial, cultura *religiosa*, *sacerdotal*, *industrial*. A coincidência dêstes dizeres com uma das leis que regem o mecanismo social das idéias — as idéias dominantes são as idéias das classes dominantes — ressalta dos seus próprios têrmos.

Dos produtos culturais aquele com que Tobias de preferência se ocupou foi o direito. Ao estudo de sua gênese, de sua história, applicou então as idéias evolucionistas, de modo que o direito de uma nação aparecia ligado no tempo ao seu processo

Mas agora imaginai também que vos achais frente a frente dessa mesma beleza, à margem de sonoro e cristalino regato, onde se miram palmas e folhagens; aquí e alí moitas sombrias, em cuja copa escondem-se ninhos de aves, e em baixo parece que mão oculta preparou leito de amantes; se-reis capaz de não ter um pensamento mau? E' dubitável. Se entretanto a esta sugestão do amor que surge de todos os lados em sua forma primitiva, em sua primitiva nudez, sem regras, nem convenções, impetuoso, estúpido e voraz, levanta-se uma idéia que opõe barreira invencível, donde nasceu essa idéia? Só e só do seio da cultura”. *Questões Vigentes*, p. 57.

(110) *Questões Vigentes*, 59.

social de desenvolvimento: direito, não “presente divino”, mas “um invento, um artefacto, um produto do esforço do homem para dirigir o homem mesmo”.

Êste modo de entender o direito implicava o reconhecimento de uma ciência dos “fatos humanos”, uma “ciência do homem”, (111) não seguramente do homem “ser à parte”, “obra da mão de Deus”, mas do homem “fenômeno natural, como outro qualquer” porque “o homem do direito não é diverso do da zoologia”. (112)

De maneira que a própria ordem de estudos por Tobias preferida, levava-o a tratar de uma ciência em que eram fatos resultantes do convívio humano, atividades do homem social que êle tinha de considerar. Como parte do “processo enorme de constante melhoramento e nobilitação da humanidade” que se chamava cultura (113), o direito, funcionando no mecanismo humano, como uma das peças de *torcer e ajeitar*, em proveito da sociedade, o homem da natureza, era uma “disciplina social, isto é, uma disciplina que a sociedade impõe a si mesma na pessoa dos seus membros”, (114) e jamais uma dis-

(111) *Questões Vigentes*, 146.

(112) *Questões Vigentes*, 148.

(113) “Antes de tudo: o conceito de *cultura* é mais amplo que o da *civilização*. Um povo civilizado não é ainda *ipso facto* um povo culto. A civilização se caracteriza por traços, que representam mais o lado exterior do que o lado íntimo da cultura (*Questões Vigentes*, 139).

(114) *Questões Vigentes*, 142.

ciplina oriunda do céu ou de princípios racionais absolutos.

Tinha, portanto, de ser estudada cientificamente. Por que, pois, com tais premissas se firmou Tobias na conclusão de que a sociologia era uma frase, ou quando muito “um *pium desiderium* do espírito científico”? Em vários passos dos seus últimos escritos, notadamente no discurso de colação de grau dos bachareis de 1883, externou, entretanto, sua confiança na formação de uma ciência social, e êle próprio, o de que mais se orgulhou, foi de imprimir aos estudos jurídicos feição científica.

Em diversas passagens de sua obra, a convicção de que os acontecimentos históricos e sociais não se produziam à mercê do capricho e da vontade arbitrária dos homens, é manifesta, iniludível. No excelente estudo intitulado *A questão do poder moderador*, escreveu, por exemplo: “Esta simples vista geral do mecanismo político da Inglaterra torna bem patente o caráter autóctone, intransmissível, inimitável do seu governo, assim como põe a descoberto a ridícula figura dos retóricos do dia, que estão constantemente a apelar para umas pretendidas normas parlamentares, como se fôsem outros tantos princípios incontrovertidos, geralmente aceitos e praticados. E’ mister que nos curemos desta mania. Karl Marx diz uma bela verdade, quando afirma que cada período tem as suas próprias leis... Logo que a vida atravessa um dado período evolutivo,

logo que passa de um estádio a outro, ela começa também a ser dirigida por leis diferentes. Os organismos sociais se distinguem entre si tão profundamente, como os organismos vegetais e animais. Um mesmo fenômeno está sujeito a leis inteiramente diversas em consequência da diversidade de estrutura dos organismos, da aberração de seus órgãos em particular, da diferença de condições emfim, em que êles funcionam"... (115) E ainda na primeira parte desse mesmo estudo, elaborada em 1871, antes provavelmente da leitura de Marx e contestando a afirmação do prof. Braz Florentino sobre o caráter racional do poder moderador, Tobias discorria magistralmente: — "Quanto a mim, creio que a coisa pode ser discutida de um modo muito mais simplés. Quando se diz que o poder moderador foi um fruto da razão e da lógica, é mister não esquecer que esta razão e esta lógica pertenciam a certos homens, e estes homens a uma certa época. Em outros termos, a teoria em questão não pode ser considerada à parte do espírito que a concebeu, nem do meio social, em que ela se produzia. As idéias também têm a sua biografia. O que se costuma às vêzes chamar a força da lógica é apenas a necessidade dos tempos". Abundam em seus escritos observações bem lançadas sobre o mecanismo da vida social. A própria

(115) *Questões Vigentes*, 217. Tobias dava a fonte: *Das Kapital* — Dritte vermehrte Auflage (1883) páginas XV e XVII.

sociedade não a concebia como antítese, senão como “continuação da natureza”.

A Sociologia, entretanto, parecia-lhe demasiado ambiciosa. “O estudo dos fenômenos sociais, considerados em sua totalidade e reduzidos à unidade lógica de uma sistematização científica, daria em resultado uma monstruosa pantosofia, que é incompatível com as forças do espírito humano. Se nem mesmo como ciência descritiva, que aliás, na opinião de Haeckel, é uma *contradictio in adjecto*, a ciência social não é construtível, pois que não podem ser observados e por isso não podem ser descritos todos os fenômenos da sociedade, por que razão sê-lo-ia como ciência de princípios, como ciência de leis, que têm de ser induzidas da observação completa dos fatos a estudar”? (116)

Assim, nas suas *Variações antisociológicas* Tobias extremou-se no combate á Sociologia. O nome não lhe agradava porque vinha do positivismo. Comte envenenara-o contra a Sociologia. E' fácil compreender porque. O filósofo, ao distinguir entre a Estática social, que fornece a teoria da ordem natural da sociedade, e a Dinâmica, que fornece a teoria dos progressos da humanidade, mantivera-se no terreno do idealismo. A razão era a reveladora da lei dos três estados, que, entretanto, Tobias, imbuído da idéia evolucionista a que a própria razão se submetia, rejeitava.

(116) *Questões Vigentes*, 33.

Na obra de Comte, a concepção da Sociologia confundia-se com a de política científica. Mas, o que era em Comte uma admirável e fecunda idéia, a saber, que a síntese das ciências termina por uma explicação da história, que, por sua vez, deve culminar na ação política e social, não fascinava Tobias, porque êle achava difícil, senão impossível, descobrir as leis científicas da evolução social.

E' que, para Tobias, como Sílvio Romero notou, só podia haver ciência de causas mecânicas e, por isso mesmo, dizia que "enquanto não se provar ser a vontade uma fôrça motriz, como o calor ou a electricidade, a sociologia nada vale". Dêste jeito, escreveu Sílvio, "assim como o sábio autor dos *Estudos Alemães*, por admitir a liberdade no homem, repelia a sociologia, julgando as duas coisas antitéticas; também, por ser um sectário do monismo teleológico, isto é, por acreditar numa teleologia, parcial, no mundo, e geral, na humanidade, arredava a possibilidade de uma ciência desta última". Portanto, aceitando o mecanismo só para o inorgânico e rejeitando-o para os ramos superiores da biologia e para a ciência do homem, como não admitia ciência mais que do mecânico, Tobias recusava à sociologia a possibilidade mesma de se vir constituir em ciência. Encontrava-se assim diante do tal resto mecânicamente inexplicável, chumbado à condição de não poder jamais descobrir a causalidade própria dêle. Ouçamo-lo: "Mas ainda aquí estou agarrado

ao manto de Kant, para quem, como já vimos anteriormente, em relação à forma dos organismos, há sempre um resto que a *mecânica não explica* — aumentando esta inexplicabilidade na medida do maior desenvolvimento dos mesmos organismos e maior complicação de suas funções. Por conseguinte, quando se atravessa tôda a série de seres organizados e chega-se a formações superiores, como o homem, a família, o Estado, a sociedade em geral, o *mecanicamente inexplicável* já não é um resto, mas quasi tudo. O que há de *restante*, é a parte do *mecanismo*, a parte do movimento”. (117)

Estas citações mostram como o pensamento de Tobias se achava cheio de preconceitos contra a Sociologia. Suas leituras não lhe tinham revelado o estudo de outra sociedade que não fôsse a sociedade política, isto é, as relações do govêrno com os respectivos meios sociais. Em consequência, êle rejeitava e criticava a distinção entre Estado e Sociedade: “A outra fonte da mania dominante, disse eu que devia procurar-se nas extravagâncias políticas do nosso tempo, em virtude dos quais chegou-se ao ponto de conceber o Estado e a Sociedade como dois seres diferentes”. (118)

Não fôra no Brasil que o desenvolvimento das ciências naturais com a aplicação do método positivo,

(117) *Questões Vigentes*, 85.

(118) *Questões Vigentes*, 86.

de um lado, e as transformações econômicas e as revoluções políticas, de outro, tinham ocorrido, iluminando a sociedade como campo de observação de fenômenos próprios, peculiares. Era em sociedades muito mais adiantadas e industrializadas do que a brasileira, que o *social* se tornara tão observável como o *político* e que as formas sociológicas adequadas à sua explicação estavam sendo precisadas e esclarecidas.

Dêsde que Tobias não possuía uma informação bibliográfica rigorosa sôbre o assunto, nada, no Brasil, o advertia das profundas mudanças que na matéria ocorriam. Dêste modo, pensava estar raciocinando muito bem contra a Sociologia, alegando a sua incapacidade de prever, quando, com essa alegação, não fazia mais que confundir fatos sociais com acontecimentos históricos, pecado que, diga-se a verdade, ainda hoje cometem tantos críticos daquela ciência. (119) E embora sentisse o que haveria de arbitrário na "unidade lógica de uma sistematização científica" dos fenômenos sociais, cuja síntese se fizesse tomando por ponto de referência uma única e grande lei herdada da física ou da biologia, não viu, pelas múltiplas limitações a que estava pres, que o *social* apresentava qualquer coisa de específico, cuja natureza, cuja causalidade, cujo mé-

(119) Sôbre o assunto, Fernando de Azevedo — *Princípios de Sociologia*, pg. 176 e segs.

todo de pesquisa se diferenciavam da natureza, da causalidade e dos métodos de pesquisa das ciências físicas e biológicas.

Entretanto, criticando Lilienfeld, mostrou Tobias como não podia servir de base para a constituição de uma ciência social a analogia entre sociedade e organismo: “Mas é precisamente essa analogia, que a pé firme repelimos, os que não estamos pelos adjetivos dos senhores sociólogos. Tomá-la pois como base, como princípio diretor de indagação científica, no domínio social, é o cúmulo do ilogismo”. (120)

A circunstância da Sociologia aparecer ligada, como em Comte e Spencer, a uma filosofia da sociedade, a especulações sôbre o modo de dirigir e governar a sociedade, inculcando que para tanto houvera descoberto certas leis fundamentais, certos princípios gerais de ação, dava a Tobias a impressão, e ao tempo grandemente procedente, de que o nome de sociologia não significava mais que um rótulo vistoso com que filósofos, políticos, jornalistas, emprestavam maior importância às suas têsas, afirmações e utopias. Daí, a sentença que lavrava: “a sociologia é uma *frase*”. (121).

Releva, por último, notar que Tobias não soube distinguir e enquadrar o papel da vontade no me-

(120) *Questões Vigentes*, 101.

(121) *Questões Vigentes*, 98.

canismo social. Para êle, só poderia haver sociologia se a vontade operasse como uma fôrça motriz, como o calor e a electricidade. Por aquí se vê que, além de fiel à sua tese de só ser possível ciência de causas mecânicas, êle, apesar da agudeza com que debatera o determinismo, caía, no campo social, no exagêro de admitir a liberdade humana como obstáculo à constituição da sociologia. O que o arbítrio humano não explicasse, teria assim que ser atribuído ao acaso. A gênese das relações sociais, sua decorrência da maneira por que os homens produziam a vida material, foi o que a Tobias faltou ver, para que soubesse conciliar o problema da liberdade com o determinismo social. Sem duvida, a vontade humana, como o espirito, a intelligencia, as idéias são forças da vida social. Mas, desde que não peçamos às condições materiais a explicação de sua genese, do sentido em que trabalham e se orientam, o estudo dos fatos sociais escapa a qualquer tentativa de esclarecimento científico, a qualquer esforço de racionalização objetiva.

Se prevalecessem rigorosamente as idéias de Tobias, o mundo orgânico, o mundo da vida psíquica e da vida social ficariam condenados a permanecer num grande mistério, sôbre o qual apenas viveríamos tecendo palpites e arabescos, à guisa de explicações. Com que proveito, pois, se escreveria a vida do Estado, a história da família, da moral, de tantos outros fatos sociais e se falaria da própria ciência do

direito? No tempo em que Tobias ligava ainda a sorte da sociologia ao conceito que dela fazia Comte, já uma grande bibliografia sociológica existia em que aquele conceito se achava ultrapassado. Mas, num país industrialmente atrasado, sem bibliotecas dignas dêste nome à sua disposição, limitado aos livros que podia obter pessoalmente, sem uma comunicação de idéias mais objetiva, mais organizada com os centros cultos, prejudicado pelos efeitos do autodidatismo em que o saber se liga a pessoas, Tobias, além dos motivos doutrinários que tinha para ser contra a sociologia, tinha o de que a sociologia era bandeira de outros nomes que com o seu procuravam rivalizar.

Entre o dogmático que só aceitava ciência de causas mecânicas e, portanto, negava a sociologia, e o publicista preocupado da análise da vida pública do seu país, não deixava, porém, de manifestar-se uma contradição. Enquanto aquele, em tese, ficava perplexo diante do mecânicamente inexplicável, êste applicava a fatos e instituições sociais o critério de um estudo fundado nas condições históricas do meio em que surgiram. De alguma sorte, de ciência social curava. A maneira por que tratava o direito devia ainda advertí-lo que seu esforço visava realmente explicar os fenômenos culturais e que isto corresponderia à necessidade de uma ciência adequada. Realmente, escreveu: "Verdade é que a sociedade, na qualidade de um organismo de ordem

superior, na qualidade, não de uma antítese, mas de uma continuação da natureza, deve ter a sua mecânica; mas essa mecânica, para dizer em uma só palavra, ainda não encontrou o seu Kepler". A constituição da sociologia haveria ainda de parecer-lhe mais fácil se êle distinguisse ainda os processos de evolução dos processos mecânicos. Porém, Tobias, limitado pela concepção de que passível de conhecimento científico era só o mecanismo evolutivo dos processos físicos, naturais, não manejou o conceito de evolução no campo histórico e social, considerando aquela diferença. Das ciências biológicas, não soube como passar às ciências sociais. Por isto a idéia da evolução aplicada aos fenômenos sociais constituiu em suas mãos um instrumento de trabalho intelectual pouco fecundo, já que negava as leis que seria a mecânica da sociedade e até julgaria improvável que essas leis fôsem formuladas, pela impossibilidade de se desterrar o acaso dos acontecimentos humanos. (122)

Além disso, o conceito de evolução não admitia saltos na natureza, entretanto, êle os observava na sociedade. Na esfera da história, por exemplo, a *teoria da evolução* não passaria, em muitos casos, de uma *teoria da paciência*, "por força da qual o plutonismo político e social é um ataque à história, um

(122) *Estudos de direito*, II, 21.

absurdo científico". (123) Pela teoria da evolução, a natureza não devia dar saltos. Entretanto, êle verificava, como no caso do rápido progresso da Alemanha, ela dava saltos. Daí concluia: "Já se vê que nem sempre a evolução é suficiente para solver certos embaraços. Da combinação do netunismo com o plutonismo é que pode resultar a verdadeira doutrina, dando-se a cada um o seu papel: ao *inconciente da história* — a lentidão das águas no seu labor de acumulação e putrefação; à consciência humana — o rápido processo ígneo dos abalos e agitações necessárias".

E' caraterístico em Tobias que, mesmo quando defendia teses ingratas, como nas *Variações antisociológicas*, sua inteligência estava, a cada passo, fazendo observações, apresentando conceitos penetrantes e lúcidos. O sistema não chegava jamais a apagar-lhe a curiosidade indagadora. Nada havia para o seu espírito acima da crítica. Dentro de sua obra cintila a flama de uma insatisfação, de um não conformismo intelectual, que a salvou de epassar com as idéias, os preconceitos e o clima intelectual de sua época, tornando-a um patrimônio da cultura brasileira.

Ao estudarmos a história das idéias filosóficas, torna-se patente a larga influência de Tobias na formação do ambiente em que se moveu de 1870 até a guerra a inteligência brasileira. Neste ambiente,

(123) *Estudos Alemães*, 14, nota 7.

a seiva que alimentou a maioria dos espíritos jorrava do monismo e do evolucionismo. Pensadores, críticos, historiadores, juristas e publicistas examinaram e repassaram muitos problemas numa atitude marcadamente antiteológica e científica, adstritos à investigação dos fatos, à formulação das leis que os regiam. Encontraram, sem dúvida, resistências, mas venceram-nas, apesar do caráter intelectualmente renovador e até certo ponto revolucionário das doutrinas que sucediam ao espiritualismo eclético.

Que, mau grado as resistências, tenham podido propagar no jornal, no livro e na cátedra aquelas doutrinas — eis o que não se explicaria se não contassem com a benevolência, a simpatia e a adesão de uma parte considerável da sociedade, a parte a que as referidas doutrinas muito de perto interessavam, pela posição progressista que ocupavam os seus elementos na transformação material que se estava processando. O debate ecoava, simpaticamente, no seio das próprias classes dominantes. Estas é que lhe iriam colher, em grande parte, os resultados. A sociedade entrara num período de francas mudanças. Por isso mesmo, o pensamento que lhe traduziu os anseios foi abertamente progressista. Confiava-se na ciência. Ninguém tinha medo da razão, cuja capacidade crítica por todos os modos se estimulava. Era-se pacifista. Prezava-se a tolerância.

CAPITULO IV

SENTIMENTOS RELIGIOSOS

Tobias morreu no seio da Igreja em que nasceu. Uma atividade cheia de independência, de sarcasmo, de anticlericalismo afastara-o dela nos seus melhores anos. Nunca, porém, deixara de sentir a nostalgia das velhas crenças. Em 1881 confessava: “No fundo de minha *impiedade*, um olhar menos envesgado e mais perspicaz... descobrirá talvez um resto de senso religioso, que é a única herança dos meus avós.” (124) Por fim, começava a “duvidar de suas dúvidas” e, certo dia, explicou a Silvio Romero: “A religião são as hemorroidas do espírito: vou chegando à idade delas”.

Mesmo nos tempos de maior entusiasmo pelo monismo, na sua alma de caboclo de Sergipe permaneceu sempre fechado às rajadas filosóficas um recanto, onde a antiga fé hibernou até que, ao pé do seu leito de moribundo, de novo despontou. Era uma fé sua velha conhecida, que êle aprendera a

(124) *Estudos Alemães*, 65.

temer e a amar nos tempos de menino: “Ainda conservo bem viva a lembrança dêsse tempo e não menos viva a impressão produzida por aqueles calmos e tenebrosos espetáculos de sandice humana que se chamavam procissões de prece, procissões penitenciais. A aldeia donde sou filho demora numa planície. As vistas que se lançam da porta do templo vão quebrar-se nas moitas sombrias, que bordam as margens de um rio. Estávamos numa sexta-feira da quaresma; a multidão de devotos não cabia na igreja; a procissão saía, levando na frente a cruz e a matraca. A medida que a linha do povo se ia estendendo e tomando jeitos de serpe, começavam a surgir dos esconderijos da beira do rio uns vultos brancos, mal distintos a princípio, mas logo depois bem visíveis.

Eram centenaes de idiotas religiosos, imoralmente envoltos em alvas saias femininas, com os rostos cobertos e as costas nuas, sôbre as quais vibravam as disciplinas à esquerda e à direita, no mesmo ritmo em que os cavalos açoitam com as caudas incômodas mutucas. O sol, pendendo para o acaso e como que olhando de soslaio para aquele quadro repugnante, dava ao sangue, que já escorria do dorso dos míseros e nodoava-lhes as roupas, uma aparência de negrume, um aspecto asqueroso. Era uma coisa horrorosa; mas era a religião... Não fica aí.

Ao espetáculo da tarde que falava aos olhos, vinha juntar-se o espetáculo da noite, especialmente

preparado para o ouvido. Refiro-me àquelas plangentes *encomendações das almas*, feitas a deshoras, quando por tôda a parte reinava o silêncio e o repouso. Um grupo de músicos saía a dar a medonha serenata; havia até composições especiais para êsse fim. Ainda me lembra que então passava pelo primor do gênero o respectivo trabalho de um compositor mineiro, que viveu e fez época em minha província.

Não se descreve a impressão recebida, quando a capela noturna começava a encomendação, escrita em fá menor, com umas frases iniciais, que semelhavam soluços, e de repente, por uma transição mal sentida, o violoncelo batia na têrça maior, e o baixo dizia silábica e monotonamente estas palavras de feroz increpação: *pe-ca-dor en-du-re-ci-do!*... Sentia-se ó inferno. Mais de um velho acordava sobressaltado e muita criança despertava chorando. Não havia meio de respirar-se mais livremente, abrindo uma porta ou janela; pois que corria a tradição que quem isso praticava só via um rebanho de ovelhas (eram as almas), e logo após um frade sem cabeça, que dava uma vela de cera para guardar ao curioso observador, o qual procurando-a de manhã não a encontrava...

Sôbre quem fôsse bem o frade, a teologia local ainda não estava bem assentada; as opiniões divergiam. Uns afirmavam que o frade não passava de

uma alma penada; outros porém sustentavam que era o diabo disfarçado.

Em todo caso, ninguém ousava pôr em dúvida a necessidade de rezar pelos mortos, para aliviá-los de suas penas e de rezar por si mesmo, para livrar-se do peso das próprias culpas. Sempre no fundo uma religião de culpados, uma religião de criminosos! E a impressão do terror, que tantas vêzes experimentou o menino de outrora, não deixa de repercutir dolorosamente nas idéias e sentimentos do velho de hoje"... (125)

Essas impressões indeléveis concorreram para que Tobias considerasse inato o sentimento religioso. Certamente se scandalizaria se lhe falassem de sentimentos econômicos, ou sentimentos técnicos inatos. A seu ver, dos animais distinguia-se o homem "menos pelos diversos caracteres de superioridade do que pela religiosidade e moralidade". Qualquer estaria sujeito, dizia, por mais sábio, desabusado e isento de preconceitos que fôsse, a render-se ao assalto inesperado do "sentimento invencível" que o obrigaria "a ajoelhar-se e adorar o ídolo de pau ou pedra dos espíritos mais incultos". Poderia a ciência eliminar algum dia da alma humana essa fascinação do sobrenatural? Não acreditava. "Há bons motivos de crer que no futuro será o mesmo". Enquanto a cabeça regula por um ritmo, as emoções

podem regular-se por outro. O coração, escreveu, “é um relógio que de ordinário anda atrasado.” (126)

Não contesta que pequeno número possa prescindir das crenças sobrenaturais. Seria insultar a razão e a liberdade julgá-las “incapazes de abraçar a virtude por si mesma, sem deixar-lhes cair no seio um título de débito pagável em outro mundo”. (127) A semelhante “teoria do *ganho* transcendental”, tinha-a por desprezível. Mas daí a supor que a reflexão e a compreensão filosóficas conseguiriam substituir na maioria dos mortais a fé religiosa, o temor divino, fazendo da consciência de cada homem o seu próprio tribunal, a única fonte das suas normas, eis o que lhe parecia delirante: “Assim como a última expressão do individualismo político é sonhar uma época em que cada indivíduo seja o seu próprio legislador e juiz, assim também a última expressão do individualismo religioso é conceber um tempo, em que cada indivíduo seja seu próprio padre, como pretende Guyau; e de ser seu próprio padre a ser seu próprio Deus, vai apenas um passo. Mas o individualismo político é tido como uma loucura; o que é, pois, o religioso? (128).

Vão esfôrço, portanto, o das filosofias tentando cortar os “fios invisíveis” que a alma humana por momentos suspende entre o céu e a terra”. Fôsse

(126) *Questões Vigentes*, 320.

(127) *Filosofia e Crítica*, 99.

(128) *Questões Vigentes*, 26, 321.

embora a fria ciência a única a dizer a verdade. Não importava: “a verdade não é a única medida das coisas”. (129)

Na atmosfera espiritual do século XIX, considerava-se a religião assunto de fôro íntimo. Laicidade do Estado, liberdade de crenças constituíam princípios basilares da ordem surgida dos escombros do absolutismo. Por esta ordem a cada qual ficava livre o direito de ir para o céu pelo caminho que lhe parecesse o melhor. Animava-a um espírito de evolução, de livre exame, de confiança na razão, na ciência e no progresso.

Estes novos ideais correspondiam à sociedade gerada pela revolução industrial. De medieval e guerreira, a cristandade passara a comercial e capitalista.

Não se fizeram sem grandes lutas na Europa as mudanças e reajustamentos indispensáveis. Se a religião não se opõe ao progresso, o mesmo não se dirá das igrejas. Resistências formidáveis da parte do clero contra a nova ordem social, “a Igreja anglicana lutando contra a reforma eleitoral, os arcebispos franceses defendendo Carlos X ou sonhando a volta de Henrique V, os pastores prussianos fazendo causa comum com a nobreza territorial, os monges russos exaltando a autocracia nos sermões”, evidenciavam a gravidade da oposição clerical.

A igreja católica batalhara pela sua supremacia na sociedade feudal. Reis e imperadores eram vassallos do Papa; êste os confirmava ou destituia-os do poder.

Pelo desenvolvimento das cidades e do comércio, graças à substituição da economia natural pela economia monetária, lograram os príncipes recursos para reforçar e defender a própria autoridade. Nobreza e clero começaram, então, a submeter-se. De independente e soberana nos seus castelos fortificados, a nobreza transformou-se em palaciana. O clero foi perdendo seus grandes e antigos privilégios. Pela Reforma, nos países em que foi vitoriosa, a Igreja nacionalizou-se, desligando-se de Roma, tomando por chefe o príncipe, chefe que era já do Estado.

Nos países em que a Reforma foi vencida, não pôde a Igreja restabelecer inteiramente a situação do passado. Ao contrário. O absolutismo invadiu-lhe atribuições, absorveu-as, chegando o príncipe a atribuir-se a competência de nomear bispos. Regiou a Igreja, mas em vão. Desejosa de colaborar com o novo poder político que, embora se recusasse a dividir com o Papa ou a êle subordinar sua autoridade, proclamava-se cristão e defensor da fé, a Igreja aliou-se ao absolutismo.

Quando a burguesia, definitivamente forte, deu o assalto final ao regime da propriedade feudal em que o absolutismo se baseava, ela encontrou entre

os obstáculos a vencer a grande propriedade eclesiástica. Seu anticlericalismo projeta-se, então, numa obra de esclarecimento intelectual. Foi o período do *Aufklärung*. Pregou-se a liberdade de consciência, quando o absolutismo exigia certa e determinada crença. Aliada dos príncipes, conquanto sempre exigindo deles que a libertassem das peias com que a tinham manietado, a Igreja combateu veementemente todos os princípios liberais da revolução burguesa. Inscreveu-se nas fileiras da contra-revolução. Por isso, estar ao lado da causa da liberdade, era estar contra ela.

Os propósitos ultramontanos de um De Maistre, a reação do espírito sectário e dogmático tropejando pela bôca dos Papas anátemas contra as liberdades modernas, exaltavam, pela terra inteira, a inteligência e a sensibilidade do liberalismo. Ao esgrimirem, no Brasil, contra o reacionarismo autocrático e clerical, os nossos espíritos emancipados não pelejavam contra moinhos de vento. Era exato que a Igreja não apresentava, entre nós, o espírito agressivo e intolerante que alhures manifestava. Ela vivia patriarcalmente, à sombra de uma sociedade escravocrata, em que, pelo menos formalmente, ninguém lhe disputava o domínio. Mas os choques ideológicos iluminam espaços sociais distantes. Havia sinais de que, à sua luz, se bem que em ritmo diverso, teríamos, dentro em pouco, de discutir alguns problemas.

O que o mundo pelejava por defender era a liberdade. O racionalismo científico e crítico dispensava à religião o comovido respeito devido às verdades subjetivas de que as almas se alimentam. Sem dúvida, nos momentos mais intensos da luta, quando houve mister esclarecer o povo para que sua religiosidade não constituísse obstáculo à vitória burguesa, o combate anti-religioso abrangeu tôdas as formas tradicionais do cristianismo. A Revolução Francesa erigiu o Culto do Ser Supremo e instituiu a idéia de “um grande Ser que, como dizia Robespierre, vela sôbre a inocência e castiga os criminosos”. Esta hostilidade substancial amenizou-se, não durou muito. A maioria das camadas burguesas permanecera sob a influência da religião. Quando, no novo sistema, os conflitos inerentes à sua própria estrutura começaram a surgir, voltou a religião a ser favorecida. E uma nova aliança se verificou.

A sociedade burguesa, desde o início compreendeu que a educação religiosa importava numa “garantia de ordem social”. Ela, porém, não subtraiu a religião ao exame do pensamento. Os elementos e valores fundamentais de sua formação — aplicação técnica das grandes invenções, desenvolvimento de transportes e mercados — mantinham-lhe uma confiança lírica e sadia na ciência, no ensino, na imprensa, nos meios de progresso e generalização da cultura, na renovação dos ideais humanos. Surge,

então, a crítica religiosa. Não para destruir a fé — eis que esta se reputava além dos argumentos e passava a fazer parte das coisas personalíssimas: — “a ciência de Deus é impossível”, escreve Tobias; mas para desembaraçar o cristianismo do entulho dogmático e formal que o esterilizava. Na literatura nacional ninguém, nem antes, nem depois, contribuiu tanto para a crítica religiosa como Tobias Barreto. Lido em Baur, em Strauss, Reuss, Colani, Geiger, Dörner, Reville, Chwalson, Scherer, Renan, etc., utilizou-se dessa arma poderosa para arrasar “prejuízos seculares”, embora não quisesse emurchecher as “crenças que se nutrem da seiva do coração” (130)

No Brasil, a repercussão desses trabalhos não despertava nem o interesse nem o ruído da Europa.

(130) Dessa convicção em Tobias, de que “fé não se discute”, dá um jovial testemunho a seguinte passagem: “Nos exames, a que me referí, do 2.º ano, de cuja banca Tobias Barreto fazia parte, deram-se fatos engraçados, entre os quais podemos citar o seguinte: um examinando teve por sorte o ponto *Da infalibilidade do Papa*. Tobias iniciou a arguição perguntando se o papa era infalível. — Sim, respondeu o aluno. — Diz isto por convicção ou fé? — Por fé, foi a resposta obtida. — Então reze o Padre Nosso. — Snr. Doutor, retrucou o aluno um pouco enfiado, eu vim fazer exame de Direito Eclesiástico e não de Catecismo. — Sim, exclamou o mestre, o senhor veio fazer exame de Direito Eclesiástico, mas o que eu poderei perguntar a quem diz e afirma por fé que o Papa é infalível? A fé não se discute. Se o senhor tivesse respondido: digo isto por convicção, eu procuraria lhe demonstrar o contrário do que o senhor afirma. Portanto, reze o Padre Nosso”. Afonso Dionisio da Gama. *Tobias Barreto*, p. 9. Vide *Filosofia e Crítica*, 117; *Estudos Alemães*, 274.

Os meios eram diversos. Nossos tomistas e ultramontanos não tinham ainda posição marcadamente política nem se sentiam ameaçados nos seus privilégios sociais. Sem dúvida, o nosso país não se achava fora do ritmo universal. As consequências das transformações, que também o empolgavam, preparavam inevitavelmente o terreno para germinação de doutrinas, com que a Igreja daí por diante haveria de repartir a sua influência.

Nas mãos dela permaneceu até meados do século XIX o domínio intelectual da sociedade brasileira. Para aquí não vieram perseguidos religiosos e políticos em busca da liberdade de consciência e de pensamento. Era gente de uma só fé, de uma só forma de govêrno. Certamente, tal uniformidade religiosa favoreceu a unidade nacional. Interesses do Estado e da Igreja coincidiam. Ambas essas instituições manejaram, então, fôrças sociais e psicológicas a que muito deve a formação da grande pátria de hoje. Além disto, da aliança entre o temporal e o espiritual decorria uma troca de serviços de que igualmente se beneficiavam os interesses materiais e morais dominantes. O Estado recebia da Igreja o apôio às instituições, a mobilização dos sentimentos a favor do estabelecido e do vigente, tendo ao seu dispor o maravilhoso aparelho eclesiástico de coação psíquica. Esta, por sua vez, recebia do Estado um tratamento especial obtendo, dêste modo, o caráter e o título de "Igreja nacional", única admitida.

Foi aí pelo meado do século que se iniciou, entre nós, a fase de renovação material. Começou a mudar o teôr de vida e das relações sociais. Os velhos costumes progressivamente se substituem por novos modos de ser moço, de ser alegre, de ser independente: “Antes bons negros da Costa d’África para cultivar os nossos campos férteis do que tôdas as tetéias da rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto de réis para nossas mulheres”, desabafava o espírito conservador, acentuou Nabuco, no famoso relatório de Ângelo Ferraz. Fatalmente, em seguida às tetéias e aos vestidos caros, viriam idéias diferentes das consagradas e tradicionalmente aceitas.

Como recebeu a Igreja essa transformação? Com resistênciã muito menor do que a oferecida nos países europeus. No Brasil, de formação e características sociais diversas da Europa, a Igreja não possuía espírito feudal nem restaurador, e o clero não formava uma casta dotada de privilégios, cuja natureza os tornasse agressivamente incompatíveis com as mudanças que se anunciavam. Pela própria origem social dos seus membros, o clero sempre manifestara tendências políticas liberais bem acentuadas. “Não há uma só das nossas revoluções políticas, escreveu Viriato Correia, que não tenha à frente um frade ou um padre a bater-se pelo ideal da liberdade”. E o padre Júlio Maria, no início do regime republicano, prégava que o dever do clero era “convidar francamente sem hipocrisia política

nem covardia religiosa, a democracia ao banquete social do Evangelho”.

Em tais condições, o radicalismo ultramontano de um De Maistre ou de um De Bonald aqui não encontraria ambiente. A aliança do trono com o altar, nos moldes da política reacionária ensaiada na Europa, faltaria sentido: não possuíamos nem o trono nem o altar para semelhante política.

Talvez pelo fato de não ter havido no Brasil conquista, mas colonização, nem a religião metropolitana tomou aqui a feição de uma religião de conquistadores, ortodoxamente violenta e odienta, nem o elemento português ficou juxtaposto como uma espécie de capa social, mal cobrindo uma população original inassimilável. A religião e o elemento humano europeus adaptaram-se ao meio. Neste entra logo a colaborar gente de outras origens — índios e africanos, com seus costumes, suas crenças e superstições. “Muito mais demonológica que teológica, observou Tobias, a nossa vida religiosa é justamente por isso menos trágica do que cômica”. (131) Por não encontrarem resistência, nem o sangue europeu, nem a religião européia defenderam sua ortodoxia. Antes de novo cruzaram e amalgamaram-se com outros sangues e outras religiões. E assim como o ar da África, “ar quente e oleoso”, corrompera em Portugal as durezas germânicas da cultura e das instituições, a “rigidez doutrinária e

(131) *Estudos Alemães*, 66.

moral da Igreja medieval”, tirara “os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina econômica, ao direito wisigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo” (132), assim, no ar brasileiro e tropical, a presença em massa do africano, o contacto com a indiada, não só absorveria o luso mestiçando-o de uma vez, como envolveria a religião num ambiente tal de magia, de cultos exóticos, de fetichismo (133) que, a nosso respeito, mais justo se tornou a falar de *tradição católica*, conforme advertiu Oliveira Viana, do que de religião católica. (134)

Tobias sentiu perfeitamente as diferenças entre o nosso cristianismo e o europeu, entre as nossas práticas religiosas e a de outros povos em que as lutas de religião e as manifestações de fanatismo dividiram os próprios cristãos em inimigos de morte

(132) Gilberto Freire — *Casa Grande e Senzala*, 1.^a ed., p. 3.

(133) Artur Ramos — *O negro brasileiro*.

(134) Oliveira Viana — *Organização sindical*, in *Boletim do Ministério do Trabalho*, 1935, Abril, n. 8, pg. 109. Vários escritores modernos se têm referido ao aspecto peculiar das nossas práticas religiosas. Da decomposição e enriquecimento da liturgia, “antes social que religiosa”, tratou Gilberto Freire, liturgia cheia de santos e anjos, camaradas do povo nos seus divertimentos, que admite bois entrando pelas igrejas para serem benzidos, etc. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, fala do “nosso culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, “democrático”, um culto que dispensava no fiel todo esforço, tôda diligência, tôda tirania sôbre si mesmo, o que corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso.”

e à fé transmitiram aquela profundidade desesperada e sinistra de um Calvino, de um Torquemada.

Entre nós, heresias não medravam. Tôda gente era católica. Mas, sempre houve poucos padres para a população e o território. Os capelães das casas-grandes cumpriam discretamente seu officio no meio da nobreza, das suavidades e dos regalos patriarcaes, que a escravidão gerava. Os vigários tinham espírito político ou burocrático, nenhum espírito apostólico e social. Raro foi o padre, raríssimo, que, pelo imenso sertão brasileiro, terá deixado a recordação de uma obra de caráter social ou beneficente. Apesar de se acharem nas condições requeridas pelo meio para se tornarem os pontos aglutinantes do esforço comum em prol de iniciativas e trabalhos daquela natureza, os vigários falharam completamente nessa missão. A condição de official, a uniformidade religiosa do meio dispensavam à Igreja o dever de expandir-se, de ganhar confiança, de conquistar prosélitos, de, em suma, justificar sua existência por meio de obras sociais. De onde, sua fraca participação nos trabalhos, sofrimentos e necessidades do povo. Divisou-a exatamente Tobias na comodidade dessa posição official: “A igreja de que somos fieis é uma digna irmã do Estado de que somos súbditos, só com uma diferença — a igreja nos garante a bemaventurança por menos dinheiro que o Estado nos garante a justiça”. (135)

Por tôdas essas circunstâncias, a religiosidade do brasileiro afigurava-se a Tobias “mais epidérmica do que visceral”. (136). As formalidades do culto oficial mal dissimulavam que o brasileiro era crente, porém a seu modo, ao modo do meio, em que se operava intenso sincretismo religioso.

Ocorrera, ademais, uma circunstância grave: a organização eclesiástica deixara-se demasiado penetrar pela preocupação dos bens temporais.

Em 1854, o ministro dos Cultos, Nabuco de Araujo, lançou-se à tarefa da “formação de um clero capaz de servir à religião, e, como o escândalo público era tanto maior quanto mais severa a regra, era principalmente para as Ordens, caídas, algumas delas, na mais completa relaxação, que o espírito de reforma se devia primeiro voltar”. (137)

Realmente, o panorama que a voz do estadista, corroborada pela voz insuspeita dos bispos, traçava do estado religioso do país, fazia pena: “Os conventos se acham pela maior parte em estado deplorável quanto à disciplina e administração; alguns

(136) *Estudos alemães*, 74. Aliás, Tobias achava que o cepticismo atingira até as camadas populares: “Insisto pois no meu juízo: nós não somos mais católicos. A chamada religião de nossos pais parece que não quer ser a religião de nossos filhos. O mínimo de sinceridade que é preciso para enobrecer qualquer prática religiosa e distingui-la da pantomímica teatral, êssa mesma já não existe, nem sequer nos domínios inferiores da nossa sociedade”. (*Estudos Alemães* (72).

(137) Joaquim Nabuco — *Um estadista do Império*, 2.^a ed. v. I pg. 220.

estão abandonados e sem culto divino, entregue a um só religioso que desbarata ou não aproveita seus ricos bens, e vive sem inspeção alguma; outros conventos mais numerosos dão o triste espetáculo da intriga, que os dilacera com prejuízo de sua santa instituição, e essa intriga procede em geral, como sou informado, das cabalas que sem pejo da simonia aí se agitam por amor aos cargos; providências enérgicas são urgentes para restituir os conventos à sua primitiva santidade a fim de que se não tornem focos de imoralidade, sendo preciso que neles penetre a polícia, como aconteceu no convento do Carmo no Maranhão". (138)

Os tempos da pobreza evangélica tinham passado. Agora, a administração das riquezas distraía "os religiosos de sua missão sagrada e espiritual e os torna aferrados aos interesses temporais", assinalava o ministro um ano depois de ter anunciado a reforma.

Caíra a disciplina "em total esquecimento", escrevia d. Antônio, Bispo de S. Paulo. No Pará, atesta o Bispo d. José "o estado de decadência e irregularidade de algumas das Ordens". Nomeava a do Carmo, onde um único religioso, abusando de sua qualidade de prior, "desfrutava só um patrimônio de trezentos escravos com importantes fazendas sem utilidade alguma para a Igreja". Por sua vez, o Bispo de Mariana relatava o que vira na Baía: "O

sr. Arcebispo me disse que lhe davam mais que fazer três ou quatro conventos de freiras que todo o resto do Bispado... Os Carmelitas e os Franciscanos estão divididos no Brasil em diversas províncias com seu Provincial, mas cada uma com poucos religiosos, uns poucos nas capitais e o resto dos conventos com um só que é o Prelado dos escravos: que fará o Prior? Anda pela fazenda governando os escravos. E o Guardião? Nada, ou ganhando dinheiro para se secularizar. Isso não é Ordem religiosa, não é nada". Da situação dos conventos baianos no século XIX, como no século XVIII, traçou Homero Pires, num livro excelente, um quadro impressionante (139). Assim, quando, em Março de 1881, Tobias escrevia: "nós não somos mais católicos. Atestam-no o prosaísmo e a esterilidade de nossa vida religiosa", não fazia mais que confirmar a observação do Bispo de S. Paulo, em carta de 1853 a Nabuco de Araujo: "V. Ex... terá por isso notado que o espírito do catolicismo está quasi extinto no Brasil".

Se a própria situação interna da Igreja, do ponto de vista moral e intelectual, deixava tanto a desejar (a reorganização dos seminários também foi objeto de cogitações), isso significava, antes de tudo, que ela não encontrava preparada para

(139) Homero Pires — *Junqueira Freire*, pg. 972 e segs.

acompanhar os novos tempos. A rotina, a tranquila segurança do monopólio religioso, os compromissos e as cumplicidades com os interesses dominantes deixaram-na perplexa diante das transformações em curso (140). Naturalmente desconfiada de reformas, era positivo, entretanto, que reivindicações desagradáveis ao domínio e influência da Igreja começaram a destacar-se do bojo das novas doutrinas e dos novos programas. O casamento civil, o princípio da laicidade do Estado ganharam seus primeiros partidários e fóros de temas políticos. Fiel às ligações conservadoras, se a Igreja não oferecia atitude declaradamente hostil e agressiva à totalidade da nova era, mantinha-se contudo discreta, e, quanto à escravidão, praticamente favorável. Formava-se, dêste modo, pelo contraste entre as aspirações dos progressistas e radicais, de um lado, e os sentimentos conservadores e reacionários, de outro lado, um ambiente propício a equívocos e conflitos, cheio de interrogações incômodas, em que os espíritos, mesmo adotando outros preconceitos, se consideravam emancipados porque libertos da influência teológica e da tutela clerical.

Neste ambiente estalou a “questão religiosa”. De antecedentes muito complexos, dentre os seus

(140) Relatório do Ministro do Império informava em 1870 que os Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos possuíam no Brasil terras, plantações de açúcar e café, cultivadas por 2.453 escravos.

atores se destacou, sem dúvida, d. Vital, com as suas qualidades e os defeitos de suas qualidades, “corifeu, senão no tino, ao menos na audácia e no fogo” (141), de reação ultramontana. Contudo o bispo sòzinho não a explica. Para bem compreendê-la, é mister ligá-la à ofensiva geral desencadeada pela Igreja contra o liberalismo e cujas linhas fundamentais Pio IX canonizára no *Syllabus*.

Em face do Estado leigo e das liberdades modernas, Roma erguera a voz para proclamar a infalibilidade do pontífice, a supremacia absoluta do Padre Santo sôbre todos os poderes, e o direito que à Igreja assistia de dirigir as consciências (142). Não se limitara o Vaticano ao terreno dos princípios. Lançara inicialmente, e para exemplo, contra a constituição do Piemonte de 1855, contra as leis espanholas e contra as leis austríacas, de 1861, que regulavam civilmente o casamento e instituíam a liberdade de palavra, de ensino, de pensamento, de cultos, as sentenças condenatórias mais formais... Era a reafirmação de uma sêde de supremacia que datava

(141) Rui Barbosa — *O Papa e o Concílio*, 2.^a ed. pág. 135.

(142) Entre os erros principais do nosso tempo apontados pelo *Syllabus*, inclúem-se: afirmar que o homem é livre para professar a religião que julgar verdadeira, segundo as luzes da razão; que os homens podem encontrar o caminho da salvação eterna e obter essa salvação no culto de não importa que religião; que a Igreja não tem o direito de empregar a fôrça e que a Igreja não possúe nenhum poder temporal direto ou indireto; que a Igreja deve ser separada do Estado e o Estado da Igreja.

de longe. No momento, o ultramontanismo imprimia a essa política veleidades que aterrorizavam. Bradava suas pretensões exclusivas num mundo em que as conquistas liberais correspondiam a anseios profundos da sociedade. Na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Alemanha, por tôda a parte, a consciência política burguesa deparava-se em conflito com os dogmas da dominação ultramontana. (143)

Na luta entre a liberdade civil e a autoridade religiosa ocupava a maçonaria, vanguarda intelectual dos ideais de laicidade, lugar dos mais conspícuos. Pela sua posição ativa e pugnaz, contra ela, como para um simbolo, voltaram-se as iras do Papado. Ser maçom equivalia a ser revolucionário, não aos olhos da burguesia, cujas aspirações mais radicais a maçonaria representava, mas perante a Igreja, que, perdendo terreno, encarnava no maçom a figura mesma do diabo.

A campanha ultramontana necessariamente repercutiria no Brasil. Aquí, porém, não possuía a Igreja a situação social e política que tinha na Europa. No Velho Mundo, ela constituira-se em elemento de reação, representativo de interêsses feudais, absolutistas e eclesiásticos, contra as transformações materiais e espirituais decorrentes da revolução industrial. Entre nós, não existia nem clero com passado de supremacia política e temporal, nem uma velha classe aristocrática que, carregada

(143) Rui — *Op. cit.*, pág. 202 e 203.

de tradições políticas e militares, viesse ocupando na sociedade uma posição privilegiada pelo nascimento, pelo sangue, e à qual se estivesse opondo agora uma ordem fundada na iniciativa, no merecimento pessoal e no dinheiro.

Nossa aristocracia, de formação recente e agrária, não possuía outras árvores genealógicas que não fôsem o café e a cana de açúcar. Compunha-se dos fazendeiros e dos senhores de engenho. Porque explorava o elemento servil, seu espírito conservador abriu-se em expansões reacionárias, quando a organização da economia agrícola começou a evoluir do trabalho escravo para o trabalho livre.

Mas os elementos da riqueza territorial, condenados a uma atitude cada vez mais "atrasada" em relação aos problemas de organização e aparelhamento do país, não tiveram força suficiente para fazer um drama ideológico e político, de intensidade européia, da integração da sociedade numa forma superior de economia. Esta evolução de tal modo correspondia aos interesses gerais da sociedade e aos sentimentos morais dominantes na época, que os mesmos escravocratas se sentiram desarmados diante da fatalidade da transformação. A luta que se travou no seio da classe dominante termina pelo triunfo pacífico dos progressistas, a abolição constituindo um dia de festa nacional.

Entretanto, se não existiam, aqui, condições para que se reproduzissem, com a exacerbação que

as caracterizava, as lutas da Europa, existiam um espírito de conservação e um espírito de renovação que se hostilizavam, ambos ligados às correntes filosóficas e políticas do século.

Os nossos problemas políticos tinham que ser considerados, não apenas à luz dos dados locais, mas à luz das idéias do tempo. Como isolar um problema político das idéias que, na sua época, correspondem a condições sociais mais generalizadas do que as peculiaridades de cada nação? Se o mundo se constituísse à feição de uma série de compartimentos estanques, inteiramente independentes, as soluções que envolvem princípios, rumos fundamentais da vida social, poderiam ocorrer inteiramente alheias, rigorosamente diversas entre si. Não é o que se verifica.

Na questão religiosa, era isto que vinha precisamente demonstrar tanto a atitude dos dois prelados que nela se envolveram, como a atitude do governo: as influências ideológicas do século apressavam, entre nós, a perturbação do “tatu-quo” entre Igreja e Estado, daquela situação de compromissos e mútua benevolência em que, até então, ambos tinham vivido. Daí o erro, que foi aliás o do regalismo, de interpretar a questão religiosa como manifestação temperamental de dois pios cabotinos.

Se até então só tínhamos conhecido bispos pacíficos e mansos, no momento oportuno surgiu um bispo de luta na figura do frade capuchinho, de reluzentes barbas negras, nomeado aos trinta e poucos

anos prelado da Sé de Olinda. Chamava-se d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira.

Êle ardia na flama da exaltação religiosa. Sua linguagem revelava fortes tendências místicas. Trazia a gritante marca dos temperamentos que, na fé e no amor de Deus, se embriagariam até as maiores intolerâncias e crueldades. Puro, sincero, a mesma nota de humildade, que tanto se comprazia em repetir, traía-lhe um estranho orgulho de Deus, orgulho que formava a atmosfera sùtil em que giravam seus gestos e pensamentos e que êle, talvez, transferira de sua condição de filho de senhor de engenho para a sua condição de "sucessor dos Apóstolos" (144)

As imprecações do Papado contra o mundo moderno, as reivindicações ultramontanas caíram nessa alma de confessor da fé, e inflamaram-na. De repente, o império, em que a Igreja tinha um ar de repartição pública, assistiu, alarmado, acender-se no Norte o clarão de sua voz, temperada na mais pura ortodoxia. D. Vital manejava a religião como uma dura espada a que até os governos deviam submeter-

(144) "Os próprios filhos de senhores de engenho que iam estudar para padre levavam do canavial para o Seminário um orgulho que nunca morria neles. Que não morreu nem mesmo em d. Vital, capuchinho, frade da Penha. Todos os exercícios de humildade franciscana que praticou com tanto ardor parece que não puderam destruir em Vital Maria Gonçalves de Oliveira o orgulho de aristocrata de engenho que continuou sendo sob as barbas de frade, sob o capucho de religioso, sob a murça do bispo". Gilberto Freire *Nordeste*, pg. 218.

se. Proclamava que a autoridade do Estado estava subordinada aos limites que a Igreja lhe traçasse, de onde o dever que ao Estado incumbia de “não só se não opôr como de cooperar com a igreja para prestar a Deus o culto que lhe é devido”. Os fins da Igreja sôbre todos prevaleciam e unicamente à Igreja cabia definí-los. Tinha saudades da idade-média: “Os reis daquele tempo por uma política infelizmente desconhecida em nossos dias se julgavam mais independentes sendo feudatários da Igreja romana do que senhores absolutos, e por isto aos Sumos pontífices ofereciam as suas coroas, para, depois, recebê-las mais santificadas e mais respeitáveis aos olhos de seus súbditos e dos estrangeiros”. (145)

Foi um choque tremendo. Parecia uma religião diferente a que falava pela bôca do joven prelado. Habituaramo-nos a uma religião decorativa, oficial, a uma igreja que, vivendo à sombra do Estado, tranqüila na segurança do monopólio religioso, num meio de alto a baixo tido como católico, limitava-se à rotina do culto, por intermédio do qual, como escreveu Rui Barbosa, mantinha a credulidade supersticiosa das classes ignorantes e servia de “manto ao cepticismo disseminado e calculado da minoria ilustrada”. D. Vital viera perturbar essa tranqüilidade burocrática. Êle assoprava na religião benévola do Estado uma dureza dogmática, uma intransigência agressi-

(145) *O bispo de Olinda perante o tribunal do bom senso.*

va que punham em cheque o regime constitucional vigorante nas relações entre os dois poderes.

Pouco lhe importava que a nossa maçonaria fôsse composta de homens tementes a Deus e de bons rapazes. Pouco se lhe dava de saber que o chefe da maçonaria e o chefe do gabinete coincidiam no mesmo homem, o Visconde do Rio Branco. Seria antes por isso mesmo, por causa dessa mistura, dessas acomodações, dêsse relaxamento, que o bispo trovejara. Ao seu temperamento, ao seu orgulho de Deus pareceria facinante opôr à onda de liberalismo e cepticismo religioso as mais puras afirmações dogmáticas. Não admitia transigências. Queria recuperar o terreno que, a olhos vistos, sua igreja estava perdendo.

Quando João Alfredo, então titular-da pasta do Império, expôs-lhe a situação que se desenhava por causa dos seus interdictos, lembrando-lhe, com fino tato, que “pessoas insuspeitas, bispos e sacerdotes respeitáveis” opinavam pela oportunidade de certas concessões práticas, embora reconhecesse o ministro estar o bispo dentro da regra canônica, êle a nada cedeu. Não levou em consideração coisa alguma do que o ministro informava sôbre a maçonaria: que esta contava no seu seio “as pessoas notáveis do país e as mais influentes”; que sociedades existiam em tôdas as nações católicas “toleradas pelo Estado e deixadas em paz pelos bispos, apesar da proibição da Igreja”; que a maçonaria era, entre nós, “ino-

cente e até benéfica a certos respeitos”. Sua atitude manteve-se inflexível: “Compreenda V. Ex. que esta questão é de vida ou de morte para a Igreja Brasileira; cumpre-me antes arcar com os maiores sacrifícios que afrouxar. Procederei sempre com muita calma, prudência e vagar; porém, ceder ou não ir avante, é impossível. Não vejo meio termo” (146)

Ele partia de premissas que eram como artigos de fé: se o govêrno professava a fé católica, “não só não é chefe ou superior da religião católica, como até seu súdito”. Convinha, pois, dizia o bispo, que, de uma vez por tôdas, se convencesse o Estado de que “o homem espiritual julga tôdas as coisas e por ninguém é julgado”.

Esta linguagem apavorou os meios políticos e intellectuais do Império. Surgia no momento em que a reação contra o ultramontanismo do *Syllabus* partia até de governos católicos. O Brasil mesmo havia recusado o beneplácito ao *Syllabus*. Entre os ideais de progresso, de cultura, de liberdade, da sociedade burguesa, e os ideais de supremacia ultramontana, os políticos, os estadistas, os intellectuais católicos ficavam com aqueles, embora sem renegar a fé. Nabuco de Araujo simbolizou perfeitamente essa corrente, êsse grupo, ao qual pertencia o próprio imperador. A religião ficava no domínio tra-

(146) Bispo do Pará — *A questão religiosa perante a Santa Sé*, pgs. 120, 126.

dicional do sentimento, como base de perfeição moral, das relações da consciência para com Deus. O Estado nada tinha que ver com fiéis, mas com cidadãos. (147)

Novos rumos políticos, Igreja burocratizada, exaltação do zêlo apostólico, tudo isso concorreu para que d. Vital rompesse a paz religiosa. Ao prelado só ocorria imaginar nossos maçons como Roma os pintara, igualmente revolucionários e perigosos

(147) "Se o *jus cavendi*, dizia em discurso, no Senado, Nabuco de Araujo, era outrora necessário para garantir os direitos do Estado, quanto ás invasões da Igreja nos domínios temporais, hoje é, mais do que nunca, necessário depois do *Syllabus* e do Concílio do Vaticano que declarou a infalibilidade do Papa. Sem dúvida mais garantia ofereciam aos Estados católicos os Concílios ecumênicos, compostos dos bispos de todo o orbe, do que o Papa só e absoluto. A verdade é que os Estados da Europa, católicos e acatólicos, tomaram-se de apreensões, protestaram e adotaram suas medidas preventivas. A Áustria rompeu a Concordata de 1855 e declarou, em Nota de 30 de julho de 1870, que ante o poder que o Papa assumira, e cujo alcance o *Syllabus* mostrava, ela recobrava os seus meios de ação para impedir a invasão dos direitos do Estado. Já a França em uma nota do Conde Daru, apresentada á Santa Sé pelo marquês de Ponneville, declarara que os Estados católicos não podiam depor sua soberania perante a Côrte de Roma. A Itália rompeu o Tratado de 15 de setembro de 1864, e apoderou-se de Roma, aproveitando a ocasião que lhe deu Sedan, contando com a força moral que tirava da indiferença da Europa, perante a atitude da Santa Sé para com os governos civis. A política da Prússia, com as suas novas leis contra a Igreja, tem por pretêxto o ultramontanismo triunfante no Concílio do Vaticano. Não é possível, pois, precindir do *jus cavendi*, principalmente quando os bispos, esquecidos das relações da pátria, desconhecem e menoscabam as instituições constitucionais". Joaquim Nabuco. *op. cit.* v. II, 2.^a ed., pág. 246).

por tôda a parte. Era-lhe necessário achar um símbolo para o sentimento, nele angustioso, de que o mundo evoluía e marchava, cada vez mais, fora da órbita de influência do Vaticano. Êste símbolo concretizou-o na maçonaria. Encontrando um grupo de maçons dentro da diocese, dirigindo o culto, controlando irmandades, fato denunciador da relaxação da organização eclesiástica, correu-os o bispo dos lugares sagrados. Relação direta não haverá entre a atitude do bispo e a circunstância de achar-se a maçonaria empenhada na causa emancipadôra. E' certo que, aos 3 de Março de 1872, as lojas da Côrte realizavam concorrida sessão comemorativa do primeiro aniversário da lei do ventre livre, na qual discursara o padre Almeida Martins. Logo depois, alegando que o sacerdote pertencia à seita maçônica e se recusara a abjurá-la, o bispo do Rio de Janeiro suspendeu-o de ordens.

A maçonaria fôra expressamente condenada pelo Papa na encíclica *Quanto Cura* a que se anexara o *Syllabus*. A maçonaria brasileira difficilmente haveria de escapar à condenação doutrinária lavrada contra a maçonaria em geral. Sem dúvida, nunca fôra anticatólica. O clero nacional comungara dos sentimentos liberais que a animavam em lutas do passado. A maçonaria constituirá-se, no Brasil, com o caráter de seita política e patriótica identificada com os anseios das classes abastadas e cultas, a começar pelo ideal da Intependência. Nessas clas-

ses é que recrutava seus adeptos. O próprio imperador a ela pertencera. Por isso mesmo, não era revolucionária no sentido europeu, visto o meio socialmente diferente em que tinha de inspirar-se e agir. Quando, porém, chegou até nós a ofensiva ultramontana, profundo conflito de princípios entre Igreja e maçonaria se estabeleceu. O que a Igreja achava intolerável, pecaminoso, diabólico (“Livre pensamento! Tal é o grande refrão da impiedade moderna”, escrevia o Bispo do Pará, companheiro de d. Vital na questão religiosa), a consciência liberal da época que, no Brasil, era sinônimo de consciência maçônica, reputava inadiável, necessário, urgente.

A lei do ventre livre despertara vivo ressentimento nos meios agrários. Pode-se conjecturar que, no ânimo de d. Vital, êsse fato haja despertado exageradas apreensões. Não por causa da lei em si, visto que nenhum motivo teria o bispo para formar com os escravocratas. Mas por causa do espírito geral que a informava, espírito de progresso, de liberdade, de audácias no temporal e no espiritual, de independência e de crítica em face dos antigos padrões e influências. Quem sabe se não se referia à intranquilidade provocada pela referida lei aquele trecho da resposta de d. Vital a João Alfredo e que assim rezava? “Se eu fôsse político, ou de mais idade, diria que sérias perturbações da ordem publica estão iminentes em quasi todo o Brasil, e são inevitáveis, apesar da maior prudência; a causa reservo-

me para dizê-la a V. Ex. pessoalmente, quando tiver ensejo”.

Realmente, é impossível isolar-se a atitude do bispo das condições sociais e políticas do seu tempo. Além disso, êle a sublimava com uma severa noção do dever apostólico. Mas, o govêrno, preso ao preconceito da religião oficial, mais cioso de prerrogativas secundárias, em vez de compreender os novos rumos políticos, preferiu, como disse Rui, pedir á “aplicação estrita do direito positivo” o que devera ficar entregue à “discrção prudencial dos governos”. Apelou para o código penal, quando o apelo seria para um novo regime de liberdade.

Causa surpresa, à primeira vista, verificar que, na obra de Tobias, só existe, dedicado à questão religiosa, um único e pequeno artigo datado de 1875 e publicado no “O Desabuso”. Esta primeira e última intervenção no assunto serviu-lhe para ridicularizar o desfecho que o mesmo recebeu. A êste respeito, seus sentimentos eram claros: o govêrno anulara-se com a anistia. Perdoados ou anistiados, pensava Tobias, pouco importava aos bispos o pre-têsto de que o gabinete se valeu para se ver livre dêles. “Longe de mim, escreveu, a pretensão de dizer ao sábio governante do meu país, qual a solução que êle podia ter dado. E tão pouco estou de acôrdo com os que pensam que não se devia anistiar, porém, perdoar!... Quanto a mim, êste

modo de entender tem tanto senso, como se se dissesse que o imperador não devia dar um beijo nos bispos, porém um ósculo. Ainda que in-abstracto, na esfera da teoria, os dois conceitos de perdão e anistia sejam distintos, todavia na prática do govêrno, em relação aos efeitos produzidos, e sôbretudo no assunto de que se trata, o perdão nada traria de mais ou de menos que a anistia. Em um como em outro caso, a vitória clerical seria a mesma". (148) Colocava as duas fôrças em presença uma da outra para concluir: "Que d. Vital e d. Macedo não aceitassem o perdão, é muito compreensível, porque êles julgando-se investidos de autoridade divina, não podiam rebaixar-se a se deixar perdoar por um poder humano, que supõem réu de lesa-divindade. Quanto ao govêrno, porém, a coisa é diferente; porquanto, ou fôsse perdão ou fôsse anistia, como acaba de realizar-se, o resultado seria idêntico, — a nulidade do govêrno. Foi uma verdadeira prova de multiplicação: traçou-se uma cruz, e no quarto ângulo dela escreveu-se um zero. A conta saiu certa. E viva d. Pedro II, que é quem ficou talhado pela providência para governar o Brasil".

A seu parecer, a questão religiosa comportara qualquer coisa de diversão tática, que se diria engendrada pelo presidente do gabinete para dar ao país novos motivos de preocupação, extinguindo-lhe,

(148) *Vários escritos*, 169.

do mesmo passo, os azedumes que a lei de 28 de setembro provocara. Escrevia Tobias: "... a lei do elemento servil pusera em agitação de espírito o país inteiro; e prometia, pela efervescência dos ânimos, não sei que reboição, no seio da nação. De repente, os bispos deram o sinal de um novo *espetáculo* que se ia representar, e a frase — *elemento servil* foi trocada por esta outra: *jesuítas e maçons*. O povo afluíu em massa para assistir á nova questão, verdadeiro mistério da idade-média, em que Deus e o diabo fizeram o seu papel. E muito republicano desconcertado deveu bater na testa e dizer, como Gringoire de *Notre Dame*: são uma súcia de patetas estes brasileiros! Estavam na melhor ocasião de derrubar o Pedro, e deixam-na de todo, para se ocuparem de bispos e maçons. O certo é que a lei de 28 de setembro não correu mais o risco de ser *comentada* a ferro e fogo pelos milionários, possuidores de escravos; passou-se a outro assunto; começou-se a jogar por outro naipe". (149) Raro terá sido o escritor da época a quem haja ocorrido a idéia de uma aproximação entre a questão religiosa e a lei do ventre livre. Tobias é o único de que tenho notícia. Evidentemente, a relação que encontrou entre os dois fatos nada oferece de sólido; trata-se de interpretação arbitrariamente pessoal. No fundo, porém, mesmo que se lhe não recuse certo tom de

(149) *Vários escritos*, 168.

“boutade”, ela não deixa de revelar, no seu autor, sensibilidade especial para julgar as agitações daquele período histórico como elos da mesma cadeia de acontecimentos que se verificavam dentro de uma atmosfera comum a todos êles.

Curiosamente, Tobias, que não participara dos debates da questão, aparecia no fim para jogar o que, talvez, lhe soasse como a última pá de cal. A acreditar formalmente em palavras suas, à certeza de que aquele barulho todo daria em nada, deveu o calculado silêncio com que atravessara, mais desdenhoso que alheio, o desenrolar dos episódios da luta com os bispos. “Agora, abria o artigo do *O Desabuso*, é que me regozijo de nunca ter tomado o mínimo interêsse pela *soit disant* questão religiosa!... O resultado da luta veio dar razão à indiferença e desprezo com que sempre tratei a essa estúpida contenda”. Dêsse tema, que parecia de molde a apaixoná-lo, afastaram-no igualmente, é bem provável, a circunstância de estar vivendo na Escada, município agrícola e escravocrata, onde recentemente chegara e a esperança de não suscitar maiores hostilidades à carreira política com que sonhava. E, principalmente, a maneira por que, nesse período, encarava o problema religioso. Tal maneira contrariava a linha clássica liberal na matéria.

Em 1873, na crítica aos *Opúsculos* e às *Questões públicas*, de Alexandre Herculano, expusera Tobias o fundamental de sua posição. Achava o catolicis-

mo irremediavelmente pôdre, condenado a não acompanhar a evolução científica e intelectual: “Incapaz de desenvolvimento, no sentido positivo, porque cedo e muito cedo deu-se por completo em sua organização, o catolicismo só tinha a desenvolver-se em sentido negativo, isto é, tornar patentes e cada vez mais sensíveis os germens de morte que pousam-lhe no fundo, como êles jazem no fundo de todos os fatos e aparições da vida. Eis aí, pois, o motivo da desordem que hoje domina no seio da Igreja, e que a tem posto em estado de não poder resistir às duras influências da atmosfera do século”. (150) A verdade da ciência era experimental, sujeita a mudar, a crescer, a diminuir, em suma, a evoluir. A verdade religiosa era imutável, exclusiva, dogmática.

Tobias não compreendia católicos liberais, cheios de restrições pessoais, que queriam escolher no corpo da doutrina o em que deviam e aquilo em que não deviam acreditar. Católicos que reclamavam uma igreja sem romanismo jesuítico, Vaticano sem Papa infalível, religião sem mais artigos de fé que os velhos artigos da “fé tradicional”, como exigia Alexandre Herculano, tudo isso lhe cheirava a literatura ou a ignorância: “Protestantismo sem bíblia, catolicismo sem papa são grimácias que deturpam a face do século: são fenômenos que bem podem figurar ao lado de um cristianismo sem Cristo”. Porque a

(150) *Filosofia e Crítica*, 217.

razão de um católico haveria de sentir-se mal com o dogma da infalibilidade, se aceitava outros dogmas igualmente absurdos e irracionais? “No que toca especialmente à infalibilidade — a grande agitadora hodierna — não é menor a extravagância dos que a combatem. Além de ser um dogma, como qualquer outro, deve-se ponderar que não foi uma *estranha novidade*, segundo quer parecer aos seus adversários”. (151) Ria-se dos “reformadores ingênuos” que queriam descobrir dois catolicismos: “um falso, que é o de Roma; — e outro verdadeiro, que é o dêles”. Da unidade da doutrina católica, da dependência recíproca de suas afirmações, do caráter da verdade, verdade intolerante e exclusiva, de que a Igreja se julgava depositária, da necessidade de preservá-la impondo e não discutindo, possuía Tobias a visão exata para compreender a irredutibilidade doutrinária de um d. Vital. Para Tobias, essa intolerância era inerente à própria doutrina católica. A tolerância, dizia numa das provas do concurso de Recife, defendendo a tese de que a concordata não se harmonizava com a organização e instituição da Igreja, “é filha da dúvida e a Igreja não pode tolerar; porque não pode duvidar, uma vez que goza do privilégio da inerrância”. (152)

(151) *Filosofia e Crítica*, 231.

(152) *Estudos de direito*, v. II, 261.

Pessoalmente, aliás, era pelos “papas intransigentes” que tinha simpatias. Apreciava mais os sacerdotes inflexíveis e duros do que os moles e mansos. (153) Sua posição, a muitos respeito, divergia, no trato do problema religioso, da posição de elementos que se consideravam emancipados. Da incompatibilidade entre a ciência e a religião católica é que decorria, a seu sentir, o fatal conflito. A ciência falava uma linguagem, a religião, outra. A ciência não tinha medo de mudar, de corrigir-se, de progredir. O catolicismo queria subordinar a imagem do mundo à visão dos seus dogmas. Ao passo que as verdades científicas deviam ser tomadas como aproximações e não como conhecimentos definitivos, as verdades estabelecidas

(153) Eis como na interessante carta escrita por Guimercindo Bessa a um condiscipulo de São Paulo, êle recordou essa passagem do concurso do mestre. Tobias depois de concluir que “a concordata era inconciliável com a organização da Igreja”, arrematava: “E é por isso que eu tenho minhas simpatias pelos papas intransigentes. Gosto de um Julio 2.º de quem dizia um cronista do tempo: — il papa é (aí o italiano velho). Gosto de um Flávio 5.º, de quem disse o sábio italiano, etc. (mais italiano) e assim citou uns dez papas intransigentes e os respectivos autores italianos, etc.

“E fique sabendo, sr. dr. (continua Tobias) que eu não sou dos que beijam as sandálias dos papas; não, eu entendo que é tão pateta (com calor) o que crê no papa que lhe promete a bemaventurança eterna no céu; como é pateta o que crê no Rei, que lhe promete o reino da justiça na terra” (Bravos, aplausos prolongados).

Aí o Bandeirinha se benzeu três vêzes e o José Higino resmungou, chamando o Tobias de hereje”. in *Estudos de direito* v. II, 261.

pela autoridade religiosa aspiravam a ser eternas, imutáveis, e as únicas possíveis e verdadeiras. Para Tobias, “a podridão íntima, irremediável do catolicismo” originava-se desse apriorismo dogmático em face do futuro e do progresso. Tal apriorismo envolvia uma negação tão chocante com a história da evolução das idéias “que o próprio cristianismo passou a desconhecer que devia sua existência à derrubada das “formas e instituições anacrônicas” em que o antigo espírito religioso se cristalizara. Agora, a história teria de repetir-se e só quando do cristianismo brotasse “um novo ramo, mais fresco e verdejante, capaz de dar as flores e os frutos, que êle já não está em condições de fornecer”, é que lhe seria possível “tornar-se a religião de um novo período cultural”. (154) E nada se apontaria que impedisse ao cristianismo de comportar êsse “depuramento”, essa “clarificação”, êsse “avanço”.

Mas, a idéia da incompatibilidade entre ciência e religião foi mais firme em Escada do que no Recife, onde suas dúvidas científicas aumentam, ao passo que as religiosas permanecem as mesmas.

Tobias invariavelmente aceitou como indestrutível e inerente ao homem o sentimento religioso. Em *A irreligião do futuro*, parece que êle mesmo se dava como exemplo do que dizia, acerca do atraso em que anda o ritmo do coração comparado ao da cabe-

(154) *Questões Vigentes*, 311.

ça. Na concepção do “homem cultíssimo hodierno” que não devia jactar-se de imunizado contra a agressão do sentimento religioso que o obrigaria “a ajoelhar-se e adorar o ídolo de pau ou de pedra dos espíritos mais incultos”, (155) entrava um pouco de sua experiência pessoal, dos seus debates íntimos. Não era certamente um convertido, não pensaria mesmo num passo desta natureza, visto que a fé disciplinada do catecismo não lhe resolvia nenhum problema. Mas começava a sofrer do mal referido por Leibnitz em palavras que recordava: “E’ uma infelicidade dos homens que a razão mesma afinal lhes cause enjoo e a ciência torne-se fastidiosa”. Seu ímpeto irreligioso, materialista, arrefecia. Desciam sôbre êle grandes sombras. Não via mais claro do que dantes, porém tinha menos confiança nas próprias fôrças. Dizia, então, aos alunos do seu curso particular de direito constitucional em 1882: “A impiedade é uma tolice. O ateu é um ente mais teólogo do que o próprio teólogo; porque quem vive a fazer questão sôbre a não-existência de Deus, mostra-se mais crente nele do que aqueles que o incensam”. (156)

Na Escada chegara a descobrir “bons fundamentos”, a achar “tão estranha quanto profunda e exatamente pensada” a frase de Bakunin: “para

(155) *Questões Vigentes*, 321.

(156) *Estudos de direito*, II, 64.

acabar com a religião não basta a propaganda intelectual — é mister junto com ela a revolução social”. Mas, então, seria provável, sendo a religião um “protesto da natureza humana contra as misérias e as estreitezas da realidade ambiente”, chegar algum dia em que, cessadas essas misérias, a religião não tivesse mais razão de ser? (157)

Tobias não pensava assim, não acreditava nisto. Fôsse a religião “uma aspiração do desconhecido, um alto pressentimento, uma necessidade, um arroubo da alma e talvez também uma tolice, como diria H. Heine”, de qualquer modo parecia-lhe o sentimento religioso inerradicável da alma humana. No recesso de cada consciência, lugar haveria sempre para altares. Diante dêles, sua atitude inspirou-se invariavelmente na mais profunda tolerância, no mais largo crédito aberto à sinceridade alheia. Tobias jamais combateu a religião pelo fato de ser religião, como fenômeno social unicamente gerado pela dependência do homem de fatos desconhecidos ou de acontecimentos que êle não controla. A seu ver, as igrejas passavam e o sentimento religioso ficava. E por que ficava? Porque a religião “é elemento de cultura social”, porque, “por mais que se queira e ousadamente se tente, nunca poder-se-á extirpar o ideal da consciência e do coração do homem; e a

(157) *Discurso em mangas de camisa, Notas e adi-
ções (Discursos, 144).*

forma, sob a qual mais visivelmente o ideal se revela ao povo, é justamente a forma religiosa". E também porque não havia como dispensar a religião do seu "mister de iludir e consolar", dado que o mundo não seria jamais provavelmente um paraizo. "Ainda por muitos anos, e quem pode assegurar que não sempre? — o organismo social terá funções religiosas, e carecerá para elas de órgãos especiais. Enquanto o homem encontrando neste mundo somente durezas, injustiças e misérias, criar-se por meio da fantasia um mundo melhor, uma como ilha encantada, onde êle irá repousar das fadigas e enjoos da existência — a religião será, como até hoje, um fator poderoso na história das nações". Apenas de sua importância nas relações humanas não deduzia prova a favor de sua divindade: "A eficácia da religião como meio de moralizar prova tão pouco a realidade objetiva do seu conteúdo, como a influência teatral sobre o desenvolvimento do chamado espírito público prova a verdade dos fatos, que no palco se representam".

Das impressões da meninice ficou-lhe sempre na alma a marca do mêdo, da tristeza e da dependência de fôrças ocultas, inexplicáveis. Guardara sempre, no fundo do coração, o temor e a dúvida.

Em 1883, na polêmica com os padres do Maranhão, confessava: "Eu não sou ímpio. Educo minha família de acôrdo com os princípios religiosos correntes na sociedade em que vivo. Minha mulher

tem suas *santas imagens*, que eu nunca me sentí tentado a quebrar. Creio em alguma coisa, que entretanto não tenho a felicidade de poder bem definir”. (158)

Sem dúvida, continuava a não tolerar a manipulação da fé pelas igrejas. A incompatibilidade entre a orientação científica que adotara, de que se fizera epígono, e a orientação dogmática do catolicismo, não cessara. Embora duvidando de suas dúvidas, Tobias não achava paz na religião para as suas perplexidades filosóficas. Não podia aceitar uma doutrina contrária a algumas das evidências mais caras de sua cultura positiva. A circunstância de crer em alguma coisa não devia ser tomada como sinal de conversão em marcha: “Não sou nem quero ser um devoto. Os espíritos *devotos*, no rigoroso sentido da palavra, me são sempre suspeitos. E’ minha opinião que o melhor modo de fazer conhecidos os homens maus seria... examinar-lhes os calos dos joelhos, como se dá com os cavalos caidores”. (159)

Ele não sabia sinceramente o que era aquela “alguma coisa” e não acreditava que as religiões lh’o pudessem dizer. Apenas sentia que o finalismo que sempre enxergara no mundo, que o levava a qualificar-se como materialista, porém “no bom sentido da palavra”, talvez existisse fora do mundo.

(158) *Polêmicas*, 150.

(159) *Polêmicas*, 150.

Que figura, que modo, que sentido tomaria, eis o mistério. Porém das igrejas o separavam, como sempre, suas convicções racionalistas, a interpretação científica do universo, da qual era precisamente antípoda a interpretação religiosa.

Entretanto, nos seus últimos momentos, foi assistido por um representante dessa “religião da morte”, como certa vez a denominou, mas que “nunca trocaria por outra”, tal a profundidade do vínculo que ela lhe deixara na alma. Em carta a mim dirigida, uma das filhas de Tobias, d. Calíope Barreto de Menezes, informou: “Sobre a reconciliação de meu pai com a igreja, apenas nos seus últimos momentos de vida, por questão de família, teve ao seu lado um sacerdote, padre Silva, que foi por muitos anos vigário da igreja de Santo Antônio”. A conversão de Tobias não teria passado assim de ato puramente sentimental, que certo dos seus leitores anônimos, em nota a um exemplar das *Questões Vigentes*, na Biblioteca Nacional, atribuiu “a sobrevivências atávicas, à fraqueza mórbida de um organismo em decomposição”.

CAPITULO V

PROFESSOR E RENOVADOR DOS ESTUDOS JURÍDICOS

A instalação das duas Academias de Direito, em São Paulo e Olinda, era um ato complementar de nossa independência política. A elite para dirigir os negócios e serviços públicos passava a formar-se no Brasil, não mais em Coimbra. Assim como o padre constituía a guarda de honra do altar, o bacharel integrava, no justo dizer de Tobias, a guarda de honra do trono. Êste carecia do espírito jurídico para a organização da jovem nação soberana, através de formas e instituições adequadas.

A Academia de Olinda estabeleceu-se segundo o modelo de Coimbra. Até tradições se importaram. Estudantes que de Portugal tinham vindo terminar o curso trouxeram costumes, piadas e ditos. Localizada numa cidade de pequena população, de aspecto claustral, a Academia logo domina a quieta paisagem urbana. As repúblicas, as serenatas, as patuscadas,

os pequenos jornais em que os moços se preparavam para as pugnas políticas e literárias, dão-lhe feição mais animada. Os estudantes não praticavam esportes, não tinham a rigor outro divertimento social que não fôsse o teatro. Na falta de companhias, êles próprios organizavam representações.

Metidos nas solenes sobrecasacas pretas, os lentes, dentre os quais se destacavam Zacarias, Auran, Paula Batista, os reverendos Chagas e Coelho, eram solenes e conservavam os rapazes à distância. Casando a gravidade à elegância, havia a figura do dr. Nuno Aygne d'Avellos Annes de Brito Inglês. Ao sair para a aula, quando se dispunha a tomar a canôa no Beberibe, um escravo anunciava-lhe, em voz alta, todos os apelidos. E S. Ex. embarcava.

Do teor geral dos estudos, dí-lo Nabuco: "A instrução jurídica era quasi exclusivamente prática; aprendiam-se as ordenações, regras e definições do direito romano, o Código de Napoleão, a praxe, princípios de filosofia do direito, por último as teorias constitucionais de Benjamim Constant, tudo sob a inspiração geral de Bentham. Não tinha curso ainda entre os estudantes a série de expositores franceses do Código Civil, do direito penal e do direito romano, que foram os mestres da nossa mocidade de 1850 em diante, no período que se pode assinalar pelo nome de Troplong. Não estava ainda traduzida em francês a obra de Savigny, que até às revelações da nova escola italiana, encerrou para

raros iniciados os últimos mistérios do direito. Era o co-reinado de Melo Freire e de Merlin”.

A tradição portuguesa e as exigências da vida prática davam grande primasia ao direito civil.

A Academia fazia as vêzes de ante-sala do Parlamento, onde os filhos da aristocracia territorial se habilitavam para o govêrno, que, depois das agitações do periodo regencial, caíra na posse tranquila dos grandes proprietários e fazendeiros. Nos primeiros anos, aquelas lutas naturalmente repercutiram no corpo discente. Ainda não se tinham amortecido os ecos das campanhas liberais. O ambiente pernambucano guardava bem viva a lembrança das críticas republicanas à constituição de 1824.

Consolidada nossa independência, arrefecido o nativismo jacobino, os motivos de inspiração literária deixaram de ser imediatamente “os ardores patrióticos e as paixões nacionalistas de antes” e ficaram mais livres para acompanhar as notas dominantes na literatura dos povos com que mantínhamos comércio intelectual. As preocupações patrióticas, religiosas e moralizantes tornaram-se menos estreitas ou absorventes. A elas sucedeu uma criação literária informada por concepções de arte e sentimentos estéticos mais livres.

O novo clima nacional refletiu-se em ambas as Academias, produzindo frutos novos e de inédito sabor. Em São Paulo, depois de uns três anos leti-

vos, em que poucos foram os alunos que frequentaram os bancos acadêmicos, com o restabelecimento definitivo da ordem pública na província, após a revolução de Sorocaba, a Academia conheceu um período de grande florescimento literário, em que avultou a figura de Álvares de Azevedo, o mais representativo dos nomes da segunda geração romântica. O poeta da *Lira dos Vinte Anos* ali fundou o *Ensaio Filosófico Paulistano*, associação semelhante ao *Ensaio Filosófico*, da Côrte, em que pontificava Montalverne. Tinha como órgão a *Revista Mensal*, em cujas páginas escreveram os moços representativos da época, na escola do Largo de São Francisco.

Em Recife, ocorrera coisa semelhante. A partir de 1846, Maciel Monteiro na revista *Progresso* lançava as bases de um movimento beletrístico em que brilharam, entre outros, Soares de Azevedo, Tôrres Bandeira e Vauthier.

Na Paulicéia, entretanto, o surto literário teve no primeiro período romântico muito maior brilho que no Recife. Frequentavam a Academia de São Paulo como colegas ou contemporâneos, além de Álvares de Azevedo, outros nomes sugestivos: Aureliano Lessa, Bernardo Guimarães, José Bonifácio, Félix da Cunha, Ferreira Viana, Paulino de Sousa, José de Alencar, Francisco Otaviano, Perdigão Malheiro, Quintino Bocaiuva, etc. Emancipados da velha e absorvente influência portuguesa, pois que não mais a Coimbra precisavam ir para o suspirado grau, frequentando

diretamente literaturas estrangeiras, sobretudo a francêsa e a inglêsa, como foi o caso de Álvares de Azevedo, recebendo do largo oceano do pensamento europeu rajadas de vento fresco e renovador, mais universais sem deixarem de ser brasileiros, muitos dos maiores nomes desta importante fase de nossa vida espiritual, no ambiente da Academia de São Paulo é que se formam, é que ensaiam os primeiros voôs ou conquistam, num relance, fama imortal. Pequena cidade, feia, modesta, provinciana a mais não poder, São Paulo encheu-se dos sonhos românticos, das aspirações de liberdade, das rebeldias pessoais e das práticas de satanismo com que essa mocidade lhe desafiava a pacatez. Os rapazes queriam viver o satanismo que ostentavam nos versos. Em 1845, os estudantes fundaram a *Sociedade Epicurêia*, de que Álvares de Azevedo fez parte, e destinada a realizar extravagâncias a Byron: “Eram diversos os pontos em que nos reuníamos: ora nos Ingleses, ora nalgum outro arrabalde da cidade — narra um dos membros desta curiosa associação. Uma vez, estivemos encerrados quinze dias, em companhia de perdidas, cometendo, ao clarão de candieiros, (por isso que tôdas as janelas eram perfeitamente fechadas desde que entrávamos até sair), tôda a sorte de desvarios que se podem conceber”. (160)

(160) Spencer Vampré — in *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. V. I. pg. 351.

Essa fôrça romântica subjetiva, não a teve tão forte e tão esplêndida a Academia de Olinda. Ela contrastava com o ambiente de quietude patriarcal da capital bandeirante. E' uma pura atitude do vez possível em São Paulo, porque se estava num meio social e intelectualmente menos denso, menos cheio de passado do que o pernambucano, mais própicio a orgias satânicas por causa da sua garoa, do seu isolamento, da sua maior simplicidade provinciana. Assim, enquanto soprava nas Arcadas o tufão romântico em cuja grande voz se misturavam as vozes do sofrimento e do desespêro, da morte e da esperança, na Academia de Olinda os moços discutiam política e divertiam-se em patuscadas mais coimbrãs que baironianas.

O demônio político, numa terra sulcada de revoluções, convivia mais com os rapazes que o demônio literário. O curso jurídico instalara-se em Olinda pouco depois de Recife ser teatro de duas revoluções no espaço de dez anos. Não possuía muitos de existência, quando a Praia, com a "fôrça de um turbilhão popular", na frase de Nabuco, ali desencadeia um dos mais significativos movimentos sociais de nossa história. As condições econômicas e sociais de Pernambuco, o maior foco da civilização espírito, uma aventura da imaginação criadora, taldo açúcar, que, ao lado de uma aristocracia rural poderosa, oferecia sentimentos populares e democráticos muito vivos, levavam a mocidade que ali es-

tudava a ser antes federalista, radical, liberal ou reacionária do que bairroniana e desvairada. Sôbre ela pesava uma realidade social mais complexa, que se agitava à procura de pontos de equilíbrio político; realidade que dividia mais os homens e os classificava mais rigidamente que em São Paulo. Porque dos dois meios, o pernambucano era o mais rico e o mais culto.

Desde cedo, informa Gilberto Freire, circunstâncias peculiares ao Nordeste tornaram Pernambuco um foco de cultura européia, ao qual não foram estranhas as próprias teorias revolucionárias do Velho Mundo. Os engenhos “com os seus senhores ricos e cheios de lazer para a leitura, para o latim, para a charada, se anteciparam às cidades como centros de cultura intelectual”. Liam-se livros proibidos, havia admiradores da Revolução Francesa. Os Enciclopedistas antiescravocratas “tiveram influência profunda sôbre os revolucionários de 1817, sôbre os areópagos e as academias de padres, de médicos, de senhores de engenho. Montesquieu foi o mestre mais poderoso de Frei Caneca”. (161) A riqueza da região permitia a existência de uma elite intelectualmente curiosa e interessada no debate das idéias, idéias, muitas delas heréticas e subversivas para o meio.

A função da Academia no Norte adaptou-se às necessidades mais prementes dêsse meio revolvido

(161) Gilberto Freire — *Nordeste*, pg. 212.

por agitações políticas sucessivas. Coube-lhe “humanizar os costumes, estabelecer a corrente de simpatias e a permuta civilizadora das idéias. O próprio caráter pernambucano modificou-se profundamente. Os filhos de famílias poderosas que viviam em luta acesa, os de sangue azul e os plebeus, os descendentes dos antigos mascates, daqui saíam harmonizados, levando à casa paterna a notícia de que o Código dos direitos individuais é igual para todos”. (162)

A vitória conservadora consolida esta obra e o “triunfo monárquico” conduz até o seio das duas Academias as influências da ordem patriarcal que então domina o país. Em Recife como em São Paulo, as Academias tornam-se núcleos representativos das idéias jurídico-políticas que orientavam a ação conservadora do poder. O governo tutelava-as administrativa e intelectualmente. Antônio Herculano de Sousa Bandeira traduziu e adotou por iniciativa própria o livro de Charma *Questões de Filosofia*, quando o compêndio oficial era o de Barbe. Sousa Franco, ministro do império, interpela-o, pedindo que explicasse a “grave irregularidade”.

Foi na vigência do triunfo conservador que a Academia se transferiu (1854) de Olinda para Re-

(162) Phaelante da Câmara — *Memória Histórica do ano de 1903*, in *Revista Acadêmica* da Faculdade de Direito de Recife, 1904.

cife. Apesar de Aprígio Guimarães dizer que se perdia dêste modo “um espírito de corporação por assim dizer feudal, para ganharmos em sua plenitude o espírito que rege uma sociedade livre como a religião do Evangelho”, o espírito conservador na Academia ainda por êsse tempo imperava e desdobrára-se mesmo num generalizado espírito religioso. Foi a fase do carolismo, como a denominou Phaelante. Os lentes iam ouvir os sermões de Frei Espírito Santo, enfarpelados nas opas da confraria de São Pedro. Os acadêmicos fundaram a irmandade do Bom Conselho. Fizeram em procissão, com a presença do Diretor e do Bispo, a transferência da imagem para a Ordem terceira. A Memória histórica do ano tratou mais dêste acontecimento do que das coisas do ensino. O dr. Braz Florentino publica o seu tratado contra o casamento civil, louvado por todos os prelados do país. Domina o carrancismo. Representantes típicos: Menezes Drumond e Trigo de Loureiro.

Com a abolição do tráfico e suas repercussões na economia nacional, inicia-se um período de renovação e agitação. Internamente, o domínio conservador se retrai. Inaugura-se a política progressista. Ao marasmo geral, à época parada e sem fisionomia, em que a literatura acadêmica, como, de resto, a de todo o país, enlanguescia na retórica, no jôgo artificial de palavras, no amaneirado da forma e na pobreza dos assuntos, dentro em breve sucederia

uma época de vibrações patrióticas e de renascimento da seiva romântica.

“Na política, escreve Sílvio Romero, acabava de apodrecer no govêrno o velho partidarismo conservador, que nos asfixiava desde 1848. A questão Christie, as com o Estado Oriental e com o Paraguai produziam no país um entusiasmo desusado. Lá fora, no grande mundo, estavam em todo o seu auge a revolução da Polônia, a guerra dos franceses no México, a guerra civil dos Estados Unidos. Os movimentos precursores da unificação da Itália e da Alemanha, de Sadowa e de Sedan, da tomada de Roma e da revolução da Espanha andavam no ar. Era um período de agitação geral. Na poesia universal tinham-se calado as grandes vozes de Shelley, Byron, Musset, Vigny, Lamartine, e ainda não se distinguiam as de Leconte de Lisle, Prudhomme e Coppée. Só a forte trompa épica de Vitor Hugo ressoava nos quatro pontos do horizonte, proclamando os abusos dos reis e as esperanças dos povos. Era natural que o ouvissem no Brasil; e foi o que aconteceu no Recife. Tobias, Castro Alves e Vitoriano Palhares, deixando o subjetivismo piegas da poesia corrente, interessaram-se em seus cantos pelas questões públicas, os fatos políticos e sociais, as aspirações gerais “humanas ou meramente nacionais”. (163)

Abre-se, então, a fase condoreira da Academia e, novo ídolo, Vítor Hugo exalta as imaginações, parecendo que a sua era a voz do futuro e da liberdade. As transformações da época, os estremecimentos que a sacudiam, as promessas de que estava prenhe, rejuveneceram a esgotada seiva romântica para o canto final, comunicando ao estilo côr, movimento, tons febris de imaginação, aos seus temas, propósitos generosos de humanidade, de liberdade e paz social. Tobias, Castro Alves, Palhares, Luiz Guimarães, Plínio de Lima, José Jorge formam a pléiade hugoana.

O ímpeto lírico, romântico e humanitário da fase condoreira deveria, entretanto, ceder lugar a preocupações doutrinárias e críticas mais consentâneas com os rumos culturais do evolucionismo e do naturalismo científico. Com a terminação da guerra do Paraguai, “a anarquia moral e política dêste Brasil”, à que se referira Sales Tôrres Homem, em vez de desaparecer, aumentara. A guerra pusera a nu falhas muito graves da organização do país: o atraso de sua economia, a situação moral de inferioridade em que a escravidão o colocava perante os outros povos sul-americanos. De modo que “cessada a guerra, as inteligências já não podiam voltar à estagnação, ardiam por avançar, escreveu Clóvis Beviláqua. O choque as arrancara do entorpecimento e lhes trouxera o amor da agitação e da luta”.

(164) Esta agitação e esta luta que assumem formas concretas no *Manifesto* e *Programa* liberais de 1869, nas exigências de reformas constitucionais, nas reivindicações descentralizadoras, na campanha nascente do abolicionismo, no aparecimento do Partido Republicano, ecoam igualmente nas duas Academias.

Na de São Paulo, entretanto, predomina agora o lado político. Na de Recife, o lado intelectual. Em São Paulo, o que encontra ambiente é sobretudo a idéia republicana que, ali, de comêço, até transige com a escravidão. Se, na Academia de São Paulo, foi a nota política a dominante, na de Recife foi a nota intelectual. Em Recife, o movimento, antes de ser pela república, é pela abertura de novos caminhos ao espírito. Em São Paulo, da crise brasileira fere-se, de preferência, um aspecto, o das instituições políticas. Tudo mais continuou a ser respeitado. No clima da Academia do Largo de S. Francisco germinaram com menos viço as modernas idéias e teorias filosófico-jurídicas. Alguns estudantes mais audaciosos e emancipados caíram mesmo no índice de certos lentes. Muitos estudantes transferiram-se para Recife: nada menos de 94 para lá partiram, a fim de concluir o curso numa escola espiritualmente mais arejada.

(164) Clóvis Beviláqua — *Esboços e Fragmentos*,
pg. 101.

No Recife, o ponto convergente de todo o esforço foi a revolução intelectual, em que as cogitações imediatamente políticas passaram para segundo plano. Basta dizer que o homem representativo deste período ali é Tobias Barreto, que não tinha convicções republicanas, embora se possa dizer que não as tinha tão pouco monárquicas. O que a chamada escola de Recife debateu, foram as grandes correntes do pensamento no século passado. À luz das mesmas, procurou reformar, no Brasil, a filosofia, a crítica, a história, a poesia e o direito, reformar, numa palavra, as concepções, o modo de interpretar o mundo. Contribuiu com enorme material para essa tarefa, de tal maneira que, pode-se afirmar, com êsse material trabalhou a inteligência brasileira até a grande guerra. Glória imperecível da Academia de Recife é ter sido o centro irradiador dessa pugna espiritual. Como seu maior vulto, a justiça da posteridade consagrou a Tobias. Como depôs Sílvio, êle foi o chefe, o que mais influiu, senão por "um complexo de idéias feitas, reduzidas a sistema", pelo espírito de *reação*, pela *intuição crítica*, pelo *temperamento de luta*. (165)

Apesar da orientação dos manuais adotados e da orientação dos professores, desde 1854 começara a modificar-se a mentalidade acadêmica com o aparecimento de Troplong e depois com o da versão

(165) Sílvio Romero — *Outros Estudos de Literatura Contemporânea*, pg. 210.

francesa de Savigny. A influência dêste foi profunda, em face da concepção da velha ordem jurídica fundada em dados racionais, a que êle opunha a concepção do direito baseado nos dados da história, submetido às leis da evolução e diretamente dependente da consciência do povo.

Para a marcha do pensamento, para um novo sentido filosófico, o que havia de particularmente importante em Savigny era que, através de sua escola, a Academia se inteirava de uma das mais importantes idéias do mundo moderno — a idéia de evolução. Conquanto aparecesse aplicada ao direito, não perdia, entretanto, seu significado geral e certamente levou os espíritos a lhe procurarem as repercussões em outros domínios do saber.

Sem escolas de indagações teóricas, sem instituições de altos estudos, por intermédio da Academia é que a inteligência e a cultura assimilavam as tendências do pensamento filosófico. As Faculdades de Direito substituíram, de algum modo, aqueles estabelecimentos de ensino.

Embora reinando oficialmente o direito natural de Bellime e de Ahrens, que já eram sucedâneos do teologismo ingênuo de Oudot e Taparelli, pelas mãos dos lentes e alunos passavam já, informa Clóvis, “livros portadores de mais sadias doutrinas, como Spencer e Costarria”. Entre os estudantes “circulavam, desde muito, é ainda Clóvis quem no-lo conta, os livros de Augusto Comte, Littré, Duboist, que iam

sendo preteridos por Huxley, Spencer e Hæeckel". Em 1875, Sílvio, defendendo tese para obter o grau de doutor em ciências jurídicas e sociais, proclamara às barbas da congregação, ao mesmo tempo que era o primeiro a citar Ihering dentro da Faculdade, que a metafísica estava morta. Tobias assistira às provas do amigo, e depois na *Jurisprudência da Vida Diária* meteu à bulha os catedráticos.

Mas, dentro da própria congregação, as novas doutrinas não tardaram a encontrar um representante de valor: José Higino. Escasseavam-lhe, sem dúvida, maiores dotes de professor. Mas a sua cultura levava já até o seio dos deuses de borla e capelo a notícia das correntes modernas do pensamento que transformavam, de alto a baixo, a visão do direito, a filosofia do mundo jurídico. Prova-o a própria tese, de sua iniciativa, que coube a Tobias desenvolver na prova escrita do concurso: "Conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem"?

Quando, em 1882, Tobias desce de Escada à conquista do templo, encontra, pois, dentro dêle, ânimos predispostos a segui-lo, inteligências preparadas para acompanhá-lo. O que a mocidade esperava é que viesse alguém capaz de ajudá-la a enquadrar o direito na interpretação científica que se dispunha a fazer do mundo. "Os moços, dí-lo Clóvis, nem possuíam ainda o desenvolvimento intelectual suficiente para tirarem as consequências

contidas nos princípios, nem mesmo é de presumir que se tivessem completamente saturado com êsses princípios e com as noções essenciais do direito, para erguerem a construção por que seus espíritos ansejavam. Apenas reconheciam que as velharias dos compêndios não podiam mais merecer o sacrificio de suas inteligências. E, impotentes para acharem por sí o mundo novo que suspeitavam embebido na distância, tomaram o expediente de fechar os livros clássicos". (166)

Ao apresentar-se, em 1882, para concurso a um lugar de lente substituto, Tobias vinha já envolto numa auréola, embora restrita a um grupo de amigos e admiradores. Não era, realmente, um nome desconhecido. Se a circunstância de residir no interior, se o seu afastamento por dez anos das rodas intelectuais de Recife o colocaram em relativo isolamento, guardava-se certamente a memória do seu tempo de estudante, tempo em que se destacara pelas revelações de um talento pujante, dominador, inesquecível. O confinamento em Escada não o separara das correntes intelectuais do século. Seu interêsse pelo grande mundo do pensamento não se arrefecera. Era precisamente nele que mergulhava para fugir à vida local, para esquecer as pequenas coisas aborrecidas. O ano da defesa de tese de Sílvio, 1875, é o ano da publicação dos *Ensaio e Estudos de Filo-*

sofia e Crítica, seu primeiro livro, em que inicia a marcha decidida para os arraiais da filosofia monista e do evolucionismo, livro que constitue, por dizê-lo, a sua ponte de ouro entre as antigas e as novas concepções. Ainda em Escada, publica o *Fundamento do direito de punir*. Advogado militante, foi primeiro em autos do fôro local que começou a defender teorias recentes sôbre crime e pena, provocando debates, descomposturas, mas fiel à vocação de ensinar, de esclarecer.

Em Escada erige o germanismo em caminho da cultura. E' onde aprofunda o seu Haeckel, onde elabora sua posição filosófica, onde traça as coordenadas da revolução espiritual que viria a deflagrar no país.

Êste o homeim que a mocidade esperava. A mocidade não queria apenas um jurista, um sabedor de textos, um profissional, mesmo illustre, do direito, mas um jurista — filósofo, um dominador de idéias gerais, um revelador de concepções, um descobridor de tomadas de corrente do pensamento. Seu processo de libertação intelectual fazia-se aos pedaços, através de leituras esparsas, não raro contraditórias. Faltava-lhe sistema. Faltava-lhe a visão conjunta do homem e da natureza, da maneira por que estas duas realidades se explicavam, se completavam, se comunicavam e se moviam, já que o dualismo estava morto, já que o céu ficara vazio. Faltava, enfim,

quem lhe atirasse, a essa mocidade, a *palavra simbólica*, a palavra em que se lhe concretizassem as convicções, os sonhos, os ideais. (167)

Coube esta tarefa a Tobias. Não esperou propriamente pela cátedra para realizá-la. Se êle não tivesse ganho o concurso, teria triunfado da mesma maneira. Não era uma questão de aulas, mas de mensagem, de evangelho. Tudo estava em correr o véu, em pronunciar a palavra simbólica. Se tivesse chegado, dito aquelas coisas e depois desaparecido, seria igualmente inesquecível.

Sua mensagem dizia: “Só tenho a encarar as três concepções modernas da idéia do direito. O monismo da escola alemã dos dias de hoje. o sistema da vontade de Schopenhauer e o da seleção darwinica de Carlos Darwin. Há quem confunda monismo com panteísmo. São idéias fundamentalmente opostas. Ao passo que o panteísmo diz — que tudo é Deus e substancia a divindade na matéria, o monismo diz — *tudo é um* — e não se recorda de Deus, porque Deus não é admitido na ciência. Deus pode ser objeto de nossas adorações, mas não de nossas

(167) “Indaga por aí, por S. Paulo, se há um só estudante, um só lente que tenha ouvido falar em monismo. Ninguém te aparecerá. Se dúvidas, atira aí no meio da Academia a palavra simbólica. Suporão que tu a foste arrancar da bôca da esfinge, pois aqui não houve um doutor que a soubesse. Hoje todos sabem que existe um sistema filosófico, chamado *monismo* e qual êle seja. Aprenderam de Tobias, o espírito mais adiantado dêste país”. Carta de Gumercindo Bessa, in *Estudos de Direito*, v. II, 266.

discussões. Deus na ciência faz o mesmo papel que o algarismo 9 nas operações de aritmética — é excluído. O que os nossos órgãos não percebem, e o que não é suscetível de observação, não vai perante a ciência. Ora, eis feita a diferença entre panteísmo e monismo. Tudo é um — eis concretizado todo sistema que adoto.

Mas, compreenda-se-me bem, quando eu digo adoto, estou longe de afirmar que o espírito humano tenha dado seu último passo nessa peregrinação em busca da verdade. Quero apenas dizer que o monismo é a palavra última da ciência moderna. Espírito progressivo como sou, não concebo que se possa fechar o cérebro à invasão das ciências novas, para apegar-se eternamente a uma doutrina que não merece a sanção da ciência e que se declare em rebelião insensata contra a poderosa injunção dos fatos. Assim, amanhã abandonarei a velha bagagem do monismo, se o advento de um sistema mais completo se vier impor à ciência. E' esta a condição de todo progresso.

Entremos agora na explicação do nosso tema: — a fórmula irresistível do monismo é esta: *tudo é um*. Isto é, o cosmos, com suas ordens de fenômenos diversos, rege-se por uma lei idêntica, única. A matéria em suas proteicas transformações obedece a uma só lei; ou esta matéria gravite nos espaços, eternamente atraída, eternamente repelida por outros corpos, ou esta mesma matéria ostente-se na

vida orgânica, respirando, sentindo, como os animais e os vegetais, fazendo brotar de si o pensamento, o sol da razão, como o cérebro humano. Assim é que, nos corpos sidéreos, há a grande lei do movimento; nos corpos vivos e no grande organismo social, a grande lei do desenvolvimento. Mas como mover-se é desenvolver-se e desenvolver-se é mover-se, podemos dizer: — nas esferas, desenvolvimento; no mundo social, movimento. Assim, a lei que preside a gênese do direito na sociedade é uma lei material — o desenvolvimento” (168).

Este o ponto de partida. Mas o ponto de particular interesse para os estudantes podia assim ser formulado: e a posição do direito nesta concepção geral?

Tobias respondia-lhes: “O direito não é uma idéia apriorística, não é um postulado metafísico, nem caiu dos céus sobre nossas cabeças, não é também uma abstração resultante das leis da evolução, que ainda se acham em estado de *incógnitas*, mas é a disciplina das forças sociais, e princípio de seleção legal na luta pela existência”. Às teses do direito natural opõe com Ihering a do direito como fenómeno teleológico, através do qual a sociedade se assegura condições necessárias à sua existência. Tobias situava o direito, explica Clóvis, “como uma criação humana que se desenvolve com a civilização, ao

(168) Carta de Gumercindo Bessa, in *Estudos de direito*, V. II, 267.

contrário do que pensavam os teóricos do direito natural, que no-lo apresentavam em sua essência, como uma centelha divina, destinada a nos iluminar nas trevosidades da vida, ou como uma idéia universal e necessária, obtida pela razão, pela inteligência enquanto capaz de compreender o absoluto". Apoiado em Post resumia Tobias nestas palavras o que havia de *natural* no direito: "Não existe um direito natural, mas pode-se dizer que existe uma lei natural do direito. Isto é tão simples, como se alguém dissesse: não existe uma linguagem natural, mas existe uma lei natural da linguagem; não há uma indústria natural, mas há uma lei natural da indústria; não há uma arte natural, mas há uma lei natural da arte". (169)".

Estas revelações consideráveis, embora incompletas, eram muito mais precisas que os conceitos antigos. Dizer que o direito entendido como conjunto de regras descobertas pela razão importava simplesmente numa "tolice", — pois que "a razão que entra na formação de um código, ainda que seja o mais perfeito e acabado como o *Corpus juris civilis*, é a mesma, exatamente a mesma que assiste ao delineamento de um edifício, ou à confecção de um par de sapatos", (170) significava repelir a crença numa *essência ideal da justiça*, que movia os sistemas jurídicos, e substituí-la pela concepção de fatores so-

(169) *Questões Vigentes*, 125.

(170) *Questões Vigentes*, 127.

ciais e culturais que, na esfera da humana atividade, apareciam e se renovavam. Faltou a Tobias, como aos seus mestres, o conhecimento dialético da maneira por que tais fatores aparecem e se transformam. Porém, não resta dúvida que o pensamento filosófico-jurídico deles é que recebeu o primeiro impulso para a consideração dos novos elementos que a investigações sociológicas traziam à ciência do direito.

Neste sentido, a influência de Tobias, entre nós, foi profunda. Colocou o direito dentro da idéia geral do evolucionismo, mostrando de que modo os sistemas de regras sociais de conduta e organização, dentre os quais sobressaem os jurídicos pela sua ligação com a vida prática e pela sanção coercitiva legalmente organizada, operavam como instrumentos de *seleção artística*. Direito, moral e religião êle considerava processos culturais por cujo intermédio se realizam as seleções artísticas, isto é, as seleções deliberadamente arquitetadas e procuradas, pois sem tais processos a seleção seguiria a “chamada marcha natural das coisas”, marcha a Deus dará, à mercê da força bruta, não disciplinada. Quando Tobias falava de darwinismo jurídico e caracterizava o direito como a “força que matou a própria força”, não usava de frases ôcas e sonoras, porém de frases em que enquadrava a concepção do direito na concepção mais geral do evolucionismo.

Das premissas filosóficas Tobias chegava aos sistemas jurídicos, filiando-os a uma concepção do

universo. Era precisamente o que êle se propunha na sua missão de renovador dos estudos jurídicos: fazer o direito entrar “na corrente da ciência moderna”, mostrar que “o homem do direito não era diverso do da zoologia”, pois “conforme o lugar conferido ao homem no meio dos outros sêres”, assim se deveria conceituar o direito.

A maneira avassaladora por que realizava essa obra de esclarecimento intelectual, pela qual ansejava precisamente a mocidade do tempo, desejosa, como a sentiu Clóvis Beviláqua, parte que era dela, de que alguém lhe ensinasse a ajustar o direito na moderna interpretação científica do mundo, concorreu para tornar sem par sua autoridade. Trazia para missão de tanta responsabilidade qualidades insuperáveis de expositor, de exemplificador, de tal modo que, segundo o testemunho dos contemporâneos, valia mais pelo que dizia do que pelo que escrevia. Se permaneceu e insistiu em generalidades que hoje nos parecem demasiado vagas, o defeito vinha da época e, principalmente, de sua formação de autodidata. Certo é que não se limitou a destruir. Revelou todo um sistema e dentro do mesmo esforçou-se por caracterizar o lugar da ciência do direito, o que nenhum professor, entre nós, antes dêle fizera, pelo menos com igual extensão, brilho e novidade.

“Quando o programa fala de uma ciência do direito, escrevia nos *Estudos de direito*, nem é no sen-

tido das vagas especulações, decoradas com o nome de filosofia, nem no sentido de um pequeno número de idéias gerais, que alimentam e dirigem os juristas práticos. A ciência do direito a que o programa se refere, tem o cunho dos novos tempos; não consiste em saber de cór meia dúzia de títulos do *Corpus juris*, e tão pouco em repetir alguns capítulos de Ahrens, ou qualquer outro illustre fanfarrão da metafísica jurídica.

A ciência do direito é uma ciência de sêres vivos; ela entra por conseguinte na categoria da fisiologia, ou filogenia das funções vitais. O método que lhe assenta é justamente o método filogenético, do qual diz Eduard Strasburger ser o único de valor e importância para o estudo dos organismos viventes.

Quando Alexandre de Humboldt define a vida — *uma equação de condições*, — a definição é verdadeira, não só quanto à vida dos indivíduos, mas também quanto à dos povos. Ora, entre as condições, cuja equação forma a vida dêstes últimos, o direito ocupa um lugar distinto, pois êle é o conjunto orgânico destas mesmas condições, enquanto dependentes da atividade literária e como tais asseguradas por meio da coação. A ciência do direito vem a ser, portanto, o estudo metódico e sistematizado de quais sejam essas fórmulas condicionais, de cujo preenchimento, ao lado de outras, depende a ordem social ou o estado normal da vida pública.

Mas assim considerada, a ciência do direito assume feição histórica e evolutiva, apresentando por conseguinte dois únicos lados de observação e pesquisa. São os dois pontos de vista da filogenia e da ontogenia, conforme se estuda a evolução do mesmo direito na humanidade em geral ou nesta ou naquela individualidade humana, singular ou coletiva” (171).

Estas generalidades demonstram que Tobias, perturbado pela falta de precisão do objeto da sociologia, applicava à ciência do direito, como ramo particular, e por isto já mais definido, das ciências sociais, leis e noções hauridas nas ciências naturais. Além dos motivos doutrinários, sua formação de penalista, seu contacto mais íntimo com a escola positiva do direito penal e com a escola antropológica concorreram, sem dúvida, para que êle transportasse para a ciência do direito idéias e métodos da biologia. O estudo biológico do crime oferecia mais solidez que o estudo biológico das transgressões civis. (172)

Foi num ambiente de extrema curiosidade que, ao contacto da palavra de Tobias, logo se aqueceu até as mais altas temperaturas da exaltação, que êle revelou o fundamental da “nova intuição”. A atmosfera do seu concurso, há trinta, quarenta anos de distância, ainda inflamava ânimos e sensibilidades. Ninguém a recordava sem a viver de novo, dir-

(171) *Estudos de direito*, VII, 35.

(172) Bunge — *El derecho*, 5.^a ed. pg. 237.

se-ia. Desta circunstância e do estado de espírito dos moços, da capacidade receptora com que escutaram a Tobias, possuímos o testemunho de Graça Aranha, prestado quatro décadas após o que lhe ficou sendo, como para tantos e tantos outros terá ficado, o “grande choque mental” de sua existência.

“Abrira-se o concurso para professor substituto da Faculdade. Foi o concurso de Tobias Barreto. Eu já havia iniciado os meus estudos na Academia. O que me ensinaram de filosofia do direito, eu não entendia. Era superior ao meu preparo, e professado sem clareza, sem o fluido da comunicação. José Higino, o pesado mestre espenceriano, nos enjoava e nós não o entendíamos. A outra matéria era o direito romano, mais compreensível; porém, que professor calamitoso era o velho e ridículo Pinto Júnior! O concurso abriu-se como um clarão para os nossos espíritos. A eletricidade da esperança nos inflamava. Esperávamos, inconcientes, a coisa nova e redentora. Eu saía do martírio, da opressão para a luz, para a vida, para a alegria. Era dos primeiros a chegar ao vasto salão da Faculdade e tomava posição junto à grade, que separava a congregação da multidão dos estudantes. Imediatamente Tobias Barreto se tornou o nosso favorito. Para estimular essa predileção havia o apêlo dos estudantes baianos ao candidato Freitas, baiano e cunhado do lente Seabra. Tobias, mulato desengonçado, entrava sob o delírio das ovações. Era para êle tôda a admiração

da assistência, mesmo a da emperrada congregação. O mulato feio, desgracioso, transformava-se na arguição e nos debates do concurso. Os seus olhos flamejavam, da sua bôca escancarada, rôxa, imóvel, saía uma voz maravilhosa, de múltiplos timbres, a sua gesticulação transbordante, porém sempre expressiva e completando o pensamento. O que êle dizia era novo, profundo, sugestivo. Abria uma nova época na inteligência brasileira e nós recolhíamos a nova semente, sem saber como ela frutificaria em nossos espíritos, mas seguros que por ela nos transformávamos" (173).

Naquele tempo, os candidatos arguíam-se reciprocamente. Êste detalhe aumentava o caráter sádico e sensacionalista das provas. Tobias fôra talhado para prélios que tais. Convencido de sua superioridade, foi impiedoso e teatral. Fartou-se de exibicionismo. Os adversários viram-se tontos. A um dêles, fraco mas convencido e condecorado com a borla e o capelo, estendeu alí por terra num golpe de agilidade mental, que Abelardo Lôbo registou nas linhas que, em nota, abaixo, se transcrevem (174).

(173) *Meu Próprio Romance*, pg. 174.

(174) "As teses impressas constituíam o objeto da arguição recíproca dos candidatos, dois a dois. Logo no primeiro dia, a sorte designou como arguente o dr. Francisco Gomes Parentes, como defendente o nosso Tobias, que já a êsse tempo era considerado um grande germanista e, assim,

Realmente, sabia mais, possuía melhor informação que os outros concorrentes, tinha descortinado mais mundo pela janela do alemão. Não lhe foi difícil suplantá-los, conquistar triunfo espetacular, causando a sensação de uma rajada invadindo a velha casa do direito. Depois, é dentro dos seus muros que vai pelear pela nova intuição do direito, a que dedicará os sete anos de professorado superior.

Do seu natural, não conformista, inebriado pela vitória, mas antes de tudo, justiça se lhe faça, fiel à sua vocação de reator, transpõe os umbrais da Academia como quem a conquistara a golpes de saber, aniquilando os ignorantes. Seus modos, seu sarcasmo, sua linguagem, em vez de apagarem as resistências do comodismo, do menor esforço, dós interês-

frequentemente chasqueado pelos seus invejosos desafetos. O dr. Gomes Parente pretendeu, logo no comêço de sua arguição, pilheriar com o Mestre ilustre, afirmando que tôdas as suas teses de direito marítimo estavam erradas, e para demonstrar que, principalmente, uma delas não resistia à crítica, pedia licença para dar exemplo. Tobias calmo, sereno, disse: "pois, venha o exemplo, mesmo porque *exempla illustrant*."

Então, o dr. Gomes Parente, certo de que ia esmagar o terrível adversário, começou: "Suponhamos que um navio parte da Alemanha..." Tobias corta-lhe imediatamente a palavra e replica: "Perdão, meu colega; suponhamos não é exemplo, é hipótese. Si o colega quer um exemplo, aquí o tem: parte um navio da Béocia, carregado de asneiras e consignado ao dr. Gomes Parente... Conclúa, meu colega".

Excusado é dizer que o golpe foi fulminante; os assistentes proromperam em palmas e o candidato procurou, de balde, restabelecer-se do aturdimento em que ficara com a destreza do ataque". (*Tobias Barreto — Jurista, Filósofo e Poeta*).

ses criados, agravam-nas ainda mais. Desejando brilhar e dominar, quem não se submete, cheira-lhe, não bem a hereje, mas a burro.

Os colegas não lhe sofrem com resginada paciência a supremacia arrogante, e reagem. Mas não reagem ostensivamente, no campo intelectual, opondo razões a razões, doutrina a doutrina. Reagem de preferência excluindo-o de seus laços de camaradagem, evitando-o, cortando-o por detrás, fazendo o vazio oficial em tórno d'êlo, como se fôsse um agente provocador do monismo.

Tobias, cada vez mais levado pela necessidade de compensar-se, compensar as injustiças, os sofrimentos, os anos obscuros, as decepções, acentúa belicosamente as divergências que, mais do que nunca para êle, se ligavam a nomes próprios (175).

(175) Um dia contestando pela imprensa o boato de sua morte, verifica a repercussão do fato nestas linhas em que balanceia os estados de alma da Academia motivados pela sua "ressurreição":

"Doente pude conhecer, por exemplo, que na Faculdade onde sou lente, a simpatia de que gozo entre os estudantes tem raízes bem profundas; porém ainda mais profundas são as raízes do ódio que me votam os meus colegas... Todos os sabedores do fato noticiado que minha presença desmentia, procuravam falar-me, referir suas impressões e comentar o *invento*. Bem entendido: aqueles que não me querem mal. Entretanto, os doutores da Academia não se moveram. Alí indo eu com o fim de apresentar minha licença, não encontrei um só colega que me tratasse do assunto: — e êles não o ignoravam. Apenas o secretário dr. José Honório, ao ver-me, *grelou* os olhos com tal expressão, que pude ler neles dois sentimentos contrários, ainda que igualmente religiosos, isto é, o *desgosto* de não ser exata a notícia de

Nas cartas íntimas a Sílvio há expressões que evidenciam até que ponto o apaixonavam os sucessos da Academia: “Como já disse, eu fiz os programas do chamado direito natural e público dêste ano (1885). Meira não os entende, pois tem teses como esta: “A teoria naturalística dos órgãos rudimentares aplicada à esfera social e jurídica”. Consta-me que êle já às escondidas qualificou meu programa de *estúpido*. Se ousar dizê-lo à minha vista, êle apanha mesmo em Congregação”. E incitava o companheiro e amigo: “arrume pancada na canailha burra que ainda crê em direitos eternos, inalienáveis e imprescritíveis. Pancada grossa nesses diabos. Quero saber e gostar”.

Mas as resistências, do ponto de vista intelectual, eram exageradas por Tobias, sempre predisposto a identificar em cáda desafeto pessoal um inimigo de suas idéias. O depoimento de Phaelante é insuspeito: “Certo é que se os velhos representantes do espírito vesgo de seita comprimiam os narizes para não sentir o cheiro de enxôfre daquelas teorias diabólicas; se o rançor de alguns discípulos de São Tomaz descobriu a mão do demônio naquela obra demolidora, em todo caso não se ouviu um protesto,

minha morte, e o *espanto* de achar-se talvez abarbadado com a minha alma, que ia pedir-lhe perdão de alguma ofensa. *Polêmicas*, 406.

nem o mais ligeiro sinal de resistência das forças reacionárias do corpo docente”.

O que havia era que os colegas não gostavam dêle, do seu tom desdenhoso, do pouco caso em que tinha o saber dos companheiros. Mais homens de textos legais, do direito positivo do que da filosofia e de doutrinas ciêntíficas, certamente não se sentiam aparelhados para medir fôrças com Tobias e não queriam passar por atrasados. De modo que ninguém, na congregação, se opôs ao curso do novo pensamento, pelo menos ostensivamente.

Aliás, na Academia, o chamado espírito de corporação, que favorecera a uniformidade conservadora do passado, refletira principalmente um estado social. Agora também, diante da sociedade em ascensão burguesa, as inteligências, regra geral, eram propícias às transformações que se anunciavam e adotavam a filosofia política que as inspirava. A modernização, no Brasil, convinha a todo mundo. Não tínhamos ninguém a ser prejudicado por ela, mau grado algumas aparências em contrário, relativas sobretudo à exploração do braço escravo pela grande propriedade territorial. Eis o que igualmente explica a falta de resistência dos representantes da antiga crença. Estes estavam, desde que ocupassem uma posição progressista no processo social, bem colocados para receber com simpatia não direi as novas doutrinas e teorias na sua ortodo-

lia, mas o espírito de liberdade, tolerância e confiança na ciência, em que elas medravam.

A fraqueza do espírito reacionário denotava que a sociedade inteira queria mudar, progredir. De nenhuma parte dela jorrava seiva sectária bastante para transformar o saudosismo ou o carrancismo em movimentos ideológicos e políticos.

Sem densidade humana nem econômica, a sociedade brasileira, até então, praticamente pudera confundir com o interesse de uma classe o seu interesse comum de crescimento, de criação de fontes de riqueza. A ciência, a razão operavam em benefício geral. Por isso mesmo, a nata política e intelectual professava o liberalismo. A reação ultramontana de d. Vital não repercutira nem alcançara êxito no sentido sectário que a informava. O próprio episcopado nacional, ao proclamar-se a república, saudou como um benefício o regime que trouxe a separação.

Ao contrário do que sucedia na congregação, onde o que pudera significar oposição intelectual à novas doutrinas toma antes o aspecto de má vontade, de ausência de simpatia para com o professor que as encarnava, o corpo discente logo se partiu em duas facções. Uma podia-se chamar a facção de Tobias e agrupava os melhores espíritos da Faculdade. Fazia parte deste grupo Clóvis Beviláqua, Artur Orlando, Martins Júnior, Gumercindo Bessa, Fausto Cardoso, Oliveira Teles (que dirigiu a edição de suas

Obras Completas), Phaelante da Câmara, Sousa Bandeira, Urbano Santos, Benedito Leite, Viveiros de Castro, Abelardo Lôbo, etc. O outro grupo não se poderia dizer que fôsse dêste ou daquele, que também girasse em tórno de um professor representativo, de uma direção filosófica, embora constasse que o lente J. J. Seabra o cercava de suas simpatias. A divisão dos acadêmicos nesses dois grupos verificou-se ruidosamente em 1882, servindo de pretêsto a eleição de um orador para certa solenidade abolicionista. Contra Martins Júnior, epígono de Tobias, surgiu a candidatura de Felinto Bastos, estudante distintíssimo, católico, recém-chegado de São Paulo. Seguiu-se um pleito apaixonado e tumultuoso, que certos elementos perturbaram, evitando que a apuração se fizesse, por que dela se esperava o triunfo de Martins Júnior (176).

Informa Odilon Nestor: “A luta entre os dois partidos fôra terrível. Era de um lado a “Fôlha do Norte”, jornal fundado por Martins e Francisco Campelo, o órgão dos que constituíam a vanguarda de Tobias; e do outro, os adversários dêste, sustentando pela imprensa ou em folhetos a contenda com os demolidores. A oposição não irrompia do professorado; não era uma reação do absolutismo ou do dogmatismo das cátedras; partia dos alunos. De

(176) Odilon Nestor — *Glórias e nomes da Faculdade de Direito de Recife*, na revista *Espêlho*, janeiro-fevereiro, 1937.

modo que, nesse curioso movimento intelectual de 82, não era a ortodoxia dos velhos o motivo da luta: os velhos não ofereciam resistência. Era, porém, contra uma heterodoxia-intolerante e enfática de alguns novos que se insurgiam os outros por amor de sua liberdade. Estes não tinham querido em boa hora assistir ao “batismo triunfal do direito na corrente do monismo”, como dizia Phaelante”.

Alguma coisa mais que aquele simples episódio eleitoral teria assim dividido durante cinco anos o corpo discente da Faculdade. Se houve divergências doutrinárias, raramente vieram à tona dos debates. O grupo dissidente ao qual pertenceram entre outros Pedro Vergne, Ciridião Durval, Cardoso de Castro, Adalberto Guimarães, Sales Barbosa, afastava-se possivelmente da orientação filosófica de Tobias, mas foram razões pessoais, afetivas, e puramente acadêmicas que o moveram à luta. Este grupo, quasi todo de baianos, apoiara Augusto de Freitas, também baiano, cunhado do lente J. J. Seabra, no concurso que Tobias vencera. Os estudantes baianos formaram, em Recife, uma das mais poderosas e bairristas “colônias” do corpo acadêmico. Tobias tivera-a pela prôa, entusiástica que fôra do Freitinhos. De modo que, razões de política acadêmica precederam e sobrepujaram as divergências doutrinárias.

Mas o grupo de Tobias foi o que deu o tom, o que teve os ventos favoráveis, o que constituiu, em

suma, a *Escola de Recife*, sôbre cuja existência tanto se tem disputado. Sob a influência das idéias dominantes na Escola, novos métodos, novas perspectivas nos estudos de crítica, de história, de direito surgiram. O conhecimento das idéias gerais tornou-se mais profundo. O contacto com a literatura dos povos cultos, sobretudo com a literatura sociológica, jurídica e política, mais íntimo.

Sílvio defendeu sempre para a Escola de Recife “a prioridade no movimento espiritual brasileiro, em certo período de nossa história”. Três épocas distinguia na Escola. A primeira, “puramente poética e ainda exercida sob a influência do romantismo, que, iniciando-se em 1862, princípios de 1863, chegou até 1870”. Tempo do “hugoanismo da forma, do condorerismo do estro sôbre uma poesia patriótica e socialística em suas melhores manifestações, a época de Tobias, Castro Alves, Palhares, Luiz Guimarães, Plínio de Lima, José Jorge, que formavam a pléiade hugoniana. Carneiro Viléla, Santa Helena Magno, Eduardo de Carvalho reagiram, conservando as tendências lamartinianas. Franklin Távora e Araripe Júnior, ainda sob a influência de Gonçalves Dias e Alencar, começavam a dedicar-se ao romance”.

A segunda fase “correu de 1870 a 1877 ou 78. Começaram as reações da crítica em face do romantismo em geral”. O autor dêste livro, refere Sílvio

de si próprio na *História da Literatura*, “em quatro artigos sucessivos em 1870, para só falar dêste ano: atacou o *sentimentalismo* exagerado e o *indianismo* decrépito dos *Harpejos Poéticos* de Santa Helena Magno, o *hugoanismo* das *Espumas Flutuantes* de Castro Alves, o *lirismo subjetivista*, o *humorismo pretencioso* das *Falenas* de Machado de Assis e a defesa que das velhas idéias fizera Quintiliano da Silva, um moço de grande talento e má intuição. Começou então uma grande fermentação de idéias, alimentada pela curiosidade e pela sêde de saber de Celso de Magalhães, Sousa Pinto, Generino dos Santos, Inglês de Sousa, Clementino Lisboa, Lagos, Justiniano de Melo e muitos outros. Tobias foi também do número dos reatores”. E’ o período a que Sílvio denomina de crítico-filosófico.

A terceira fase data-a Sílvio de 1878 ou 1879: “a crítica e os estudos jurídicos e sociais tomam a dianteira à poesia, que mostra também feições mais severas” (177). E’ o período jurídico-filosófico.

Sílvio atribuía à Escola de Recife um papel preponderante, decisivo na transformação espiritual brasileira, iniciada pela poesia de Tobias Barreto e Castro Alves. A influência da Escola cobria, a seu vêr, tôda uma época. Sílvio, porém, falava da Escola numa linguagem em que, destacando-a em for-

(177) Sílvio Romero — *História da Literatura Brasileira*, 2.^a ed. VII. pg. 465.

tes pinceladas, não traçava, porém, as condições gerais de vida que, em várias partes da nação, reavivaram as letras, os estudos, a atividade espiritual, em suma. Corrigindo-lhe êste excesso, embora com a preocupação de ser rigoroso para com Tobias, foi o que fez José Veríssimo na *História da Literatura Brasileira* na seguinte página: “Sómente em 1882 começou, pois, a ação de Tobias Barreto a se fazer sentir, e de primeiro exclusivamente no Recife. Antes disto, porém, desde os primeiros anos do decênio de 70, e sob as influências notadas, manifestava-se no Rio de Janeiro o movimento modernista. Foi nos próprios livros franceses de Littré, de Quinet, de Taine, de Renan, influenciados pelo pensamento alemão e também pelo inglês, que começamos desde aquele momento a instruir-nos das novas idéias. Influindo também em Portugal, criara alí a cultura alemã uma pléiade de escritores pelo menos ruidosos, como Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Joaquim de Vasconcelos, Antero de Quental, Luciano Cordeiro, amotinados contra a situação mental do reino. Além dêstes, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão vulgarizavam nas *Farpas*, com mais petulância e espírito do que saber, as novas idéias. Todos êstes, aquí muito mais lidos do que nunca o foi Tobias Barreto, atuaram poderosamente a nossa mentalidade. E o movimento coimbrão como se chamou a briga literária do “Bom senso e bom gosto” pelos anos de 65, teve certamente muito maior repercussão na mentalidade

brasileira do tempo do que a pseudo escola de Recife. Muito mais daquele movimento do que da influência de Tobias Barreto derivou a *Literatura brasileira* e a *Crítica moderna* (1880) do Sr. Sílvio Romero, e bem assim os seus principais estudos da história da literatura brasileira. O positivismo comtista inaugurava aqui em S. Paulo a sua propaganda, primeiro sòmente do aspecto científico da doutrina. Essa prègação convencida, tenaz, teve desde logo a seu lado, a prestigiá-la, alguns bons sabedores das ciências positivas, particularmente das matemáticas. E em 1875, estranho a qualquer influência do excêntrico filósofo da Escada, um velho diplomata, Araujo Ribeiro (Visconde do Rio Grande), publicava no Rio de Janeiro o seu volumoso livro, *O Fim da criação*, o primeiro da doutrina darwinista, se não materialista, escrito no Brasil.

Na mesma década entrou a instrução pública a ocupar mais sériamente a atenção dos govêrnos e do público. A Tipografia Nacional tirava em volume as traduções dos livros de Hippeau sòbre o ensino público nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Prússia. Reformava-se, procurando-se desenvolvê-lo, o Colégio D. Pedro II, único foco de estudos clássicos que possuíamos, hoje quasi extinto. Criavam-se conferências e cursos públicos, onde se começaram a agitar as novas idéias filosóficas, científicas e literárias. Remodelava-se o antigo curso da Escola Central, organizando-se a Escola Politécnica, acres-

centando-se-lhe aos cursos profissionais as duas importantes secções de ciências físicas e naturais e ciências físicas e matemáticas. Para reger as novas cadeiras vieram da Europa professores especiais, como o físico Guignet, o fisiologista Couty, o mineralogista e o geólogo Gorceix, logo depois incumbido da fundação e direção da Escola de Minas de Ouro Preto, nesse tempo criada. Também o ensino médico foi reformado, acrescido de matérias e cadeiras novas. A reforma que igualmente sofreram o Museu e a Biblioteca Nacional determinou maior atividade e mais útil efeito destas velhas e paradas instituições. O Museu começou a publicar seus interessantes *Arquivos* em cujos três primeiros volumes (1876-1878) se encontram trabalhos originais de antropologia, fisiologia, arqueologia e etnografia e história natural de sabedores brasileiros, Lacerda, Rodrigues Peixoto, Ladislau Neto, Ferreira Pena, e estrangeiros ao serviço do Brasil, Hartt, Orville Derby, Fritz Muller e outros. Simultaneamente com os *Arquivos do Museu* vêm a lume os *Anais da Biblioteca Nacional*, ricos de informações bibliográficas, de eruditas memórias, e monografias interessantes para a nossa história literária e geral. Nos *Ensaio de Ciência* (1873) Batista Caetano de Almeida Nogueira funda o estudo das línguas indígenas brasileiras segundo os novos métodos da ciência da linguagem, recriada pelos alemães, tirando-o do fantasioso empirismo em que até então andou. Os

Estudos da História do Brasil no século XVI (1880), não obstante o seu exíguo t^omo, revelavam no sr. Capistrano de Abreu raras capacidades, posteriormente confirmadas por outros trabalhos, para essa ordem de estudos, aqui também depois da morte de Varnhagem quasi que entregues à pura improvisação. Pelo fim do mesmo decênio, Araripe Júnior, um dos melhores espíritos dêste momento, começara a publicar o seu perfil literário de *José de Alencar*, uma das obras capitais da crítica brasileira, e no prefácio da primeira edição, em 1882, declarava que a reconstituição de suas idéias datava de 1873. No Ceará, de onde era e onde residia Araripe Júnior, formava-se por aquele tempo um grupo literário composto dêle, de Capistrano de Abreu, do malogrado Rocha Lima, de Domingos Olímpio, de Tomaz Pompeu e de outros nomes menos conhecidos, grupo ledor de Spencer, Buckle, Taine e Comte e entusiasta das suas novas idéias. Esse grupo ficou estranho à influência da Escada e precedeu de dez anos a do Recife. O *José de Alencar*, de Araripe Júnior, inspirava-o manifestamente o critério crítico de Taine, como o *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (1883), de Capistrano de Abreu, o evolucionismo spenceriano. Em 1874, um médico de S. Paulo, o dr. Luiz Pereira Barreto, publicava, sob o título de *Três filosofias*, a exposição e discussão, que ficou aliás incompleta, dos três estados do espírito humano, conforme a doutrina de Augusto Comte. E

as questões históricas, filosóficas, jurídicas, políticas e ainda culturais que se prendem ao grave tema do poder e autoridade do papa e das suas relações com o século eram, em 1887, larga e eruditamente discutidas pelo sr. Rui Barbosa numa copiosíssima introdução à sua versão para o português da obra alemã do cônego Doelinger, *O Papa e o Concílio*. Nessa prefação, o sr. Rui Barbosa revelava, acaso excessivamente, a vastidão de sua literatura, não só francesa ou alemã, mas universal.

Dêstes fatos não é lícito senão concluir que a ação de Tobias Barreto, conquanto considerável, não foi tal qual se tem presumido, e que efetivamente só entrou a exercer-se pelo ano de 1882. Então já no Ceará e em São Paulo pelo menos, e no Rio de Janeiro, desde o princípio do século passado o nosso mais considerável centro intelectual, manifestamente se desenhava o movimento a que tenho chamado de modernismo. Principalmente reflexa, a ação de Tobias Barreto nesse movimento operou-se mediante os seus discípulos imediatos, dos quais um ao menos, o sr. Sílvio Romero (S. Paulo de quem Tobias é o Cristo), teve considerável influência na juventude literária dos últimos vinte anos do século passado. No empenho, aliás simpático na sua inspiração, de o exaltarem, inventaram uma "Escola de Recife", da qual o fizeram instituidor. A "Escola do Recife" não tem

existência real. O que assim abusivamente chamavam é apenas um grupo constituído pelos discípulos diretos de Tobias Barreto, professor disserto, e, sobretudo, ultrabenévolo, eloquente orador literário e poeta fecundo, mais do que Tobias pensador e escritor. Cumpre, aliás, repetir que êsse grupo, salvo imigrações individuais posteriores, restringiu-se ao Norte, donde era a máxima parte dos seus alunos, e mais exatamente a Pernambuco” (178).

O nome de escola parece realmente exagerado para o movimento de Recife. Mas, a agitação intelectual que alí se processou não só foi deveras brilhante, como adquiriu caráter mais ostensivamente iconoclasta dos antigos padrões mentais que o de qualquer outra região. Êsse movimento exprimia, claro está, um sintoma das transformações materiais e sociais por que estava passando o Brasil, sintomas que se repetiam um pouco por tôda a parte. Mas o movimento de Recife tinha um cenário mais amplo, era mais arregimentado, partia de um centro tradicionalmente respeitado como a Faculdade de Direito, e versou principalmente idéias gerais no campo da filosofia, das ciências políticas, sociais e jurídicas, idéias que expressavam melhor os anseios do espírito e da cultura que os temas especializados em que já sobressaiam, como José Veríssimo apontou, diver-

(178) José Veríssimo — *História da Literatura Brasileira*, pg. 346.

sos nomes ilustres. Em relação à vida intelectual do Rio de Janeiro, por exemplo, — vá lá o nome consagrado pela tradição! — a Escola do Recife apresentava um tom diferente, uma independência maior, uma heterodoxia agressiva, uma radicalização doutrinária própria de moços na idade heróica das demolições, um zêlo menos ardente pelo passado, uma confiança mais séria no futuro e um pouco caso das aparências oficiais que, no entanto, a vida da Corte era de molde a inculcar como necessárias no trato dos homens e das coisas. A “escola” não fixou princípios, não construiu sistema, mas abriu perspectivas, rasgou horizontes, semeou idéias bebidas em fontes peregrinas, criou um clima intelectual. Este clima generalizou-se pelo Brasil afora e dentro dele viveram quantos evoluíram com a nação, tivessem ou não aprendido com Tobias. Mas Tobias foi o grande animador dessa ofensiva vigorosa contra os velhos moldes e os velhos rumos; dêle a flama a que os demais se aqueciam; dêle o ímpeto que a discípulos e seguidores se comunicava; dêle o ardor combativo, o gôsto pelos altos estudos. Muitos sabiam e aprenderam por conta própria. Mas a atmosfera do saber, da cultura no Brasil do século XIX deveu mais à Tobias e à escola do Recife do que a quaisquer outras individualidades ou instituições.

A Academia, entretanto, não ganhara com Tobias só um filósofo, mas um filósofo-jurista. Êle co-

nhecia bem o terreno pròpriamente jurídico, o direito positivo, legislado, codificado, e várias cadeiras lecionou com igual proficiência. Pela cadeira que passava deixava o sulco de novas preocupações, uma indicação, uma referência, pelo menos, atestantes da excelência de sua informação teórica sôbre os diversos ramos do curso de bacharelado. Ao redigir o programa de Economia política, assim se exprimia num dos seus enunciados: “O ponto central da ciência econômica é o conceito de trabalho. Só o trabalho é pròpriamente produtivo. Condições de sua produtividade. . . O que se deve entender por produção capitalista. Fórmula geral do capital. Da hiperprodução e das crises”. Nos programas por êle elaborados o material da nova intuição jurídica aparece excelentemente dosado e exposto. Não há pernosticismo erudito. Informa-os a noção do caráter social do direito, a tendência crítico-construtiva. Vê-se que eram obras de uma personalidade que, no meio dos docentes seus colegas, surgia como um abridor de caminhos e de perspectivas, um animador de inteligências. São programas pelos quais ainda hoje se lecionaria com vantagem.

Tobias possuía um conjunto de qualidades que o talhavam para liderar movimentos. Sua entrada na Congregação da Faculdade comunica ao ambiente do ensino desusada inquietação. Se as idéias que

trazia não eram, talvez, desconhecidas para um José Higino, por exemplo, com a sua presença é que o ímpeto renovador se manifesta e se torna uma corrente irresistível, avassaladora. Ninguém pôs como êle na tarefa de descortinar aos moços os horizontes da filosofia do direito, o mesmo fogo, a mesma curiosidade intelectual. Se, no silêncio de sua sala de trabalho, se, no correr de suas meditações, assaltam-no a dúvida nos princípios e o receio de afirmações muito categóricas (e a sua obra contém testemunhos neste sentido), ensinando e predicando, porém, procede como um homem de ação: é dogmático, não se exhaure na avaliação dos prós e contras, não tem perplexidades, não se deixa dominar pela timidez. E' um comandante. Expondo teorias, criticando rumos, debatendo tendências, revelando conclusões, sua palavra empolgava. Clóvis recorda-a nestes têrmos: "era fácil, enérgica e vibrante, saindo-lhe dos grossos lábios de mestiço como aos jactos, bruscamente, por entre uma gesticulação que parecia traduzir, da maneira mais adequada e fiel, a idéia, dando vida à palavra e forma plástica ao pensamento".

Não era uma vaidade doentia, pois, que o levava a escrever numa das cartas íntimas a Sílvio: "Quando na sua história tratar de mim, peço-lhe que com tôda objetividade trate de fazer patente, por meio de datas, que fui eu quem primeiro abriu a es-

ta gente uma nova intuição do direito. Acentúe bem isto. E' hoje para mim uma questão capital" (179).

De fato. As honras da pejeja lhe pertencem.

Os sete anos do seu magistério foram excepcionalmente fecundos. Anos marcantes e inolvidáveis no anais do ensino jurídico no Brasil. Nesse curto período, a produção intelectual de Tobias, atentas as dificuldades do meio e as dificuldades pessoais em que se debatia, foi prodigiosa. Revelava um professor, uma ilustração, uma inteligência de primeira plana, à altura de repensar e criticar nestas plagas os sistemas europeus.

A prova escrita do concurso, depois publicada como introdução aos "Menores e Loucos", constitue uma página que ainda hoje se lê com encanto. Pertence ao número das produções do espírito ao parecer muito simples e muito fácil, mas que requerem, entretanto, um conjunto de qualidades excepcionais: o dom de escrever, de expor e de raciocinar, a posse segura das tomadas de corrente da história do direito.

Entre as teses que apresentara para a arguição, uma havia que versava assunto cuja moderna configuração jurídica no momento se processava, principalmente na literatura alemã: era o por êle denominado *direito autorial*. O primeiro a tratar teòricamente da questão, entre nós, comunicando-lhe as no-

vas luzes da mais recente doutrina, como ninguém sôbre o assunto o tivesse arguido nas provas, explicou-o em artigo pela imprensa, logo após as mesmas. Era uma manifestação extra-legal de superioridade e, desta feita, marcando uma data nos nossos estudos de direito civil.

Embora gostasse mais de Shakespeare do que de Lobão (180), sua pena não hesitava em percorrer a esfera pròpriamente técnica do direito. Sua cultura jurídica não se limitava a generalidades. Ia às fontes romanas e portuguesas e tanto se sentia bem versando um problema de filosofia jurídica como uma questão de processo. Gumerindo Bessa, que fôra seu discípulo e o amava, e cujas palavras de exaltação encerram, entretanto, no fundo, um depoimento justo, assim se referiu a Tobias como jurista: “Foi o único jurista brasileiro, que estudou o direito romano nas suas fontes, e conheceu todos os segredos contidos na vasta coleção de comentários, fragmentos, institutos, glossários, que formam o opulento tesouro da jurisprudência do povo rei. Não se limitou a compulsar o Digesto e os textuários autorizados pela sanção de Justiniano: quis também consultar outras fontes, onde a tradição tinha perpetuado disposições, que o direito escrito não enumerava. Da leitura conscienciosa dos melhores historiadores, como Tito Lívio, Tácito, Cesar e Suetônio, e até do exame

(180) *Estudos de direito*, V. II, 183.

frequente dos poetas, como Virgílio, Horácio, Terêncio, Juvenal, o sábio professor lograva apanhar a explicação de muitas instituições jurídico-romanas, que os livros da lei não sabiam esclarecer. Um exemplo. A crer-se nos comentadores, o legítimo matrimônio, as justas núpcias entre os romanos só eram concedidas às pessoas entre as quais havia o direito de conúbio; e o *connubium* só existia entre pessoas *pares dignitate*. Era um direito só concedido aos *cives romani*, segundo a letra dos fragmentos. Entretanto, Tobias provou em uma de suas luminosas preleções que, segundo o testemunho de Tito Lívio, mais de uma vez se permitiram em Roma as justas núpcias a *civis* com *peregrini*, e até com *hostes*. Dêsse modo ficou infirmado o instituto do conúbio, que se afigurava uma regra absoluta, o único tipo legal da constituição da família legítima entre os romanos. Outra prova da proficiência do ilustre mestre nesta matéria árdua deriva-se da elevação de vistas e profundidade de senso crítico com que êle explanou, em diversas lições particulares, o título do *Digesto*, onde Pomponius expôs as origens do direito, uma das páginas menos conhecidas entre nós, apesar de ser uma das mais inspiradas da admirável coleção justiniana” (181).

Os *Estudos de direito* bastariam, disse Gilberto Amado, para colocar Tobias acima de todos os bra-

(181) Gumercindo Bessa — *Pela imprensa e pelo fóro*, V. I. pg. 32.

sileiros do seu tempo. Nos *Prolegômenos do Estudo do Direito Criminal* e no *Comentário teórico e prático ao Código Criminal Brasileiro* encontramos testemunhos magistrais ainda, entre nós, não excedidos no exame da matéria. Falando dos *Prolegômenos* escreveu Roberto Lira: “formidável síntese, aproveitável nos nossos dias, onde quer que se faça mister fornecer uma noção exata da disciplina” (182).

A matéria penal constituiu realmente a parte do direito, que mais apaixonou Tobias e para a qual com maior viço contribuiu. Ele é o verdadeiro fundador da nossa literatura penal, aquele que trouxe para o fôro e para a cátedra as primeiras saudáveis reações contra o conceito de crime como fenômeno moral, embora a prevenção a respeito da sociologia lhe houvesse limitado a justa visão do crime, que não sendo, a seu ver, nem um caso de patologia, nem de atavismo, passava à categoria de “monstruosidade ou irregularidade eliminável pela pena”. Não se aprofundou, como devera, na gênese social dessas *irregularidades*; antes a essa tendência reagiu, no desenvolvimento do seu próprio pensamento, pela convicção de que as raízes do crime também se prendiam à natureza do delinquente: “A ignorância e a miséria não são o único tronco de onde rebentam os motivos para

(182) Roberto Lira — *Tobias Barreto, o homem-pêndulo*, pg. 45.

delinquir. O exemplo de grandes criminosos cultos e abastados não é fato excepcional”.

Neste ponto, sente-se em sua atitude a preocupação de não parecer unilateral num problema de manifesta complexibilidade. Para punir não dispensava a responsabilidade ainda que relativa, mesmo levando-se em conta os “fatores latentes que determinam uma boa parte das ações humanas”. É quasi sempre o destino do autodidata: cair no ecletismo quando precisamente supõe estar sendo mais profundo em face de teorias científicas ou filosóficas divergentes.

Para assunto de dissertação apresentada à Faculdade no concurso de 1882 escolheu o mandato criminal. Logo desperta a curiosidade dos doutos com a afirmação da riqueza do Direito romano na forma de conceituar a co-delinquência, o que a quasi totalidade dos autores contestava. Com o abono dos textos originais sobre crimes bem diversos entre si, Tobias evidencia que ao assunto os romanos dedicaram uma atenção maior do que geralmente se supunha. Esta dissertação é um modelo de segurança na doutrina, de excelência no método e de sobriedade na linguagem.

A literatura penal que os nossos penalistas frequentavam eram a francesa e a italiana. Ora, êle vinha da Alemanha e trazia uma bagagem cheia de coisas inéditas e até rebarbativas para o meio. “Nin-

guém, assinalou Evaristo de Moraes, absolutamente ninguém, nas datas em que Tobias Barreto escreveu, foi além dêle no enfrentar diversos problemas do Direito Criminal. Pelo contrário: mercê da já aludida cultura alemã, foi extraordinário o seu avanço sôbre todos os criminalistas contemporâneos". Tocou-lhe a honra de ser o primeiro crítico brasileiro de Lombroso; êle, rigorosamente o primeiro a tratar, entre nós, dos crimes commissivos praticados por omissão.

Sua monografia sôbre "*Menores e Loucos*" guarda ainda o sabor da originalidade com que foi concebida e escrita. "Entre os escritos criminalogistas de Tobias Barreto, o que melhor lhe revela as qualidades de pensador e de escritor, talvez mesmo as qualidades do homem, diz Clóvis Beviláqua, é o opúsculo intitulado *Menores e Loucos*, de que se tiraram duas edições em vida do autor. Suas idéias capitais sôbre o crime, a pena, a imputabilidade, aí tiveram ingresso; aí estão suas preferências pelas verdades mais gerais e pelas idéias mais elevadas, como a sua ojeriza à fria análise e ao exame circunstanciado de uma dada noção; aí se caracteriza bem o seu estilo, ao mesmo tempo, simples e elevado, espraiando-se ao impulso de uma extensíssima e às vêzes surpreendente associação de idéias, que diverte o leitor com interessantes anedotas e o obriga a voltar as vistas para todos os pontos do horizonte; aí, finalmente, mais uma vez aparece o árdente meridio-

nal amigo devotado das mulheres, particularmente das bonitas, que sempre encontra, no assunto de que trata, uma oportunidade para se mostrar galante. São das suas melhores páginas, em verdade, as que escreveu em relação à mulher considerada sob o ponto de vista do direito criminal, nessa mesma brilhante monografia sôbre *Menores e Loucos em direito criminal*" (183).

Juntamente com a mensagem espiritual, inaugurara um novo estilo de professor. Rompe com a indumentária clássica do lente, sobrecasaca ou fraque preto e chapéu côco, para usar fraque côr de cinza, calça branca e chapéu de palha.

Não ligava, aliás, muita importância à apresentação de sua pessoa. À primeira vista, dada a fama que tinha, não impressionaria bem. A imaginação talhava um tipo e a realidade oferecia outro, bem diverso. Afonso Dionísio Gama confessa que teve uma "decepção tremenda" ao conhecê-lo, em 1886: "Vi diante de mim um homem de côr, feio a valer, algum tanto alquebrado, com os cabelos desgrenhados, dentes pouco cuidados, vestindo uma calça branca amarfanhada, sem colête, velho paletó de alpaca preta, camisa desbotada, gravata de retrós escuro, botinas de elástico bem maltratadas" (184). À decepção não tardou, porém, que se

(183) Clóvis Beviláqua — *Juristas e Filósofos*, 129.

(184) Afonso Dionísio Gama — *Tobias Barreto*, pg. 3.

seguisse uma impressão de encanto. Tobias fazia parte de uma banca examinadora. Ao chegar a sua vez de arguir, dissertou sôbre o ponto. A sala estava repleta e não era certamente para ouvir exames de alunos: “não mais me lembrei do seu relaxamento”..... “saí maravilhado da sala”.....

O comum era a “ilustrada cadeira” moendo, num tom de cantochão, comentários fastidiosos. Êle apparecera cintilante, em aulas cheias de poesia, de anedotas, de coisas profundas ou que pareciam ser, numa exposição clara, com um forte poder de raciocínio. Às vêzes, falava pouco tempo. Outras vêzes, invadia a hora dos colegas, falando o tempo que quisesse sem ninguém se mover dos bancos. Predeu uma geração inteira à magia de sua palavra. Comunicou-lhe um espírito de independência, de curiosidade universal, de interêsse pela cultura; transmitiu aos mais capazes confiança na intelligência, certeza de que poderiam abrir caminho, fazer carreira, vencer dificuldades pelo estudo e pelo merecimento. Do alto de sua cátedra, falou, e foi escutado. Sua voz tinha som próprio, inconfundível. Ensinou direito, orgulho, aggressividade e, ao mesmo tempo, fé na ciência e na razão. Tendo sido “um pouco dêsses iconoclastas que gostam de se pôr no nicho do ídolo espatifado”, (185) a verdade é que lhe não faltaram adoradores.

(185) Agripino Grieco — *Evolução da Prosa Brasileira*, Tobias Barreto, pag. 94.

Eram as Faculdades de Direito, em Recife e São Paulo, na época do professorado de Tobias, centros dominantes na fisionomia espiritual do país e principalmente no cenário de cada uma dessas províncias. Pelo tipo de ensino — exposição de teorias e resultados — pela ligação das doutrinas jurídicas com as doutrinas filosóficas, as Faculdades fizeram as vészes de escolas de estudos políticos e sociais, onde se formavam os futuros governantes, ministros, parlamentares, legisladores, em suma, a classe dirigente. Por isso mesmo, delas irradiava um prestígio singular como núcleos representativos que eram da vida intelectual. Tobias não podia ter prègado de melhor tribuna. Para a ação de presença que êle exerceu, profunda e dominadora, sôbre a mocidade, a Faculdade constituiu um ponto estratégico magnífico. O crescimento das cidades, o desenvolvimento e a dispersão da vida intelectual, a fundação de Faculdades de direito em pouco por tôda a parte, acabaram tirando às duas velhas Academias a primazia espiritual que, por largo tempo, detiveram. O professorado de Tobias constituiu a derradeira expressão dessa primazia. A derradeira e a mais brilhante.

CAPÍTULO VI

O POETA, O ESCRITOR, O POLEMISTA E O CRÍTICO

A primeira fórmula de atividade literária de Tobias foi a poesia. Ainda nos sertões de Sergipe, cantou em versos líricamente sensuais os banhos pagãos do rio Real e enterneceu-se na contemplação literária dos aspectos ingênuos ou dramáticos da alma sertaneja. Então, chega a ser, naquelas redondezas, um vate popular. Versos de sua lavra cantam-se pelo sertão na música de modinhas muito apreciadas:

*Eu amo o gênio, cujo raio esplêndido
Tirou-me o pranto no pungir da dôr;
Há sempre um gozo no correr das lágrimas
Há sempre um riso no murchar da flor...*

Seu estro sofre, porém, na estada da Baía, a forte influência de Vítor Hugo. Quando chega a Recife aporta com êle o condoreirismo. Era um tempo em

que grandes causas humanas e nacionais inflamavam as imaginações juvenís, arrancando da lira dos jovens poetas notas heróicas e generosas, enchendo o ambiente de imprecações, apóstrofes e atrevimentos que a sensibilidade da geração aclamava e adorava. O romantismo acabou, entre nós, com êsse clarão.

Passada aquela época passou aquela poesia. Porém, dela ficaram sulcos profundos, e, graças a Castro Alves, coisas belas e divinas.

Especialmente quanto a Tobias, é exato que seus versos hoje estão murchos e esquecidos. Se percorrermos as páginas dos *Dias e Noites* ainda de certo encontraremos alguma beleza e alguma inspiração, sobretudo nas poesias que a paixão de Leocádia inspirou. Mas falta-lhe o dom de comover, de transmitir os sentimentos, como já o notara um dos seus críticos (186). Em suas estrofes, as descrições são retratos banais e os episódios, histórias que a gente não consegue viver de novo, com interêsse.

Pareçe-me muito equilibradô o juízo de José Veríssimo sôbre a “vis poetica” de Tobias: seu lirismo “no que tem de melhor é em suma da mesma espécie do comum lirismo brasileiro, amoroso ou antes enamorado, sensual, dolente, abundante em voluptuosidades ardentes e queixumes melancólicos. Se alguma coisa o distingue é, de um lado, o tom oratório,

(186) Alberto Seabra — *Tobias Barreto* (Conferência realizada em S. Paulo, em 1914).

ainda épico, em que oscila entre as extravagâncias dos *Voluntários Pernambucanos* e os belos rasgos do *Gênio da Humanidade*; de outro, a nota popular, simples, vulgar, mesmo trivial que às vezes lhe dá á cantiga um sainete particular e ocasionalmente encantador” (187). Se a apreciação do poeta cabe nas linhas de um breve comentário, não assim a do prosador. Na sua obra de publicista, de crítico, de jurista, de polemista, Tobias revela um fâcies complexo e rico de nuances.

Sua prosa é clara, seu dizer, geralmente límpido. Através de seus períodos, circula a linfa de uma argumentação viril e, não raro, agressiva. Seu estilo moldou-se à sua imagem e é preciso não esquecer que êle foi um reator, um desajustado social. Não dissimulava que seus escritos trouxessem “uma quantidade de ácido que desagrada ao paladar comum e, conforme a sensibilidade do *ofendido*, pode até tomar as proporções de veneno”. Tais qualidades não lhe deram doçura ao escrever. Antes forjaram-lhe uma pena incisiva, cortante, uma pena de combate. Quem sabe se ao estilo de Tobias não se pode aplicar a observação de que fôra um estilo de combate? Escreveu sempre como se estivesse em campanha, condu-

(187) José Veríssimo — *História da Literatura Brasileira*, pg. 329. Na *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica*, organizada por Manuel Bandeira, figura Tobias com três contribuições: “O gênio da Humanidade”, “Maria” e “O coração”.

zindo um exército de idéias e argumentos, que êle continuamente levava ao assalto de cidadelas inimigas. Daquí, a tonalidade de caráter que lhe configurava a maneira de exprimir-se, provando, também no seu caso, o acêrto das palavras de Ludwig Boerne por êle próprio citadas: “O estilo de um escritor depende talvez mais do caráter do que do espírito, mais de sua intuição moral do que de sua intuição filosófica ou artística da vida. Cícero escrevia excelentemente, mas não tinha estilo; era um homem sem caráter. Tácito tinha o seu bem como César”.

Ora, o caráter de Tobias não era feito de plumas, mas de espinhos. Êle próprio considerava-se uma planta selvagem. Embora o mel da poesia lhe adoçasse muitos momentos de sua vida interior, certo é que o tom normal de suas reações externas revestia-se de grande aspereza.

Tobias não tinha preocupações de forma, nem de pureza de linguagem que o fizessem um escritor adstrito aos padrões clássicos da vernaculidade, nem estava na moda do tempo essa orientação. Não foi, de modo nenhum, um escritor incorreto. Seus primeiros e fortes estudos versaram sobre latim e gramática. Êle, porém, escrevia a língua sentindo-a mover-se num ambiente inteiramente brasileiro. Imprimia-lhe, por isso, um pouco de sua própria indisciplina pessoal. A construção de sua frase não possuía sabor clássico, mas sabor bem nosso. Conven-

cido, como se declarava, que à língua literária dos brasileiros faltava aquela “harmonia preestabelecida” que na francesa, por exemplo, prefigurava o molde a que os autores tinham de ajustar-se, proclamava que era indispensável a cada escritor nacional forjar seu próprio estilo. A dependência dêste em relação a causas pessoais dessa maneira ainda mais se acentuava. O estilo de um escritor brasileiro passava a ser rigorosamente como seu nariz: pessoal, inconfundível. E não era “civil nem cristão, ajuntava Tobias, zombar do próximo por causa dêste órgão, qualquer que seja seu tamanho e sua disformidade” (188).

A verdade é que, ainda hoje, a leitura de Tobias é agradável, havendo até numerosas páginas suas que são, sem favor, admiráveis. Nelas palpita uma sã desenvoltura intelectual, como raramente se encontrará, ou talvez seja mais exato dizer, como não se encontrará em nenhum escritor brasileiro do século XIX, dos grandes aos menores. A par dessa qualidade, há frescura, há intrepidez, há propriedade no seu dizer. Ele não se embaraçava para exprimir idéias. Queria comunicá-las efetivamente e, por isso mesmo, se, ao correr da pena, alguma palavra nova lhe saltava no papel, adotava-a como legítima e, assim, muitas incorporou ao nosso vocabulário: *ge-*

(188) *Polêmicas*, 131.

nialidade, enlarguecer, estilística, jornalística, característica, novelística, elaborado, etc.

Precisamente sobre a questão do estilo, na polémica travada com Taunay, escreveu Tobias coisas lúcidas e penetrantes. O que êle aí disse acêrca das ligações do estilo com a cultura geral de cada época, com o compasso, que seria o temperamento, de cada autor, conserva inteira atualidade, além de confirmar os dotes de sua intuição crítica. Evidentemente, um gramático encheria um saco com os pronomes vadios e mal colocados da prosa tobiana; encheria dez sacos com as crases que êle semeou a torto e a direito como se tivesse as mãos delas cheias e as houvesse espalhado sobre a composição, ao deus dará!

Ainda nisso, bem brasileiro. Os portugueses, donos da língua, não precisam ir à escola para saber onde os pronomes devem estar. Quanto à crase, é assunto de que não tratam as boas gramáticas portuguesas, ao passo que, no Brasil, há especialistas sobre o mesmo. O velho Sotero dos Reis, grande conhecedor da língua, craseava tão errado quanto Tobias.

Tobias constitue, talvez, na nossa história literária o caso único de um grande escritor que viveu e escreveu na Província, sem nunca ter vindo ao Rio de Janeiro. Êle exprobrava à Côrte o seu artificialismo, as suas capelas literárias, a sua maçonaria de elogios mútuos nos domínios das letras. O Rio ga-

nhara realmente fóros de capital, de cabeça, depois do “triunfo monárquico”, da centralização política e administrativa. A vida provinciana em todos os seus aspectos passava a depender do centro ou a girar em tórno de sua influência. A Côrte era quem projetava sôbre homens, coisas, livros, expressões políticas e intellectuais, o caráter de nacional. Ela parecia a Tobias eivada do charlatanismo característico dos grandes meios officiais, em que títulos, relações, cumplicidades, substitúem merecimentos. Quem quisesse ser consagrado, tinha de fazer ao menos uma romaria política ou literária ao Rio.

Tobias mostrou-se invariavelmente refratário a essa formalidade. À medida que mais hostil se tornava, mais naturalmente limitava sua visão da cena literária brasileira. Não se lhe ofereceram condições para que a “romaria” se revestisse de um caráter menos penoso para o seu orgulho. Se algum mandato o tivesse enviado à Côrte, êle teria vindo sem o sentimento de que estava praticando um ato de submissão. Nada disso ocorreu. Sua posição foi se desenvolvendo em tal sentido que se lhe tornou insupportável a idéia de sacrificar aos deuses do Olimpo carioca a convicção de sua superioridade. Vir ao Rio acabou sendo para êle como ir a Canossa.

Então, isolou-se na Escada com os olhos fitos em Berlim. Alí acabou de aprender o alemão, sozinho como começara. Vencedora da guerra, unificada, poderosa e em plena fase de industrialização, a Ale-

manha, pela voz de Haeckel, acolhera o evolucionismo ruidosamente. Tobias alí encontra num destaque ostensivo a teoria transformista, o que concorre para lhe incutir no ânimo a superioridade da ciência alemã. Cai, então, deslumbrado, nos braços de sua “cara Alemanha”. Ora, consoante a tradição, era nos braços da França que os brasileiros repousavam. Mas a França, naquele instante, parecia não oferecer a mesma segurança, nem o mesmo valor científico, convulsionada pela Comuna, dividida e inquieta. O temperamento afirmativo de Tobias, seu desejo de brilhar, seu respeito pela hierarquia no exercício da inteligência, tudo o atrai irresistivelmente para a Alemanha organizada, progressista, vitoriosa. Assim, o espírito científico considera-o sinônimo de espírito alemão. A língua da ciência, o alemão. Traduzir livros para o francês era reduzi-los “à clave de sol para uso dos diletantes”. Denominava alemães os seus *Estudos*, não porque versassem sobre a Alemanha, mas para significar que o ponto de partida era a cultura, a seriedade alemãs. Lutar pela ciência alemã parecia-lhe a “luta pela luz”. Quanto mais lhe escarneciam as citações alemãs, mais alemão protestava que haveria de citar. Escreveu ao *Allgemeine Deutsche Zeitung*, que se publicava na Côrte, pedindo sua proteção para o Brasil. Afagou a idéia de uma sociedade de propaganda germânica e de uma Internacional da literatura com sede na Alemanha. Vangloriava-se de sua “ma-

nia germânica”. No prefácio às *Questões Vigentes*, o último dos seus livros, escreveu que dela se servia “como uma espécie de *isolador* de qualquer comunicação mais íntima com o espírito geral da literatura pátria”.

Elevado a êsse grau, o germanismo de Tobias era ainda uma manifestação de provincianismo, de que nunca se libertou, e que tantas marcas ostensivas deixou em sua obra.

O alemão foi, porém, uma janela nova por onde Tobias descortinou e ensinou à geração do seu tempo a descortinar aspectos diferentes e panoramas mais largos do que aqueles que a literatura francesa, sózinha, lhes poderia oferecer.

Do seu germanismo ficaram duas demonstrações que bem revelam como a rebeldia do mestiço se extasiava diante do objeto do seu culto. A primeira foi a carta que, por iniciativa sua, a Congregação da Faculdade dirigiu a Von Holtzendorff, presidente da *Fundação Bluntschilli*, em Munich. Encarregado de redigir a carta, Tobias vazou-a em moldes nîmiamente cortesãos, de súditos falando a majestades. Pede-se desculpas de se escrever a carta, qualifica-se êste gesto de ousadia, proclama-se que, apesar da imensa distância cultural entre os lentes de Recife e os de Berlim, aqueles ainda assim conheciam as “celebridades da Alemanha”, embora não pudessem apreciar devidamente o valor de Blunt-

schilli. Assinaram todos. Assinaram de cruz, dirá mais tarde.

A segunda ocorreu por conta exclusiva de Tobias. Entre as festas organizadas em honra do príncipe Henrique, figura da casa real da Alemanha, de passagem por Recife, incluiu-se um passeio à Escada. Tobias fez parte da comitiva e os têrmos em que celebrou não só o príncipe “educado como uma flor” como a honra de o ter passeado pelas ruas de Escada, terra em que iniciara a luta pelo germanismo, traduzem a alegria de um triunfador (189).

Essa lua de mel com a Alemanha durou-lhe a vida inteira. Mas o tempo é inexorável e acaba misturando sempre ainda aos idílios mais perfeitos um pouco de sua tisna. Para salvar a Alemanha, que admirava, terminou não querendo nada com alemães, por achá-los “muito adúladores”. Em 1887, desfavoravelmente impressionado com a reviravolta política em que os nacionais liberais germânicos cediam terreno à pressão conservadora e do centro católico, escrevia que a política alemã não lhe era “totalmente simpática”. Olhada por êste lado, comentava, “a minha cara Alemanha assemelha-se a uma linda mulher em quem aliás a enormidade das mamas diminue a beleza de outras formas. Por isso, limito-me a contemplá-la só pelo rosto”.

Pelas suas qualidades pessoais, pela sua posição de reator, pela convicção íntima de uma superioridade que não encontrava no meio a desejada projeção, a face do polemista e do crítico em Tobias dominou as demais. Se é exato, segundo afirma Tarde, que o fenômeno da oposição por três formas se manifesta no mundo social — guerra, competição e polêmica — a última dessas formas naturalmente é a que melhor condiz com o exercício de uma magistratura intelectual a Tobias, que gostava de se mostrar, de corrigir, como se o erro tomasse sempre nomes próprios. A guerra trava-se entre povos, a competição entre empresas e interesses, a polêmica, entre pessoas, entre convicções e pontos de vista diferentes.

A polêmica foi outrora mais praticada no Brasil. Quando as instituições científicas e os instrumentos generalizadores da cultura eram mais deficientes parece que a polêmica atendia melhor as possibilidades de divulgação de certos assuntos. A polêmica constitue ainda um meio de que os escritores se servem mais frequentemente, quando em períodos sociais de mudança e renovação, nos quais se chocam concepções, princípios e mentalidades opostas. Sem dúvida, vivemos hoje um desses períodos. E se não há polêmicas é que não há liberdade de discussão. Onde essa liberdade existe, a polêmica não desapareceu.

Não deve ser esquecida a circunstância de que muitas das nossas polêmicas do passado travaram-

se com padres. E' que, durante largo tempo, os únicos estudantes do país a receberem treinamento especializado sôbre idéias gerais, implicando diretamente uma concepção do mundo, foram os padres nos cursos dos seminários. Dado que a Igreja deteve por dilatados anos o controle espiritual da nossa sociedade, os primeiros rebeldes à orientação que ela encarnava tiveram naturalmente de entrar em conflito com representantes seus.

Além disto, a ausência de Universidades determinou que a filosofia se tornasse, entre nós, mais assunto para debates do que matéria para meditação, pesquisa e especulação científica e doutrinária.

Ao tempo de Tobias, a polêmica, favorecida neste particular pelas condições sociais, estimulava tendências sádicas que, embora permanentes nos indivíduos, os hábitos da escravidão exasperavam. O público podia não compreender bem as idéias, mas gostava dos golpes ferinos, das descomposturas. Aliás, estava no caráter da polêmica girar em tórno de pessoas: "Ao polemista, escrevia Tobias, não incumbe apreciar o lado bom e aproveitável de qualquer adversário; sua missão está concluída, quando consegue tornar sensíveis os defeitos da parte adversa e atrair sôbre êles o juízo severo do leitor" (190).

(190) *Estudos Alemães*, 450.

Na polêmica espelhava-se ainda o aspecto esportivo do saber do autodidata, seu desejo de brilhar e de ter público numa terra em que não se lia nada. Tobias enfileira-se entre os nossos maiores polemistas. As polêmicas por êle travadas compõem um dos mais grossos volumes de suas obras completas.

Algumas ficaram tão famosas que se incorporaram à nossa história intelectual.

Nas polêmicas, revivia o garôto audacioso que, no sertão de Sergipe, divertia-se em enfurecer animais, vacas paridas, carneiros marradores, cascavéis bravias, para deliciar-se com o lôgro que lhes pregava. Se havia em escritos seus um tom de desafio, uma nota de petulância e provocação, nem sempre, porém, foi êle formalmente o provocador. Na maioria das vezes, foi o provocado.

A circunstância de ser pobre e mestiço, e inicialmente deram-lhe a entender isso ostensivamente, pareceu a muitos uma agravante de sua orientação intelectual. Êle não tinha categoria social para pensar diferente. Mas o fato é que pensava, rompendo com as concepções dominantes, insubmisso aos moldes vigentes, constituindo, por isso mesmo, um desafio, quasi um escândalo.

Tobias percebia vivamente o sentimento de hostilidade que o cercava, sentimento que o complexo de inferioridade, relativo à sua côr, levava-o a exagerar. Vislumbra-se-lhe em tôda a obra êsse com-

plexo. Ele é que o induz a não distinguir entre inimigos pessoais e adversários no campo das idéias. A polêmica servia para realçar-lhe o instinto de defesa e conservação, aumentando-lhe a agressividade. Daí, o diapasão desabrido que às suas refregas literárias imprimia, como se a polêmica lhe soubesse a uma luta livre, a um corpo a corpo com o inimigo.

Duas de suas polêmicas tiveram extraordinária repercussão: a que travou com os padres do Maranhão e a que travou com José Higino, seu colega de Faculdade. Na primeira, o padre Joaquim Albuquerque da Fonseca, não contente de exprobrar a Tobias o discurso que sôbre a idéia do direito pronunciara numa solenidade de colação de grau, excedeu-se na crítica a que logo imprimiu feição pessoal. Depois de atribuir ao espírito de Tobias uma certa desordem, abriu-lhe o livro de versos para mostrar a “imperfeição mental” do autor, imperfeição que attingia às vezes, escrevia o padre, a uma “híbrida mistura do sacro com o profano, do moral com o imoral até o decotado repelente”.

A polêmica perde desde os encontros iniciais o interêsse doutrinário que pudera ter no debate das duas interpretações do mundo, que os contendores representavam, e resvala para a discussão de passagens amorosas e sensuais do texto bíblico, de metrificção latina, de nonadas gramaticais que nadavam num mar de descomposturas recíprocas.

O padre Fonseca horrorizava-se com vozes como esta de *O Gênio da Humanidade*: “beijos dados nos lábios da prostituta Babel, Pentápolis nua, polpas de alvura” e muitas outras. Acudia Tobias: “Sim, senhor. Tudo isso é de provocar um *santo horror* naqueles que sentem crescer-lhes o órgão da religião sôbre as ruínas do órgão do amor”. E, para continuar na briga, explicava que fôra a leitura dos livros sagrados que lhe desenvolvera o gôsto do *deco-tado*. Colhia, então, ramalhetes de escandalosas flores sensuais nas páginas da Bíblia para edificação do seu reverendo contendor. Não se precisa de mais para mostrar como a polêmica logo se transviou do seu curso. Nem o padre nem Tobias souberam colocá-la à altura das divergências doutrinárias, que, no fundo, os separavam. Talvez o desejo de conquistar um público que era bastante inteligente para apreciar piadas e desaforos, mas não o era para acompanhar com interêsse uma discussão doutrinária e filosófica, haja sido o principal motivo da aridez intelectual dessa polêmica.

Se não houvesse descompostura a polêmica não prestava. E ambos manejavam nessa troca de “delicadezas” instrumentos pesados, punhos de ferro, em vez de punhos de renda. Também a polêmica refletiria a cultura do meio e não apenas a das pessoas que dela diretamente participavam. Evidentemente, foi necessário chamar-se Engels para se escrever

o *Anti-Dühring*, mas a caixa de ressonância haveria de ser a Europa, para aquele resultado.

Com José Higino, o provocador foi Tobias. Nem Sílvio o nega, antes confirma: “A última peleja, e a mais extensa, foi provocada por meu falecido amigo. Ele é que desafiou o dr. José Higino. Os motivos particulares que para isso teve, se os houve, ignoro-os”. Mas, o próprio Tobias, replicando à observação de José Higino em que este se considerava vítima de uma “provocação disfarçada sob a capa de interesse científico”, esclareceu: “Sim, senhor, foi uma provocação, e posso até dizer que sem disfarce algum” (191).

Por que essa provocação? Por que pedir, de público, pela imprensa, explicações a respeito de uma tese para prova escrita de concurso que o colega redigira e que só lhe cabia discutir em congregação? E porque depois de obtê-las, serena e quasi humildemente dadas, insistir no assunto, voltar a êle de novo pelo jornal, provocante e ferino? Penso que em José Higino viu Tobias concretizadas e vitoriosas algumas das qualidades que menos condiziam com o seu temperamento e que configuravam o tipo do homem que êle mais detestava. José Higino era metido consigo mesmo, discreto, sizudo, com a respeitabilidade dêsses varões que não riem alto, que não têm rodas públicas, que não se limitam a ser respeitáveis

pelas idéias, mas o são também no andar, no vestir, nos gestos. Tobias era precisamente o contrário disso tudo. Êle não tinha a respeitabilidade que aureolava José Higino. De modo que as aparências sempre favoreceram a um e sempre prejudicaram a outro. José Higino era homem do Arqueológico, ponderado e grave como a instituição. Tobias, boêmio e desordenado, tinha pouca fé pública: ninguém se refaz da fama de maluco.

Instintivamente, para salvar situações, ou para não perder uma boa frase, comprometia-se ainda mais. Quando o cobrador do Instituto Arqueológico bateu-lhe à porta com o diploma de socio e o recibo da jóia, Tobias que, no momento, não tinha ou não queria dispor do dinheiro para aquele fim, justificou-se: — “Diga lá que ser bêsta de graça já é intoleravel; mas pagar para ser bêsta é um desafôro”.

Invejando em José Higino a consideração que a sociedade lhe negava; mordido de ciúmes pela alta missão que àquele haviam cometido de fazer pesquisas nos arquivos holandeses sôbre o domínio batavo no Norte, ao espírito de Tobias vinha logo a comparação das duas vidas, a sua e a do colega com quem contendia. Enquanto êle fizera a viagem da existência “sòzinho e a pé”, o outro fizera-a, numa boa parte, montado na “garupa do avô” e o resto

na garupa do Instituto Arqueológico (194). Tudo lhe saía difícil. Para o colega, tudo fácil. Não resistia e comparava-se. Se, quando se julgava, sentia-se abatido, quando se comparava sentia-se orgulhoso (195).

O sentimento dessa desigualdade na partilha das honras, dos benefícios, amargurava-o. Amargurava-o mais que nunca no momento mesmo em que travava a peleja, já doente, sofrendo necessidades, para, finalmente, acabar na miséria. Os artigos da polêmica com José Higino foram os últimos de Tobias e diversos teve que ditar, impossibilitado pela moléstia de escrevê-los. Então, a injustiça do destino lhe haveria de parecer insuportável. Mas a êle não interessava atirar imprecensões e apóstrofes ao céu, que sabia surdo e mudo. Com o seu temperamento o que condizia era frisar contrastes pessoais que reputava tipicamente escandalosos. A José Higino considerava como uma dessas mediocridades felizes, cumulada pela vida de favores e doçuras, que nunca perustrara os ásperos caminhos do esforço próprio. Depois, era uma mediocridade que o desesperava, porque também se envolvia no manto da ciência moderna. Sabendo alemão, sectário da ciência alemã, próspero e feliz, Tobias achava demais, tomava como um insulto pessoal. Descon-

(194) *Polêmicas*, 325.

(195) *Polêmicas*, 324.

fiava logo dêsse alemão e dessa ciência que conduziã à prosperidade e ao prestígio social, quando o seu alemão e a sua ciência alemã só lhe tinham dado dores de cabeça, dissabores e conflitos com o meio. Por isso, no correr da discussão, desafia José Higino para traduzir em público páginas dos tratadistas tedescos que os dois se citavam. Êle abrira o caminho, fôra atacado pelos índios, impusera a segurança e pela larga estrada outros andavam agora, como se nada lhe devessem. Perguntava, pois: “Quando em 1870 e 1871 iniciei a minha propaganda alemã, onde estava S. S.? Quais eram então os seus atos ou seus escritos que dessem testemunho de sua predileção pelo alemanismo”? (196).

José Higino não fugiu ao debate, porém, não acompanhou Tobias nas diatribes. Regularmente, apareceu pela imprensa defendendo em três artigos de exposição doutrinária o seu ponto de vista, a sua interpretação da doutrina de Gneist. Depois, retirou-se. Deixou o campo livre ao contendor que nele permaneceu ainda por longo tempo sem medida, sem controle, desvairado. Havia, por exemplo, uma tal falta de propriedade nos têrmos capadócio e moleque, aplicados por Tobias a José Higino, que não parece dúvidas que para Tobias a figura de José Higino constituiu algo diferente, especial, uma

obcessão, o símbolo de alguma coisa que êle odiava, a cuja simples evocação seu sangue fervia (197).

Realizava com aquela polêmica um dos seus velhos e grandes desejos: dar uma “surra” no “holandês”. A Sílvia Romero, em carta íntima, explicava a seu modo como as coisas se passavam: “O holandês apresentou uma tese para o concurso, na qual atribuiu a Gneist uma bestidade, e eu chamei-o à fala. Dando-me uma resposta tôla repliquei; mas êle pretextou insulto de minha parte e retirou-se da discussão. Dias depois apareceu escrevendo largas e bestiológicas preleções sôbre “self-government”, acompanhadas de notas injuriosas à minha pessoa. Cai-lhe em cima, e já o peguei até em um êrro de tradução de alemão, que é de fazer vergonha. Na

(197) Até em versos desancou José Higino. Veja-se este soneto:

Mestre Higino já vi que te engasgaste;
E são assim as cousas dêste mundo!...
Se em letras jamais foste profundo,
Porque te atreves a citar Gneist?

Numa tése arrojando-te fecundo
Pelas idéias alemãs entraste;
Mas nem mesmo movido por guindaste
De obras tedescas chegarás ao fundo.

Aplaudir-te as sandices e asneiras,
Podem colegas, podem Codeceiras,
Em que o Arqueológico se inunda

O licor de teus áulicos não bebo...
Holanda inteira reduzida a sebo,
Jamais te servirá de unguento à tunda.

tese ãe falou de obrigatoriedade e gratuidade dos cargos públicos; para sustentá-la, quanto à obrigatoriedade, citou quatro textos de Gneist e do tal Oscar que ninguém conhece, nos quais vem a expressão "obligkeit" que ãe traduziu por obrigatoriedade, quando essa palavra significa: autoridade, magistratura, poder público!! É' horrível. Desconcertado com as minhas pancadas, ãe me tem descomposto e mandado descompor-me anônimamente na *Província* e no *Diário*. Veja Zé Zinga como é canalha"! (198). De fato, por essa época, não foram poucos os artigos anônimos que arrastaram Tobias pela rua da amargura. Atribuí-los a José Higino seria falso. Os desafetos de Tobias aproveitavam apenas uma oportunidade para malhá-lo. Semeara ventos. Colhia agora as tempestades de descomposturas anônimas que o faziam particularmente sofrer quando se referiam à doença que já o estava minando.

Não foi, porém, na polêmica senão na crítica que Tobias revelou as suas melhores qualidades de combatente, de agilidade intelectual, de intuição e de cultura. O ambiente das polêmicas toldava logo essas virtudes e não era o mais propício para ãe dar a medida do seu valor.

Em Tobias, a atitude crítica foi permanente, fundamental. Essa atitude chocava-se com os há-

(198) *Vários escritos*, 321.

bitos sociais gerados pela escravidão. Tobias criticava em voz alta, não se deixava prender por complicações, falava como se houvesse público para ressonância de suas palavras. Fez da crítica um instrumento de renovação, de esclarecimento, de divulgação. A crítica, queria exercê-la como “uma missão” e se ela não devia “proceder com o trabalho de cultura intelectual de uma nação como Penélope com a sua teia, desmanchando de noite o que se fez de dia”, não aceitava tão pouco “uma crítica bonachona, polida e cavalheirosa, no sentido de guardar reservas e condescendência, em honra das pessoas, em prejuízo da verdade” (199).

Enfim, a crítica que quisera praticar seria a *crítica celular*, “uma tal que vá à fonte do erro, que faça a gênese do mal desde os seus mais simples elementos, que prossiga na pista da ignorância até a palavra, até a sílaba, até a letra” (200). Esta crítica evangelizadora e apostolizante animava-se de outro espírito que não o da doce tolerância e do risonho cepticismo. Ela destinava-se a intervir, a emendar, a castigar, a dirigir. Não a exercia um epicurista das belas coisas e das grandes tolices humanas, mas um homem que sofria pessoalmente com os erros alheios, que tinha convicções firmes e

(199) *Polêmicas*, 129.

(200) *Polêmicas*, 136.

operantes acêrca dos fins que deveriam ser alcançados e da maneira de atingí-los.

Por isso mesmo, a crítica de Tobias não era pequenina, não se esterilizava na preocupação de miudezas, mas percorria-a um largo interêsse pelas idéias, pelos problemas do pensamento. Desde 1872 que êle se traçara a melhor norma no assunto: “O que mais importa fazer conhecido quando se analisa qualquer obra é o seu espírito, é a sua tendência dominante”. (201). E à mesma permanecerá fiel, fôsse debatendo problemas de religião ou questões de literatura e de política.

Contra a mania gramatical reagiu, mostrando que importava, antes de tudo, exprimir claramente as idéias e não escrever certo. Aliás, em que autor um *canis grammaticus* não farejaria impurezas? “Há três coisas neste mundo, dizia Tobias, que o homem não pode ter completamente puras: — a consciência, a bôca e a gramática” (202). A melhor maneira de eliminar êsses detritos seria, não catando-os ou apurando-os, mas dissolvendo-os no fogo das grandes lutas do pensamento, nas chamadas do ideal. O que faz um escritor é a vida de que animou sua obra, jamais a gramática com que a escreveu.

Ora, Tobias tinha perfeita consciência dessa verdade e esforçou-se, não para policiar a língua dos

(201) *Polêmicas*, 402.

(202) *Polêmicas*, 173.

seus contemporâneos, mas para abrir-lhes caminhos novos ao espírito, perspectivas novas à inteligência. O ambiente social criado pela escravidão era naturalmente hostil a uma tarefa dessa natureza. Ele immobilizava e degradava a vida mental, suspeitava de toda agitação, de todo movimento, não favorecia os debates da inteligência, escorava o que Tobias denominou o partido da reação em nossa literatura, e reduzia o ideal do brasileiro a um patriota ingênuo marcado pelos dois estigmas apontados por Tobias: a falta de cultura, e a doença do fígado. Ele impedia precisamente que o brasileiro tivesse paixões elevadas e êsses costumes, cuja caracterização Tobias pedia a St. Just — “costumes energiques, sensibles et inexorables pour la tyrannie e l’injustice” — porque obstava que o país possuísse opinião pública e que atravessassem a vida pública nacional correntes ideológicas oxigenizadoras de atmosfera política e do campo intelectual.

A significação e o valor da obra crítica de Tobias não poderiam jamais ser devidamente considerados se esquecêssemos êsse ambiente. Esta obra representa um dos mais dramáticos esforços já despendidos por um homem de pensamento no Brasil. E' curioso assinalar que, embora a atitude pessoal de Tobias em face da escravidão tivesse sido não direi abertamente favorável, mas equivocadamente favorável, como se êle houvesse querido ser um dos clientes dela, um daqueles que procuraram resolver

seu problema individual tentando casamento em família rica e escravocrata, tôda a flama e todo sentido do seu labor crítico inspiraram-se, contudo, num combate aos vícios que da escravidão principalmente decorriam: a indigência de idéias, o torneio retórico, a *fraseomania*, o palavreado esterilizante (203). Na orientação do seu pensamento os motivos sociais superavam assim os desejos e cálculos pessoais.

Para tal labor crítico preparou-se Tobias com uma ilustração e uma cultura que assombram pela extensão, pela diversidade dos aspectos, pelas condições em que foi adquirida. Religião, política, direito, literatura e música, de tudo êle possuía as tomadas principais de corrente, o que é espantoso para um homem que nunca saíu da Província e que passou dez anos, perdido na Escada, respirando de perto a rarefeita atmosfera do estado social em que vivíamos.

Entre tantas demonstrações dessa capacidade crítica, não se podem esquecer os dois discursos que, como deputado provincial, pronunciou em 1879 na Assembléa de Pernambuco, sôbre a educação da mulher. Tobias era um adorador do belo sexo, porém

(203) "O palavreado nos esteriliza. As nossas lutas, mesmo as mais sérias, são tôdas logomáquicas. Basta, por amor do exemplo, mencionar um fato de ordem política. O liberalismo brasileiro, há boa porção de anos, tem gasto a seiva, tem colhido sem proveito bastante poeira olímpica, no empenho de realizar um chiste, um *bon mot* de Thiers: *Le roi règne, il ne gouverne pas.* (*Estudos Alemães*, 479).

essa questão êle a discutiu sem madrigais, opondo à tese de que a mulher era biològicamente inferior ao homem uma série de argumentos perfeitamente lúcidos e procedentes. Parecia-lhe descabida “a pretensão de ler na massa cerebral da mulher o seu predestino, os limites do seu desenvolvimento, o acañhado de sua inteligência”... E aos que desejavam a mulher como até alí, debaixo do “princípio bíblico da sujeição feminina”, temendo que ela se não soubesse governar nas relações externas, além de tudo porque seria frágil e sentimental, Tobias retrucava: “Pouco importa o fato que eu não nego, de haver no mundo feminino um certo predomínio da *sentimentalidade*. Efeito da educação, e não da natureza, êsse fenômeno cessará, desde que cesse a sua causa. Como não se chegar a semelhante resultado, como não dar-se na mulher essa preponderância do *sentimento sôbre a razão*, se até hoje sua educação tem sido preponderantemente sentimental? Começa pela educação religiosa, que é tôda de sentimento; vem em seguida a educação moral, que ainda é de preferência dirigida à sensibilidade, e afinal completa-se a obra com o despertar do sentimento estético, — é o piano, é o canto, é a música em geral. Isto por anos, através de muitas gerações, não podia deixar de produzir as consequências que aí vemos” (204).

E passou, então, a contar a seus pares como ia pelo mundo civilizado o movimento de emancipação feminina, citando nomes de mulheres que brilhavam em tôdas as profissões, inclusive na medicina. Concluiu o primeiro discurso, que é o melhor, afirmando: “Todo homem tem sua mania; e é infeliz aquele que não a tem: a minha mania, senhores, é pensar que grande parte, senão a maior parte dos nossos males vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino”.

Realmente, as condições sociais em que as mulheres viveram no Brasil durante séculos não poderiam ser mais hostís ao desenvolvimento de suas qualidades intelectuais. O colonizador não trouxe mulheres. Aquí coabitou livremente primeiro com as índias, que serviam de mulheres e de bêstas de carga. Depois, fez o mesmo com as negras. A organização patriarcal da família escravocrata acentuou a posição doméstica da mulher, nas camadas dominantes. Sua educação sofria-lhe tôdas as conseqüências. Limitava-se a prendas e dotes caseiros. A vida externa, a faculdade de dirigir, a liberdade reservavam-se exclusivamente para os homens. Por isso, um autor americano pôde escrever há pouco tempo: “Latin American civilization is emphatically a man’s civilization in which the home is looked upon as woman’s proper place” (205). O precon-

(205) Stephen Duggan — *The two Americas*, pg. 53.

ceito social do ambiente em relação à mulher era tão denso que chegava a comprometer homens emancipados e cultos, como o dr. Malaquias, o contendor de Tobias, e que era, além de médico de nomeada, o primeiro cirurgião de Recife. A maioria da Assembléia ficara naturalmente com o preconceito. Tobias evidenciara, porém, no debate do assunto, uma perfeita superioridade de visão intelectual e social.

Sua informação do mundo avantajava-se não só à do meio local, como a da absoluta maioria dos que escreviam e pensavam mesmo na Côrte. Graça Aranha para quem, aliás, Tobias “foi o maior homem do Brasil até hoje, não excedido nem igualado por nenhum outro”, assinala, com algum exagêro, que Tobias, antes de quem quer que seja entre nós, “definiu Wagner e deu-lhe a supremacia na música moderna, reduzindo os méritos, então muito apre-goados, de Meyerbeer”, “compreendeu e assinalou Walt Whitman que estava reformando a poesia moderna” (206).

A nenhum aspecto da atividade literária ou artística Tobias sentia-se alheio. O apetite com que gozava o mundo e exprimia êsse gôzo tirava-lhe a respeitabilidade como a preconcebiam para figuras de seu porte, que se queriam graves e solenes. Sua coragem de ser êle mesmo levava-o a “macular as barbas do homem sério”, por exemplo, com versos

(206) Graça Aranha — *Meu próprio romance*, 154.

que, apesar da madureza e das responsabilidades, ainda em 1877, recitara à Cortesi, em pleno teatro, tal e qual como nos antigos tempos. Devoto do lírico e do *bel canto*, a delícia dos ouvidos não lhe embotava a argúcia da análise na apreciação dos mestres da ópera, a ligação de cuja música com as respectivas épocas acentuou lúcidamente.

E se passarmos à literatura bastariam o *Ensaio de prehistória da literatura clássica alemã* e os *Traços de literatura comparada do século XIX* para elevá-lo a alturas singulares no seu tempo quanto ao conhecimento das belas letras. Os *Traços* ocupam 116 páginas do volume oitavo das *Obras Completas* e o *Ensaio*, quarenta e duas. São dois trabalhos excelentes, que ainda agora prendem a atenção do leitor. Aliás, como já tive ocasião de acentuar, uma das qualidades vivas de Tobias é a sua legibilidade. Inclusive e principalmente nesse sentido, êle não envelheceu, não criou môfo. Antes conserva, bem frescas, a vivacidade, a espontaneidade, o sabor do imprevisto, o lampejo esclarecedor, o tom de audácia, a maneira pessoal, característica e atraente.

Na apreciação do panorama mental do Brasil manifestou Tobias excessivo pessimismo, dado que êle próprio desconfiou até que estivesse sofrendo de uma *icterícia intelectual*, que o fazia dar a tôdas as coisas de sua terra “um aspecto melancólico e, por assim dizer, a côr do aniquilamento, a palidez da morte”.

Nas páginas da *Filosofia e Crítica* responsabilizou estas duas causas pelo nosso atraso, pelo embaçamento da nossa consciência: “o contacto de Portugal e a preponderância absoluta do espírito francês”. Ele possuía contra a literatura portuguesa um *partipris* absoluto. Tudo em Portugal lhe cheirava a atraso e ignorância. Em 1873, no artigo *Sôbre um escrito de A. Herculano*, apesar das excellentes observações e dos finos reparos a pontos de vista do grande historiador, Tobias expõe mesquinho juízo acêrca do admirável escritor lusitano. Em 1887, numa de suas raras críticas pouco inteligentes, desancou Oliveira Martins. Estavam então os portugueses num dos períodos mais brilhantes de sua literatura e a influência que exerciam no Brasil era enorme. Mas esta influência mesma, explicava Tobias, deixava-o desconfiado. Aquí o normal era apaixonar-se pelo peor. De modo que, não lia portugueses. De Ramalho, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro *et reliqui* só conhecia pouco mais que os nomes (207).

O remédio que apontava para os vícios da nossa vida intelectual estava no germanismo. Tobias analisava bem os sintomas, mas ao diagnosticar a origem do mal errava, entendendo que bastava ler e aprender nos livros alemães para restabelecemos a saúde do espírito. Das causas que concorreram

(207) *Estudos Alemães*, 237.

para que êle fizesse da Alemanha essa Meca intelectual, essa estação de cura da inteligência, já disse noutros passos dêste livro.

Isso lhe permitia julgar e doutrinar de Escada como se estivesse em Berlim. Tivemos dêste modo o espetáculo único de um escritor provinciano ostentando ares de superioridade sôbre os escritores da Côrte, até sôbre aqueles nacionalmente consagrados e que êle discutia, olhando-os por cima dos ombros, desdenhoso do que sabiam, do que escreviam e do que pensavam. Achava o renome de José de Alencar "um dos mais claros sintomas do nosso estado de inanição e marasmo intelectual" (208)". De Macedo falava como de um escritor de futilidades. Os literatos da Côrte consideravam-se adiantados, quando não faziam mais que exhibir "sua velhice em relação às questões do tempo" (209). Era pelo metro germânico que media os valores. Naturalmente, sua visão perturbava-se e êle nos classificava de "uma espécie de *antropóides* literários, meio-homens e meio-macacos, sem caráter próprio, sem expressão, sem originalidade" (210).

Entretanto, a Côrte desconheceu-o ou fingiu desconhecê-lo por muito tempo. No Rio, não repercutiam suas críticas e a primeira notícia nacional

(208) *Estudos alemães*, 320.

(209) *Filosofia e Crítica*,

(210) *Questões Vigentes*, 246.

dessa voz moça e poderosa que no Norte vibrava, quem a deu foi Sílvio Romero na *A Filosofia no Brasil*, publicado em 1878. Nesse livro, Sílvio fala do “desprezado crítico dos *Ensaíos e Estudos*” e das orelhas moucas que a rua do Ouvidor fazia ao seu renome. Então, já não seria Tobias “o mais desconhecido escritor da nova geração, porém certamente o mais odiado!” Coube a Sílvio, à sua tenacidade em que se misturavam o afeto e o sentimento de justiça, proclamar em voz alta, no Rio de Janeiro, os méritos do pensador que labutava no estreito ambiente provinciano. Sílvio rompeu o círculo da indiferença e do silêncio, forçou a que falassem do amigo e companheiro, coligiu-lhe, depois de morto, muitos escritos esparsos que reuniu em volumes e cujas primeiras edições dirigiu, marcou com a sua pena, que foi uma espada, o lugar que lhe haveria de pertencer na nossa literatura. O reconhecimento dêste lugar seria, sem dúvida, retardado, senão diminuído, se não fôsse a ação generosa de Sílvio. Há poucos exemplos na nossa história literária de uma fidelidade tão grande e tão operante.

Evidentemente, Sílvio às vêzes descompassou-se na apreciação do valor de Tobias, como ao estudar o estro do grande companheiro. Mas o que disse do autor dos *Estudos de Direito*, as observações que traçou acêrca do papel e da influência dêste na reforma intelectual, foi substancialmente justo. Aliás, Sílvio reservou-se para analisar Tobias pensador no

terceiro volume de sua *História da Literatura Brasileira*, que, entretanto, não chegou a escrever. O que fez a impressão do exagêro de Sílvio em relação às coisas que escreveu sôbre Tobias foi o tom polêmico, a nota agressiva de que as revestiu, os argumentos *ad hominem* de que usou e abusou. Para essa impressão de exagêro ou, talvez no caso em apreço, melhor se dissesse de intempestividade admirativa, concorreu ainda o Machado de Assis, “estudo comparativo de literatura brasileira”, que Sílvio elaborou para cotejar Tobias com o autor de *Dom Casmurro*. Esse cotejo era uma extravagância. Ele deve ter sido inspirado a Sílvio ainda pelo sentimento de injustiça que lhe parecia haver na exaltação de Machado e no esquecimento de Tobias. Uma coisa não era conseqüência de outra. Mas Sílvio, para mostrar que, mesmo comparado a aquele que as rodas literárias cariocas consagravam como o supremo padrão das nossas letras, Tobias resistia vitoriosamente, redigiu o estudo citado. E’ ainda muito possível que o grande agitador de idéias tenha também se valido da oportunidade para ajustar velhas contas com Machado, que fizera graves restrições a seu estilo (211). Afinal, Machado pertencia a uma confraria literária em que Sílvio nunca recebeu um acolhimento amplo, sem prevenções. Dessa confraria

(211) Carlos Süssekind de Mendonça — *Sílvio Romero*, pg. 252 e segs.

ria partiram, na Côrte, as primeiras setas hervadas contra Tobias e contra êle. Quando Tobias publicou, em 1879, os *Estudos Alemães*, Carlos de Laet saudou irònicamente a escola *teuto-sergipana*. A designação era engraçada e ferina e traduzia o sarcasmo dos gran-finos da literatura pelas pretensões, pelas maneiras dos seus dois chefes. Realmente, a Côrte sacudia com os punhos de renda sôbre Tobias e Sílvio as referências em que expressava seu fastio pela ação estrepitosa, pelo tom desabusado dos dois desbravadores. A ação de Sílvio obrigou finalmente que a “nobreza” tomasse conhecimento da “plebe”. Ele e Tobias eram dois plebeus provincianos e convencidos, com quem se tornava incômodo manter relações, porque, de fato, se mostravam difíceis, brigões, sempre dispostos a corrigir os outros com estardalhaço. Tinham, sem dúvida, qualidades que compensavam estes defeitos: a independência, o amor pelo estudo, o domínio das idéias, a intuição crítica. Mas isto era outra história.

Tobias nunca veio à Côrte, nunca fez o menor esforço nesse sentido e, no fundo, o seu horror ao Rio de Janeiro participava um pouco dessa concepção que as velhas tias virtuosas e solteironas do interior formam das capitais. As velhas tias imaginam as capitais antros do pecado e Tobias imaginava o Rio um antro de mediocridades felizes que, pela intriga, pela adulação, pela cumplicidade, galgavam os altos postos da hierarquia literária e po-

lítica. A sua impressão de falsidade em relação aos valores que na Côrte brilhavam, a cada passo, lhe inspirava artigos e comentários. Recebendo luz de outros focos, tributário de outros centros cultos, principalmente de Berlim, sentia Tobias, do fundo de sua Província, a aridez da vida intelectual brasileira que no Rio se concentrava. O Rio continuava a não andar sem o “seu par de muletas francesas”, continuava a orientar o seu pensar e o seu sentir pelo exaurido figurino parisiense (212). Ora, quem empunhava a tocha que iluminava os caminhos do futuro eram as mãos poderosas e vitoriosas da Alemanha. O mérito da guerra franco-prussiana consistira precisamente “em uma transformação das intuições, em uma passagem do “império” do lado das nações românicas para o lado das nações germânicas (213). Mas o Rio de Janeiro não se apercebia de nada. Por isso mesmo, lá do seu distante retiro provinciano, êle se sentia tão adiantado, tão culto. Comunicava-se pessoalmente com Berlim e Munich. Recebia elogios de personalidades germânicas de destaque e a prestigiosa *Gazeta de Colônia* publicara-lhe traços biográficos.

Começam, então, a correr notícias em que a imaginação ardente dos seus admiradores indígenas exaltava a sua individualidade atribuindo a Haeckel

(212) *Estudos Alemães*, 334.

(213) *Estudos Alemães*, 332.

a afirmativa de que Tobias era o primeiro pensador da raça latina. O orgulho de Tobias já estava bastante satisfeito para que a sua modéstia pudesse falar. Êle então aparece pela imprensa, num artigo — *Deixemo-nos de lendas...* em que precisa o assunto. Não. Haeckel não houvera dito nem que êle era o primeiro pensador da raça latina, nem o primeiro pensador de sua raça. Haeckel dissera apenas que Tobias lhe parecia *pertencer à raça dos grandes pensadores*. A correção dava até gôsto fazer. Nessas alturas, a vaidade cede lugar à rigorosa verdade histórica.

Não podia Haeckel empregar a primeira expressão — primeiro pensador da raça latina — porque a mesma, explicava Tobias, não se applicaria “nem mesmo a respeito de qualquer das grandes notabilidades das nações românicas da Europa”; como sê-lo-ia em relação a êle? perguntava. Quanto à outra expressão — *primeiro pensador de sua raça* “não teria bastante senso. Porquanto eu mesmo não sei qual é a raça em que me acho filiado. Nem puro *ariano*, nem puro *africano*, nem puro *americano*... que sou eu pois? Indivíduo de uma *raça* ou *sub-raça*, que ainda se acha em via de formação; e como tal poder ser o primeiro pensador dêsse lote não seria de certo uma deshonra, mas também não era uma glória digna de ser mencionada”. Certamente, era uma glória. O lote humano de que fa-

zia parte, misturado e ainda incerto nas suas características, revelava através dêle possibilidades extraordinárias.

Tobias foi um grande trabalhador, dispersivo, é certo, fragmentário, que agia por ímpetos de entusiasmo. “Faltava-lhe, disse muito bem Clóvis Beviláqua, o gôsto para os detalhes, para as análises morosas e percucientes, falecia-lhe a tenacidade para levar a têrmo uma obra de certa amplitude, cuja construção demandasse uma contensão de espírito prolongada por longos meses, a vista sempre detida num mesmo círculo de idéias. Surgia-lhe a concepção, a descarga das fôrças criadoras levava-o febril à produção, mas aliviado daquela necessidade psíquica, enfastiava-o prosseguir no mesmo caminho e anceiava por velejar em outros mares e aspirar outros perfumes” (214). Entretanto, sua produção intelectual enche dez alentados volumes. Ao que se apurou, deixou inéditos diversos manuscritos, notadamente *Ares de Pernambuco*, *potpourri* literário, *História da Literatura Brasileira*, durante o segundo reinado e em alemão, *Rechtstabem und Rechtsstudium in Brasilien*, além das *Questões do nosso tempo*. A não ser estas últimas que provávelmente formaram o que publicou sob o título de *Questões Vigentes*, os demais manuscritos são considerados perdidos. Tobias escrevia com uma tinta roxa muito

(214) Clóvis Beviláqua — *Juristas-Filósofos*, 112.

usada no seu tempo e fãcilmente delével, tanto assim que a baniram das repartições pùblicas (215).

Sua obra ressen-te-se nítidamente dos defeitos que decorreram das condições em que a compôs. Do ponto de vista literário, ela lembra uma mina em que há terra, cascalho e pedras preciosas. Uma destas é o *Discurso em mangas de camisa*, que vai em apêndice.

Dentre as figuras centrais de nossa literatura, Tobias ainda se destaca pela riqueza do colorido humano. Às vésperas da comemoração do centenário do seu nascimento, escreví êste livro como um tributo à sua glória, tributo prestado com o espírito de que aos grandes homens não se deve senão a verdade.

(215) M. P. Oliveira Teles. — *Missão Tobiática ao Recife*, in *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, 1925, pg. 101.

CAPITULO VII

UM DISCURSO EM MANGAS DE CAMISA (216)

Meus senhores! Ainda uma vez, é a mim que incumbe vir expor-vos, e em traços mais visíveis a idéa que se propõe realisar o *Club Popular* da Escada. A primeira reunião que já fizemos, não foi, nem podia ser inteiramente satisfactoria, sob este ponto de vista, porquanto, além da grave difficuldade, que ha em fallar-se, de modo efficaz; a um

(216) *Observação preliminar sobre o "Discurso em mangas de camisa"*. — Em Setembro de 1877, appareceu-me a idéa de organizar nesta cidade, e á semelhança de outros, já algures existentes, um pequeno *Club Popular*. Como todas as lembranças infelizes, que no nosso paiz têm a propriedade de germinar com a mesma rapidez do alho plantado em noute de S. João, segundo a crença vulgar, — a minha idéa promptamente *grelou*; mas tambem, com a mesma promptidão, murchou e morreu. Foi esta ainda uma das muitas illusões, de que se tem alentado o meu espirito nesta bella terra, onde aliás vim sepultar os dous mais caros objectos do meu coração e da minha phantasia: — minha Mãe e meu futuro!...

Foi ainda uma illusão, sem duvida, porém um pouco mais duravel, um pouco menos enganadora do que, por

auditorio não preparado, accresce que seria então antecipar, sem vantagem para esta sociedade, a explanação detalhada do seu objecto e dos seus intuitos. Bem quer me parecer que semelhante reserva, da minha parte, podia dar direito á se suppôr que ha no fundo deste meu tentamen uma certa dóse de mysterio e intenção secreta, que só pouco a pouco é dado perceber. Mas isto fôra erroneo e altamente injusto.

O pensamento que forma a base desta sociedade, como de outras de igual natureza, não se resume, — é verdade, — n'uma definição, nem se exgota em centenas de discursos. Só ás creanças é licito imaginar que poderiam conter na palma da mão qualquer estrellinha, que se lhes afigura do tamanho de uma moeda, e apta para um brinquedo. Do mesmo modo, sómente aos parvos é permittido crer que o

exemplo, a realidade das flores, com a sua vida de um só dia: — minha illusão durou quinze.

Por ocasião e á proposito de realizar o meu plano, pronunciei o discurso que ahi vae. Publicado logo depois no *Jornal do Recife*, não deixou de ser então, como era natural, agradável á uns, e displicente á outros. Mas ficou nisto.

Correram os dias, mudaram-se as cousas, e eu entendi que devia, para dar uma feição mais permanente áquelle producto de *outros tempos*, publical-o em brochura, como agora o faço, acompanhado de notas, que servem de illustração ao meu pensamento.

E' o que tenho á dizer sobre a historia do livrinho. Quanto ao mais, o leitor o julgue, como bom e justo lhe parecer.

Escada, 11 de Fevereiro de 1879.

O AUTOR.

conceito inspirador e dirigente de uma corporação creada com fins humanitarios, politicos e sociaes, qualquer que seja o circulo de sua acção, é susceptivel de abranger-se n'uma folha de papel, e pôde se deixar vêr em todos os seus aspectos e attitudes seductoras, á luz mortíça de velhas phrases consagradas ao culto apparatuso dos idolos do dia.

Porém tambem é certo, senhores, que quando se evangelisa uma idéa nobre, por mais densa mesmo que seja a nuvem, em que ella venha envolvida, o genio do povo se encarrega de penetrar-lhe no intimo e conhecer, por instincto, o seu valor e o seu alcance. Nem eu quero dissimular que uma associação, á guisa da nossa, que tem por principal agente o espirito popular, o impeto democratico do seculo, encerra naturalmente alguma particula de reacção e protesto contra a tyrannia das cousas, algum germen de rebeldia contra a *impudencia dos deuses*, e importa, como tal, uma gotta de *assafetida* na taça de nectar dos poderosos da terra.

Mas isto não desfigura a placidez e serenidade do nosso intento, nem seria motivo sufficiente para as chamadas autoridades constituidas nos pedirem contas, por *tentativa de insurreição*. Tranquillisaes-vos, pois: — se ha aqui algum segredo, esse segredo não é para vós; é para aquelles que teem a orelha longa e fina, que no simples acto da livre respiração, que na systole e diastole do coração do povo percebem sempre um como fluxo e refluxo do

mar, que vem enguli-los; é para aquelles, em cuja opinião o menor esforço para sair-se deste somno de abatimento e miseria, é um plano de amotinados, assim como o sangue, que borbulha e jorra impetuoso, pôde ser tambem um revolucionario, na opinião do punhal; é para aquelles, emfim, que tendo boas razões de unirem-se á nós, de estarem conosco, não se dignam, todavia, de apparecer aqui, pelo receio que lhes inspira o contacto dos *lazaros* politicos, quaes somos todos nós, os homens do *trabalho* e não do *emprego publico*, os desherdados da patria, os excluidos do seu banquete, mas que, a despeito de tudo, guardamos ainda uma esperança no peito e uma setta na aljava!... E' para esses, sim, que o exercicio de um direito pôde tomar as proporções de um phenomeno perigoso, de uma nuvem tenebrosa, que esconde no bojo alguma tempestade. Quanto a nós, porém, não nos incomodemos por isso; e quanto a elles, deixemo-los conjecturarem o que lhes aprouver; e prosigamos em nossa marcha.

Volto a tratar, senhores, do assumpto capital do nosso entretenimento, que já foi em synthese indicado, a primeira vez que aqui nos reunimos. Esforçar-me-hei, sobretudo, por ser claro. Não compareço entre vós, para fazer-me admirar, mas para fazer-me comprehender. A musa que me inspira nesta occasião é muito modesta, para que me obri-gue a trajar a grande gala da linguagem bordada a ouro, e muito menos á *ouro francez*. Alguma cou-

sa de familiar, alguma cousa de designavel por *um discurso em mangas de camisa*, é o que vos venho apresentar. Se a viagem é curta e aprazivel, se fui eu, quem vos convidou para ella, não seria uma extravagancia, adicionada de uma impolidez, que eu quizesse ir á cavallo, quando os demais vão á pé? Nada, pois, de formalidades, nem geitos oratorios; nada de *espartilho* rhetorico: todo á commodo, e com toda a calma, vou expor-vos o que nos interessa.

Disse uma vez o padre Lacordaire que a posição mais desfavoravel ao orador é quando tem de fallar á homens que comem, — porém ha outra, a meu ver, ainda mais desfavoravel: — é quando se falla á homens que teem fome, se não se trata dos meios de satisfaze-la, ou ao menos de modera-la. Tal seria, por certo, a minha posição diante de vós, como iniciador da idéa de um *Club Popular*, se me viesse á mente a singular lembrança de occupar-me em outros assumptos, que não fossem os males da nossa vida politica, o estado de penuria, e a peor das penurias, a penuria moral, em que laboramos, o desanimo dos espiritos, a surdez das consciencias, em uma palavra, todos os symptomas da doença, que mata as nações, o *abandono de si mesmo*, o *esquecimento de seus direitos*, pela falta de justiça e liberdade, de que todos nós, sentimo-nos sequiosos e famintos. Não me compete, nem seria agora opportuno, lançar as vistas no paiz inteiro, depondo sobre a mesa das disseccões o grande corpo brasileiro, para

sujeitar á uma analyse rigorosa a totalidade dos seus orgãos. Não interessa mesmo, nem a mim, nem a vós, dividindo o Estado em suas partes naturaes, tomar a provincia por objecto de nossa apreciação. Limito-me, portanto, ao municipio, e ao municipio concreto, quero dizer, á este de quem somos habitantes. E' um fragmento do monstruoso *tremó*; mas este pedacinho reflecte tão bem a nossa face, o nosso character nacional, como todo o espelho.

O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, o phenomeno mais saliente da vida municipal, que bem se pôde chamar o *expoente* da vida geral do paiz, é a falta de cohesão social, o desaggregamento dos individuos, alguma cousa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de atomos inorganicos, quasi podia dizer, de poeira impalpavel e esteril. Entre nós, o que ha de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionarios na côrte, por seus subrogados nas provincias, por seus infimos caudatarios nos municipios; — não é o povo, o qual permanece *amorpho* e diíssolvido, sem outro liame entre si, a não ser a communhão da lingua, dos máos costumes e do servilismo.

Os cidadãos não pôdem, ou melhor não querem combinar a sua acção.

Nenhuma nobre aspiração, os prende uns aos outros; — elles não teem, nem força defensiva con-

tra os assaltos do poder, nem força intellectual e moral para viverem por si; tal é o facto mais notavel que a observação estabelece em geral, porém, que me parece não se manifestar em lugar algum tão carregado de más consequencias, como na Escada. Aqui de certo, os habitantes do municipio, maxime os da cidade, fazem a impressão de viajantes, que se reuniram á noite em uma mesma *casa de rancho*, mas logo que amanheça, cada um tomará o seu caminho, quasi sem probabilidade de outra vez se encontrarem. Deste modo de viver *á parte*, de sentir e pensar *á parte*, resulta a indifferença, com que olha cada um para aquillo que pessoalmente não lhe diz respeito, e em quanto não chega o seu dia, contempla impassivel os tormentos alheios, sem saber que, como disse o poeta:

*A todos cabe o mal da humanidade,
— De lagrimas e dôr fatal convivio, —
E aquillo que um tomou sobre seus hombros
E' para os outros verdadeiro allivio.*

Não fica ahi. Essa impassibilidade, que acabo de assignalar, não se revela sómente por uma certa ausencia de sincero amor e caridade, nas relações puramente humanas, mas tambem pela falta de patriotismo, nas relações nacionaes, pela ausencia de senso politico e dignidade pessoal, nos negocios locais. E' a esta doença moral, de que padece o povo

da Escada, que o nosso *Club* propõe-se applicar um remedio, senão de todo efficaz, ao menos palliativo.

E importa advertir: — o *Club Popular Escadense* não toma por principio director nenhum dos estribilhos da moda, menos que tudo a celebre trilogia: *liberdade, igualdade e fraternidade*, tres palavras que se espantam de se acharem unidas, porque significam tres cousas reciprocamente estranhas e contradictorias, principalmente as duas primeiras. E para que não se me accuse de paradoxia, permitti-me, por um pouco, tratar de demonstra-lo; o que tanto mais interessa, quanto é certo que não temos por nós nenhuma das tres pessoas dessa *trindade revolucionaria*, e por isso muito importa sabermos, se dellas uma só nos basta, ou se de todas necessitamos, bem como se é possivel a sua consecução.

Mas antes de tudo, — que a liberdade e a igualdade são contradictorias e repellem-se mutuamente, não milita duvida. A liberdade é um direito, que tende a traduzir-se no facto, um principio de vida, uma condição de progresso e desenvolvimento; a igualdade, porém, não é um facto, nem um direito, nem um principio, nem uma condição; — é, quando muito, um postulado da razão, ou antes do sentimento. A liberdade é alguma cousa, de que o homem póde dizer: — *eu sou!*...; a igualdade alguma cousa, de que elle sómente diz: — *quem me dera ser!*... A liberdade entregue a si mesma, á sua propria acção, produz naturalmente a desigualdade,

da mesma fórma que a igualdade, tomada como principio pratico, naturalmente produz a escravidão. A liberdade é aquelle estado, no qual o homem pôde empregar, tanto as suas proprias, como as forças da natureza ambiente, nos limites da possibilidade, para attingir um alvo, que elle mesmo escolhe. Onde, pois, o individuo é perturbado no uso de suas forças, e a respeito das acções que não se oppõem á liberdade dos outros, nem ás necessidades sociaes, é sujeito a uma tutela, ahí não existe liberdade, nem civil, nem politica, nem de outra qualquer especie. A igualdade é aquelle estado da vida publica, no qual não se confere ao individuo predicado algum particular, como não se lhe confere particular encargo. Igual independencia de todos, ou igual sujeição de todos. O mais alto gráo imaginavel da igualdade, — o communismo, — porque elle presuppõe a oppressão de todas as inclinações naturaes, é tambem o mais alto gráo da servidão. A realisação da liberdade satisfaz ao mais nobre impulso do coração e da consciencia humana; a realisação da igualdade só pôde satisfazer ao mais baixo dos sentimentos: — a inveja. Que uma e outra não se harmonisam, que são exclusivas e repugnantes entre si, prova-o de sobra a revolução franceza, que tendo começado em nome da liberdade, degenerou no fanatismo da igualdade, e reduzio-se ao absurdo nas mãos de um despota. O povo francez assemelhou-se então a uma cidade que se submerge, só ficando de

pé uma torre enorme, no meio do lago immenso: — a figura de Napoleão! Estava assim, da melhor fórma, o ideal de Mirabeau: — *la monarchie sur la surface égale*. Os individuos, ou os povos, que sequecem a liberdade por amor da igualdade, são semelhantes ao cão da fabula, que larga o pedaço de carne que tem na bocca, pela sombra que vê na agua do rio.

Estas palavras bastam, senhores, para vos fazer comprehender, qual é neste sentido o meu modo de pensar. Quanto á fraternidade, francamente vos declaro que considero-a mais um conceito religioso, do que um conceito politico. Dentro dos limites, em que póde ser realisada, ella não é o sacrificio da pessoa, pelo qual recebe-se uma bofetada, e offerece a face para receber segunda, mas é sómente a união de todos numa mesma idéa, num mesmo sentimento, — a idéa da patria, o sentimento do direito. E dest'arte exercida, a fraternidade torna-se fecunda, porque conduz á conquista da liberdade, pondo de parte os sonhos extravagantes de uma igualdade impossivel.

Entretanto podeis perguntar-me: como far-se-ha que cheguemos ao alvo que nos propões, nós outros homens do quarto pela maior parte, do terceiro e segundo estado, operarios, artistas, homens de letras, que nada temos, que nada somos, visto como os nossos direitos se acham sequestrados nas mãos de meia duzia de felizes, constituídos nossos deposita-

rios? A pergunta seria grave, porém teria resposta. E' certo que, a despeito de todas as apparencias e exteriores constitucionaes, a sociedade brasileira em sua generalidade, e mais visivelmente, em particular, num ponto dado, é uma sociedade de privilegios, senão creados pela lei, creados pelos costumes, de cujos dislates a lei é cúmplice, não lhes oppondo a precisa resistencia. Debalde se falla de uma *indistincção civil*, a não serem as differenças produzidas pelos talentos e virtudes, quando verdade é que o talento e a virtude não servem para marcar distincção entre os individuos, considerados como fracções sociaes. O *denominador commum* é a fidalguia, ou o seu subrogado, — o dinheiro.

E' certo que a nossa população se acha dividida não sómente em classes, mas até em castas.

E não só em castas sociaes, como tambem em castas politicas, quaes são sem duvida os dois partidos, que se disputam o poder dos quaes o dominio de um é equivalente á perseguição do outro, modificada apenas pela infamia dos renegados e dos transfugas. Tudo isto é certo, senhores; e aqui acode-me a lembrança de um facto, que serve ao assumpto: — quando, ha dez annos, foi nomeado bispo de Pernambuco o Sr. Cardoso Ayres, de *glorioso esquecimento*, como são todos os bispos, finados e por finar, na sua primeira pastoral, escripta em latim, dirigio-se a seus diocesanos, sob a tripla cathegoria de clero, nobreza e povo, — *clero, opti-*

matibus et populo, senão plebi; e esta classificação provocou a censura publica. Devo confessar que ainda hoje não comprehendo uma só palavra das criticas e reclamações, que ella teve o poder de suscitar. O bispo que estava em Roma, conhecia melhor as nossas cousas, do que todos os reclamantes. O Brasil era então, como é e continua a ser, isto mesmo: um clero privilegiado, o qual, uão obstante haver um salario do seu trabalho, não obstante receber por uma *capella de missas* tanto, quanto nem sempre o advogado recebe por uma causa, nem o pequeno negociante ganha na feira de sabbado, nem o artista lucra com os seus artefactos, todavia não paga imposto, como tal, bem que a sua industria, sendo altamente rendosa, nada soffresse em contribuir com um centesimo dos proventos para as despezas communs. Depois do clero, uma nobreza *feita á mão*, pela mór parte estúpida, pretenciosa, e ainda peor que a clerezia, pois que esta, ao menos, não manda açoutar os cidadãos, nem prende-os no tronco dos engenhos.

Não fallo da classe economica propriamente dita, porque a sua vida se limita a uma *lucta pelo capital*, e nada tem que ver com as nossas *luctas pelo direito*. Após então vem o povo, o povo triste e soffredor, em cuja frente, não poucas vezes, junto ao estygma da infelicidade, por cumulo de miseria, a sorte imprime tambem o estygma da ingratição; o povo que é o numero, mas um numero abstracto,

um numero que não é a força; — perseguido, humilhado, abatido, a ponto de sobre elle os grandes disputarem e lançarem os dados, para ver quem o possue, como os judeus sortearam a tunica inconsutil do martyr do Calvario.

Não exaggero, senhores, — é a verdade. O povo brasileiro, ou mui restrictamente, o povo da Escada, é tido na conta de uma cousa appropriavel, se já não appropriada. Quereis uma prova entre muitas? Eu vo-la dou; reparae bem. O anno passado, quando se tratava da qualificação dos votantes desta parochia, nessa epocha de baixeza e picardia, que hoje, porém, já não me espanta, porque depois disso tenho aqui mesmo testemunhado mais negras miserias, haveis de estar lembrados que os dous partidos em contenda, para mostrar qual delles tinha por si a maioria, levaram á imprensa, com uma ingenuidade infantil, sómente a apreciação do *numero dos engenhos!*... — “Ha mais engenhos do lado dos liberaes”, — diziam estes. — “Nem tantos, como allegam” — diziam os conservadores, e acrescentavam: — “Se os liberaes teem alguns engenhos de mais, os dos conservadores, em compensação, são mais extensos, mais povoados, mais ricos”...” — Eis ahí.

Quereis melhor? Se isto não era uma questão de *fabrica*, isto é, de maior numero de bois, cavallos e escravos, inclusive os cidadãos votantes, já sei que as palavras perderam o seu sentido, ou eu perdi o

uso da razão. E' pois evidente que, pela propria confissão das partes, está creada na Escada uma *assucaroocracia*, a qual se julga com direito á posse de todos aquelles que vieram tarde e não encontraram um pouco de terra para chamarem sua, e dentro desse dominio manejarem sem piedade o *bastão da prepotencia*.

Tudo isto, repito, senhores, é de uma clareza solar; de tudo isto estamos inteirados por amarga experiencia. Porém é certo que não devemos desanimar. O processo da acção do povo, se me é licito assim expressar-me, para adquirir a posição perdida, é summario: — uma especie de interdicto *unde vi*, em materia politica. Ainda não passou anno e dia para intenta-lo, — se é que o povo não prefere usar do meio que as leis permittem aos *esbulhados da posse* de cousas materiaes, e que seria absurdo não permittir igualmente aos esbulhados de cousas mais sagradas que uma geira de terreno, se é que já não chegamos áquelle estado de vilania e transtorno dos conceitos moraes, em que a vida é preferivel á honra, e a propriedade preferivel á vida. Esta linguagem eriça cabellos; — a mais de um *amigo da ordem* póde ella parecer o cumulo da extravagancia; e todavia senhores, este meu vinho tem agua, não é delle que se costuma beber nos festins da democracia. Seja, porém, como fôr, não hesito em declara-lo; — o povo da Escada, a quem ora me dirijo, deve pôr-se fóra da tutela. Tomando con-

ta de si mesmo, e contestando aos poderosos a faculdade de disporem desta cidade, como de uma *filial* das suas fazendas, cumpre-lhe erguer-se á altura de um poder, com que elles devem contar, em bem ou em mal, e não continuar a ser um algarismo minimo, um *millesimo* de força, cujo erro não lhe perturba os calculos. Ao povo da Escada importa convencer-se que elle não tem para quem áppellar, senão para o seu proprio genio, que não é o da resignação e da humildade. Importa convencer-se que ninguem se lembra d'elle, ninguem por elle se interessa. Os magnates do municipio, por mais que finjam o contrario, não escapam á censura de serem todos accordes no tratar com desprezo a esta localidade. Sirva de prova o factó extraordinario de não haver um só proprietario do termo, qualquer que seja o seu gráo de riqueza, que possua dentro da cidade um predio, digno de si, relativo á sua posição e á influencia que por ventura queira ter. Não ha um unico, sequer, que tenha aqui edificado, nem em grande nem em pequena escala. Muitos até existem, que contam nos dedos de uma só das mãos as vezes que teem vindo á séde do municipio, e ainda fica dedo desoccupado para uma pitada de rapé.

Este phenomeno singular e significativo, creio eu, não se repete em outro lugar, pelo menos, com tão claro proposito de desdem votado á população da cidade. Seria futil e desprezível a objecção que me fizessem, allegando que as despezas da edificação

da nova matriz correram quasi todas por conta desses mesmos proprietarios. Nenhuma duvida; porém, o que importa? Uma questão de *bigottismo*, senão antes de alardo pecuniario, ou de simples consideração ao burel de um capuchinho.

Não vos illudaes, senhores. Em assumpto de popularidade, de homens dedicados á causa popular, a experiencia está feita; e sou tentado a dizer-vos, como o francez H. Beyle: — *J'invite à se méfier de tout le monde, même de moi...* — Aconselho-vos que desconfieis de todo mundo, até de mim mesmo. Confiae sómente em vós, que releva levantardes a fronte, nos vossos esforços, que é mister multiplicar, no vosso proprio character, que é preciso reformar.

O municipio da Escada, e como elle, a provincia, e como a provincia, o paiz inteiro, anseia pela vinda de qualquer grande acontecimento. Não sei qual elle seja, mas elle ha de vir.

Não sou judeu para crer no Messias, nem tenho a ingenuidade dos primitivos christãos para acreditar na *parousia*; mas sou philosopho em confiar nas leis da historia, que regulam o destino dos povos; e essas hão de tambem cumprir-se entre nós. Os cometas não percorrem uma mesma orbita, e as nações não seguem um mesmo caminho. Do paiz em geral se ergue como qu uem sussurro de imprecações e lamentos, é o naufragio que se approxima.

Nada de bater nos peitos, nem de pedir misericórdia. Ninguém nos socorrerá, se o socorro não vier de nós mesmos. Abramos mão de nossos prejuizos, de nossas reservas, de nossos temores, e sejamos um povo livre.

Sim, meus senhores, é a liberdade que nos falta; não aquella que se exerce em fallar, bradar, cuspir e macular o proximo, porque esta temo-la de sobra, mas aquella que se traduz em actos dignos e meritorios. Informa-nos escriptor competente que no portico da nova casa do parlamento allemão existe, entre outros, o retrato de um celebre deputado liberal, Carlos Mathy, debaixo do qual se leem as seguintes palavras suas: *A liberdade é o preço da victoria, que adquirimos sobre nós mesmos.* — E' esta, senhores, que deve provocar os nossos anhélos, é desta que carecemos: o preço da victoria adquirida, não tanto sobre um governo malefico e execravel, como antes sobre nós mesmos, sobre os nossos desvarios, e a nossa facilidade em deixarmo-nos intimidar, ou seduzir, pela tentação dos seus demonios.

Entretanto, eu tenho, neste sentido, sombrias apprehensões. Talvez já seja tarde para consegui-lo. Notae bem: tarde, e não cedo. Não pertenco a escola dos theoreticos pacientes, que julgam o povo ainda não maduro para a liberdade. Como se fosse possivel aprender a nadar sem metter-se dentro d'agua, ou aprender a equitação sem montar a cavallo! — Dislates iguaes aos dos que querem que o povo

passa por um tirocinio da liberdade, sem aliás exercê-la.

O que me causa apprehensões, é o contrario disto. Receio que comnosco succeda o que se deu com a mais robusta incarnação do bysantinismo moderno: o imperio de Napoleão III.

Este infeliz regimen teve duas phases: uma de marcha em linha recta, na senda do despotismo, sem transigir, nem tergiversar, — foi a epocha da ascensão ao seu apogeu; outra de decadencia e enfraquecimento, — foi a epocha das concessões e tentativas liberaes, que durou até a quêda final do imperio e o desastre da nação.

De 1852 a novembro de 1860, que é a data do primeiro decreto, onde o despotismo dignou-se de encurtar o diametro, e d'ahi, de concessão em concessão, isto é de fraqueza em fraqueza até 1870, quero dizer até Sedan!... Semelhante factó, senhores, confirma a seguinte verdade: — que qualquer governo corre o risco de cahir, quando mente aos seus principios e torna-se incoherente, — assim como, que uma nação, por força do absolutismo, pôde chegar ao estado de incapacidade para um regimen livre. Desconfio que o nosso *Libertas quae sera tamen*... será de todo inutil. O Brasil já faz a impressão de um menino de cabellos brancos. Estamos estragados. Quando aprouver ao imperador conceder-nos um pouco mais de ar, não será fóra de tempo, não estará já tudo perdido, até mesmo a hon-

ra? Tenho medo!... Nem ha razão para estranhardes o paralelo. Se existe alguma differença, é só de desvantagens para o nosso lado. Poucos annos antes da quéda do segundo imperio, dizia d'elle um pensador politico da Allemanha, que sem embargo da constituição, sem embargo de um senado e corpo legislativo, o que tudo não passava de machinismo *bureaucratico*, o governo napoleonico não era mais do que um puro absolutismo, *temperado pelo temor das bombas de Orsini*.

Muito bem. O escriptor disse a verdade, não, porém, toda a verdade. Não era sómente o temor das bombas de Orsini que temperava o governo de Napoleão, o qual se podéra chamar o *socialismo no throno*. Era tambem o amor das classes necessitadas, a continua attenção prestada aos interesses do quarto estado, ponto este que sempre constituiu o pensamento director do novo bonapartismo.

Sim, o governo absoluto de Napoleão era ainda temperado pelas *sociétés de secours mutuels*, pelas *cités ouvrières*, pela *société industrielle* de Mulhouse, era ainda temperado pelos *fourneaux* do principe imperial, que forneciam comida aos trabalhadores por baratissimo preço; pelos banhos gratuitos da capital; pelo *Grand Café Parisien*, levantado á porta de S. Martin, confinando com os quarteirões dos operarios, no qual o homem pobre, por poucos soldos, á luz de candelabros e num divan de velludo, podia tomar o seu *petit verre*. Entretanto, nós outros o

que é que temos? Também um puro absolutismo, apenas, porém, temperado... pela *batalha de Avahy*, pela *Fosca*, pela bancarrota do Estado, pela corrupção dos ministros, pela *miseria* do povo e as *viagens* do rei. Ou será que vós ao menos vós, cidadãos da Escada, tendes motivos de vos julgardes felizes? Vós que difficilmente adquiris o pão quotidiano, com o suor do vosso rosto, vós a quem é applicavel, bem como á maioria do paiz, o que uma vez disse Gladstone da sua Inglaterra: — Em nove casos de dez, a vida não é mais do que *um combate pela existencia?! E que combate!* Um combate com a natureza, que não raro se vos mostra cruel; um combate com a sociedade, que se vos oppõe não menos madrastra; um combate com o capital, que vos olha desconfiado, e não se digna de animar-vos; um combate com o Estado, que multiplica os impostos, augmenta as difficuldades, toma as vistas do futuro; e desta quadrupla luta é que teem de sahir os meios de viver e educar os vossos filhos!... Eu não sou socialista: não encaro o numero dos que cuidam poder, com um traço de penna, extinguir os males humanos, quasi irremediaveis. Mas tambem não faço côro com a escola Manchester; não penso que a pobreza é sempre o castigo da preguiça economica, e que, como tal, qualquer medida de soccorro ou allivio para ella, importa premiar os inertes e preguiçosos. Alto e bom som se diz que a Escada é riquissima, que é um dos mais ricos municipios da provincia. Quero crer

que seja assim. Porém não é estranhavel que sendo o municipio tão abastado, offereçam aliás os habitantes da cidade, por este lado, aspecto pouco lisonjeiro? Para as vinte mil cabeças da população do termo, esta cidade contribue com tres mil, pouco mais ou menos. Sobre estas tres mil almas, ou melhor, sobre estes tres mil ventres, é probabilissimo o seguinte calculo:

90 por cento de necessitados, quasi indigentes.

8 por cento dos que vivem soffrivelmente.

1½ por cento dos que vivem bem.

½ por cento de ricos em relação.

100

Semelhante quadro, que pôde peccar por excesso de côr de rosa, não é todavia apto para dar do nosso estado economico outra idéa, senão a de um pauperismo medonho, quando muito, moêderado pela esperança de uma *sorte* de loteria. Nesta triste conjunctura, o que faz o Estado, o que faz a provincia, o que faz a communa, em favor da população, para diminuir-lhe os obstaculos e facilitar-lhe o trabalho? Nada mais nem menos, do que sobre o costado da besta, já cahida de fadiga, arrumar mais alguns kilos, afim de ajuda-la a erguer-se. O Estado e a Provincia sugam annualmente deste Municipio, sem falar de outros canaes, e só do que corre pelas duas col-

lectorias, de 25 a 30 contos de réis. Eis o que vae no refluxo. Vejamos agora o que vem no fluxo: 10 por cento dessa quantia, que se gasta com a magra instrucção publica; 15 por cento, com a justiça e seus appendices; 20 por cento, com a policia; 1 a 2 por cento, com o artigo — religião; e o resto, a saber, mais de metade, vae perder-se em outras plagas, sendo ainda para notar que as despezas com a policia local são as unicas que trazem um resultado pratico e sensivel, pois que o cidadão, em muitas occasiões, recebe no lombo a benefica pancada do *réfe*. Por sua vez a Municipalidade exercita, com o mesmo zelo, as suas funcções exaurientes, e não se sabe, em ultima analyse, em que se emprega a sua receita. Por toda parte, pois, e sob todos os pontos de vista, os mesmos symptomas morbidos, as mesmas ansias, a mesma angustia. As consciencias como que perderam o centro de gravidade moral, e balançam-se inquietas em busca de um apoio. A instrucção é quasi nulla, á medida que tambem é nullo o gosto de instruir-se; e temos em casa o exemplo. Acabaes de ouvir que o dispendio feito com as escolas desta cidade é muito inferior ao que se faz com a policia: signal evidente de atrazo intellectual. Não limita-se a isso. Segundo a opinião de competentes, a proporção regular entre o numero de habitantes de um lugar e o das pessoas que devem frequentar a escola, é de 12 a 15 por cento, se esse lugar quer ter o titulo de adiantado. Ora, dos tres mil espiritos, que dissemos

haver aqui dentro, 4 por cento e alguns quebrados é que se encontra realmente de frequencia em cinco casas de instrucção que existem, sendo sómente 7 por cento o numero dos matriculados!... Vê-se, pois, que ainda entre nós ha uma certa má suspeita contra a arte *diabolica* de ler e escrever, para servir-me da expressão do italiano Aristides Gabelli.

Juntae esse aos demais phenomenos da nossa decadencia.

O *Club Popular Escadense*, meus senhores, não nutre a pretenção, que seria ridicula, de vir levantar um dique de resistencia contra a corrente de tantos males, cujo ligeiro esboço acabo de fazer; mas tem o intuito de inculcar no povo desta localidade um mais vivo sentimento do seu valor, de despertar-lhe a indignação contra os oppressores e o entusiasmo pelos opprimidos. E ha momentos, já disse com razão alguém, ha momentos, em que o entusiasmo tambem tem o direito de resolver questões...

Tenho concluido.

NOTAS E ADIÇÕES (217)

EXPLICANDO-ME

Como se lê na *Observação Preliminar*, o *Discurso em Mangas de Camisa* foi primeiramente publicado no *Jornal do Recife*, todo inteiriço, com seu conspecto simples e uniforme, sem signaes de chamadas para notas abaixo confirmativas ou explicativas de passagens do texto. Posteriormente, porém, foi condensado em brochura, aliás de pessimo exterior artistico, sem nenhum encanto e suavidade, que, só por si, constituem a seducção de muitos livros, embora o leitor avido não raras vezes caia em decepção, por não encontrar no miolo delles a substancia do pensamento.

A publicação ulterior ou seja a primeira edição desse pequeno livro, dada na *Escada*, veio accrescentada de excellentes notas, que attrahem a leitura e despertam a tentação do sério meditar. Todas, ainda mesmo as mais singellas, abordam questões momentosas, dizem em poucas e incisivas palavras o que alguns talentos de alta potencia não fariam senão derramando-se em myriades de phrases

(217) As notas, em ordem alphabetica, que vão adiante, foram extrahidas da edição, em separata, do *Discurso em mangas de camisa*, publicado pelo autor em 1879, em *Escada*, Pernambuco.

sonoras. São uma demonstração segura da força *nomenal* (de Nôoq ou vouq, espirito, pensamento), se é aceitavel ou se é cabido o neologismo, que presumo expressivo do meu modo ver, da originalidade do genio de Tobias Barreto; mas tambem semelhante qualidade significa que espiritos da sua ordem conquistam a pouco e pouco, paulatinamente, a admiração dos contemporaneos. Direi mais: são as intelligencias, que não se nutrem de phrases nem se embebem ou se emmaranham em ritornellos rhetoricos, as que mais custam alcançar as victorias da popularidade. Os talentos verbaes, segundo a expressão de um escriptor patricio, ao contrario, impõem-se desde logo devido ao retumbo do palavriado, tornam-se esplendidos e aureolados de um renome convencional, que lhes dá proporções illusorias, e de ordinario não se estende á posteridade, porque se extingue com a morte delles.

Voltando ao *Discurso em Mangas de Camisa*, a brochura editada pelo proprio autor quasi não transpoz as fronteiras do Municipio onde vivia e pensava o *solitario da Escada*. Não circulou fóra da então Provincia de Pernambuco. Quando muito, o titulo que houve, haurido das suas entranhas, impressionara alguns como uma exquisitice degeneravel em ridiculo. Sómente Sylvio Roméro, no volume *Machado de Assis*, é quem lhe faz a devida justiça, citando longos trechos das notas. E porque da penna do illustre escriptor sergipano o *louvre* ao mestre sempre *sahio inteiramente acabado*, é licito suppor-se que até isso determinou a pertinaz campanha de negação e do obscurecimento, que se pretendia, do real valor e do nome de Tobias Barretto. Pois se elle não foi fabricante de calhamaços prolixos e massudos, que grosseiramente pesam como fardos ou volumes brutos, sem contudo terem o peso especifico do ouro?!...

Não é Tobias Barretto escriptor de meias obras ou de volumes em meio, visto não haver jámais publicado trabalhos mechanicamente divididos em livros, secções, titulos,

capitulos e paragraphos, com oppilante fermentação de notas estiradas ao correr das paginas. O unico talvez ao qual se poderá dar o character de livro, na accepção correntia, é o que denominou — *Menores e Loucos*. Esse mesmo obedece ao genio do mestre, é um commentario de profunda critica ao artigo 10 do Codigo Criminal, no qual não se sabe que mais admirar, — se a opulenta riqueza da illustração ou a elevação das vistas e dos conceitos e arrastadora seducção do estylo. Todos os outros não passam de documentação da força synthetisadora do seu espirito, que claramente resumia em pequenas series de artigos, a todos accessiveis e capazes de levarem a convicção ao animo o mais obtuso, o desenvolvimento das mais subidas questões scientificas com as quaes nunca deixou de andar em dia.

Nem lhe assenta tambem o epitheto do *autor fragmentario*, visto como seus escriptos não são pedaços que ficaram de um todo, que se quebrasse ou fosse em parte perdido, pelo qual manava convincente logica. Taes não são para exemplo, as notas por elle accrescentadas ao *Discurso em Mangas de Camisa*, porque justamente são outros tantos artigos, que muito deleitam e nos quaes muito se colhe e aprende. Por esta razão, de proposito e a proposito, deliberei intitular-as, como se fossem discursos distinctos, havendo as denominações da contextura das mesmas.

Dest'arte, creio ter tambem comprehendido o pensamento e intenção do Exmo. Dr. Graccho Cardoso, a quem cabe a immorredoura gloria de uma edição sergipense das obras do mestre, tanto quanto possivel, completa. Nem é a só e unica coroa que cingirá a fronte do Presidente patriota, mas tambem o facto de, por seu generoso influxo, ser convertida em realidade a supplica do autor destas linhas, quando no final de sua conferencia — *Missão Tobiatica ao Recife* — lhe fez ver que o professor de Latim de Itabayana, que sómente duas aspirações affagava — ser deputado ou senador por Sergipe e ir á Allemanha fazer conferencias em

Berlim, — em goso de uma licença de seis annos, que o governo lhe concedera, foi victima imbelles da ganancia politica de então. Supprimiram-lhe a cadeira de Latim: não foi demittido, não foi removido, nem jubilado, nem posto em disponibilidade. Apenas ficou... nos ares, luctando teimosamente para viver, embora com direito ao ordenado, aos vencimentos, que nunca recebeu, até 1889, anno do seu fallecimento.

Nenhum dos seus dois ideaes conseguiu realizar!...

M. P. OLIVEIRA TELLES

A

*...á luz mortiza de velhas phrases
consagradas ao culto apparatuso dos
idolos do dia.*

Refiro-me, como é facil de comprehender, a essa mania, tão commum entre nós, de *fazer effeito* e conquistar popularidade, por meio de um certo numero de palavras *mysticas*, tanto mais seductoras, quanto mais obscuro é o seu conteudo, e que se tornaram estereotypas nas mãos da mediocridade.

A *liberdade*, este nectar espumoso dos sonhadores politicos, que aliás agrada mais pelo cheiro, do que pelo sabor, — a *republica*, esse fructo do paraiso, mais precioso por fóra, do que por dentro, que tem casca de *ouro* e miolo de *prata*, — o *povo soberano*, os *direitos do homem*, a *revolução* e todas as mais

tolices sacramentaes da rhetorica tribunicia, já perderam aos meus olhos, como phrases natas para ar ranjar uma *figura* e arredondar um periodo, o seu antigo e celebrado encanto.

Bem sei que, assim pensando, arrisco-me a desmerecer perante o juizo de uma bôa parte do publico legente. Ainda hoje é verdadeira, nomeadamente entre nós, a receita prescripta pelo poeta:

*Voulez-vous du public captiver le suffrage,
Du mot de liberté soupoudrez votre ouvrage.
Ce mot magique et cher fait pétiller d'esprit
L'ouvrage le plus plat et le plus mal écrit.*

Todavia não obedeço ao gosto predominante. No discurso que ahi fica, o leitor terá muitas occasiões de notar-me alguma frieza, desejar aqui mais um impeto, alli mais entusiasmo, porém nunca pegar-me-ha em flagrante delicto de palavreado esterial, calculadamente talhado para embair os simples.

B

...“A’ todos cabe o mal da humanidade, etc.

E’ a traducção, um pouco livre, dos seguintes versos allemães:

*Das Uebel, das auf der Menschheit ruht,
Ist eine gemeinschaftliche Last;
Was du davon auf dich genommen hast,
Kommt als Erleichterung Andern zu gut.*

A quadra que pude fazer, se não tem o cunho de um *traduttore*, não tem também o de um *traditore*. A feição do pensamento contido no original não foi alterada; — e isto me basta.

C

SOBRE UMA TRILOGIA CELEBRE

...menos que tudo, a celebre trilogia: "liberdade, igualdade e fraternidade"...

E' mister, senão coragem, sem duvida um certo despego dos prejuizos correntes para ousar dizel-o: — esta formula pomposa da metaphysica politica, este dogma imponente, sedimento de tempos que já escoaram, os turbidos tempos da razão-pon-tifice, com sua infallibilidade e vice-deidade papal, não pertence mais aos nossos dias. E' como cedula de papel-moeda, retirado da circulação, cuja cifra pôde apenas mostrar um *valor que outr'ora teve*, formando, porém, contra aquelle, nas mãos de quem

por ventura ella se encontre, um documento de desleixo, velhacaria, ou estolidez.

Liberdade, egualdade e fraternidade!...

São semelhantes a um desses grupos das chamadas *estrellas triplas*, que nos parecem extremamente approximadas umas das outras; e todavia... que larga distancia não medeia entre ellas? — Nada demonstra mais vivamente, do que esta *triade* inharmonisavel, a verdade contida nos versos de Schiller:

*Leicht bei einander wohnen die Gedanken,
Doch hart im Raume stossen sich die Dinge*
“Facilmente uns com outros se accommodam
E habitam, sem chocar-se, os pensamentos;
Porém no espaço as cousas se abalrôam.”

A theoria é sempre franca e generosa, a pratica sovina e mesquinha. Como um rico e avaro banqueiro, que não acceta os saques de seu socio perdulario, a pratica não dá razão aos sonhos da theoria. E se ha uma dessas illusões theoricas, de que se pôde dizer com segurança que a experiencia está feita, que no fundo do chrysol, em vez do metal precioso, só ficou a borra, é justamente a theoria em questão. Uma cousa unica resta á admirar: — é que, á despeito de todos os desmentidos da realidade, esse trifolio antithetico do *messianismo* politico francez, singular mistura da razão e da imaginação, verdadeiro producto da phantasia celtica, sahido da mes-

ma forja que os romances de Julio Verne, conte ainda, como de facto, seus fanaticos seguidores. Entre nós, pelo menos, é incontroverso que, para fazer *acto de liberalismo*, importa andar repetindo, a todo proposito, estas tres phrases inanes, com áres, aliás, de quem decifra as palavras fatidicas do festim de Balthazar. Mais de um *evangelist of waste*, cujo symbolo não é o leão de Lucas, e tampouco a aguia de João, porém o macaco, vive ainda a doutrinar o pobre povo nos santos mysterios da magica trindade, que forma o fundo do *culto da Revolução*...

Já era tempo de não haver mais um espirito, na classe mesma dos parcaemente instruidos, que se deixasse tomar de admiração e interesse pelos *idola fori* dos gallicistas politicos. Já era tempo de zombar do doutrinarismo revolucionario, como cousa anachronica e de todo inadequada aos nossos dias; — já era tempo, em summa, de acabar com as illuções da *eschatologia* social dos modernos prophetas, e reunir com Giuseppe Giusti, o celebre satyrico italiano, num só feixe de promessas impossiveis, de pretenções ridiculas,

— *la concordia, l'eguaglianza,*
L'unitá, la fratellanza
eccetera eccetera. —

Mas a magia da parolagem, entre nós sobretudo e a despeito de tudo, não perdeu a sua influencia. Com razão disse F. Zölner que o grau de veracidade

e capacidade dos individuos, bem como dos povos, se mede pela extensão, em que a sua linguagem é dominada pela *phrase*. Porquanto, accrescenta o grande astronomo philosopho, — onde a *phrase* se apresenta, a verdade cobre silenciosa a cabeça, e retira-se espavorida (*Ueber die Natur der Cometen*). — Nós estamos bem no caso de offerecer materia para verificar-se uma tal observação.

Entretanto, é sempre de esperar que não deixará de vir o dia das desillusões, — e aquelles mesmos, nos quaes hoje a expressão sincera da realidade das cousas, apreciadas em sua prosaica nudez, produz impressão egual a que produz no touro enfurecido o lenço vermelho do toureador, curvar-se-hão, por certo, á omnipotencia dos factos. O que presentemente se repelle como extranho e absurdo, mais tarde não passará de uma verdade vulgar.

Schopenhauer já o disse: — o destino de toda e qualquer idéa, maxime das mais importantes, é que á verdade está reservado ter sómente uma curta celebração de victoria, entre os dois longos espaços de tempo, em que ella é condemnada como *paradoxo* e despresada como *trivial*.

D

A PROPOSITO DA REVOLUÇÃO FRANCEZA

Prova-o de sobra a revolução franceza, que tendo começado em nome da liberdade, degenerou no fanatismo da egualdade, e reduzio-se ao absurdo nas mãos de um despota.

Apresso-me a ir de encontro a uma idéa falsa, que o leitor pôde formar, julgando-me, por essas palavras, *um dos muitos*, para quem a revolução franceza é o resumo de toda philosophia da historia, e que nella, sómente nella, bebem ensinamentos e exemplos de alta sabedoria politica; — idéa que, além do mais, teria a desvantagem de pôr-me em contradicção com as vistas manifestadas na nota antecedente.

Com effeito, se não pertenço á eschola retrograda e obscurante dos sycophantas do passado, os quaes de convicção, ou por capricho ainda hoje se benzem horrorisados diante dos espectros que se associam á lembrança de 89, tambem não augmento o numero dos *idiotas* da liberdade, que só vêem na revolução franceza um acto providencial, uma emenda feita ao Golgotha, uma segunda redempção, e como tal o começo da verdadeira historia da humanidade. Não sei se estou acima ou abaixo destes dois diversos

modos de intuição, — mas sei que estou fóra delles. Não se lê impunemente, neste sentido, as investigações de um Sybel, as paginas de um Treitschke: — eu já não creio em benções divinas, que nos viessem dos tempos do *brumaire*, ou *thermidor*... A chamada revolução franceza, que o professor Luigi Settembrini, de Napoles, em suas *Lezioni di Letteratura Italiana*, exige que seja, e prova que deve ser tida como *revolução latina*, a qual se preparava, havia já tempos, no seio dos povos da mesma raça, e foi realisada pelo impeto da França, — esse grande entre outros grandes acontecimentos do mundo moderno não contém em si cousa alguma de enigmatico ou mysterioso, e bem pouco encerra de poetico e venerando. Não é aqui o logar proprio de entrar em longos detalhes sobre este ponto, na sustentação de um modo de ver, que destôa dos prejuizos acceitos, que é um golpe dado na raiz da opinião dominante. Mas importa deixar accentuado: — a França que tem sido, neste seculo, muitissimo fecunda em construir *Philosophias* de tudo, da mesma forma que a sua *Exposição Internacional* do corrente anno foi fertil de *Congressos* sobre todos os assumptos, desde o que teve por objecto o direito das mulheres até o que se occupou do direito dos cavallos e seus irmãos em soffrimento; a França que sabe philosophar *de omnibus et quibusdam aliis*, e tanto que lhes devemos até uma *Philosophia da Miseria*, que aliás sómente servio para pôr em relevo, como mostrou Karl Marx,

a *miseria da Philosophia*; a França, emfim, que pouco falta se lembre de nos dar tambem a *Philosophia da Insensatez*, para occupar logar de honra entre as suas *Philosophias*... do *Direito Penal*, do *Direito Ecclesiastico* et reliqua, mentiria á sua missão humanitaria e civilisadora, se não tivesse egualmente o seu systema acabado, a sua *Philosophia da Revolução*, escripta nos livros e implantada nos espiritos.

E' pois de encontro aos dogmas desta velha orthodoxia philosophico-politica, que eu me confesso incredulo e rebelde. No estado actual do seu desenvolvimento, a historia dos povos modernos, principalmente dos povos da America, necessita de factos mais importantes, de soluções mais proficuas, do que derrubar thronos e decapitar coroados. As exigencias do seculo excedem muito e muito a medida das categorias estereis de *direitos do homem e soberania do povo*.

A tudo isto, — tenho por certo, — mais de um idolatra do paiz da moda, da gente azougadamente mobil, de quem já nos seus primeiros dias dizia Cação, que era distincta por duas cousas: *rem militarem et argute loqui*. — o que exprime justamente *la gloire e l'esprit* dos tempos de hoje; — mais de um idolatra do paiz da moda, — repito, — abalará com desdem a cabeça. A razão é simples: — cabeças oucas facilmente se abalam. Mas o que importa? Eu não pertenço á classe dos felizes que, na ex-

pressão de Hartpole Lecky, compram a paz, o viver bem com todos, *á custa da verdade*; como não acho sempre digno de praticar-se o conselho de Goethe:

— *Sagt es niemand, nur den Weisen,
Weil die Menge gleich verhöhnet.*

Não digas a ninguém, sómente aos sábios,
Porque o vulgo não sabe, e logo zomba.

Pelo contrario, é muitas vezes diante do vulgo mesmo que se reforça o dever de não calar-se as proprias convicções, não obstante os seus desdens, e até por causa delles. Demais, eu não creio viver em um mundo, onde existam claramente assignaladas as duas distincções de *sábios*, a quem se falle, e *multi-dão*, com quem se tenha reservas. A este, de que faço parte, perfeitamente se accommodam as palavras de Machiavelli:

Nel mondo non é se non volgo.

Bem sei que, em semelhante meio, a posição do escriptor, não atacado da geral *preguiça de pensar*, e que tem, portanto, alguma cousa a dizer, é igual á da rainha *Gandhari*, no conto indiano: — “O velho rei *Dhribarashtra* era cego; tendo elle um dia de apresentar-se em público junto com sua mulher *Gandhari*, esta veio de olhos vendados, para não mostrar-se melhor que o seu querido esposo...”

E' assim: — o escriptor tambem necessita de apresentar-se de venda nos olhos, voluntariamente cego e ignorante, para que esteja bem ao nivel do seu *caro* leitor. A lenda indiana não diz, que castigo teria *Gandhari*, se apparecesse sem véo no rosto; — mas sabemos qual é o que aguarda o escriptor desponderado, que *ousa* ter uma idéa de mais, não bebida na fonte commum do seu honrado publico; é o ridiculo, este martyrio da epocha, na phrase de Pelletan, porém que entre nós outros, — e é isto o que me anima, — ainda não foi exercido com effi-cacia, não poude ainda realmente contar, nem sequer um martyr, graças ao desaso e estupidez dos car-rascos.

E

A FRATERNIDADE É SIMPLES CONCEITO RELIGIOSO

*Quanto a fraternidade... consi-
dero-a mais um conceito religioso, do
que um conceito politico...*

O leitor attenda bem: — um *conceito religioso*, e não um *conceito moral*.

O sentimento, que faz ver na humanidade uma só familia, se é que elle de facto existe, não pertenc-

ce á esphera da moralidade. As acções humanas, como taes, aquellas mesmas que demandam mais abnegação e esquecimento de si proprio, que mais engrandecem o homem ante a sua consciencia, não têm como base, como motivo primordial, o amor e dedicação ao *genero humano*, o qual, em ultima analyse, não passa de uma especie de notação algebrica, de uma quantidade abstracta, de que se faz uso unicamente por commodidade da linguagem. A moral nada tem que ver com os desvarios de espiritos ligeiros, que se afiguram, sob o schemma da *fraternidade*, uma ordem natural e racional das cousas, em que o gato se concilie com o rato, e o lobo com o cordeiro. *O non sibi sed toto genitum se credere mundo...* não é um principio de moral humana, uma norma de acção de homens que vivem e amam a vida, mas um sublime paradoxo de barbaro estoicismo, que julga vingar-se das miserias da humanidade, dando-lhe a resolver problemas impossiveis.

Os apostolos da *paz universal*, os capuchinhos philosophicos da *fraternidade humana*, illudem-se de todo, se é que, pelo contrario, não querem illudir. — “Eu nutro muita piedade, dedico muito respeito aos meus parentes reaes, diz Fritzjames Stephen, para que ouse dar o nome de irmãos a todas as creaturas humanas, das quaes não poucas merecem o meu desprezo e o meu odio. O genero humano é tão numeroso, tão cheio de differenças, tão pouco conhecido do individuo, que ninguem póde, sem mais outro

motivo, amar a raça inteira, como uma parentela. Os fanaticos da humanidade, no melhor dos casos, trazem na mente apenas phantasmas, a que nada corresponde de real e positivo..." — A isto junta-se uma outra consideração, não menos digna de nota, — é a seguinte: no dia em que a humanidade constituisse uma só familia, segundo os votos dos seus prophetas, deixaria ella de existir, porque, desapparecendo a lucta, desappareceria tambem o impeto da vida. Os povos têm cada um o seu alvo, o seu fim a proseguir; a humanidade, porém, não tem um *fim proprio*, e assim não pôde perdurar e progredir, senão dividida em estados, nações e raças, que emúlam, que se contradizem e luctam entre si. O desenvolvimento humano effectua-se por meio de contrastes, da mesma forma que o ponteiro do relógio avança pelos vaivens de pendula.

O *eu* da humanidade ainda não affirmou-se, nem pôde jámais affirmar-se de um modo claro e determinado, por actos que exprimam as forças e tendencias, não de uma raça ou de um povo, porém da especie inteira. Os *homens representativos* são-n'o sómente desta ou daquela nação, numa ou noutra epocha dada. A humanidade como *todo*, como systema organico, não teve até aqui, e nunca terá um *representante*. Aquelle mesmo, de quem se diz que viéra remir o genero humano do *captivo do diabo*, posto que ainda a esta hora mais de um *demonio* conserve captivo o pobre Adamide, não foi senão a per-

sonificação de tudo que de brilhante e admirável existia no povo israelita e se havia, por muitos seculos, accumulado em sua historia. Jesus foi um *representante*, sem duvida, — o maior, — eu concedo, que se pôde offerecer aos nossos preceitos; mas o foi unicamente da sua nação, como foi Alexandre entre os gregos, Cesar entre os romanos, Dante na Italia, Luther na Allemanha, e raros outros phenomenos da grandeza moral e intellectual dos povos.

O principio da individuação, que é o principio fundamental de todos os sêres, não abrange a humanidade, quero dizer: a humanidade não é um individuo, *scilicet*, uma força ou conjuncto de forças, que co-operam para um unico scopo, consciente ou inconsciente. Tão pouco pôde existir uma *união*, uma *fraternidade humana*, como existe uma *historia humana*, uma *lingua humana*. Bem que se diga, — e realmente seja aceitavel, — que o homem é um *ente historico*, esta verdade não deixa de soffrer, todavia, suas restricções. Porquanto, sem ellas, qual viria a ser, por exemplo, a *historicidade* do Papua ou do Esquimó, e de tantos outros *residuos* inuteis ou *esboços* despreziveis, que ficaram fóra da acção do geral processo evolutivo?

Não nos illudamos: — o conceito da humanidade é apenas uma categoria do pensamento, senão antes um *schemma* da phantasia, que nas almas estremecidas pôde elevar-se ao gráu de um postulado do coração, um suspiro, um — *quem me déra!* — Quem

nos dera, com effeito, que todos fossemos irmãos, que como taes nos amassemos! Nada mais bello, sem duvida. Mas tambem nada mais irrealisavel. E' um modo diverso de exprimir a formula vulgar da grande illusão humana: — *quem me dera ser feliz!* — “A esperança de uma futura felicidade positiva da humanidade e, por força dessa esperança, a co-operação para o desenvolvimento do *todo*, forma o *terceiro estadio da illusão*, diz E. von Hartmann”. É sabido que este philosopho, o qual com Byron, Schopenhauer e Leopardi constitue, por assim dizer, o grupo dos quatro evangelistas do pessimismo, que entoam como thema o desolante — *Vanitas vanitatum*, repercutido nas fortes palavras do sublime lyrico italiano,

... *Arcano é tutto;*
Fuorché il nostro dolor...,

é sabido, repito, que Hartmann dividio em *tres estadios* as illusorias pretensões do homem; sendo pois o terceiro e ultimo delles a aspiração phantastica de um *reino de Deus* na terra, no qual a dita suprema de cada um consistirá precisamente na suprema dita de todos.

Grandioso sonho, porém sempre sonho!

E os factos falam bem alto.

Que é feito do — *unum ovile et unus pastor* — que é feito do amor christão, da caridade evangelica, da cohesão fraternal entre filhos do mesmo san-

gue, do mesmo pae, *que está nos céos?* Que é feito do grande templo no *Oriente do valle de Josaphat, em um logar, onde domina a paz, a verdade e a união?* Magnifico ramalhete de *fables convenues!* O amor christão tornou-se uma phrase hypocrita, e o entusiasmo maçónico uma bravata ridicula. A igreja, que se diz orgão do primeiro, préga o jejum e banqueteia-se, aconselha agua e bebe vinho, ao passo que a *loja*, por sua vez, continua a occultar dos olhos dos profanos o seu tremendo segredo, o qual consiste exactamente no seu... *nada fazer.* Não basta expôr e figurar a humanidade “como um *todo*, unido pelos laços de fraterno amor para um esforço commum traz tudo que é verdadeiro, bello e bom” — é mistér, principalmente, organizal-a para esse fim. Mas... quaes são, e onde estão os orgãos dessa alliança enorme?

A mais importante organização social, de que a historia dá conta, depois do imperio romano, o catholicismo, — especie de arvore immensa que tinha a pretensão de espanejar o céu com as ramas e fazer na sua sombra acampar o exercito, ou amalhar-se o rebanho de todos os povos da terra, — o catholicismo é, aos olhos de quem quer ver, o mais claro exemplo da improficuidade dos esforços empregados para *uniformisar* o genero humano. Sem consideral-o *le chef d'œuvre politique de la sagesse humaine*, e julgal-o dotado de um *génie, éminemment* social, como ensina Augusto Comte, para cuja predilecção e quasi

entusiasmo pela religião catholica (entre parenthesis) eu chamo a attenção não só dos devotos, que o condemnam, sem conhecel-o, mas tambem dos anachronicos senhores positivistas, que o endeosam sem reservas e declamam em seu nome, contra a egreja e os padres; — sem ir tão longe, como o velho propheta do *Comité positif occidental*, eu penso, todavia, que, se ao catholicismo não coube a dita de reduzir a humanidade a um só systéma de crenças e costumes, aptitudes, idéas, sentimentos e acções, como explicita ou implicitamente estava contido no seu programma, nenhuma outra associação, religiosa ou politica, podel-o-ha jámais conseguir.

O que resta, pois, de todos os sonhos de eterna paz e harmonia entre os homens, de todos esses mundos phantasticos, formados nas nuvens, para habitação de felizes crentes, que se pretendem filhos dos deoses, e nessa presumpção reclamam para sua especie o cumprimento de altos destinos; — o que resta de tudo isso, é bem triste e pouco edificante: sempre o *homo homini lupus*, a refutar triumphante o *homo homini Deus*, persistindo verdadeiro, a respeito da humanidade, o que disse Scheffel da natureza em geral:

*Denn der Grosse frisst den Kleinen,
Und der Grösste frisst den Grossen,
Also löst in der Natur sich
Einfach die sociale Frage.*

Pelo grande o pequeno é devorado,
E o grande do maior torna-se presa:
Simplesmente, dest'arte, se resolve
A questão social da natureza.

F

EGREJA E THEATRO. RELIGIÃO

*Uma questão de "bigotismo", se-
não antes de alardo pecuniario, ou
de simples consideração ao burel de
um capuchinho.*

Peço perdão a quem quer que, por ventura, taes palavras possam offender, na hypothese, aliás erronea de importarem ellas um menoscabo do digno missionario, que deu um exemplo a esta localidade. Nem eu mudei de opinião: permaneço firme na idéa, uma vez manifestada, de que elle prestou á religião, como temo-la e praticamo-la, um serviço relevantissimo; e de tal arte, que a pequena parte opposicionista do publico *rezante*, aquella mesma que criticou tão cruelmente a architectonica do frade, *nolens volens* não deixa de ir á igreja capuchinha alliviar a angustia dos peccados, esquecendo assim, de dia em dia, o grande perigo de morrer esmagada pelo tecto e paredes da obra *mal construida*, e facil de desabar.

Não tenho a felicidade de ser um crente em regra, um daquelles que se delicias, maxime depois do jantar, quando mais prazenteiro é o humor religioso, na doce contemplação das cousas divinas. A' natureza esqueceu dar-me o estro, que faz os sanctos. Entendo tão pouco a linguagem das almas devotas, que me falam das puras effusões da vida hypersensível, como podera entender as palavras de uma mulher, que me fizesse a narrativa das dores do puerperio. E se é certo o que disse Gœthe, que o olho é um producto da luz, para ser então paralela e symmetricamente exacto, que a fé é um producto de Deus, eu devo confessar que até hoje este orgão não se desenvolveu, ainda não nasceu-me esse *segundo olho*. Mas tambem confesso que não me julgo, por isso, autorizado a duvidar da luz, que os outros dizem ver. A verdade não me nomeou seu interprete privilegiado.

Bem quer, ás vezes, parecer-me que descortino um mais largo horizonte, do que o meu pio vizinho, a quem, de dentro da gruta, em que se deixou ficar, — a gruta das suas crenças, — só é dado lobrigar um cantinho do céu. Bem quer, ás vezes, parecer-me que a igreja é um anachronismo e a sotaina uma cousa lugubre: como se os padres *trajassem lucto por Deus!*... Porém, curo-me logo de tal impiedade e recobro a consciencia de minha ignorancia; mesmo porque, no dizer do nosso povo, catholicamente educado, *os meninos sabidos não se criam*, e sendo a vida

assim, por si só, uma prova de idiotismo, — ponto este, em que aliás o bom do povo se encontra com mais de um philosopho, — eu tive a sorte de fazer parte dos idiotas — viventes.

Se não amo, pois, a sancta egreja com o amor e dedicação de um filho estremecido, tambem não lhe quero mal, posto que a mim, bem como ao Dr. Faust, podesse a ingenua Margarida com razão dizer :

— *Zur Messe, zur Beichte bist du längst
nicht gegangen.*

Ha tempos, que não ouves uma missa,
E aos pés do confessor não vaes prostrar-te

Deste modo comprehende-se qual seja a minha attitude; attinente ás cousas da sacristia. Quando falo de templo e capuchinho, é como se falasse de theatro e actor, ou de quartel e soldado, *sine ira et studio*, objectiva, historicamente. Nem ha logar de suppor-se que, referindo-me á construcção da matriz desta parochia, pretendesse oppor ao sentimento religioso argumentos economicos, e alludir ao desperdicio de um capital consideravel, empregado em cousa *improductiva*. Isto já é um ponto de vista atrazado; e nada menos importa do que dar a palavra á economia politica, para discorrer sobre assumptos, que lhe são de todo extranhos. Tanto valera ouvi-la sobre a orbita dos planetas e o tamanho das estrellas.

E' facil perguntar: — o que *lucra* o povo com um templo? Mas tambem é facil responder: — o que *lucra* o povo com tudo mais, que não é o templo? O theatro, por exemplo, dir-se-ha, é uma necessidade publica, uma eschola de correcção e moralisação. Vá que seja. Mas a igreja é uma outra. Entretanto, aqui separo-me do catholico leitor, que já vae talvez arregalando os olhos e querendo tomar-me por *um dos seus*. A necessidade esthetica, de que dá conta o theatro, não é mais profunda nem mais energica do que a necessidade religiosa, de cuja satisfacção se occupa o templo; e os crentes têm razão de reclamar para si o mesmo direito, que reclamam os diletantes de todos os generos. Ha sómente um ponto a esclarecer: — é que no fundo de uma, como de outra cousa, existe apenas verdade subjectiva. A efficacia da religião, como meio de moralizar, prova tão pouco a realidade objectiva do seu conteúdo, como a influencia theatral sobre o desenvolvimento do chamado espirito publico prova a verdade dos factos, que no palco se representam.

Mas nem por isso são valiosas contra aquellas razões de conveniencia, que aliás não vigoram contra esta. Ao economista e ao estatistico não é dado conhecer as modificações intimas, que podem resultar de uma hora de espectáculo, ou de uma hora de devoção. Bem póde se objectar: — o povo sae do templo, e vae metter-se na lama do vicio. Porém sae tambem do theatro, onde acaba de applaudir edifi-

cantes scenas de heroismo, e vae ainda commetter baixezas. Com o argumento economico da utilidade, chega-se até a supprimir a cadeia, pela inefficacia, mil vezes provada, de sua acção moralisante sobre o animo do criminoso. •

Por mais que se queira e ousadamente se tente, nunca poder-se-ha extirpar o ideal da consciencia e do coração do homem; e a forma, sob a qual mais visivelmente o ideal se revela ao povo, é justamente a forma religiosa. Que a religião seja um desvario, um resultado de mau desenvolvimento cerebral, ou seja antes, como queria, e com bons fundamentos, o celebre nihilista russo Miguel Bakunin, um protesto da natureza humana contra as miserias e estreitezas da realidade ambiente, de modo que, cessando essas miserias, a religião não tenha razão de ser — pouco importa ao caso, e a verdade é a mesma: emquanto o povo encontrar no padre, o que julga não encontrar no philosopho, e fizer da *hostia* o seu unico alimento espiritual é bem inutil querer arrancar-lhe a doce e consoladora illusão das suas crenças.

“A superstição religiosa, diz ainda Bakunin, não pôde ser debellada por meio da instrucção, por meio de associações, jornaes e outros quaesquer instrumentos de propaganda... Para acabar com a religião, não basta a propaganda intellectual, — é mister, junto com ella, a revolução social” — Tão extranha, quanto profunda e exactamente pensado! Com effeito: — derramae pelo povo a luz que qui-

zertes, decuplicae as escholas e centuplicae os mestres, — mas deixae a sociedade no *statu quo* de uma organização viciosa; — e não tereis feito mais do que augmentar no povo o sentimento da sua penuria. A sciencia é um alargamento da consciencia: “Com a crescente cultura do povo, diz Hartmann, cresce tambem o seu desgosto da vida”.

Não ha, portanto, razão sufficiente, maxime entre nós, para ter-se a religião como dispensada do seu mister de illudir e consolar. Ainda por muito, e quem pôde assegurar que não sempre? — o organismo social terá funcções religiosas, e carecerá para ellas de órgãos especiaes. Emquanto o homem, encontrando neste mundo sómente durezas, injustiças e miserias, crear-se por meio da phantasia um mundo melhor, uma como ilha encantada, onde elle irá repousar das fadigas e enjôos da existencia, — a religião será, como até hoje, um factor poderoso na historia das nações. E’ possivel que mais tarde, e á proporção que o velho principio da sabedoria, o *timor Domini*, fôr cedendo o passo ao *horror Domini*, a essa especie de *theophobia*, que accommette, a mais de um espirito desabusado, sobre tudo quanto os dois cavallos do coche dá vida, a *receita* e a *despeza*, não fazem boa parilha, — é possivel, sim, que mais tarde a tragedia torne-se comedia, e o sério actual das nossas cousas sagradas não encontre justificação no animo dos posteros; nem por isso é menos exacto que, a esse tempo mesmo, perdurarão

innegaveis os beneficios da religião. “D’aqui a cem annos, qualquer escholar americano provavelmente considerará Brigham Young um archi-tratante e o sacro livro dos Mormones a producção de um insensato; porém isto não destroe o facto de terem elles fundado uma cidade e deixado vestigios indeleveis na civilisação do *far west*”. Assim se exprime K. Frenzel, e a justeza do seu pensamento permanece identica, fazendo-se applicação a qualquer outra seita religiosa.

Convençamo-nos, enfim: — a religião é o que é: — uma aspiração do desconhecido, um alto presentimento, uma necessidade, um arroubo da alma, e talvez tambem uma tolice, como diria H. Heine; mas isto ou aquillo, e o que quer que mais possa ser, em todo caso, onde ella se manifesta sincera, a religião é inexplicavel, irreductivel a uma formula intellectual.

Ha oito annos, o autor destas linhas sobre equal assumpto, escrevia o seguinte, que pede permissão para repetir: — “Não comprehendemos o que seja uma alma despegada de todos os fios invisiveis, que por momentos suspendem-n’a e balançam-n’a entre o céu e a terra. Não comprehendemos a vida, sem o cheiro de alguma flor poetica, de alguma illusão mystica, de que não são isemptos os mais valentes herões da pura metaphysica. *A verdade não é o unico pão, de que o espirito se alimenta; a verdade não é a unica medida das cousas.* Quando este *paradoxo* penetrar em nossas crenças, acabar-se-hão

muitas luctas, porque a logica saberá conter-se, e não quererá dar lei nos dominios alheios... (*Americano*, n. 6, 1870).

Estas palavras, que tracei convicto, ganharam aos meus olhos tanto mais valor e significação, quanto é certo que, annos depois, eu tive o prazer de ler a opinião quasi identica, em uma obra do sabio professor Krönig. Diz elle: — “Verdade e belleza, segundo a sua essencia, nada tem que ver uma com outra. Muita cousa verdadeira, não é bella; muita cousa bella, não é verdadeira. Da mesma forma que nos deliciamos com innumeradas poesias e outras imagens da arte, podemos tambem deliciar-nos com muitas doutrinas religiosas, sem comtudo julgal-as verdadeiras. (*Das Dasein Gottes*, 1874)”.

Confessando-me pois sem vista sufficiente para descobrir ao longe, mesmo atravez dos mais perfeitos instrumentos da sciencia, o que outros creem ver com facilidade, e a olhos nús; — inteiramente ignorante dos meios de proceder a essa especie de *analyse espectral* da Divindade, que muitos executam no fundo das suas meditações, e della tiram o conhecimento da constituição psychologica do Sêr Supremo; — nem por isso tenho a coragem de presuppor nos meus semelhantes um aleijão moral, de consideral-os deturpados por um *orgão de mais*, quando sou eu talvez, quem é defeituoso... por um *orgão de menos*.

G

OPINIÃO ERRONEA

*Os cometas não percorrem uma
mesma orbita, as nações não seguem
um mesmo caminho.*

Ha aqui uma referencia implicita á erronea opinião, geralmente acreditada entre nós, de que a historia de um povo, sobre tudo em materia politica, possa servir de norma para as acções de um outro. Assim vemos, ainda a esta hora, mais de um espirito culto, ou pretendido tal, reportar-se, ora á França, ora á Inglaterra, ora aos Estados-Unidos mesmo, para ensinar a marcha regular do governo monarchico brasileiro! E não raros chegam ao ponto de, confundindo o facto com a lei, decretarem a quéda do imperador, pela mesma razão e fórma, por que cahiram *ex. gr.* Carlos X e Luiz Philippe!

Ora, não precisa dizer, quanto esta intuição é acanhada e pueril.

Cada povo tem a sua historia, e cada historia tem os seus factores. Tampouco se encontra dúas nações com o mesmo desenvolvimento, como dois individuos com a mesma feição. E mais que tudo, — a identidade da forma de governo assemelha tanto entre si o destino dos Estados, como podera, por

ventura, identificar-se a sorte de dois homens, pelo unico facto de nascerem num mesmo dia, ou de . . . vestirem panno da mesma peça. “A observação do que se passa entre as nações estrangeiras, diz Leonhard Freund, é realmente sempre instructiva na medida, segundo a qual tudo que dá logar a comparar-se, provoca a reflexão; não obstante, um povo qualquer pôde tampouco appropriar-se, com vantagem, de alheias experiencias, como pôde um individuo. Porquanto, em ultima analyse, só se sabe e só se crê naquillo que se procura por si mesmo, que se tem inquirido e experimentado. . .”

Esta verdade tem as proporções de uma lei, a que nós outros brasileiros não poderíamos subtrahir-nos. A esphera do mundo politico não é recortada de meridianos e parallellos, nem admitte *anticios* e *pericios*, que vivam debaixo do mesmo gráu de latitude ou longitude, sujeitos á influencia de um mesmo clima social. O que disse Gæthe da historia da sciencia, que é semelhante a uma grande *fuga*, na qual, uma após outra, se faz ouvir a voz dos povos, não se adapta com egual justeza á historia da politica. Alli se comprehende a repetição e continuação do thema commum, aqui porém, a cousa é diversa: — a um povo não é licito repetir ou imitar, nem a si mesmo, sob pena de cahir no baixo comico, inherente a todas as caricaturas. “Ai dos imitadores, se diz na poesia; porém tres vezes mais dignos de lastima os imitadores politicos; elles são o presente mais pe-

rigoso, com que a cholera dos deoses pôde mimosear "uma nação infeliz". Não hesito em fazer minhas estas palavras de K. Krenzel.

Assim, em summa, eu creio que não é lançando mão do programma revolucionario deste ou daquelle paiz, nem trajando alheia *roupa constitucional*, que poderemos jámais elevar-nos e engrandecer-nos.

Alexandre Humboldt chamou a constituição ingleza *um producto oceanico*; nós seriamos ditosos, se tambem aquella que nos rege, podesse por ventura qualificar-se de *um producto selvatico*. A politica autochtone, ingenita ao character do povo, é a unica efficaz e vantajosa, por ser a unica, tambem, capaz de desenvolvimento.

H

SOBRE A LIBERDADE

*A liberdade é o preço da victoria,
que adquirimos sobre nós mesmos...*

Neste bello dito de Mathy ha como que reverbero de um raio de Gœthe: —

*Nur der erringet Freiheit sich und Leben,
Der täglich sie erobern muss.*

Sómente alcança liberdade e vida
Quem tem de as conquistar dia por dia.

E ainda aqui se reconhece a fonte de um pensamento similar do celebre israelita Luiz Börne: — “ser livre, é nada; tornar-se livre, é tudo”. Com effeito, na lucta prova-se a força; e a lucta, por sua vez, desperta e produz a força. Como se vê, é isto ainda uma das formas da doutrina de Darwin, pela qual a liberdade mesma deixa de partilhar com Deus e o diabo a sorte de ser um sujeito, para quem não se acha predicado condigno, *um nome que só tem vocativo*, um grito, uma *interjeição*, para entrar nos dominios da experiencia e ser no chamado mundo moral o que é, por exemplo (o leitor não se espante), a musculatura masculina, a propria barba viril no mundo physico: — um resultado de desenvolvimento particular, um producto tambem do *struggle for life* e *natural selection*, estes sedições estribilhos do dia, aos quaes, entretanto, a mesma sedicidade não é capaz de tirar o alto valor e profunda significação scientifica. Isto, porém, não só em relação á natureza e á sociedade, com quem o homem vive em perfeito combate, mas ainda em relação ao seu mundo intimo, frente á frente, com suas paixões, vis-á-vis de si mesmo. A liberdade é sempre uma conquista.

O que disse Schopenhauer da razão humana, a deusa da *philosophalha*, por *elle* desencantada e reduzida ás proporções singellas de uma qualidade *feita*

ou *adquirida*, assenta em cheio na liberdade, esta outra *deusa*, cujo culto idolatrico não tem sido menos perigoso, e não é hoje menos ridiculo que o da sua orgulhosa irmã (218). Como a sciencia da razão, a sciencia da liberdade — e realmente pode se falar de uma tal — não é ainda o que devem ser todos os ramos do saber humano, uma sciencia de relações, de verdades proporcionaes aos factos. Não é ainda, disse eu, e se-lo-ha algum dias? Sem duvida. O conceito da liberdade será um pouco mais tarde tão diverso da intuição hodierna, quanto já hoje, em grande parte, é elle differente das formulas sacramentaes do velho cathecismo liberal. Assim, afóra os obstinados maniacos francezes, e mais alguns, ou embusteiros, ou parvos, de outras nações, que se associam ao *grupo francez*, — para suppor aqui, por instantes, realisado o sonho de Saint Simon e servir-me da sua expressão, — com excepção desses taes, cujo numero aliás pouco releva que seja, duzia ou legião, ninguem mais fala nem crê nos prodigiosos effeitos de uma liberdade ideal. A natureza divina deste *verbo*, bem como a de Jesus, vae sendo posta á conta dos phrenesis poeticos e das creações phantasticas.

Bem pôde se me objectar: — E Stewart Mill?... Que dizes de Stewart Mill, cujo famoso livro — *On*

(218) A razão é a deusa da *philosophalha*, como a liberdade é a deusa da *canalha*. (De uma prelecção de Direito Publico do Dr. Tobias Barretto).

Liberty —, que elle mesmo considerava a sua mais importante obra, é chamado o evangelho politico do seculo XIX? E onde é que melhor já se entouo um hymno á liberdade, como nós sonhamo-la, como nós quizeramos tel-a, do que nesse opusculo de ouro?

A objecção é de peso, mas nem por isso irrespondivel.

Ao falar de Stewart Mill e do seu livrinho exemplar, actualmente mais elogiado do que lido, eu sinto, por effeito não sei de que lei psychologica, virem-me á lembrança aquellas malignas palavras de Henrique Heine: — “o francez ama a liberdade, como sua noiva, o inglez, como sua esposa, o allemão, como sua avó”. — A’ parte o que diz respeito á velha *avó* e a joven *noiva*, consideremos sómente a liberdade, *como esposa*, visto que Mill era inglez, era um filho leal, segundo Treitschke, “daquella classe media, legitimamente germanica, da Inglaterra, que desde os dias de Ricardo II, tanto no bem, como no mal, por meio de um serio impulso para a verdade, como por meio de um *tenebroso e phanatico zelotismo*, de preferencia tem representado a vida intima, o trabalho espiritual desse paiz”.

E’ pois assim: — Mill amava de certo a liberdade, como sua mulher. Da mesma forma que a viuva Taylor, que morreu como senhora Mill, e cujo cerebro era de volume e peso ordinario, elle cingio de uma aureola ideal, a ponto de lhe attribuir um ge-

nio superior ao seu, de pintal-a como sua mestra e inspiradora, de dar-lhe no céo, em summa, *um espirito, que ella não teve na terra*, — assim fez com a liberdade: tomou entre mãos o velho assumpto, *notum lippis et tonsoribus*, do qual ha mais de cincoenta annos já dizia Jouffroy que seria poetico, se fosse menos comprehendido, retocou-o e idealizou-o, conferindo-lhe lá em cima, na esphera das abstracções e dos pios desejos, um character de supremo respeito, que elle não tem, que não póde ter cá em baixo, na habitação da miseria, no mundo pratico e positivo.

A circumstancia de haver Mill seguido os vestigios de G. de Humboldt no manejo do mesmo thema, que o grande allemão, muito antes d'elle, tratára de elucidar, não sei se agrava ou attenúa; mas certo não deixa de causar extranheza, por um lado, que Stewart Mill, a quem aliás acompanhou na descoberta o esteril Laboulaye (*L'état et ses limites*), tenha proposto aos povos cultos modernos, como sublime *desideratum*, como unico scopo a attingir, sem distincções nem reservas, aquillo que Humboldt, em sua mocidade, só podera conceber occasionalmente sob a influencia da atmospheria *bureaucratica* de Frederico Guilherme II, e isto apenas como uma especie de reactivo consolador; — por outro lado, que o pensador inglez, com o claro intuito de dar tambem *alguma cousa de si*, errasse o tiro e fosse além do alvo, apondo contra a sociedade as armas, que o seu modelo assestara contra o Estado.

Eu não sou, — *cela va sans dire*, — eu não sou dos que por ventura julguem natural e razoavel, em toda a sua extensão, a despotia social, não menos oppressiva, ainda que menos visivel, que a despotia politica. Mas tambem não sou *individualista*, no rigor da doutrina, no sentido da *seita*, isto é, no sentido de negar á communhão todo e qualquer direito de se ingerir na conducta do individuo, “uma vez que esta (é a restricção banal dos sectarios) não tenha por effeito a offensa de outrem”. A lucta que deste modo se pretende que o individuo trave com a sociedade, affirmando a sua independencia, accentuando a sua soberania pessoal, é um dos maiores rasgos da extravagancia humana. Della não sae illeso, nem mesmo o mais forte genio, o mais elevado espirito. E é digno de nota: o individualismo, que levado com logica tem por uma de suas mais *bellas* consequencias praticas o *revolverismo* americano, — o individualismo de Stewart Mill e consortes, cujo conteúdo importa uma especie de *radicalismo social*, não é tão extranho, quanto póde parecer, á melancholia poetica dos *filhos do seculo*, ao orgulho, á *rabies manfrediana* dos descendentes de Byron.

Sou eu talvez o primeiro que ousa fazer uma tal aproximação, descobrir uma tal identidade de origem entre correntes espirituaes, em apparencia tão diversas. Pouco importa. Insisto na minha convicção: o publicista do *Essay On Liberty* e todos os seus discipulos pagaram tambem o fatal tributo ás

paradoxias da epocha, beberam tambem na taça *byronica*, não menos do que, por exemplo, qualquer dos coripheus da *Joven Allemanha*, da *Joven Inglaterra* ou da *Joven Russia*, o licor agridoce da autonomia selvagem, da guerra aberta, contra a sociedade, suas barreiras de convenção, seus prejuizos tradicionaes. O leitor reflecta e responda então: quem foi que, neste seculo, affirmou primeiro, com mais franqueza e denodo, quem foi que mais victoriosamente fez valer o *direito da subjectividade*, “até diante das forças infernaes”, como diz Karl Elze? Sem duvida o poeta inglez, não aquelle...

*dont le monde encore ignore le vrai nom,
Esprit mysterieux, mortel, ange ou demon,*

na phrase frivola de Lamartine, — mas simplesmente o genio revolucionario, o aristocrata vaidoso, o *sublime coxcomb*, segundo Hazlitt, que sentia-se, como elle mesmo disse de Dante, —

*in the solitude of kings
Without the power that makes them bear a crown.*

E o que foi, o que é pois toda a poesia *psychocentrica* de Byron, senão puro individualismo, radicalismo puro? Não é ir muito além lançar á sua conta o primeiro impulso dado, nos tempos modernos, e d'encontro á reacção romantica, para essa philosophia social, que caracteriza a nossa epocha,

e se propõe arredar do terreno da historia um grande numero de preconceitos, que julga serem os maiores obstaculos á marcha regular do espirito humano. Razão por onde é bem comprehensivel o que disse Gervinus, — que no unico genio de Byron pareceram surgir conjunctamente — *republicanismo* americano, *livre espirito* allemão, *mania revolucionaria* franceza, *radicalismo* anglosaxonio. E tudo isto, ousou eu accrescentar, desenvolveu-se, ramificou-se, em todas as direcções da rosa dos ventos, e espalhou-se pelo mundo culto, como uma inundação. Bastante caracteristico da tendencia destruidora, que devia mais tarde, na mão dos epigonos, degenerar em programas messianicos e ameaças *quichotescas*, já era o facto singular de ter Byron achado na *carbonaria*, segundo a sua própria expressão, *a verdadeira poesia da politica*. Mais um passo adiante, — não é o puro dominio dos videntes de hoje, dos revolucionarios *rimados* e *não rimados*, dos campeões em prosa e verso, que pretendem emendar a historia, escrevendo-lhe uma *errata* a ferro e fogo?!...

Longe de mim a idéa, — que seria sem duvida extravagante, — de medir pela mesma bitola o *individualismo* de um Mill e, por exemplo, o *radicalismo* russo, allemão ou italiano, de adicionar o publicista inglez ao grupo dos Herzen, Mazzini, Georg Herwegh, Arnold Ruge *et le rest*. Longe de mim a pretensão, não menos singular, e ainda mais estulta, de arrancar uma folha, se quer, da corôa

de benemerencia scientifica e litteraria, que adorna o busto do illustre pensador, de reduzir a simples proporções de satellite uma estrella de primeira grandeza... Mas esta justa verecundia não me impede de passar o meu *crayon* em mais de uma idéa falsa do autor celebrado, que munido, como delle diz Gneist, de uma logica economica e de uma economia logica, tornou-se o philosopho predilecto da industriosa sociedade moderna, aborrecida, impaciente de qualquer apparencia de tyrannia; como tambem não me impede de reconhecer nos seus reclamos em pról do individuo os laços de filiação e dependencia, que bom ou máu grado seu, consciente ou inconsciente-mente, o prendem ao patriarcha do individualismo sofrego e descontente dos nossos dias. Bem sei que estabelecer assim uma relação genética entre Stewart Mill e lord Byron não deixa de provocar alguma contradicção: é com effeito difficil de crêr que a maçã tenha cahido tão longe do tronco, posto que seja aliás admissivel que ainda muito mais longe póde o vulcão sacudir as suas cinzas. Porém o facto é este: a doutrina de Mill e seus apóstolos, em materia de liberdade individual, — competentemente integrada e diferenciada, — só dá em resultado, por assim dizer, a *theoretisação do byronismo*. Eis tudo. E aqui sinto-me impellido á repetir umas bellas palavras do italiano Francesco de Sanctis, notavel escritor contemporaneo: — “L’individualismo, diz elle, è presso al suo termine; tutte le vie per le quali ei si é messo

ci conducono inevitabilmente negli affanni del dubbio. Noi assistiamo ansiosi a' suoi ultimi e funesti effetti nella scienza, nell'arte, nella politica, nella economia, ne' costumi: scetticismo nella scienza, subbiectivismo nell'arte, anarchia in politica, pauperismo in economia, egoismo ne' costumi: ecco i suoi amari frutti... (*Saggi critici*)".

Que direi agora dos sectarios francezes da celebre eschola? Nem uma palavra. Em um paiz, onde cada individuo é um Narciso, e o publico a fonte chrystallina, em que elle se contempla e enamora-se de si mesmo; em um paiz, *le plus vilain pays du monde*, — a expressão não é minha, é de Stendhal, — *que les nigauds appellent la belle France...*, onde todos os movimentos e attitudes do individuo parecem calculados para o applauso, e como que sempre acompanhados de um... *qu'en dirat-on?! —*; num paiz, emfim, onde a polidez, que em ultima analyse vem a ser tambem, a seu modo, uma tyrannia, uma coacção da pessoa, é mais que um appendice, — é um subrogado da moral, e dest'arte até se vióla com menos remorsos um artigo do *Code Penal*, do que uma regra sacrosanta de genuina *politesse française*; — em semelhante meio, querer emancipar o individuo do poder e influencia da sociedade, é um bello pedaço de phantasia, um dos melhores capitulos de — *Philosophie pour rire*.

Destas considerações, um pouco largas talvez, porém não superfluas, póde-se deprehender, quanto

ha mister de modificar-se o conceito da liberdade, que é semelhante ao sangue symbolico do chamado sacrificio incruento; — embora sancto e venerando, não deixa, todavia, de poder embriagar. E com effeito só vejo que seja tão tristemente ridiculo, como um *ebrio* de liberdade, um sacerdote de Christo, que por ventura sempre descesse do altar tropeçando na propria cabeça, em virtude do *brinde quotidiano* ao redemptor do mundo. Importa pois, sobretudo, empregar esforços para arredar inteiramente do circulo das nossas intuições politicas e sociaes a perniciosa influencia dessa paixão vulgar, que faz da liberdade uma cousa ideal, hyperhumana; e d'ahi a torna-a uma cousa *mythologica*, um *sylpho*, ou um *gnomo*, — ha sómente um passo. Todo ideal é de natureza *etherea* e facil de evaporar-se. Só isto explica, porque os *metaphrastas liberaes*, com os seus brincos de imaginação, com os seus navios sempre de velas desfraldadas, á espera de vento, que os conduza ao *paiz da felicidade*, muitas vezes prestam mais serviço aos governos despoticos, do que os proprios *theoreticos* do absolutismo.

Já deixei escripto que a liberdade é sempre uma conquista; — mas isto não se oppõe a que ella seja tambem uma herança, não no sentido *rhetorico* e *trivial*, mas no sentido *scientifico* de um facto *phylogenetic*, para exprimir-me na linguagem de Hæckel. Em harmonia com os principios de sua *Philosophia monistica*, diz Ludwig Noiré — “A liberdade huma-

na é um fructo, tarde amadurecido, do longo, infatigavel esforço de innumeradas gerações: — da *determinação* deste grande passado, e sómente della, é que resulta para nós a liberdade actual. . .” E Gœthe já tinha dito: — “O que tu herdaste de teus paes, adquire-o, para possuil-o.”

A liberdade é um dos bens componentes deste patrimonio herdado, que mais que todos importa *adquirir pela propria força*.

* * *

Ao concluir esta nota, — algumas palavras *pro domo*.

Diante das idéas, que ahi ficam expressas com franqueza e lealdade, não faltará quem se julgue autorisado á por em duvida o meu liberalismo. Ha uma orthodoxia liberal, que não tolera o menor afastamento da terra sancta de sua dogmatica. Eu serei, portanto, aos olhos de muitos, aos olhos de todos, uma ovelha desgarrada, um liberal heterodoxo. Mas este peccado não é, em si mesmo, o que mais espanta; maior que o proprio crime é a circumstancia, que o agrava, a circumstancia exotica de me ter deixado envenenar das doutrinas allemans.

A Allemanha é a minha loucura, o meu *fraco* irremediavel. Se não tenho motivos para orgulhar-me, tambem não os tenho para envergonhar-me disso. Ha sómente de sensível que mais robusta não seja a minha armadura. . .

A sociedade, em que vivo, não tem de certo força bastante para levar-me comsigo, como um madeiro arrastado pelas aguas selvagens dos nossos rios; mas eu tambem, por minha vez, não sou bastante forte para desvial-a do seu caminho, para fazel-a á minha imagem e semelhança; d'ahi uma perpetua inconciliabilidade entre nós, d'ahi alguma cousa de tragico na minha vida, que far-me-hia misanthropo e infeliz, se a natureza não me tivesse investido de uma indole expansiva e mil vezes mais disposta ao prazer, do que á tristeza.

Nem isto está em contradicção com as idéas anteriormente externadas: eu não ataco a sociedade em suas raizes, mas, se assim posso dizer, apenas em seus ramos; não faço guerra aos seus costumes, aos seus habitos moraes, porém sómente aos seus sestros politicos, que são, não sei se causa ou effeito de seus sestros litterarios, ainda não assás por mim combatidos.

I

PEDRO AMERICO E CARLOS GOMES

Tambem um puro absolutismo, apenas, porém, temperado... pela batalha do "Avahy", pela "Fosca", pela bancarrota do Estado.

Não pareça ao leitor ligeiro que vae de envolta com taes palavras uma certa ironia, um certo des-

dem dos dois artistas brasileiros. Não foi este o meu intuito.

Eu não sou, é verdade (e apresso-me em dizê-lo), dos que cingem de uma falsa auréola a frente de qualquer representante da arte; e até, no que toca especialmente ao nosso paiz, não me arreceo de pensar com Massimo d'Azeglio, aliás artista de merito, que um mediocre funcionario publico, se cumpre o seu dever, é um membro mais util á communhão politica, do que o maior pintor. Porém, isto de nenhum modo importa desconhecer o que ha de admiravel nos verdadeiros genios artisticos.

Não considero o renome do pintor e do compositor, a que fiz allusão, totalmente como obra de *réclame*; mas tambem não o considero um effeito natural do merecimento. Nos quadros de um, como nas operas do outro, collabóra o imperador; e esta é para mim a grande macula de ambos. E tanto assim se deixa crer, que o fulgor dos dois planetas está na razão directa da maior ou menor approximação do centro imperial: Pedro Americo é o mais aulico; não será justamente por isso que elle é tambem o mais falado?

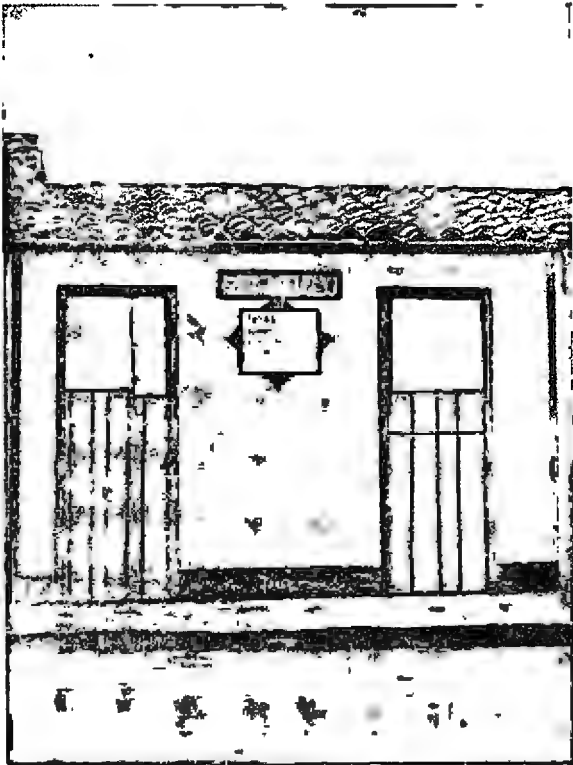
E' sabido que Carlos V, tendo uma vez apanhado o pincel cahido das mãos de Ticiano, aos cortezãos, espantados daquella especie de humilhação do monarcha diante de um simples pintor, respondeu altivo: — "Não ha de que vos admireis; marquezes e duques, como vós outros, posso eu crear á vontada

de; mas Deus sómente pôde fazer um Ticiano". Tenho meus receios de que o Sr. D. Pedro II queira ser mais alto que Carlos V, e como tal não se limite á fazer duques e marquezes, mas tambem pretenda crear, ou pelo menos ajudar a Deus na creação dos Ticianos.

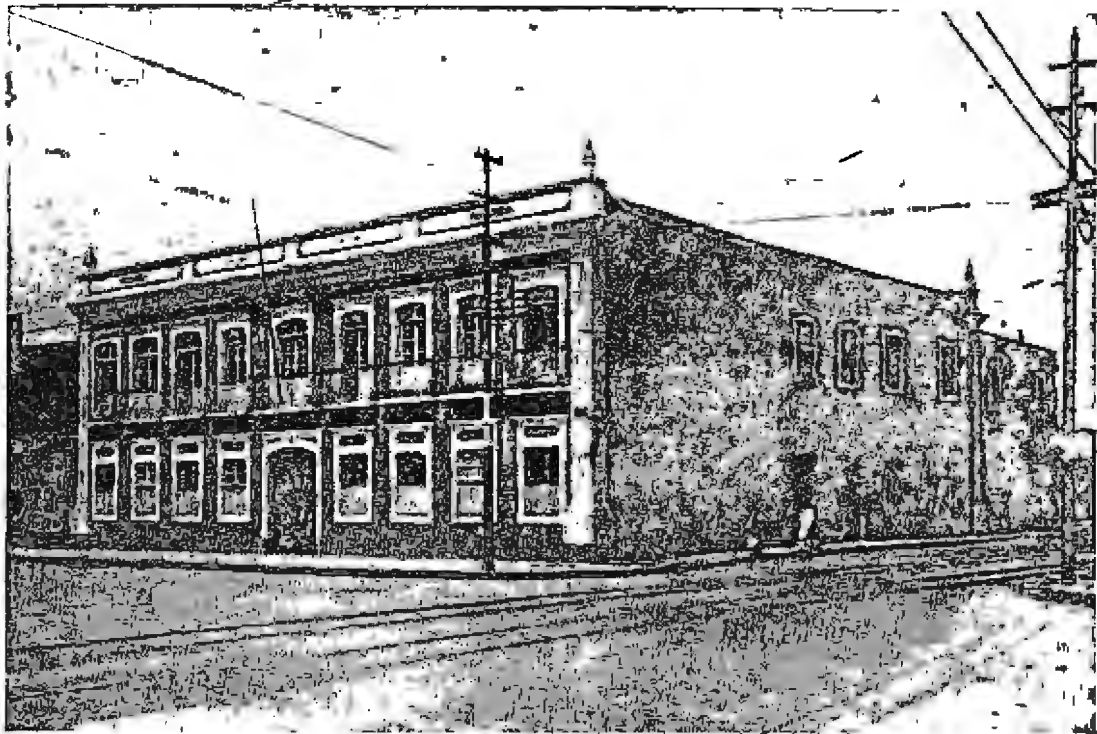
Como quer que seja, uma cousa é incontestavel: as télas de Pedro Americo e as partituras de Carlos Gomes não nos pagam dos desmandos, dos caprichos, da ridicula pantosophia do seu illustre protector. Póde ser exacto o que diz Treitschke — e eu não sinto se me eriçarem os cabellos em repetil-o, — que na antiga Grecia, onde os cuidados communs da vida repousavam sobre os hombros do escravo, e havia por isso tempo e descanso para a alta cultura do espirito, as tragedias de Sophocles e o *Zeus* de Phidias não foram comprados mui caro, á preço da escravidão. Mas certamente a batalha do *Avahy*, a *Fosca*, ou o *Salvator Rosa*, e quantos outros productos possam sahir das mãos daquelle *Par nobile fratrum*, não valem, não compensam a miseria politica, o abatimento moral, em que nos achamos, em virtude e á mercê da vontade absoluta do Sr. D. Pedro II.



★ Este trabalho foi composto e impresso nas oficinas da Empreza Graphica da “Revista dos Tribunais”, á rua Bráulio Gomes, 139, para a Companhia Editora Nacional, S. Paulo, em fevereiro de 1939.



Casa onde nasceu Tobias Barreto



O antigo edifício da Faculdade de Direito do Recife ao tempo do professorado de Tobias Barreto

A liberdade, que é prin-
 cipio essencial do ordem pu-
 blica, encerra alguma coisa de
 análogo a alma humana, no
 systema dos animistas: dá-se
 um corpo, articula-se, organi-
 za-se a si mesma.

Tobias Barreto

(Fac-simile da letra de Tobias Barreto)